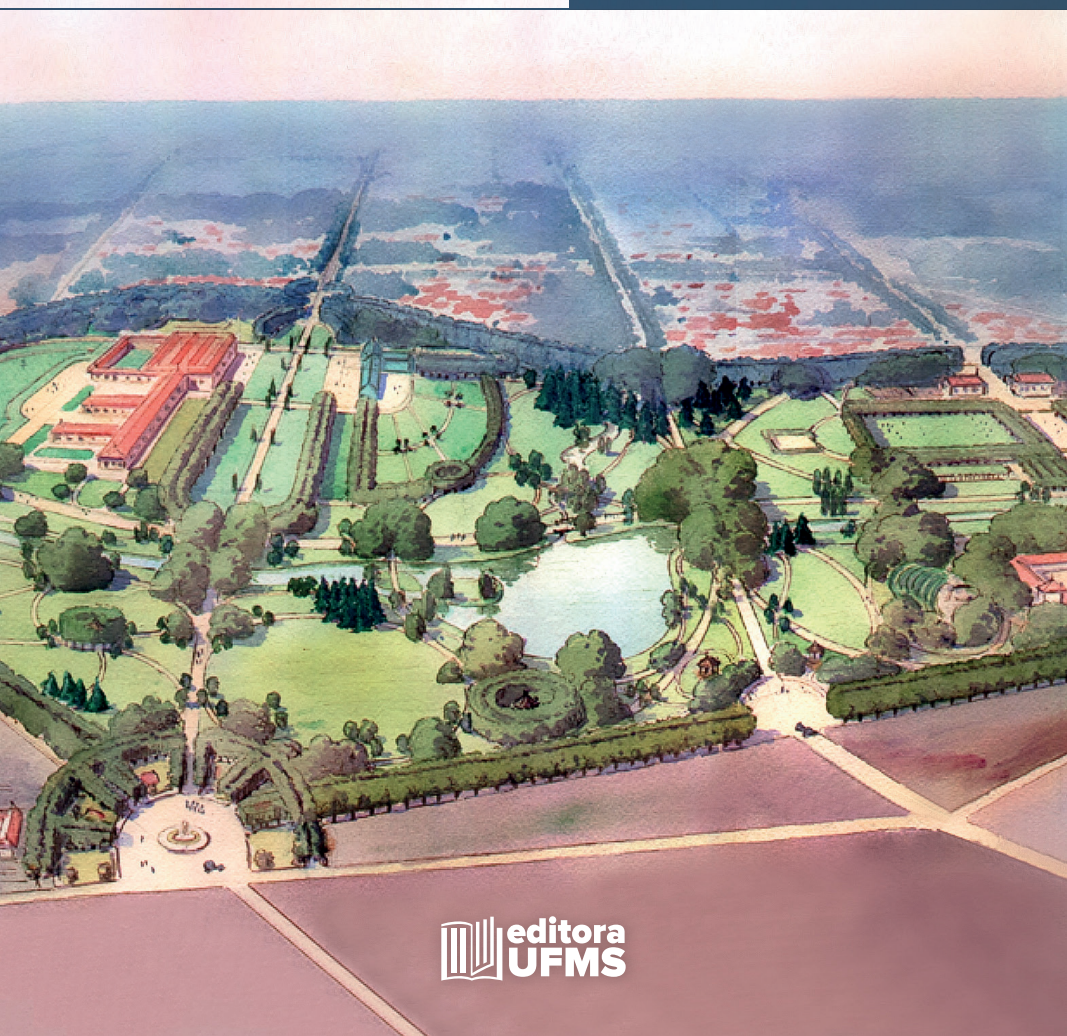


Eliane Guaraldo

Repertório e Identidade

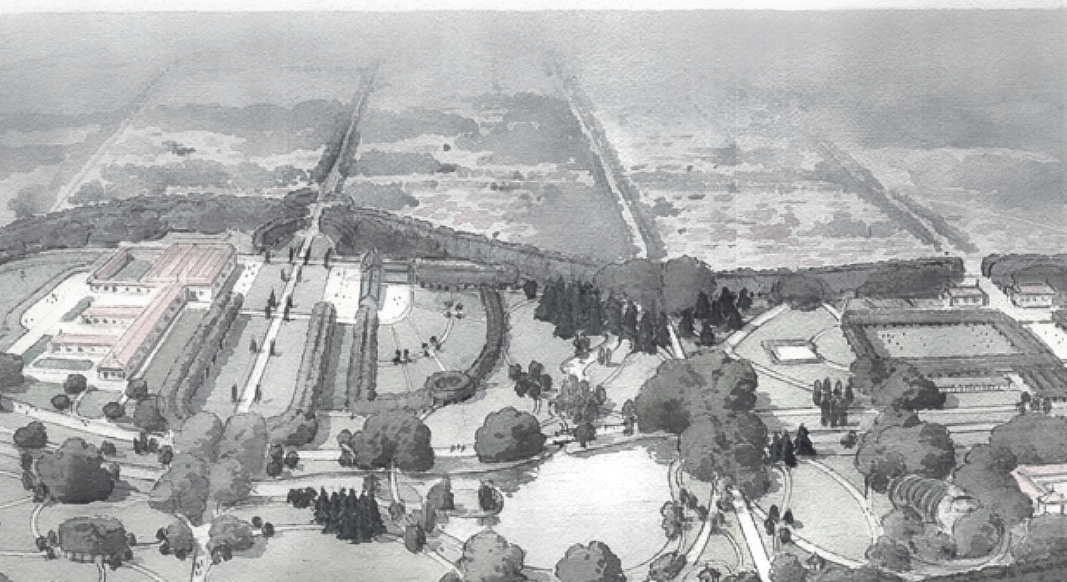
*A Formação da Paisagem
e dos Espaços
Públicos Brasileiros.
Um estudo em São Paulo.*



Eliane Guaraldo

Repertório e Identidade

*A Formação da Paisagem
e dos Espaços
Públicos Brasileiros.
Um estudo em São Paulo.*



Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

Deliberação Nº 19, DE 12 DE JUNHO DE 2020

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Marcelo Fernandes Pereira

Naivo Franco de Almeida Jr

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Ruy Caetano Correa Filho

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Divisão da Editora UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Repertório e identidade: a formação da paisagem e dos espaços públicos brasileiros.
Um estudo em São Paulo. [recurso eletrônico] /Eliane Guaraldo – Campo Grande,
MS : Ed. UFMS, 2020.
1 arquivo 4.349 kb

Formato: digital
ISBN 978-65-86943-08-5

1. Planejamento urbano – São Paulo. 2. Espaços públicos. 3. Arquitetura
paisagística urbana. I. Guaraldo, Eliane.

CDD (23) 711.4

Eliane Guaraldo

Repertório e Identidade

*A Formação da Paisagem
e dos Espaços
Públicos Brasileiros.
Um estudo em São Paulo.*

*Campo Grande - MS
2020*



© do autor:
Eliane Guaraldo

1ª edição: 2020

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão
A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Divisão da Editora UFMS - DIEDU/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário, Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203
e-mail: diedu.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-86943-08-5
Versão digital: junho de 2020

PREFÁCIO

A obra “Repertório e Identidade. A formação de paisagens e dos Espaços Públicos Brasileiros. Um estudo em São Paulo” é muito mais do que uma pesquisa histórica e descrição das transformações do Paisagismo e Urbanismo de uma cidade sexagenária à centenária.

O livro trata sobre as décadas de 1890 a 1930, mas os princípios continuam atuais e podem servir de inspiração e orientação para outras cidades, principalmente as interioranas em rápida expansão. É repleto de informações técnicas e de curiosidades, como a de que naquela época já se preconizavam grelhas de ferro em torno das mudas das árvores para aeração e proteção das raízes.

A trajetória da Profa. Eliane Guaraldo já começara no trabalho de graduação, depois no Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, e seguiria no extenso currículo acadêmico em ensino e pesquisa nesta área. Além do profundo conhecimento sobre o tema, a autora revela um estilo que torna a leitura agradável, que nos conduz a um passeio em que quase se pode sentir o aroma das flores e o farfalhar das folhas nos parques e jardins. Podemos espiar pelos muxarabis e andar nos macadames (ilustrados no livro) para apreciar o desfile de espécies de árvores exóticas e depois das nativas.

É um retrato da evolução da Arboricultura Urbana no contexto da cultura paulistana e brasileira. Do meu ponto de vista botânico, é deveras interessante a decisiva participação de botânicos como “meus velhos conhecidos” Löfgren e Hoehne nesse processo de mudanças de conceitos acerca dos desenhos e finalidades de hortos, jardins botânicos, parques e arborização. A incursão pela vegetação natural ajuda entender como eles levaram o mato para a cidade.

Este resgate do valor da flora nativa para a educação e o bem estar me convenceu ainda mais da premente necessidade da realização do já premiado projeto liderado pela Profa. Eliane Guaraldo, com plantas nativas de Mato Grosso do Sul para o jardim temático do Aquário do Pantanal em Campo Grande.

Muito didático, fartamente documentado, este trabalho será uma referência obrigatória para Arquitetura e Urbanismo, principalmente para Paisagismo e Arborização.

Arnildo Pott

Professor Visitante nos Programas de Pós-Graduação em
Biologia Vegetal, Biotecnologia e Biodiversidade, e Recursos Naturais,
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

SUMÁRIO

Introdução	12
-------------------------	-----------

Parte I. Arborizar e ajardinar a cidade

Capítulo 1. Fomento da arborização e ajardinamento

A cidade renovada de João Theodoro	17
Frederico de Albuquerque e a flora exótica	19
Municipalização dos jardins	24
Administração dos jardins e os viveiros municipais	26

Capítulo 2. Espaços públicos municipais

I. As Intendências

Sanear, alinhar, embelezar	33
Arborização exótica	34
O andassu carioca	39
O eucalipto cosmopolita	40

II. 1899 a 1911

O jardim da luz: um modelo	43
Jardins: o pitoreco salutar	46
Influência dos modelos	49
O plátano e o alfeneiro	53
O desenho da praça da república	57

III. 1912 a 1918

A cidade em obras (melhoramentos da capital)	60
Palmeira imperial, teatro municipal	63
A cidade cresce	66
Os “pulmões” da cidade	68
A tipuana e o jacarandá paulista	73

IV. 1919 a 1927

Um parque paulista	82
Em torno do centenário	91
Alecrim de campinas e quaresmeira	96
Parque D. Pedro II.....	99

Parte II. Museus, Jardins Botânicos e Instituições Científicas: O Recorte das Ciências Naturais

Capítulo 3. O jardim como museu

Pitoresco e estética naturalista	104
Do jardim botânico ao jardim público	110
Museus de história natural (museu nacional e os espaços cariocas) ...	117
Um museu paulista e seu horto botânico.....	124
Outras coleções paulistas	129

Capítulo 4. Inventariar a flora paulista

I. A Comissão Geográfica e Geológica

Löfgren: entre o museu e o jardim de instrução	141
Da comissão geográfica ao horto da cantareira.....	146

II. A Escola Politécnica

Coleção e arboretum.....	155
Usteri e a flora dos arredores de S. Paulo.....	157
Puttemans, arquiteto paisagista	164

Capítulo 5. A “florestação” do estado

A cantareira, de horto botânico a florestal	170
A “florestação” dos espaços urbanos	176
O instituto agrônomo de Campinas.....	181
A escola agrícola de Piracicaba.....	184

*Parte III. Mudanças no Repertório Paisagístico:
a busca de uma identidade paulista para a paisagem*

Capítulo 6. Visões da paisagem e o repertório

A floresta e o campo civilizam-se; a cidade ganha novo repertório....	189
Repertório e patrimônio	193
A flora paulista vai para o museu	195

Capítulo 7. Imagens da cidade

O efeito tóxico do plátano; a função estética da quaresmeira	199
O parque trianon, a floresta paulista civilizada	204
O guia do Jardim da Luz e da Praça da República	206
O Parque D. Pedro	209

Capítulo 8. As linguagens do repertório

Conclusões	212
------------------	-----

Bibliografia

Instituições e Arquivos Consultados.....	218
Créditos das Ilustrações	234

Apêndices

Repertório dos espaços públicos em S. Paulo, de 1900 a 1923, por períodos	235
Espécies vegetais colecionadas e distribuídas no Âmbito do Estado...	241

ÍNDICE DE FIGURAS

PÁG	FIG. nº	LEGENDA
22	1	Mappa da Capital da Província de S. Paulo, seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios, etc. 1877. Publicada por Frederico de Albuquerque e Jules Martin, em Julho de 1877.
45	2	Jardim da Luz em 1905. Planta litografada por Jules Martin
46	3	Jardim da Luz. 1900.
63	4	Vale do Anhangabaú, projeto da equipe de Bouvard, 1911. Implantado com algumas modificações.
53, 65	5	Crescimento da cidade e evolução da arborização e do ajardinamento entre 1908 e 1915.
85	6	Parque Paulista (Trianon) Planta com a versão de Parker de dezembro de 1918.
94	7	Crescimento da cidade e evolução da arborização e do ajardinamento urbano entre 1916 e 1925.
103	8	Projeto para o parque da várzea do Carmo (parque d. Pedro), versão implantada com pequenas modificações.
117	9	Museum d'Histoire Naturelle, em Paris.
121	10	Mappa demonstrativo da rota de naturalistas e botânicos que viajaram pelo Brasil do século XVI ao XX
140	11	Planta do Horto Botânico do Museu Paulista, em 1924.

PÁG	FIG. nº	LEGENDA
159	12	Fig. 26. Flora dos arredores da cidade de São Paulo, em levantamento feito por Usteri entre 1905 e 1908.
163	13	Ilustração botânica de Albert Löfgren publicada em 1903 na obra “Serviço Florestal de Particulares”.
166	14	Projeto do Parque executado para a Escola Agrícola de Piracicaba, por Arsène Puttemans, 1905.
188	15	“Jequitibá gigante”, cartão postal circulado na década de 20.
202	16	Modelo de estilização da quaresmeira (<i>Tibouchina</i> sp.), projeto de Hoehne, desenho de G. Münch.
206	17	Frontispício do guia botânico da praça da República e do jardim da Luz, publicado em 1919. Abaixo, uma das vinhetas do autor
211	18	O mandacará (<i>Cereus jamacaru</i>), no horto do Museu Paulista - aqui, em fotografia de 1925 - Abaixo, jardins da Casa Modernista de Warchavchik, projetada e construída entre 1927 e 1928, uma tentativa de “jardim tropical” por Mina Klabin.
217	19	Projeto para o Parque Jaraguá, década de 50, Comissão Pró-Monumento a São Paulo e Urbanização do Jaraguá, datado de Junho de 1951. Abaixo, “Projeto nº 6 Arco do Triunfo”, aquarela de Washt Rodrigues para um dos portões do parque, datada de julho de 1950.

INTRODUÇÃO

Este é um estudo sobre o repertório dos espaços livres na cidade de São Paulo, tendo como âmbito e recorte a cidade de São Paulo entre 1890 e 1930, período que correspondeu à chamada República Velha, e que na cidade correspondeu à administração pelas Intendências e Prefeituras.

Esse período é de intensas transformações, motivadas pelo enriquecimento econômico de São Paulo gerado pelo café e depois pela indústria. A cidade se colocou como a principal beneficiária dessa riqueza e seu espaço físico se tornou objeto de programas de modernização. Dotar a cidade de confortos, sanear e ordenar seus espaços, passou a ser uma preocupação constante do poder público municipal. Conjuguar essas ações ao crescimento explosivo da cidade tornou-se um desafio sempre presente nas discussões que permearam a chegada do pensamento urbanístico em São Paulo.

Enquanto o governo estadual dotava a cidade de programas de saneamento, de infra-estrutura e de edifícios públicos até então inéditos para abrigar as reformas institucionais do novo regime, o município, num ímpeto de proporções semelhantes, voltou-se à rua, à praça e ao jardim. E, assim como se pôs a retificar e alinhar, preparar as ruas para os trilhos de bonde, iluminar e calçar, também se dedicou ao “aformoseamento” e “embelezamento” dos espaços livres públicos, considerados equipamentos sanitários da cidade.

A arborização e o ajardinamento foram, entre as práticas dos poderes públicos municipais, as que receberam maior atenção e investimento. O jardim é um símbolo de higiene e civilização, e assim, ajardinar e arborizar adquire um sentido de requalificar espaços e dotá-los de significado, dentro de uma noção de “cidade salubre” e paisagem urbana como obra de arte.

Neste estudo optamos por tratar o repertório como um elemento de *per si* qualificador do espaço urbano, e definido com referência so-

bretudo ao elemento vegetal, que nesse momento caracteriza de forma privilegiada a configuração dos espaços livres. Ele abrange não apenas a noção do elenco de espécies utilizado, mas envolve também os critérios de escolha e valorização, supondo que nela esteja implícita uma “linguagem” (remetendo a um modelo) pelo qual a vegetação se espacializa.

A centralização do repertório neste estudo foi definida como decorrência do próprio desenvolvimento da pesquisa, que em seu desenrolar evidenciou a importância assumida por este elemento, com primazia sobre os demais. O repertório mostrou adquirir, cada vez mais, um significado autônomo, “descolado” de sua linguagem e auto-referenciado, um elemento por si capaz de refletir uma identidade. Desta forma, a trajetória dos espaços livres da cidade foi acompanhada através dos repertórios pelos quais se fez representar nos vários momentos, apontando o que consideramos como verdadeiras mudanças de atitude no desenho dos espaços livres.

Esses momentos foram definidos com base nas investigações feitas junto a fontes documentais que, interpretadas e entrecruzadas, revelaram com clareza quatro intervalos distintos:

I. As Intendências, em que são transpostas, de forma pontual, algumas influências como a do Rio de Janeiro de Glaziov e das primeiras coleções vegetais do Horto da Cantareira, como do Instituto Agrônomo de Campinas

II. 1900 a 1911, em que a cidade estrutura seus viveiros e dá execução a um extenso programa de arborização e ajardinamento, com a predominância de repertórios exóticos, claramente inspirados nas “réseaux” e boulevares de Paris

III. 1912-1918, a cidade em obras sob os “Melhoramentos” e paralisada pela guerra; seu repertório se acresce de algumas espécies nativas e alguns traços que remetem ao urbanismo portenho

IV. 1919-1923, em que acontece a chegada de novos repertórios brasileiros e sobretudo paulistas, comemorando junto ao Centenário da Independência, a estréia de uma paisagem vegetal paulista nos nossos parques e ruas

Não há intenção de destacar uma mudança no desenho por oposição ou confronto entre os momentos, e sim tentar ver esses momentos como as fases de uma transição, o que também revela conflitos. Foi essa situação de transição que provocou a busca de uma linguagem pela qual o repertório renovado pudesse ter plena expressão. Talvez um “moderno paulista”. Nesse sentido a contribuição do período é inédita. E chega, agora sem dúvida, conduzida pelo repertório.

A pesquisa que originou este livro se debruçou em fontes documentais da cidade e do estado, cobrindo o recorte de tempo 1892 a 1930. De início, foram eleitos os relatórios apresentados à Câmara Municipal de São Paulo anualmente de 1892 a 1930. Com maior ou menor nível de detalhe, de acordo com o que essas fontes disponibilizavam, foram colhidas informações sobre repertórios utilizados pela Inspetoria dos Jardins Públicos e Administração dos Jardins, as repartições encarregadas dos ajardinamentos e arborizações durante a vigência das Intendências e depois da Prefeitura Municipal. Essas informações nos permitiram sistematizar e a seguir organizá-las em quadros que pudessem servir de base e teste das hipóteses levantadas.

A procura de nexos entre os repertórios utilizados na cidade e a ação do estado nos conduziu à inclusão do estudo dos relatórios da Secretaria da Agricultura, identificando a sua contribuição na introdução de novas espécies, “civilizando-as”. Com suas instituições dedicadas ao cultivo e aos experimentos, acabou por influir decisivamente nos repertórios urbanos. A inclusão do âmbito estadual na pesquisa foi assim fundamental para discutir as mudanças que se verificaram na cidade. Pela importância que apresentam, essas informações, bem como as do âmbito municipal, foram incluídas ao final em forma de Apêndice.

A compreensão do repertório como um elemento de identidade cultural nos conduziu ao exame do papel do museu e do jardim botânico na valorização dos elementos que viriam a compor os repertórios da cidade e sua extensão pelas instituições de pesquisa em Ciências Naturais, em seu papel de inventariar a flora nativa do estado. A produção escrita dos profissionais que tiveram atuação marcante em São Paulo, de Löfgren a Hoehne foi considerada fonte documental, fundamentando reflexões e discussões da mesma forma que os relatórios de prefeitura e os de estado.

As fontes iconográficas revelaram-se fundamentais tanto para instrumentar essas discussões, como para documentar, em alguns casos, pela primeira vez, episódios da evolução urbana sob a ótica dos seus espaços públicos.

A organização formal deste livro parte da cidade, acompanhando a evolução dos seus repertórios paisagísticos, e a ela voltou, recolocando pontualmente os momentos de mudança de rumos que se verificaram com o lastro das contribuições originadas no âmbito das ciências naturais.

A Parte I está dedicada fundamentalmente à constatação de uma trajetória dos espaços livres e de seu repertório durante todo o período da República Velha. O capítulo 1, Fomento da Arborização e ajardinamento, recompõe o panorama da cidade num momento de enriquecimento de seu espaço e estímulo ao “aformoseamento”, desde a chegada de horticultores e espécies novas no Jardim da Luz até a montagem, na prefeitura, de uma estrutura para atender à imensa obra de arborização da cidade. O capítulo 2 entra objetivamente na eleição e introdução de espécies compondo repertórios, em cada um dos intervalos em que o período foi dividido, constatando sua introdução e uso nas ruas e praças, requalificando os espaços da cidade. A percepção de particularidades de escolha e valorização está refletida nos próprios intervalos, ressaltando as suas contribuições predominantes.

Na Parte II é abordado o recorte das Ciências Naturais, de forma contextualizada em São Paulo, abarcando por um lado os museus de história natural como iniciadores de “coleções” nos herbários e jardins botânicos, e por outro as instituições de pesquisa que deles derivaram. O capítulo 3 é dedicado a conceituar o jardim como museu, seu desdobramento nos jardins botânicos e suas ressonâncias no Brasil, sobretudo Rio e São Paulo, através do Museu Nacional, no Rio, e do Museu Paulista, em São Paulo. No capítulo 4 pôs-se a caracterizar o imenso trabalho de inventariar a paisagem paulista pela Comissão Geográfica e Geológica do Estado, e paulistana pela Escola Politécnica. A função de fomento, tema do capítulo 5, procura caracterizar a tarefa que o Estado chamou para si de prestar o serviço botânico e florestal, convertendo as instituições ligadas à botânica e à agronomia em distribuidores de mudas para o meio rural e urbano.

A Parte III, voltando à cidade, ressalta, no repertório, a sua trajetória em direção à busca de uma identidade paulista. O capítulo 6 coloca essa questão nos âmbitos: dos espaços urbanos, refletindo a incorporação da flora paulista no cotidiano, o da noção de conservação da paisagem e por fim o do seu reconhecimento e valorização através do jardim botânico – que é paulista. No capítulo 7, sob o título “Imagens da cidade”, o repertório é expressamente colocado como protagonista em parques e praças referenciais na cidade.

O capítulo 8 apresenta as conclusões e sugere desdobramentos para reflexões futuras acerca do desenho dos espaços públicos desenhado pelo novo repertório

Parte I

ARBORIZAR E AJARDINAR A CIDADE

Capítulo 1. Fomento da arborização e ajardinamento

A cidade renovada de João Theodoro

Os serviços de arborização e ajardinamento público em São Paulo não foram iniciados na República. Há notícias de iniciativas de arborização em 1870, quando vereadores propunham como medida de urgência “...o nivelamento, e mais obras necessárias, como calçamento, esgotos e arborisamento do largo de São Gonçalo”. Findo o ano de 1871 estavam arborizados, além desse, os largos de S. Francisco, Misericórdia, Paissandu, Carmo, S. Bento e se programava a arborização do largo da Glória. Para mantê-los, propunha-se, na Câmara, que fossem nomeados zeladores gratuitos da arborização para cada um dos logradouros. (atas da Câmara 1871¹).

Mas foi na gestão provincial de João Theodoro Xavier que a cidade entrou em uma nova fase, pois foi então que os primeiros lucros do café começaram a se reverter à capital em forma de investimentos no saneamento de várzeas, na abertura de comunicações entre ruas e no ‘aformoseamento’ da cidade. O vulto das transformações foi tal que o momento foi considerado como uma Segunda fundação de São Paulo.

Comunicações ferroviárias estabelecidas com o interior agrícola, o porto de escoamento e a capital do Império também foram responsáveis pela disseminação de repertórios, seja pela abertura de estabelecimentos comerciais congêneres e afiliados aos do Rio de Janeiro, compartilhando com São Paulo as novidades mais recentes da Corte, seja pelo

¹ BARTALINI, 1999, p. 25.

intercâmbio com o Jardim Botânico do Rio, como aconteceu quando o Jardim da Luz recebeu expressivas reformas, nesse mesmo período.

Em 1873 Joaquim Gaspar dos Santos Pereira conseguiu um privilégio por 50 anos, “para ajardinar à sua custa todos os lugares e praças da capital que estivessem no caso de ser ajardinados”². Porém, em relatório apresentado um ano depois, o presidente da Província avaliou essa concessão: “...Em semelhantes condições está o privilégio concedido pela lei de 14 de abril de 1873 a Joaquim Gaspar dos Santos Pereira, para ajardinar, pelo sistema inglês, os largos e praças da capital, ornando-os de chalés e quiosques, repuxos ou cascatas. O prospecto era fascinante, porém triste e bem estéril tem sido a realidade. Continuará sempre pela mesma forma. Convém igualmente que seja revogada esta lei de privilégio”³.

O presidente da Província, em seu relatório de 1881, ao noticiar a contratação de um jardineiro, sugere que tais serviços ainda deixavam a desejar:

Felizmente, na pessoa do cidadão francez Antonio Fourchon, nomeado Jardineiro, encontrou o Director um auxiliar inteligente e dedicado, o qual, com seus trabalhos de floricultura e ornamentação, tem provado quanto era sensível alli a falta de um empregado com vocação e habilitação especiaes.

O Jardineiro Antonio Fourchon foi contratado por cinco annos com os vencimentos do cargo, reunidos aos de um dos assalariados, e ainda assim ganha menos do que nas officinas da Companhia Ingleza, onde trabalhava havia dezessete annos.⁴

² BRUNO, 1984, p. 991.

³ A outra concessão era a Joaquim Eugênio de Lima, que pretendia explorar um quiosque no Jardim da Luz, e que foi igualmente indeferida. RIBEIRO, 1899-1901, p. 433.

⁴ SÃO PAULO (Estado), 1881, p.. 103-104.

Essa menção do governador nos suscita a curiosidade sobre as atividades anteriores desse jardineiro de “habilitações especiais” em seu cargo anterior na “Ingleza” desde 1863 (o que corresponde ao início das atividades da companhia aqui).

O fato é que encontramos esse profissional, em 1881, responsável pelo jardim do largo do Palácio (hoje Pátio do Colégio), de S. Bento e Municipal (hoje praça João Mendes)⁵.

Frederico de Albuquerque e a flora exótica

A presença, em São Paulo, desde 1877, de um profissional de intensa atividade no Rio de Janeiro e no sul do país, **Frederico Guilherme de Albuquerque**, foi muito importante na divulgação de novos repertórios vegetais e de conhecimento especializado sobre plantas até então desconhecidas dos paulistanos.

Nascido na cidade do Rio Grande, província do Rio Grande do Sul, em 18-12-1839, Frederico Albuquerque atuou no Rio de Janeiro, na Seção de Botânica do Museu Nacional, por nomeação do Imperador após ser conhecido pela sua colaboração em uma expedição de naturalistas em 1862, recebendo reconhecimento do seu meio e vindo a se associar a diversas sociedades hortícolas na França, na Itália e nos Estados Unidos.

O intercâmbio estabelecido com essas sociedades permitiu a chegada de espécies variadas para uso agrícola e de interesse botânico e paisagístico. Foi contemporâneo a Glaziou e a Barbosa Rodrigues, travando conhecimento com esses profissionais (A edição do ano de 1878 de sua Revista de Horticultura foi dedicada a Glaziou, e Barbosa Rodrigues dedicou-lhe uma espécie descoberta, a *Sinningia albuquerqueana*)⁶.

⁵ BRUNO, 1982.

⁶ MELLO FILHO, 1997, p.4.

Criou e manteve estabelecimento de plantas no Rio Grande, Fazenda Marambaia, no Rio de Janeiro, bairro do Engenho Novo e Encantado e quando chegou a São Paulo a convite do conselheiro Antônio Prado, em 1877, manteve –se na atividade de horticultor.

Não foi documentada sua contribuição específica em São Paulo quando chegou, já nomeado em 1889, às vésperas da mudança de regime, e reempossado depois, Inspetor dos Jardins Públicos de São Paulo, tendo sido substituído em 1891 por Alberto Löfgren. Mas sabe-se que veio para São Paulo a convite de Antônio Prado, quando Ministro da Agricultura do Império, no intento de fundar uma escola de viti-vinicultura, não concretizada.

A elaboração junto com Jules Martin do Mappa da Capital da Província de São Paulo, seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios, etc.,” que o “francês amigo da cidade” litografou em 1877, um documento iconográfico de grande valor para o estudo da cidade, faz supor que sua participação tenha sido significativa. Essa planta registra as profundas transformações sofridas pela cidade, que então já se define como centro da economia cafeeira.

A nova fisionomia e “ritmo” da vida da cidade ficam claros nessa planta. Por ela revelam-se seus edifícios, linhas de bonde, linha telegráfica e obras ainda em projeto. É notável a ênfase ao desenho da cidade, quando esses elementos são retratados como referências da paisagem urbana. Edifícios e ruas, elementos singulares como a “figueira do Braz”(que deu nome à rua homônima), logradouros e sua arborização. Um “jardim projectado” aparece na várzea do Carmo, entre os aterrados do Braz e do Gasômetro. A Ilha dos Amores, já pronta, está representada em detalhe. Terá havido participação de Albuquerque na obra?

Sua afiliação com a Societé d’Acclimatation de Paris – permitiu que introduzisse no Brasil o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) e a vinha (*Vitis vini-*

cola) em 1862, no Rio Grande do Sul, recebendo por isso uma premiação com medalha de primeira classe pela citada Societé em 1872. Luiz Emigdyo de Mello Filho considerou-o precursor da obra de Navarro de Andrade⁷.

Além dessa sociedade, mantinha contato com a Sociedade Hortícola em Brisbane, em Queensland, e com o Jardim Botânico de Howrah, em Calcutá, atualizando-se em sua profissão e permitindo trazer e introduzir espécies, da mesma forma como Glaziou enviava e recebia material botânico do Jardim Botânico de Kew, na Inglaterra, com quem mantinha vivo contato. Por intermédio deste contato, Albuquerque também teria feito chegarem ao Brasil outras espécies ornamentais como podemos ver nesta correspondência com a Societé d'Acclimatation:

... Je vous Prierai de vouloir bien me comprendre dans le distribution de graines dont l'introduction pourrait être de quelque utilité au Brésil,, surtout des graines d'arbres fruitiers des pays intertropicaux, ainsi que de celles des plantes industrielles de même provenance; des graines de Palmiers, de Cycadées, Pandanées, etc., me serait aussi très-agréables.⁸

⁷ MELLO FILHO, 1997.

⁸ Bulletin Mensuel de la Societé d'Acclimatation de Paris. 3Ème serie. Tome I- Anée 1874 apud ALBUQUERQUE, 1997, p.42.

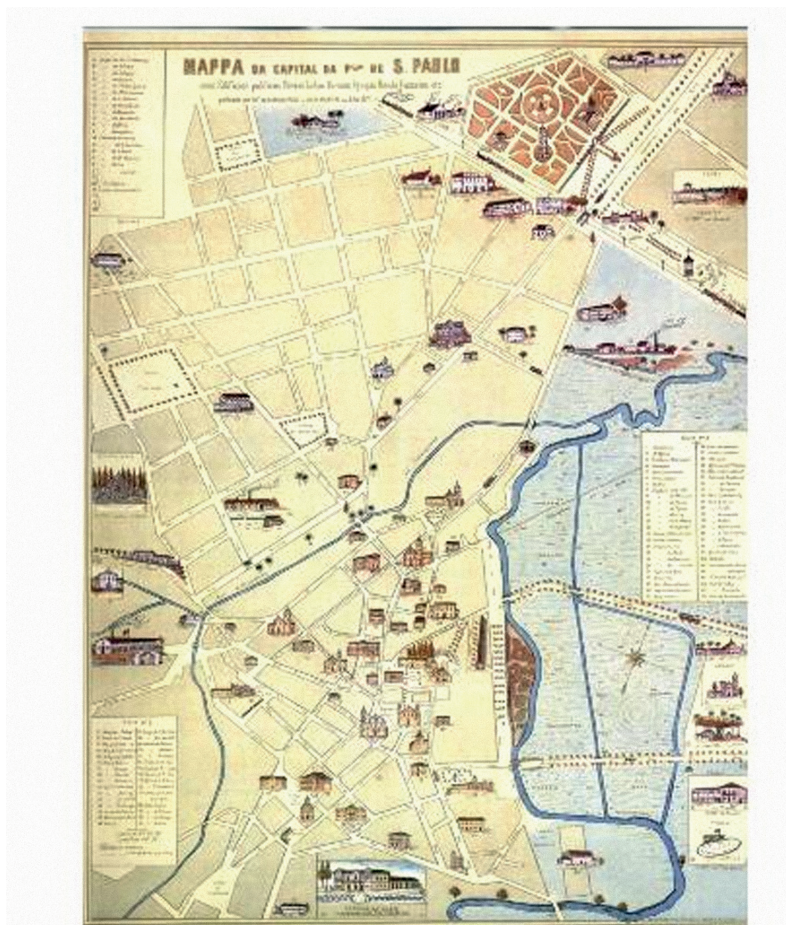


Fig. 1. “Mappa da Capital da Província de São Paulo, seus edifícios públicos, hotéis, linhas férreas, igrejas, bondes, passeios, etc. 1887. Publicada por Frederico de Albuquerque e Jules Martin, em Julho de 1877”.

Esta imagem da cidade revela os melhoramentos executados na gestão de João Theodoro, entre eles os realizados no Jardim Público e na várzea do Carmo, com a Ilha dos Amores. Os reflexos da riqueza do café já são visíveis nos seus edifícios, bondes cruzando a cidade e bem cuidados espaços públicos, tornando-se rapidamente referenciais paisagísticos. A arborização urbana merece menção, por sua associação com retificações e melhoramentos vários que se observam nos logradouros públicos. A autoria do desenho por Frederico de Albuquerque pode indicar uma participação desse profissional na cidade antes mesmo de ser nomeado Inspetor dos Jardins Públicos em 1889. (fonte: Comissão do IV Centenário, 1954)

Em São Paulo, Albuquerque abriu um estabelecimento de plantas na vila de S. Bernardo, denominado Beliche, a exemplo dos anteriores como o do Rio Grande e o do Rio de Janeiro, que manteve mesmo depois de vir para cá. Essa casa certamente introduziu e disseminou as variedades de plantas exóticas que começaram a fazer parte do cotidiano da cidade.

Como editor e redator da Revista de Horticultura, um periódico mensal que circulou entre 1876 e 1879. definido por ele como “um Jornal de agricultura prática, destinado tanto ao grande e ao pequeno lavrador, como ao simples ortelão e ao amador de flôres”, publicou trabalhos como “*Cycadeas*” (sagú de jardim), “*Thalia dealbata*”, “A Quina”, “*Chamaerops humilis*” (palmeira de origem européia⁹); “Jacinthos”, “*Echeverias*”, espécies introduzidas por ele e ilustradas nas matérias.

Algumas dessas plantas, como as cicas e as echeverias são vistas nos jardins da cidade registrados pela fotografia de Militão em 1887, e nas crônicas dos viajantes como essa de Junius em 1883:

Depois de 1880 já não se viam na cidade apenas as velhas plantas e flores do começo e de meados do século passado: rosas, cravos, begônias, ramos de alecrim,,magnólias ou jasmíns do Imperador com que se enfeitavam as ruas nos dias de procissão: ou a Flor (...) de manjerição. Plantas novas e flores novas começaram a ser admiradas pelos moradores e cultivadas nos seus jardins. Algumas indígenas- orchideas e parasitas- em outros tempos completamente ignoradas, outras de fora. Além de variedades de rosas antigamente ignoradas, apareceram azaléas, glaxínias, fuchsias, epoméias, miosotis, primaveras da India, lobélias, violetas odoratas e tricolores, eche-

⁹ A única palmeira de origem européia, segundo ensina Usteri no Guia Botânico do Jardim da Luz e da Praça da República. 1919. Segundo a publicação Vegetação significativa do município de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1988, a espécie, de ocorrência hoje rara no município, é conhecida como palmeira-da-sicília

vérrias, saxífragas, balsaminas, cactus e uma porção de qualidades de begônia.

Junius, 1883¹⁰

É possível, portanto, atribuir à presença de Albuquerque em São Paulo, a introdução dessas novidades exóticas, ao mesmo tempo que se iniciavam as primeiras excursões de levantamento da flora nativa do estado pela Comissão Geográfica e Geológica ¹¹.

Municipalização dos jardins

O papel da cidade na condução da arborização e ajardinamento de seus lagradouros ficou caracterizado quando, em 1893, o Decreto Estadual

¹⁰ ABRUNO, 1982, p. 960.

¹¹ Frederico de Albuquerque, apesar da intensa importância que teve, é praticamente desconhecido. Descendente de portugueses açorianos, após primeiros estudos no Colégio de Belas Letras da cidade do Desterro, Santa Catarina, fundado em 1850 (tendo integrado a sua primeira turma), ingressou entre 1858 e 1859 na antiga Escola Central do Rio de Janeiro – depois Escola Polytechnica, no largo de S. Francisco, Rio de Janeiro. Não chegou ao final, pois interessou-se pelas Ciências Naturais abandonando o curso para dedicar-se à horticultura. Voltando ao Rio Grande em 1860, já casado, fixou-se na Fazenda Marambaia, situada na Ilha dos Marinheiros, que fica na Lagoa dos Patos, e aí fundou um estabelecimento de horticultura e experimentos agrícolas e botânicos. Em 1872, em correspondência enviada à Sociedade de Acclimação de Paris, relatava a grande aceitação, pelos fazendeiros portugueses da região, desta e de outras espécies do gênero eucaliptus remetidas em seguida. Mas a contribuição de Frederico de Albuquerque, foi além da introdução do eucalipto. A vinha - *Vitis vinicola* - também foi introduzida por ele no Sul do país, por matrizes recebidas da instituição francesa, causando desconfiança entre os agricultores, pois não se acreditava que essa cultura pudesse ser bem sucedida aqui. Participou também de uma expedição de naturalistas estrangeiros que se destinava ao Pacífico para coleta de plantas e animais, patrocinada pela rainha de Espanha; a expedição saiu de Cadiz em 18-02-1862, passou pela Bahia, Rio de Janeiro e Florianópolis, e de lá, no vapor “Imperatriz” rumou para Rio Grande em 4-12-1862. Frederico Albuquerque recebeu em 1866, por essa participação, o título de Cavaleiro da Real Ordem de Isabel a Católica, auferindo com isso uma honraria que chegou aos ouvidos do Imperador, em viagem pela Europa. Mandado chamar por D. Pedro II Albuquerque foi contratado como praticante e depois adjunto da Seção de Botânica no Museu Nacional. Após atuar em São Paulo, voltou para o Rio e reabriu sua casa comercial, que manteve até 1897, quando faleceu, em 3-11-1897. Além de sua atuação em São Paulo, deixou-nos também seu filho, Alexandre Albuquerque, engenheiro-arquiteto formado em 1905 pela Escola Politécnica, que foi um dos mais ativos e competentes profissionais no período.

145 transferiu para a municipalidade a administração dos jardins públicos da capital. Passaram ao domínio da cidade, e aos cuidados das Intendências, segundo esse decreto, o Jardim da Luz, a Ilha dos Amores (jardim criado na administração João Theodoro, pouco usado desde 1890 quando, para a construção do Mercado de Peixe, suprimiu-se um dos canais do Tamanduaté que formavam a ilha)- e o Jardim do Largo do Palácio.

Mas esses não eram os únicos logradouros ajardinados na cidade. Havia ainda o Jardim Municipal ou do Teatro (construído em 1879 onde hoje está a Praça João Mendes), o Jardim do Palácio e o jardim do largo de S. Bento (1887). Jardins cercados por gradis de ferro, com acesso e horário de visitação controlados.

A Inspetoria Geral dos Jardins da Capital criada no mesmo ano de 1893 atuou até a posse de Antônio Prado, 1899. Era composta do inspetor, 2 fiscais, um porteiro, 6 trabalhadores e um jardineiro para cada um dos logradouros, Luz e Palácio, Os largos Municipal, S. Bento, Memória (conhecido como Piques) e o do quadro da estátua de José Bonifácio, dividiam-se sob os cuidados de um único jardineiro, Francisco Fernandes de Resende¹².

Os trabalhos de arborização, antes da formação dos viveiros públicos, eram feitos por contratos com particulares. Isso ajuda a explicar um modesto, mas já significativo – se considerarmos o tamanho da cidade – volume de casas de plantas e viveiros em chácaras de cultivo. Tratava-se de suprir uma demanda crescente gerada pela imensa obra de saneamento promovida pelo governo do Estado, seguida de serviços de regularização, alinhamento e tratamento de logradouros públicos. E ainda, um mercado crescente originado na mudança dos padrões residenciais, que passavam a incluir o jardim como item do programa de necessidades da moradia.

Os relatórios municipais curiosamente revelam que o Jardim da Luz, ao lado de suas funções de passeio público, se converteu desde

¹² GUARALDO, Eliane, 1995.

1893 no que seria o início de um viveiro municipal, pois encontramos, registrado no relatório do Intendente Cesário Ramalho da Silva, a formação das primeiras sementeiras de plantas destinadas à aplicação em logradouros públicos. Das essências escolhidas, magnólia e carvalho, a primeira foi utilizada na arborização e no ajardinamento da cidade, mas sobre o carvalho não encontramos ocorrências¹³.

I. A administração dos jardins e os viveiros municipais

O fomento da arborização e do ajardinamento, na esfera municipal, estava vinculado à Diretoria de Obras Públicas, dirigida pelo engenheiro Victor da Silva Freire, profissional ativo e atualizado sobre o pensamento urbanístico e que introduziu o Urbanismo na esfera municipal, atuando de 1899 a 1927. Foi, por sua atuação pública, um divulgador do pensamento urbanístico nos moldes do Sanitarismo, além de hábil interlocutor entre as esferas pública e privada.

À Diretoria de Obras Públicas competia decidir sobre alinhamento, calçamento, estradas municipais, arruamentos, loteamentos, higiene, cemitérios, matadouros, mercados, jardins e arborização pública, esta sob a Administração dos Jardins.

Para criá-la, Antônio Prado nomeou pessoalmente um profissional que conheceu em Campinas, em 1886, cuidando da chácara de certo Bierenbach, quando visitou sua fundição na companhia do Imperador. A visita foi documentada no Diário de Campinas em 30-10-1886:

SS MM em Campinas.

Dirigindo-se a Santa Cruz visitou as oficinas de fundição e forjas do sr. João Bierrembach. (...). Percorridas as oficinas S.M. foi ao pomar e jardim per-

¹³ Ernani da Silva Bruno cita duas ocorrências, mas os plantios foram feitos ainda no Império, como atesta TORRES, 1968.

tencentente ao sr. Bierrenbach onde trabalhava o jardineiro Ezzel, tyrolez, natural de Trento.

Não só S.M. como também o sr. Ministro da agricultura, o engenheiro dr. Coutinho e mais pessoas que acompanhavam S.M. ficaram encantadas com as aptidões que revelou possuir o jardineiro. O exmo sr. Ministro da Agricultura (Conselheiro Antonio Prado) deixou entender que talvez viesse a precisar dos serviços desse profissional para a formação de um centro agrícola neste município(...).¹⁴

Deixando Campinas e vindo a São Paulo, Antonio Andrea Etzel (Áustria, Trento, 23-05-1858 - S. Paulo, 01-1930), agrônomo formado pela Escola de Agronomia de São Miguel teria procurado o conselheiro, que o empregou na chácara de d. Veridiana Prado e na sua própria. Criado o novo regime de governo, o novo prefeito confiou a ele a Administração dos Jardins ¹⁵.

A Administração dos Jardins foi estruturada para responder à arborização e ao ajardinamento no mesmo ritmo da implantação das infra-estruturas urbanas. Por isso a evolução do serviço de bonde, da iluminação e do abastecimento d'água na cidade também podem ser medidos pela expansão da arborização urbana¹⁶. Tal como as demais infra-estruturas, privilegiava alguns setores e bairros em detrimento de outros.

Utilizando as memórias de Eduardo Etzel, filho do antigo administrador, falando de memória sobre os seus anos de morador da casa do Jardim da Luz:

¹⁴ ETZEL, 1987, p. 7-11. Possivelmente o centro agrícola citado fosse a Imperial Estação Agronômica do Estado, depois Instituto Agrônomo de Campinas, fundado no ano seguinte.

¹⁵ ETZEL, 1987, p. 7-11. Etzel conta que as relações entre a família Prado e Etzel eram pessoais: d. Veridiana foi quem apresentou Etzel à futura esposa, foi madrinha do casamento e ainda o presenteou com enxoval trazido da França, onde até os talheres eram de prata.

¹⁶ As redes de iluminação, transporte e água foram comparadas à evolução do ajardinamento e da arborização em GUARALDO, 1995.

Lembro-me do que era a Administração dos Jardins da minha infância. Morávamos no jardim da Luz, na casa da Administração. O viveiro das plantas era atrás da cadeia pública, onde hoje está a garagem Municipal, na rua Afonso Pena e também do outro lado da rua onde está o colégio e igreja salesiana e o jardim em frente à Escola Politécnica. O viveiro maior era na av. Água Branca, na antiga escola de Pomologia e onde hoje é o Parque da Indústria Animal. Nestas duas áreas semeavam-se e faziam-se crescer as futuras árvores das ruas de São Paulo., Mas havia também o mini-viveiro, onde se criavam as plantas de flores que eram transplantadas para os canteiros dos jardins. Localizavas-se num ângulo do Jardim da Luz, num triângulo junto de minha casa e atrás do Grupo Escolar Prudente de Moraes e era dirigido por um jardineiro de nome Emilio Favero. Lá estava uma estufa quente toda de vidro, que fora importada da Europa com caldeira e aquecimento para uma temperatura constante, com duas seções: a tropical, a quente, e outra de temperatura constante.

(...)

Parte desse viveiro foi aproveitada para a garagem municipal, e um grande almoxarifado, outro setor foi dado pela municipalidade aos padres salesianos, que construíram uma escola profissional e, na esquina da rua Afonso Pena com Três Rios, , uma grande igreja. A parte em frente à Escola Politécnica durou mais tempo, mas desapareceu com a urbanização da área, o prolongamento da rua Três Rios até a avenida Tiradentes e a formação de uma praça ajardinada com a remoção da velha caixa d'água que existia junto à avenida Tiradentes.¹⁷

Com a ajuda da planta da cidade de 1930, realizada pela empresa SARA, podemos recompor a área original desse viveiro: o local atrás da

¹⁷ ETZEL, 1987, p. 58 e 65.

cadeia pública somado ao das escolas e igreja salesiana correspondem ao antigo largo do Visconde de Congonhas do Campo, que aparece na Nova Planta da Cidade de São Paulo editada por Ugo Bonvicini e Victor Dubu-gras, em 1891¹⁸, com cerca de 57 mil m².

Já o jardim em frente à Escola Politécnica só foi incorporado ao viveiro a partir de 1915, pois até então ele havia sido utilizado como campo de experimentos e culturas do curso de Engenheiros Agrônomos da Escola Politécnica. Com a extinção do curso, devido à criação da Escola Agrícola de Piracicaba, seus 30 mil m² somaram-se ao primeiro viveiro. A área corresponde à praça Coronel Fernando Prestes, onde está a estação Tiradentes do Metrô; os edifícios da Escola Politécnica são ocupados pela Casa da Memória onde funciona o Departamento do Patrimônio Histórico municipal e a Faculdade de Tecnologia de São Paulo.

O recém-empossado prefeito parece ter se preocupado também com a formação e o treinamento profissional de jardineiros e práticos em horticultura, pois assinou a lei de 19-02-1904 que criava a Escola de Pomologia e Horticultura, procurando atender à “necessidade de criação de uma escola prática para aproveitamento de terrenos incultos que circumdam a cidade [...] para o cultivo de árvores, frutíferas e legumes” através da “aplicação de processos científicos na introdução e desenvolvimento de um gênero de cultura do solo”¹⁹.

No mesmo ano foi contratado um horticultor na Europa para dirigir a escola, o sr. Giuseppe Bassotti. De 1906 são os projetos do paiol e das estufas. Nada se sabe a respeito desse curso, a não ser que devido à pequena procura, encerrou suas atividades em 1911 e os terrenos, de cerca de 124 mil m², foram aproveitados para a ampliação dos viveiros municipais.

¹⁸ TOLEDO, 1996, p. 32.

¹⁹ SÃO PAULO (cidade, 1905).

Os viveiros que funcionaram na Luz e na Água Branca, e mais um mini-viveiro, dentro do jardim da Luz, para flores, foram os abastecedores dos jardins públicos da cidade até 1928, quando se transferiram para os terrenos da várzea do Ibirapuera ²⁰.

Plantaram-se ali 100.000 mudas de essências vegetais. Com muita água e localização central, a implantação do viveiro do Ibirapuera deu lugar às sementeiras e à formação de inúmeras árvores para arborização, arbustos e plantas de vasos, pois para lá se transferiu também a estufa do viveiro do Jardim da Luz.

Nesta nova localização, a antiga Administração dos Jardins, já denominada Administração dos Parques, Jardins e Cemitérios era chefiada por Arthur Etzel, filho mais velho de Antônio e seu primeiro ajudante desde 1905. Permaneceu no cargo até 1934 sendo substituído na administração do prefeito Fábio Prado por Manuel Lopes de Oliveira Filho, o Manequinho Lopes, como diretor da Divisão de Matas, Parques e Jardins. ²¹

A estrutura criada desde os primeiros anos da República e ampliada até 1915, capacitou a Administração dos Jardins a atender à arborização e ao ajardinamento da cidade e ainda fornecer plantas a outros interessados, como instituições estaduais, câmaras municipais no estado e fora dele, hospitais, mosteiros, clubes, fábricas e residências particulares, estas a maioria. Este movimento se tornou expressivo justamente a partir de 1915, fazendo da Administração dos Jardins um verdadeiro promotor do “verde”, público e privado, na cidade.

²⁰ A ideia da formação do parque Ibirapuera está registrada no relatório de 1926, mas foi só em 1928, com o fim do litígio que envolveu a posse dos terrenos devolutos da Vila Clementino, que se deu a transferência dos viveiros municipais da Água Branca e do Jardim da Luz, tendo sido iniciados, um ano antes, os primeiros trabalhos de preparo da terra e plantio.

²¹ Arthur Etzel passou a um cargo de subdivisão, reocupando sua posição com a morte de Manequinho. Foi renomeado em 1938 e permaneceu nesta função até 1959, aposentado compulsoriamente. Foi então nomeado Administrador do Parque Ibirapuera, posto que exerceu até 1971, ano de sua morte. ETZEL, 1987.

Além do âmbito do Estado, encontramos doações a prefeituras municipais de estados sulistas e mineiros e ainda à Prefeitura de Montevideu, no Uruguai (1916).

Medir o quê e para quem foi enviado pode ser uma interessante maneira, ainda que indireta, de conhecer como (com que desenho, com que repertório) se criaram os jardins públicos de tantas novas cidades - muitas nascidas republicanas - e ainda outras fora do estado ou do Brasil.

Desse seu papel decorre um outro: o de influenciador da composição dos repertórios de jardins para onde quer que a Administração dos Jardins tenha doado e fornecido plantas. Isso parece estar sugerido nos relatórios: “As mudas de plantas doadas foram das mesmas espécies plantadas nas ruas e jardins da cidade”²²

Se as alterações de repertório vegetal, observadas nos espaços públicos, podem ser uma medida de mudança daquilo que os viveiros produziam, então os jardins beneficiados pelas doações da prefeitura perceberam as mesmas mudanças de repertório.

Mas tal não sucedeu de imediato. Pois notamos, por exemplo, que enquanto o plátano (*Platanus orientalis*) deixou de ser utilizado nas ruas de São Paulo em 1911, ele ainda continuava sendo distribuído para outras cidades do interior paulista, e por muitos anos ainda o faria. E o mesmo ocorreu com outras espécies de pouca ou menor participação nos espaços públicos. Quando, a partir de 1919, pontuados pela reforma do Parque Paulista (Trianon,) esses viveiros se voltaram à produção de novas espécies, nativas e de porte arbóreo sobretudo, passando a fornecê-las em participação crescente, o inverso foi notado quanto às espécies de participação mais antiga, ou seja, são cada vez menos produzidas e oferecidas.

Portanto, podemos crer que as mudanças de repertório foram devidas a mudanças de escolha, mais do que de capacidade de produção nos vi-

²² A observação aparece em todos aos anos a partir de 1915.

veiros. Mudanças de rumo na adoção dos repertórios vegetais. Verdadeiras mudanças de atitude que se fizeram no sentido do público para o privado.

Há ainda uma última observação: a disseminação promovida pelo Estado, dos resultados das pesquisas florestais. Foi feita no último período do nosso recorte temporal e, pelo que indicam os cruzamentos entre coleções nos dois âmbitos - estado e município - através de distribuição direta. Não foi possível concluir que essas espécies, ou quantas delas, foram incorporadas de imediato na estrutura de produção dos viveiros municipais. As lacunas, nos relatórios estaduais, também não nos ajudam no acompanhamento *pari passu* da disponibilização para remessa à cidade, ora por apresentarem informações incompletas, ora por haver discrepâncias. Porém, o fato é que nasceu uma nova concepção de repertório paisagístico, formado sobretudo por elementos da flora autóctone, que efetivamente começa a fazer parte dos nossos espaços públicos. Repetimos a frase já dita: mudanças de atitude.

Capítulo 2. Espaços públicos municipais

I. AS INTENDÊNCIAS

Sanear, alinhar, embelezar

Em tempos de modernização da cidade, com seu espaço sendo objeto de várias ações de cunho saneador, por grandes investimentos pelo governo do Estado e por empresas de capital estrangeiro, coloca-se claramente, a necessidade de transformar seus logradouros públicos.

No nível do disciplinamento do uso do espaço urbano, o código de posturas de 1886, somado ao Padrão Municipal das construções, definiam as bases de uma cidade que desejava se modernizar, à medida que exigiam “ruas retas tanto quanto o terreno permitir”, praças quadradas com 25 metros. Porém também regulamentavam os espaços privados, determinando pés direitos, áreas construídas e áreas para jardins; cortiços e cubículos com 30 metros quadrados para jardim e gramados, proibição de muxarabis nas janelas ou de animais criados soltos nas ruas. Trata-se da definição de um conjunto de medidas destinadas a melhor caracterizar um espaço onde se desenvolverão novas práticas urbanas.

Essas medidas vêm no bojo da vigência de novos padrões de vida pública e privada trazidos pelos princípios higienistas que vigoraram em todo o mundo e estiveram na base da reformulação do espaço urbano por sistemas modernos de abastecimento e de infra-estrutura urbana.

Em São Paulo, o Código Sanitário Estadual de 1894 determinou a aplicação desses princípios higienistas na orientação e localização de edifícios públicos (escolas, hospitais, necrotérios, mercados, matadouros, lavanderias), na largura das ruas vinculada à altura das edificações, na construção da habitação, - seus pés-direitos, número de andares - e,

em item especial, detendo-se na localização e construção dos cortiços, “habitações coletivas das classes pobres”.

Os espaços públicos foram alvo de medidas de saneamento, através de melhoramento e embelezamento.

São Paulo conhecerá melhoramentos e embelezamentos somente nas três últimas décadas do século XIX, com as divisas provenientes da produção e comércio do café, mas como ação direta, orientada por um governo estadual, agora dotado de autonomia política e legislativa, somente após a proclamação da República.

Administrou a cidade de São Paulo, entre 1890 e 1899, o governo das Intendências, na transição para a prefeitura. Sob a atuação das intendências, - câmara de vereadores e intendentess municipais - a cidade conheceu um crescimento explosivo. Entre o atendimento de questões de abastecimento da cidade, de limpeza pública, de cemitérios e de matadouros municipais, de calçamento, de regularização e inspeção dos quiosques, também estão aquelas que dizem respeito às retificações de alinhamentos, sob indenização aos proprietários de terrenos.

Vemos, nesse período, diversas iniciativas em torno da regularização de logradouros públicos, em que predomina a preocupação do alinhamento associada ao melhoramento. Preparar o logradouro público para receber iluminação, regularizar os leitos carroçáveis para a passagem dos bondes, pavimentar. Arborizar.

Arborização exótica

A arborização urbana não era iniciativa inédita na cidade; mas experimentou, a partir do governo das intendências sua primeira aparição de forma sistemática, sob um aparato em formação, de fomento da arborização e modificação da imagem urbana.

Suas motivações são claras e seus modelos também: a árvore urbana é ao mesmo tempo símbolo, aspiração e condição de salubridade²³. À sua presença se creditava a purificação do ar e a anulação dos efeitos dos miasmas gasosos.

A Inspetoria dos Jardins Públicos da Capital se encarregava da manutenção dos logradouros que fossem ajardinados. Os melhoramentos, que envolviam regularização, nivelamento, e o embelezamento, ligado à pavimentação, arborização e equipamentos como iluminação e mobiliário urbano, eram propostos pelos engenheiros de distrito: em 1894 eram 2, coordenados por Eugênio Guilhem²⁴ (Consolação, S. Cecília, V. Buarque, S. Efigênia, Campos Elíseos, Barra Funda, Água Branca, Bom Retiro e Luz) e José Floriano Ortiz (Brás, Liberdade e todos os bairros de leste e sudeste); em 1897, já somavam 5: norte da Sé, sul da Sé, S. Efigênia, Consolação e Braz. O 1º distrito, sob Guilhem, era o que concentrava mais obras de melhoramentos.

Detectamos, a partir de 1892, pelos relatórios apresentados à Câmara Municipal e pelas imagens hoje no Departamento do Patrimônio Histórico, o registro da arborização dos primeiros logradouros da São Paulo republicana, e todos os cuidados que as envolviam:

As grades collocadas por esta Intendencia o foram na rua Aurora, uma das mais bellas desta Capital; infelizmente porem, centenares de árvores exigem

²³ A noção de salubridade nasceu associada à organização da medicina científica, com a Revolução Francesa; "...não é a mesma coisa que saúde, e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos constitutivos, que permitem a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de higiene pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio, que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde. Salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no século XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle político-científico deste meio" Foucault apud SEGAWA, 1988, p. 36.

²⁴ Personagem ativo do período, Guilhem foi também vereador e vice-prefeito de Antônio Prado; foi autor da proposta Freire-Guilhem para os Melhoramentos da Capital em 1 1911.

o mesmo cuidado, sem que se possa dispensar-o por falta de verba²⁵.

Talvez não fosse exagero do intendente o “centenares”, se consideradas as arborizações já existentes, feitas no governo de João Theodoro, mas nesse ano a arborização urbana se resumia a dois logradouros centrais e mais a avenida Paulista, recém-abertas, arborizadas por particulares.

O desejo de ordenação e racionalização do espaço se expressou na criação em 1896 de uma Comissão Técnica de Melhoramentos da Cidade, à qual incumbia a “organização do plano ou projeto geral da cidade, fazendo para esse fim os serviços necessários e confeccionando os planos técnicos gerais, parciais e detalhes para o conjunto das obras ou edificações a executar, para retificações, melhoramentos, embelezamentos e tudo o que seja necessário para que a cidade seja colocada em condições estéticas e confortáveis”²⁶

A partir daí são inúmeros os estudos de alinhamento, levantamentos de campo para nivelamentos, projetos relacionados com alinhamento e nivelamento para colocação de árvores, projetos de arborização, propostas para ruas e avenidas e até um restaurante no Jardim Público, pavilhões para mercados, necrotérios²⁷.

São intentos de modernização do espaço urbano através da figura do engenheiro, que simboliza a intervenção racional e ordenadora na

²⁵ SÃO PAULO (cidade), 1894.

²⁶ TOLEDO, 1996, p. 66.

²⁷ Localizamos no relatório da Intendência de Obras de 1896 um documento interessante, denominado “Relatório dos Serviços feitos durante o anno de 1896 pelo Abaixo Assignado”, com mais de 70 projetos realizados e comentado no final da seguinte maneira: “*Todos estes trabalhos foram , tão somente, feitos por mim, como se pôde verificar das cadernetas existentes na Repartição, testemunhas do pessoal do campo e de particulares. S. Paulo, 15 de dezembro de 1896. George Bertold, “Membro da Sociedade dos Engenheiros, Auxiliar Technico”* O engenheiro lista um volume imenso de serviços prestados e projetos elaborados para a Intendencia, com 79 itens. SÃO PAULO (cidade) Relatório de 1896 apresentado pelo Intendente de Obras.

cidade, e o projeto, o desenho que antecipa a obra, conferindo-lhe legitimidade. A fundação da Escola Politécnica, em 1893, foi de fundamental importância para a formação de gerações de profissionais atuando na cidade e criando um meio propício a debates como aquele que se deu em torno dos chamados Melhoramentos, envolvendo também a imprensa e diversos setores da sociedade.

Entre 1893 e 1898 eram 15 os logradouros arborizados, entre ruas e largos, além dos jardins da Luz, do Palácio, do Piques, de S. Bento.

Na leitura dos documentos iconográficos dos logradouros públicos no período, sobressai-se a associação constante entre a regularização e o alinhamento – ações de nivelamento do terreno, pavimentação a pedregulhos e macadame, definição de limites entre o espaço do veículo e o espaço do transeunte, concordância entre perímetros de largos e ruas, alinhamento de construções – e a arborização. O termo empregado é aliás sugestivo do papel e do valor da vegetação na definição de limites, o que remete diretamente à definição de desenho dos lugares, à requalificação do espaço, à transmissão de uma noção de modernização: arborização de alinhamento.

A arborização viária pode ser feita com o auxílio de fotografias; já aquela realizada em largos e praças está parcialmente documentada por desenhos feitos pelos engenheiros municipais responsáveis pelos distritos; esses documentos hoje estão zelados pelo Arquivo Histórico Washington Luís, do Departamento do Patrimônio Histórico Municipal.

Quase que invariavelmente, as propostas podem ser descritas como de arborização de alinhamento contornando o perímetro do logradouro, incluindo ou não arborização interna em malha com espaçamentos rigorosamente observados, entre 6 e 8 metros.

Vemos a mesma solução adotada na reforma do jardim do largo S. Bento, no largo do Paissandu, num dos projetos para a Praça da República, no largo da Concórdia, no largo da Liberdade, no largo S. Francisco, entre 1892 e 1899.

São malhas regulares definidas pelas árvores, em seus espaçamentos regulares e bancos alternados entre as linhas. Uma opção de desenho que se manteve até a entrada do conselheiro Antônio Prado como prefeito, Victor da Silva Freire como Diretor de Obras Públicas e Antonio Etzel como Administrador dos Jardins. É então que a linguagem de desenho dos logradouros assumirá integralmente a opção pelo pitoresco, com o aporte de uma variedade de novas plantas produzidas nos viveiros municipais.

Dada a ainda pequena estrutura e recursos da Intendência, os trabalhos de arborização e ajardinamento eram feitos por particulares, conforme regulava o código de Posturas:

A Câmara promoverá a arborização dos pátios, largos e ruas, em que por sua largura isso fôr possível, podendo estabelecer um prêmio para quem se encarregar desse serviço, que se considerará concluído, para ser recebido, quando as árvores estiverem em suficiente estado de robustez. A Câmara, no plantio dessas árvores, procurará aquelas que forem de grande duração, não das que crescem muito, e que sejam frondosas.

Código de Posturas, 1886, art. 75

Um ato executivo aprovado em 1896 determinava que os particulares arborizassem, às suas custas, as frentes das propriedades, após solicitar o alinhamento pelos engenheiros da Câmara²⁸. Mas ia além: especificava com que espécies deveriam ser arborizadas as calçadas. “As

²⁸ A obrigatoriedade do alinhamento prévio e a presença do engenheiro da Câmara, são disposições que já aparecem no código de Posturas de 1886 e no âmbito estadual, no Código Sanitário de 1894; no Congresso de Engenharia e Indústria de 1900, realizado no Rio de Janeiro, ainda eram recomendadas, no mesmo espírito de sanear como medicalizar o espaço doente da cidade: “obrigatoriedade da prévia fixação de linhas gerais a que devem ficar sujeitos os arruamentos e nivelamentos das novas povoações e o desenvolvimento das existentes.” E ainda a necessidade de “haver em todas as Municipalidades, o cargo de Engenheiro”, símbolo da presença de racionalidade e ordem na organização do espaço. E ainda: “regras geraes que se devem prescrever para todas as construcções nas cidades, tendo especialmente em consideração as condições peculiares ao nosso país” *apud* SEGAWA, 1988.

qualidades das espécies serão de preferência: carvalho, magnolia amarella, ficus benjamina, accacias, platanus orientalis, grevillea robust, eucalyptus gigante, flamboyant, tulipeira”.

Nesse mesmo ano de 1896, aparece registrado um novo colaborador: o Instituto Agronômico de Campinas. Reorganizado dentro do espírito de ênfase à ciência e à pesquisa que caracterizou o período republicano, o Instituto passou daí para frente a ser um fornecedor constante:

Do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Instituto Agronômico de Campinas têm vindo diversas espécies de plantas, algumas das quais ainda não possuíam os nossos jardins ²⁹

Nos 15 logradouros tratados pela intendência, sete espécies vegetais aparecem de forma constante: magnólia amarela (*Magnolia champaca*), plátano (*Platanus orientalis*), grevília (*Grevillea robusta*), eucalipto (?), cedro nacional (*Cedrela fissilis*), andassu (*Joannesia princeps*) e “pinhão” (*Araucaria angustifolia*). As quatro primeiras, de origem exótica, predominaram e as demais, três essências nativas, ocorreram em apenas 4 dos 15 logradouros; ainda assim, apareceram sempre associadas a uma ou mais exóticas.

O andassu carioca

O andassu (*Joannesia princeps*) é uma espécie nativa do Rio de Janeiro e São Paulo e foi uma das espécies novas descritas por Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), autor da Flora Fluminensis, homenageando d. João VI.

A presença dessa planta aqui em São Paulo foi pequena e iniciou-se com a arborização da avenida Tiradentes no ano de 1896. Eduardo Etzel, em suas memórias sobre a infância no Jardim da Luz lembra-se

²⁹ SÃO PAULO (Cidade), 1896.

dos andassus, de frutos semelhantes a abacates, de que só soube o nome quando esteve no Rio de Janeiro: “Recentemente, viajando pelo estado do Rio de Janeiro, vi numa imponente aléia na entrada de uma fazenda do tempo do Império, as grandes árvores conhecidas da minha infância. Perguntei o nome a um passante, era o indaiá-açu”³⁰

Sua presença provavelmente está associada à intensa pesquisa do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, que foi diretor geral de matas e jardins no Rio Imperial, pois a espécie também integra a coleção de plantas cultivadas no Campo de Santana e no Passeio Público da cidade, no ano de 1885 ³¹.

Em São Paulo depois de estreitar na avenida Tiradentes, ele ocorreu entre até 1908, de forma descontínua, e sua presença não parece ter sido senão pontual, embora seja grande o número de logradouros onde apareceu: largo dos Guayanases (1896), rua Paraíso, alameda Nothmann, avenida Paulista, largos S. Bento, do Carmo e S. João (entre 1900 e 1904), largo Brigadeiro Galvão e praça João Mendes (1906), avenida Água Branca (1907) e largo 13 de Maio (1908).

O eucalipto cosmopolita

É primavera, escuta o Burle Marx:
Diz que havia jardins
Em torno das casas,
Havia matas
A cavaleiro das cidades,
Florestas
Onde o jacarandá e o mogno conversavam

³⁰ ETZEL, 1987, p. 91

³¹ RIO DE JANEIRO (Estado). Relatório apresentado a Assembleia Geral na Primeira Sessão (...) pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas João Ferreira de Moura, 1885. TERRA, 2000.

A conversa de séculos.
(Fecharam o bico,
chegado o eucalipto.)

Carlos Drummond de Andrade, excerto do poema *E aconteceu a Primavera*³²

De seu uso inicialmente agrícola, como elemento de apoio a culturas hortícolas, como cita Frederico de Albuquerque ao relatar a aceitação de algumas espécies do gênero eucaliptus, que ele introduziu em 1862 entre fazendeiros no Rio Grande do Sul, o eucalipto se espalhou.

Acompanhando Frederico de Albuquerque em sua chegada ao Rio de Janeiro, o eucalipto apareceu na Quinta da Boa Vista³³. Foi tornado urbano na cidade de Vassouras, em 1871 povoando suas ruas e Jardim Público³⁴, e a partir daí incorporou-se à vida e à cultura urbana.

A preocupação com as reservas de madeira utilizadas como lenha, como dormentes e também como material para construção de vagões, fez do eucalipto um objeto de pesquisa de interesse das companhias de estradas de ferro. A cultura metódica e em larga escala em São Paulo e talvez mesmo de todo Brasil, foi iniciada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Determinou a criação dos primeiros hortos não públicos, depois ampliando suas pesquisas e dedicando-se a outras essências florestais, como aconteceu com o Horto da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Jundiaí, Rio Claro, Boa Vista, Rebouças, Cordeiro e mais treze hortos da Companhia. Isso levou à formação do que seria a maior pesquisa do gênero eucalipto fora de seu país de origem, a Austrália.

³² ANDRADE, 1977.

³³ ANDRADE, 1911. O autor creditou ao entusiasta A. Pereira da Fonseca a propagação do gênero no Rio de Janeiro. O mesmo papel desempenhou Luiz Pereira Barreto em São Paulo.

³⁴ Seu aparecimento aqui se deu praticamente em simultâneo com a introdução na Europa e nos Estados Unidos. ANDRADE, Edmundo Navarro de. A cultura do eucalyptus, por Edmundo Navarro de. S. Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1909.

Suas qualidades de crescimento e resistência promoveram sua primeira e principal disseminação. Entre as pesquisas realizadas pelo Horto Florestal do Estado, a cultura e a distribuição do eucalipto tinham primazia sobre todas as outras espécies.

Edmundo Navarro de Andrade, iniciando seu estudo do eucalipto nessa Companhia, e prosseguindo no Horto do Estado, introduziu mais de uma centena de espécies, publicou numerosos artigos sobre o cultivo do gênero e tornou-se eucaliptólogo de projeção mundial

Mas a presença e a imagem do eucalipto na cidade brasileira está ligada à própria implantação do Urbanismo moderno, em que as questões sanitárias estão na raiz da criação e da reforma dos espaços urbanos. Saturnino de Brito, maior expoente do Urbanismo sanitário no Brasil, em sua proposta de expansão da capital capixaba, em 1896, o “Novo Arrabalde”, enquanto propunha o aterro e o corte das árvores do mangue ali existente, promovia a plantação do eucalipto em larga escala, incorporando-o no sistema de drenagem permeável e fazendo dele referência na paisagem da cidade salubre³⁵.

Em São Paulo, a necessidade de “ enxugo ” de áreas alagadiças e insalubres requisitadas para ocupação encontrou no eucalipto uma opção, chegando ao ponto de ser regulamentado no próprio Código de Posturas de 1886: Nos lugares pantanosos e nas varzeas [a Câmara] promoverá a plantação de “ eucalyptus globulus ” na maior escala que fôr possível. Código de Posturas, art. 75³⁶.

Seu uso foi preconizado e praticado durante todo o período das Intendências e se estendeu até 1905. O eucalipto esteve presente nos lo-

³⁵ ANDRADE, 1999, p. 196.

³⁶ SÃO PAULO (cidade), 1886. Art. 75

gradouros previamente à sua regularização e calçamento, como também como espécie de arborização ornamental em largos e ruas.

Deixou de aparecer na arborização urbana em 1906, o que coincide com o primeiro corte intercalado de arborização realizado pela prefeitura, quando presume-se que foi substituído. Há alusões de que o conselheiro Antônio Prado teria pedido a sua supressão das ruas, em virtude dos danos à canalização de esgotos causados pelas raízes³⁷.

Uma associação única e curiosa na cidade colocou lado a lado, na várzea do Carmo, em 1893 e 1905, a “araucária ancestral e o eucalypto cosmopolita”, dois elementos excludentes na paisagem paulista como Paulo Prado citava em Paulística:

Em São Paulo, está prestes a se extinguir, numa mutação de scena, o primitivo quadro em que se desenrolou a sua história. Quem procura adivinhar o segredo das épocas passadas deve apressar-se para fixar o desenho e o colorido dessa paizagem. Um exemplo frisante e visível é a substituição da araucária ancestral pelo eucalypto cosmopolita. O solar do latifundio, alvejando em meio dos seus bananaes e limoeiros, vae assim perdendo o aspecto peculiarmente paulista ao lado da arvore de importação, que lembra outras terras e outras gentes.³⁸

II. 1899 A 1911

O jardim da luz: um modelo

A imagem da “São Paulo Belle Èpoque” está estreitamente vinculada à presença da arborização e do ajardinamento, que segundo um

³⁷ BRUNO, 1984.

³⁸ PRADO, 1934, p. 222

almanaque citado por Aracy Amaral, consistiam os maiores atrativos da cidade, juntamente com os edifícios monumentais do Palácio do Governo do Estado, em praça ajardinada juntamente com os prédios das Secretarias da Justiça, Segurança Pública Agricultura e Fazenda, além do Palácio dos Campos Elíseos, (...) da Escola Normal, da Escola de Comércio Álvares Penteado, a Politécnica, o Museu do Ipiranga e, evidentemente, o grande Teatro Municipal, além da Estação da Luz, “sem rival na América do Sul” e “uma das mais notáveis do mundo”³⁹

O interesse pessoal do conselheiro Antônio Prado pela modernização da cidade se traduziu em sua intervenção pessoal nos assuntos de arborização e ajardinamento: esse procedimento já é claro desde que assumiu a prefeitura: teria pessoalmente visitado o velho Jardim da Luz, “achando tudo muito provinciano”.

Sua primeira providência foi o levantamento de uma planta detalhada do jardim. Após sucessivas subtrações em sua área, primeiro para a construção da Estação da Luz, depois da Escola Modelo (Prudente de Moraes), em 1895, e o Liceu de Artes e Ofícios(1900), que lhe tirou a frente para a avenida Tiradentes, a prefeitura adquiriu em 1901 terrenos particulares junto à rua Ribeiro de Lima e ampliou seu perímetro, ficando com sua forma final já em 1901.

Em seguida promoveu uma reforma de grandes proporções, acomodando os elementos do traçado antigo na área disponível e transformando-o num ponto de encontro das famílias paulistanas, e principalmente dos moradores próximos. Ali também tocava a banda da Força Pública contratada junto com as reformas, para tocar semanalmente.

Encomendou a construção de novos equipamentos e construções no jardim: o “canudo do dr. João Theodoro”, que servira como

³⁹ AMARAL, 1979, p. 42

observatório foi destruído. Sua função de ponto privilegiado para as vistas panorâmicas da cidade conforme se observa pelas fotografias de Militão, seria assumida agora por outra torre, a da nova estação da Luz. Surgiu um pavilhão restaurante, o “kioske da Bavária”, coretos, sanitários, mini- jardim zoológico⁴⁰. Repuxos e lagos novos atestam ainda que o abastecimento de água do jardim, problema antigo que afetava sua manutenção, já estava regularizado. Ainda uma nova residência para o administrador foi construída ⁴¹.

O “aformoseamento” da cidade começou, assim, com o jardim da Luz, dentro de uma intenção de aristocratizar o uso do espaço público, para o que concorreu a adoção de um modelo de desenho, uma imagem ansiada, traduzindo-se num verdadeiro código de uso.

As novidades também incluíram reformas na área plantada: a adoção de gramados pela primeira vez num logradouro público, a plantação da alameda circular das jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) concentradas no centro dos gramados, abolindo as velhas cercaduras em plate-bande. Três entradas por portões de ferro.



Fig.2. Jardim da Luz em 1900. Desenhos para o coreto e o quiosque. O coreto definitivo foi construído por Maximiliano Hehl em 1901. O “quiosque da Bavária” é o mesmo que aparece neste desenho do engenheiro municipal Maurício Rosa, e que abrigou um restaurante explorado pela companhia. (fonte: SIURB)





Fig.3. Jardim da Luz em 1905. Planta litografada por Jules Martin, em que o logradouro aparece já remodelado e equipado. As árvores estão representadas por cruzinhas junto aos passeios. Após várias alterações em sua área original – perdendo parte do terreno para a estação da “Ingleza”, para o Liceu de Artes e Ofícios e para a escola Prudente de Moraes, e acrescendo terreno que lhe conferiria a configuração definitiva, o suprimento de água e iluminação permitiram que o jardim se equipasse. Em torno dos elementos mais antigos – como o lago em forma de cruz de Malta e as grutas, ficaram concentrados os equipamentos de uso mais intenso – coretos, quiosques; a área mais nova anexada foi destinada aos animais; entre as duas e a antiga entrada principal do jardim, junto à avenida Tiradentes, onde se construíram o liceu e a escola, ficou o “bosque”. Junto À casa do administrador vêem-se os viveiros descritos por Etzel. Articulando o conjunto e dirigindo os trajetos ao interior do Jardim, estão as alamedas arborizadas. (fonte: MARTIN e PESTANA, 1905)

Jardins: o pitoresco salutar

O período 1899 – 1911 testemunhou um enriquecimento expressivo do repertório vegetal, que se ampliou para 36 essências diferentes entre espécies de arborização e espécies de jardim.

Nessa grande variedade, 90 % é de origem exótica, o que se explica pelos progressos na botânica e na horticultura mundial e seus intercâmbios com instituições e estabelecimentos horticolas de importância fundamental para a disseminação de um repertório universalmente aceito

e divulgado pelos manuais, revistas e almanaques. Seu emprego era recomendado, em vista de resultados espaciais conhecidos e esperados na composição do jardim e da alameda.

Das 36 espécies constantes do período, 12 se destacaram nos jardins⁴²: araucária excelsa (*Araucaria excelsa*), ciprestes (*Cupressus sempervirens*), pinus (*Pinus sylvestris*), tuias (*Thuya occidentalis aurea*). E ainda: palmeira-fênix (*Phoenix austerifera*), tamareira-das-canárias (*Phoenix canariensis*), palmeira-latânia (*Latania borbonica*), Areca-bambu (*Dipsys lutescens*), pândano (*Pandanus utilis*).

Três espécies arbustivas são também recorrentes: hibisco (*Hibiscus rosa-sinensis*), agave (*Agave americana*) e *Cordyline terminalis*. Espécies plantadas e replantadas nos jardins da cidade, e de uma continuidade impressionante no intervalo 1900-1911, como revelam os relatórios anuais.

A interessante predominância de coníferas e palmeiras entre as árvores remete diretamente aos modelos utilizados: a opção pelo pitoresco e pelo exótico.

O pitoresco baseou-se em princípios da pintura paisagista para propor que a composição do jardim estivesse baseada em sequências visuais definidas pela plantação em anfiteatro (o “theatrical planting”, característica do jardim inglês desde o seu aparecimento no século XVIII), e por maciços de vegetação que definiriam planos de observação; a estrutura do jardim pitoresco estava baseada na noção de espaço proporcionada pelos maciços, em que a variação cromática e a textura importam para o efeito de profundidade espacial.

⁴² Referimo-nos ao número de espécies, no sentido de verificar a variedade de repertório; quanto à quantidade de indivíduos plantados, que permitiria avaliar a intensidade de sua presença, nada podemos avaliar pois esses dados inexistem nos relatórios anuais de prefeitura; por outro lado, há dados relativos a número de mudas em arborização urbana, o que nos autorizou às conclusões aqui expostas sobre a predominância absoluta do plátano e do alfareiro.

A escolha de espécies baseava-se por isso, nos efeitos texturais e nas tonalidades verdes das plantas; tratados de jardins utilizados aqui como o editado por Gressent em 1880⁴³, sugeriam plantas pela tonalidade de verde da espécie. Assim, o vernizeiro do Japão (*Ailanthus glandulosa*) pelo seu verde brilhante recomendava-se para grupos, enquanto a acácia, (*Robinia pseudoacacia*), podia ser vantajosamente plantada isolada, pois seu verde opaco era compensado pelas flores expressivas que ostentava.

Nessa palheta, as coníferas tinham a função singular de garantir o “verde permanente” e por isso deveriam ter presença garantida. A obra *Parcs et Jardins au commencement du XX-ème siècle*, escrita pelo colaborador de Bouvard, Jules Vacherot, recomendava:

O agrupamento de resinosas é um recurso poderoso mesmo se sua presença em alguns casos não se justifique naturalmente. Ele tem a vantagem de proporcionar o verde no inverno e no verão e conferir uma nota de fundo que contrasta com todos os outros verdes(...) Devem ser colocadas bem à vista nas passagens e mais particularmente nos flancos dos maciços(...), nos cruzamentos e de preferência nas clareiras Jules Vacherot, 1908⁴⁴

Sua presença era obrigatória em todos os maciços para garantir a integridade da volumetria mesmo na estação fria. Preceitos elaborados para converter o pitoresco num modelo universal, sendo indiferente que se expressassem cronológica ou geograficamente⁴⁵

⁴³ GRESSENT , 1880. O exemplar que consultamos foi doado à Biblioteca da Escola Politécnica em 1911, juntamente com outros, do mesmo teor; por Alexandre Albuquerque; certamente devem ter pertencido ao seu pai, o horticultor Frederico Albuquerque, de quem já falamos anteriormente

⁴⁴ VACHEROT, 1908.

⁴⁵ SOTO CABA, 1983.

A origem desse repertório é variada, porém nenhuma entre as espécies é brasileira. Eram muitas as pátrias: Austrália, Ilhas Canárias, Madagascar, Ilhas do Pacífico, China e Japão, Canadá e América Latina. Uma diversidade de origens que revela serem os jardins públicos os salões de uma verdadeira exposição ao ar livre, onde o sentido de coleção revela o papel educativo e moral da natureza.

A presença das palmeiras tem aí um papel fundamental de concretizar, no jardim, a construção da cena exótica. Instrumentalizada no século das Luzes pelo desenvolvimento da botânica e fomentada pelas expedições de coleta, sua aplicação foi feita em estufas nos jardins botânicos e em escala real nos próprios contextos geográficos de origem das plantas.

Aqui na América do Sul, no âmbito do jardim público, esse trabalho foi desenvolvido a partir de meados do século XIX por profissionais como Glaziou e Villon, no Rio, Charles Thays, Edouard André e Forestier, na Argentina e Uruguai, revestindo-se de um caráter verdadeiramente experimental. Esses profissionais trabalharam sistematicamente na identificação de material vegetal local e transposição para a linguagem do pitoresco que promoveu sua disseminação. O arquétipo do jardim exótico foi construído com o aporte de repertórios universais, em que a palmeira possui uma forte dimensão representativa. Daí sua presença marcante nos jardins desse período.

Influência dos modelos

Em São Paulo, os preceitos do jardim pitoresco se associaram ao salubrismo com base na ciência positiva trazida com a República e atuaram fortemente na configuração do espaço urbano. Praças adornadas de jardins eram equipamentos sanitários que simbolizavam uma nova era, civilizada pela higiene e por uma configuração da paisagem urbana enquanto obra de arte.

Os “conceitos do “verde sanitário” e do “verde decorativo”, definidos pelo arquiteto vienense Camillo Sitte na “Construção de Cidades segundo seus princípios artísticos” incorporavam as posturas do Diretor de Obras Municipais, Victor da Silva Freire.

Porém, são da escola francesa as referências paisagísticas usadas no desenho dos espaços ajardinados, contextualizadas na experiência da transformação de Paris, esse o paradigma do Urbanismo aqui.

O sistema de áreas verdes, dedicado à “higiene social e à circulação”, apropriou-se do desenho do jardim paisagista da forma como foi codificado por Thouin, naturalista do Museu de História Natural de Paris. A criação dos grandes espaços livres parisienses, comandada por Adolphe Alphand, é herdeira dessa escola. O braço direito de Alphand, Barrillet-Deschamps reorganizou os preceitos da arte dos jardins adaptando-a às grandes escalas dos espaços públicos preconizados por Haussmann. Seus sucessores e antigos colaboradores, como Edouard André e Bouvard, sendo chamados para elaborar propostas de melhoramentos fora de Paris e mesmo da França, difundiram esses preceitos de composição através de sua própria obra, integrando as influências mais intensas em nosso meio até a década de 30.

A experiência de Paris foi reunida na obra “Les Promenades de Paris”, com exemplares distribuídos para vários países, entre eles Argentina e Brasil. Na nota oficial dessa distribuição, consta o envio de um deles para o imperador D. Pedro II.

Uma obra escrita por um dos colaboradores de Bouvard parece ter sido referência para o desenho dos espaços verdes paulistanos: “Les Parcs et Jardins au Commencement du Xxème Siècle”.

Essa obra conceitua a arte da criação de jardins desde suas origens até a escola francesa, com o sistema de áreas verdes de Paris. Seguem-se

a definição dos preceitos de composição dos vários tipos e escalas de jardins, urbanos e rurais, públicos e privados, tipologias, opções adequadas de traçado, recomendações quanto à escolha e disposição da vegetação, manejo de bosques, uso da água, elementos construídos e outros artifícios de criação de visuais. É um minucioso manual, fartamente ilustrado por croquis e fotografias de jardins e parques realizados em Paris e fora dela.

O autor, Jules Vacherot era arquiteto paisagista, em 1900 sendo Jardineiro-chefe da Exposição de 1900 e Jardineiro principal da cidade de Paris. O livro teve duas edições, em 1908 e 1925. O exemplar da edição de 1908, pertencente ao acervo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, pertenceu a Antônio Etzel, certamente uma referência seguida na construção de praças e jardins de São Paulo.

Um exemplo que atesta tais referências, bem como documenta a autoria indubitável de Etzel no projeto é a praça Buenos Aires, que surgiu com área de 21.800 m² adquirida pela prefeitura em 1911 dentro do conjunto de obras que envolveram os Melhoramentos da Capital. Sua origem está descrita no livro Melhoramentos da Capital 1911-1913:

Não tendo aquella zona da cidade, a partir da praça da República, para os arrabaldes da Consolação e Hygienópolis, uma única praça, e sendo o terreno onde ora se constroe (...) não só bem localizado mas pella sua topographia original presta-se excellentemente para a construcção de uma praça ajardinada originalmente. Assim, adquiridos os terrenos, encarregou o administrador dos jardins, sr. Antonio Htezel [sic], de levantar a planta do jardim da nova praça e auctorizou o sr Htzel [sic] a executar o seu plano, que é bastante interessante e original⁴⁶

⁴⁶ São Paulo [1913]. A grafia do nome Htzel está incorreta nas duas vezes em que aparece impressa, mas sem dúvida trata-se de Antonio Etzel, administrador dos jardins.

A praça, concluída em janeiro de 1914, foi desenhada à semelhança das “squares” de Paris e tais como as descritas em *Les Parcs et Jardins*: com traçado em curvas, ondulações e volumetria criada por agrupamentos de árvores criando maciços que eram dispostos de forma concentrada em canteiros gramados. É possível sugerir que Etzel tenha tido conhecimento da obra do arquiteto paisagista francês Carlos Thays, chefe da “Dirección de Paseos” da cidade de Buenos Aires, sobre o qual se falará no item sobre o período 1912 – 1918.

A praça Buenos Aires guarda muita semelhança com o logradouro de mesma escala projetado por Thays, as “Barrancas de Belgrano”, de 1892, onde se observa a mesma solução de tratamento dos desníveis por ondulações suaves, gramados e maciços de árvores. O ponto mais alto foi reservado para a formação de um terraço cercado por balaustrada que servia como mirante. A praça, segundo Berjman, é uma das mais apreciadas realizações de Carlos Thays entre os portenhos⁴⁷.

Na praça paulistana, com a mesma disposição de terreno, permitiu a construção de um belvedere definido por balaustrada e ainda um coreto de cimento imitando madeira rústica. As obras de arte – réplicas em cimento de vasos, ânforas e grupos escultóricos encomendados da Europa por ocasião dos Melhoramentos, formaram a primeira participação programada da obra escultórica no espaço urbano, antecipando a chegada da escultura e da estatuária profissional, pelos artistas sobretudo italianos (como Nicola Rollo, Mantovani, Brecheret, Mattei) apoiados por nomes como Freitas Valle, Ramos de Azevedo e Washington Luís, a partir de 1919. Nicola Rollo, Victor Brecheret, Rigoletto Mattei, Alfredo Olini, são exemplos de artistas patrocinados por tais mecenas, cuja presença e mobilização sem dúvida atuaram no crescimento do nosso meio artístico.

⁴⁷ BERJMAN, 1998, p. 170.

A adoção do repertório de espécies da praça Buenos Aires não pôde ser verificada, pois como já citamos, não houve registros particularizados no momento de sua formação. Entretanto, no levantamento do logradouro contido em Vegetação Significativa do Município de São Paulo⁴⁸, um certo equilíbrio entre espécies perenes e caducas e a presença das palmeiras e coníferas, tão caras ao jardim pitoresco, sugere afinidade com a linguagem do jardim descrita por Vacherot.

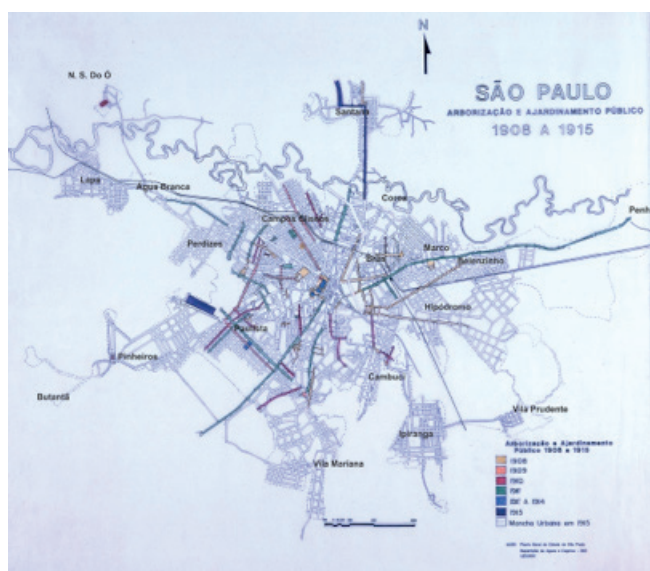


Fig.5. Crescimento da cidade e evolução da arborização e ajardinamento entre 1908 e 1915, mostrando os bairros e vias atendidos. (fonte: GUARALDO, 1995)

O plátano e o alfeneiro

A arborização urbana é uma ação de intensa participação e investimento por parte da prefeitura até 1911, sendo desse período a execução

⁴⁸ SÃO PAULO (Estado), 1988.

do maior e mais regular trabalho de plantio nas ruas da cidade. Os relatórios municipais apresentados anualmente documentam esse trabalho.

Rua a rua, são descritas as espécies e o número de mudas plantadas. São ainda discriminadas, por logradouro, as caldeiras de proteção utilizadas. Essa informação é de especial importância, pois vincula arborização ao calçamento: dispostas em volta das raízes das árvores e encimadas por grelhas em ferro aplicadas à base do tronco, em concordância de nível com o piso, forneciam assim espaço em volta da muda, necessário à aeração do solo e proteção das raízes. Como a sua existência está vinculada à pavimentação, a informação é de enorme importância para avaliar a relação entre o calçamento da cidade e a presença do vegetal em nossas ruas.

Em que pese a quantidade de espécies em nossas ruas, o plátano (*Platanus orientalis*) e o alfeneiro (*Ligustrum japonicum*) foram de longe os mais empregados, configurando a verdadeira opção para a arborização urbana em São Paulo durante um período contínuo, que começa em 1899 com Antônio Prado, e termina em 1910.

O alfeneiro (*Ligustrum japonicum*) é uma espécie arbórea da família das Oleáceas proveniente do Japão e China⁴⁹. Sua presença foi bastante expressiva na cidade, aparecendo desde os primeiros relatórios da Administração dos Jardins. É uma espécie da São Paulo do prefeito Antônio Prado. Encontramo-la registrada no relatório da Secretaria da Agricultura, em que aparece entre as espécies cultivadas do Instituto Agronômico do Estado. O primeiro registro é de 1903, e nele a planta ainda está mantida na “seção de aclimação de espécies exóticas e brasileiras do Norte”, junto com flamboyants (*Delonix regia*) africanos, tuias (*Thuya* sp.) da América do Norte e saponárias da Amazônia (entre outros)⁵⁰.

⁴⁹ USTERI, 1919.

⁵⁰ Ver no anexo, o quadro Espécies vegetais colecionadas e distribuídas no âmbito do Estado.

É possível que a sua introdução na cidade tenha sido devida ao Instituto Agrônomo. Os primeiros registros da espécie nos relatórios da prefeitura aconteceram no relatório de 1904, que reunia os trabalhos de arborização e de ajardinamento dos 5 anos anteriores.

No ajardinamento da Praça da República, entregue nesse mesmo ano, ela não está presente..

O plátano (*Platanus orientalis*) é uma árvore de intenso uso na arborização urbana na Europa. Keith Thomas afirmou, sobre a introdução de espécies hortícolas na Inglaterra, que “o século XVII presenciou o desenvolvimento do plátano de Londres, [junto com] a chegada do cedro do Líbano, e da falsa acácia, bem como a ascensão da popularidade do castanheiro-da-Índia, seguido pela tília”⁵¹.

Conforme levantou o botânico Usteri, em 1919⁵², o plátano é uma espécie original da Ásia Menor, porém seu gênero “encontra-se fossilizado nas camadas cretáceas e terciárias da Europa e da Groenlândia”. Embora tenha sido melhorado pela horticultura para uso urbano, criando novas variedades (*Platanus occidentalis*, o plátano do Canadá e *Acer platanoides*, variedade hortícola do *P. orientalis*), a descoberta de sua existência ancestral na Europa nos conduz a questões de identidade cultural. Identidade que talvez tenha levado a espécie a ser uma das principais escolhidas por Alphand para adornar os novos boulevards de Paris desenhados no último terço do século XIX⁵³.

⁵¹ THOMAS, 1996, p.252.

⁵² USTERI, 1919.

⁵³ Seu valor para os franceses deve ser realmente grande, como um elemento que já faz parte da imagem de Paris, a julgar pelo cuidado com que se monitoram os exemplares plantados nas ruas, hoje incluindo até mesmo chips instalados nos troncos de cada árvore, para controle de crescimento, doenças, agressões, senilidade e necessidade de substituição. SBAU. Congresso de Arborização Urbana. 2000. Rio de Janeiro. Conferência de Pierre... ver nas anotações o nome correto da conferência e do profissional. Assim o “sistema vegetal” de Alphand se redesenha num nível virtual, reforçando a ideia da identidade da planta com o modelo haussmanniano de Urbanismo.

Em São Paulo, além do plátano e do alfeneiro, aparece de forma expressiva, pela sua constância no intervalo, a grevília.

A grevília (*Grevillea robusta*)⁵⁴, que veio da terra do eucalipto, foi recomendada por Usteri como uma das mais adequadas para a arborização urbana (decerto por sua copa e raízes verticais, convindo à arborização de ruas em sua maioria estreitas na cidade nesse período).

O plátano deixou de ser escolhido para arborização urbana em 1911, enquanto novas espécies entravam em cena. Sendo uma planta de clima temperado, sua sobrevivência não parece ter sido tão fácil, e aqui foi suscetível a pragas⁵⁵. Pode-se dizer que esse momento marca também o início de seu desaparecimento em nossas ruas⁵⁶. Enquanto isso, o alfeneiro (*Ligustrum japonicum*), seguiu sendo empregado nos períodos seguintes e mesmo depois disso.

⁵⁴ No âmbito do estado ela só aparece em 1908, com 1000 mudas mantidas em coleções; [sic] a distribuição acontece nas próximas ocorrências, em 1910-1911, (5556 mudas), 1912 (4140 mudas), 1913 (542 mudas) e 1914 (3262mudas).

⁵⁵ Em 1985, quando visitávamos a Praça da República no curso de uma pesquisa de Iniciação Científica orientada pelo prof. Murillo Marx, e que viria a ser nosso Trabalho de Graduação na FAUUSP dois anos mais tarde, encontramos um antigo funcionário que perguntado sobre os antigos plátanos da praça, respondeu-nos que os últimos que ainda restavam, em canteiro próximo à esquina com a rua Timbiras, foram dizimados por uma praga. Assim foram-se os últimos testemunhos da arborização original desse logradouro.

⁵⁶ Encontramos alguns poucos exemplares que restaram do tempo de Antônio Prado, plantados nas ruas da cidade, como em Higienópolis e na rua França Pinto, bairro de Vila Mariana, próximo ao largo Ana Rosa, onde 4 deles ainda resistem; atestam o padrão de plantio do período – em intervalos regulares de 7 metros - mas já não são acompanhados de equipamentos como as grelhas de piso que garantiam a drenagem e a aeração do solo em volta dos troncos. Ultimamente têm sido notados em plantios novos em Higienópolis e outros locais. Em Gramado, RS, programas públicos de arborização promoveram a volta dos plátanos às ruas; em Campos do Jordão, SP, houve reflorestamento bem sucedido com a espécie por agrônomos pesquisadores da Esalq. SBAU. Congresso sobre Arborização Urbana Rio, 2000.

Nas crônicas paulistanas encontramos mencionada a aversão do conselheiro Antônio Prado aos plátanos:

Dizia o prefeito nessa época que estava farto dos plátanos e principalmente dos eucaliptos, que além de crescerem demais arrebentavam os passeios com as suas raízes possantes, danificando até a canalização de águas e esgotos. Pretendia por isso o conselheiro mandar fazer ensaios de diferentes espécies, do porte da murta, preferindo os que fossem mais floríferos e de folhagem miúda, para não sujarem as ruas nem obstruírem as bocas de lobo das águas pluviais⁵⁷.

...foram cortadas alternativamente nas ruas da cidade 6.753 plantas, sendo das seguintes espécies: *Typuana speciosa*, *Jacarandá mimosifolium*, *Magnolia amarella*, *Ligustrum* do Japão, Eucaliptos e a maior parte *Platanus*. Os troncos foram todos recolhidos aos diversos depósitos da Liméza publica, afim de serem aproveitados em tempo oportuno para moirões de cerca e em outros serviços⁵⁸.

O que teria causado essa interrupção, esse destronamento? Não estaria associado à perda de influência de um modelo? Que novas espécies – e influências – substituíram a primazia antes praticamente absoluta do plátano?

O desenho da praça da república

Depois do jardim da Luz, o primeiro logradouro a receber remodelação pela prefeitura foi a Praça da República. Ela inaugurou a extensa obra de arborização e ajardinamento da cidade, acompanhando a construção dos edifícios públicos pelo governo do Estado.

⁵⁷ SOUZA, 1946. apud BRUNO, 1984. p. 1003.

⁵⁸ SÃO PAULO (cidade), 1922, p. 141 a 144. anexos

A praça fora aberta no início do século XIX nas terras do coronel Arouche como “Praça dos Milicianos”, para exercícios e paradas militares. Como “Largo dos Curros” tornou-se local de divertimentos públicos, sediando os “curros reaes”⁵⁹ ou touradas, função que se prolongou por muito tempo, mesmo depois de ser regularizada, arborizada em todo o perímetro e rebatizada como Largo Sete de Abril.

O advento da República imprimiu novo sentido à praça. O viaduto do Chá inaugurado em 1892, transpondo a várzea do Anhangabaú em direção ao que viria a se chamar de “centro novo” franqueou o crescimento da cidade na direção de Pinheiros. Mas principalmente, um edifício escolar, alterou radicalmente sua função. A escola, e não a catedral inicialmente pensada para o logradouro, foi feita com o mesmo produto das loterias criadas para erigir a igreja, em 1888, a exemplo do Museu do Ipiranga. O “Templo matriz da instrução pública do Estado”, serviu como modelo de ensino e de tipologia de edifício escolar. Foi projetado por Paula Souza e Ramos de Azevedo e ficou pronto em 1894.

A Praça da República ganhou novo projeto, à semelhança dos executados pelo governo das Intendências. Uma das versões foi assinada pelo engenheiro municipal Ribeiro da Silva aprovada por Victor Freire em 28-08-1899. Incluía a reconstrução de todo o calçamento a paralelepípedos ao redor da praça, a cimentação dos passeios externos, a macadamização dos internos. O calçamento dos talhões arborizados seria de “pedregulho branco dos Pinheiros”, cercados por cordões de tijolos prensados. As árvores seriam o *Ficus elastica*, o *Liriodendron tulipifera* e a *Magnolia grandiflora*, esta última a ser adquirida de particulares, pois não existia nos viveiros. Os plátanos não apareciam, senão nas calçadas. Completavam os cálculos e medições de obra, as grades de proteção das árvores do passeio e os combustores de iluminação interna entre os talhões.

⁵⁹ Os eventos se davam num circo de madeira construído pelo engenheiro Daniel Pedro Müller, o mesmo autor do obelisco do Largo da Memória.

O desenho definitivo, o que se manteve até hoje, embora mutilado, veio com o primeiro prefeito. A remodelação da praça num jardim pitoresco seria modelo para os futuros logradouros na cidade. Por isso foi objeto de várias propostas: Carlos de Sérico, Tommaso Gaudenzio Bezzi, Arsène Puttemans. A definitiva parece ter derivado do projeto de Bezzi, o arquiteto do Museu do Ipiranga. O lugar foi cercado no final de 1902 e inaugurado dois anos mais tarde.

A linguagem e o repertório do seu desenho podem ser flagrados no levantamento feito por Alfred Usteri em 1919. Houve, sem dúvida, acréscimos ao repertório, pois notamos espécies que só surgiram após 1915 na cidade (tibouchinas, jerivás, jacarandás mimosos). Entretanto, é possível afirmar que a configuração do logradouro revelada pelo desenho de Usteri está muito próximo do que teria sido o original, pois suas características principais se assemelham aos modelos seguidos por Vacherot, Tahys e outros paisagistas já mencionados.

Em termos gerais o jardim se organiza por um espaço amplo no centro, para o qual converge a aléia de plátanos que nasce na parte que faz canto com a rua Ipiranga e a Escola Normal, estendendo visualmente o eixo da avenida S. Luiz. No centro também estão os lagos, de desenho recortado, ocupando vários canteiros, interligados por meio de pontes em madeira e gradis de ferro forjado. O restante dos caminhos articula-se com esses dois elementos e leva às 8 entradas da praça. Os eixos das entradas se alinham com o das ruas no entorno.

A porção da praça junto à rua do Arouche, Vieira de Morais e 24 de Maio, foi resolvida com árvores de maior porte: ali predominam coníferas e figueiras, dispostas em canteiros extensos; a parte mais próxima à avenida Ipiranga reúne palmeiras, árvores e muitos arbustos, principalmente junto ao lago. A água que o alimentava era proveniente de um poço artesiano especialmente projetado.

A associação entre as coníferas, as árvores de porte e as palmeiras é sempre constante e aparece em todos os canteiros. O traçado sinuoso do jardim não obedece a simetrias, porém, nos passeios junto às entradas e em alguns pontos ao longo dos caminhos, as plantas, como as palmeiras imperiais, estão dispostas, nos dois lados, de forma espelhada, à maneira de pórticos.

III. 1912 A 1918

A cidade em obras (melhoramentos da capital)

A execução dos Melhoramentos dominou todo o período entre 1912 e 1914, como se pode apreender pelos relatórios municipais apresentados pelo prefeito Raymundo Duprat à Câmara Municipal. O triênio foi inclusive reunido num único relatório.

Uma quantidade imensa de leis e decretos dirigiu as intervenções na cidade: Raymundo Duprat, o prefeito que sucedeu o conselheiro Antônio Prado arrolou vinte deles já em execução na passagem de administração e mais sessenta e três entre 1911 e 1913.

Ruas desapareceram, quarteirões inteiros foram demolidos. Ao final surgiram a praça Patriarca, os viadutos Santa Efigênia e Boa Vista, a avenida S. João, a nova rua Líbero Badaró, a igreja de S. Bento, o início da construção da catedral da Sé, a conclusão do Teatro Municipal. O vale do Anhangabaú, a várzea do Carmo, a praça Buenos Aires, o Trianon.

As obras não terminaram ao final do período: o vale do Anhangabaú ainda em 1918 recebia suas últimas obras; o parque da várzea do Carmo ainda não tinha sido concluído, e encontramos registros ainda em 1926⁶⁰ de obras sendo feitas no local. O belvedere do Trianon seria

⁶⁰ A venda dos últimos terrenos da Companhia Parque da Várzea do Carmo, originalmente fazendo parte do parque mas alienados para a viabilizar a construção do logradouro, ocorreu somente na década de 30, com a valorização provocada pela construção do Mercado Municipal na rua Cantareira.

inaugurado somente em 1916, mas a conclusão do conjunto, com o parque Paulista, só foi feita em 1919. Outros como o da Água Branca⁶¹ e o Floresta não viriam a se realizar.

As questões urbanísticas levantadas nessa ocasião propiciaram debates amplos e divulgação de princípios e correntes do Urbanismo então nascente, envolvendo vários setores da sociedade.

A resolução da circulação no “triângulo” e a questão do saneamento com aproveitamento das várzeas e o sistema de áreas verdes da cidade foram temas que permaneceram em discussão mesmo depois de findo o período, quer porque as obras não tivessem terminado, quer porque suscitaram novas questões que desembocariam, no final da década de 20 na elaboração do Plano de Avenidas de Prestes Maia.

A presença de Bouvard, de passagem para Buenos Aires e já em fase de conclusão de sua participação nos melhoramentos daquela capital (1906 e 1909)⁶², contratado por Carlos T. Alvear, acalorou os debates.

⁶¹ O Parque da Água Branca ou da Indústria Animal, surgido no final da década de 20 no local dos viveiros da Prefeitura, não corresponde ao idealizado no programa dos Melhoramentos; iria se situar no Parque Antarctica; o parque Floresta, nas margens do rio Tietê, que ainda na proposta de Prestes Maia estava incluso no sistema de parques, mas não se concretizou; o do Ipiranga não tornou-se um parque, mas somente a ambientação ao monumento do Ipiranga

⁶² Como em São Paulo, Bouvard traçou para Buenos Aires um programa de ação baseado num diagnóstico, considerado por Berjman em *Plazas y Parques de Buenos Aires*, superficial, citando autores como Hénard na íntegra, porém sem muito interpretar as especificidades da formação urbana da cidade, o que lhe causou críticas duras e adversários implacáveis. Sua afirmação de que o crescimento da cidade se dava ao sabor dos especuladores que era preciso deter não agradou pois eram esses mesmos especuladores que investiam em obras públicas e que estariam a patrocinar os desejados melhoramentos. Segundo avaliação de Berjman, sua ação colocou-se em contradição com os próprios preceitos dos autores que utilizava em seu discurso, e as ações comandadas por ele na cidade, ao rasgar avenidas e criar diagonais desprezou o tecido antigo da cidade e seus monumentos históricos, despertando a ira dos buenaienses.

Seu relatório foi entregue em 15 de maio à Diretoria de Obras Municipais em forma de diretrizes. Consistia de um estudo preliminar para um circuito de boulevares desafogando o tráfego na área central, a formação da praça cívica onde se ergueria a nova catedral e ainda o sistema de parques e áreas verdes da cidade. A idéia do aproveitamento das várzeas do Carmo e do Anhangabaú não era nova, porém Bouvard, como os autores das demais propostas, propôs um desenho para elas transformando-as em emolduramentos para a cidade; áreas ajardinadas de escala até então desconhecida do paulistano.

Sua proposta final para o vale do Anhangabaú incluiu modificações sugeridas pelo governo do Estado que atendiam sobretudo ao maior proprietário de terrenos no vale, o conde Prates⁶³ conciliando interesses. Aquelas propostas mais abrangentes para o conjunto da cidade, atendo-se a circuitos e passeios interiores que se integrariam com os parques centrais, não foram concretizadas senão de forma pontual.

Em sua equipe, segundo Berjman vieram de 4 a 6 auxiliares⁶⁴, e embora não se tenha o registro de quem fossem essas pessoas, podemos supor que Jules Vacherot estivesse entre eles.

Uma segunda edição de sua obra, “Parcs et Jardins au Commencement du XX-ème siècle”, foi publicada em 1925⁶⁵.

⁶³ O barão de Tatuí até 1907 era proprietário de parte da vertente do vale; anos mais tarde, ao se confirmarem as obras no vale, o conde Prates aparece como dono de todos os terrenos do vale que faceavam a Libero Badaró; o conde Penteado, por sua vez, detinha a propriedade da vertente oposta

⁶⁴ BERJMAN, 1998.

⁶⁵ A Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo possui em sua seção de Livros Raros um exemplar de cada uma das duas edições em seu acervo de raros; a 1ª pertenceu a Antônio Etzel.

Dedicada a Bouvard, já falecido, a edição foi impressa em formato de álbum de estudos, incorporando 126 pranchas de desenho, com projetos realizados de praças, parques e jardins por Vacherot e seus contemporâneos. A parte do livro que contém as pranchas de desenho é apresentada por um índice, em que consta, na apresentação das pranchas de Buenos Aires e São Paulo: “devélopée sous la dirección de Mr. Bouvard”. Desta forma, fica comprovada a participação desse profissional em São Paulo, integrando a equipe de Bouvard.

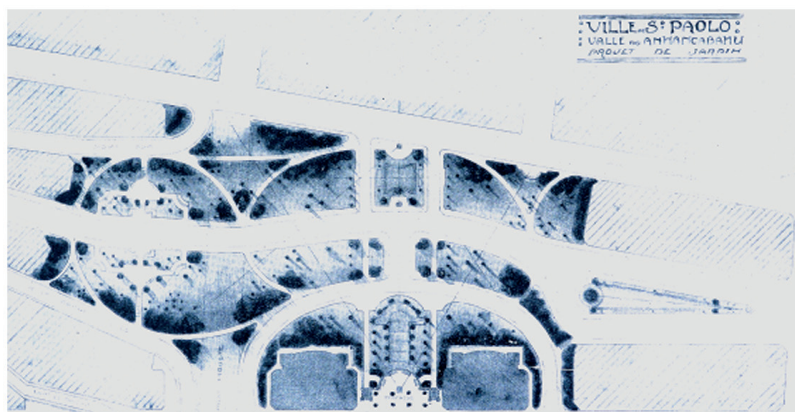


Fig.4 Vale do Anhangabaú, projeto da equipe de Bouvard, construção de Júlio Micheli. Implantado com algumas modificações. Entre os dois blocos Prates estava previsto por exemplo, um terraço. O desnível entre a rua Líbero Badaró e o vale seria aproveitado para um ‘chateau d’eau’, não construído, um conjunto de fontes articulando-se com o eixo do Teatro Municipal, do outro lado do vale. (fonte: VACHEROT, 1925)

Palmeira imperial, teatro municipal

A palmeira-imperial (*Roystonea oleracea*) notabilizou-se na cidade pela sua associação com o Teatro Municipal, e foi, junto com ele, o mais importante cartão postal da cidade no período.

Vinda das Antilhas, segundo Pio Correia⁶⁶, apareceu no Rio de Janeiro em 1809, e por muito tempo foi uma exclusividade do Jardim

⁶⁶ PIO CORREA, 1984.

Botânico, pois não se permitia reproduzir a palmeira, que como o nome diz, era símbolo da realeza.

Embora sua presença em São Paulo seja sempre associada ao Teatro Municipal, ela já estava na cidade antes. Ernani Silva Bruno transcreve as palavras do viajante von Koseritz ao descrever suas impressões sobre o Jardim da Luz:

Há uma quantidade de plantas, árvores e arbustos raros, cuidadosamente tratados, mas faltam a palmeira imperial e a urânia que tão belo efeito produzem no Rio. O clima de São Paulo não se presta para essas plantas importadas de zonas tropicais, e mesmo o “chapéu de sol”, essa curiosa árvore que estende a sua fronde em forma de terraço, e que eu vi no Jardim de Santos, não tem aqui senão raquíticos exemplares. 1883⁶⁷

Talvez ela não estivesse presente na cidade nesse momento, mas o botânico Usteri, professor do Curso de Engenheiros Agrícolas da Escola Politécnica, já a identificava em suas excursões entre 1905 e 1908 entre as espécies cultivadas nos arredores de São Paulo⁶⁸.

Assim, a palmeira imperial já existia na cidade, talvez em chácaras, ou como Adolfo Augusto Pinto comenta, já em 1912, “...à rua Aurora, nº 80 vêm-se dois exemplares plantados pelo sr. Pedro Vicente de Azevedo, que ostentam o mesmo garbo e completo desenvolvimento dos mais belos tipos cariocas

Sua aparição em logradouro público documentada é de 1910. Desta forma, é provável que tenha chegado aqui com o Teatro, projeto de Domiziano Rossi, feito entre 1903 e 1910.

O Teatro Municipal e seu jardim foram anteriores à transformação do vale do Anhangabaú, aparecendo em vários documentos de data

⁶⁷ KOSERITZ, 1883 apud. BRUNO, 1984, p.999.

⁶⁸ USTERI, 1911.

anterior a esta obra dos Melhoramentos. Com o tratamento do vale e a execução do projeto Bouvard, a partir de 1913, é que a esplanada seria incluída no conjunto, retirando-se os gradis à sua volta. A palmeira imperial foi assim incluída na paisagem paulistana associada a um dos símbolos da riqueza trazida pelo café: o teatro, o lugar do espetáculo. Foi um elemento qualificador de um espaço previsto para se tornar símbolo da capital.

Encontramos a espécie também na praça da República, junto às suas oito entradas, e no Jardim da Luz, identificada em 1919 pelo levantamento de Alfred Usteri que deu origem ao Guia Botânico do Jardim da Luz e da Praça da República. Também outra importante ocorrência é a do largo da Concórdia, quando a espécie foi plantada em nova alusão à presença de um teatro: o Teatro Colombo, construído em 1908.

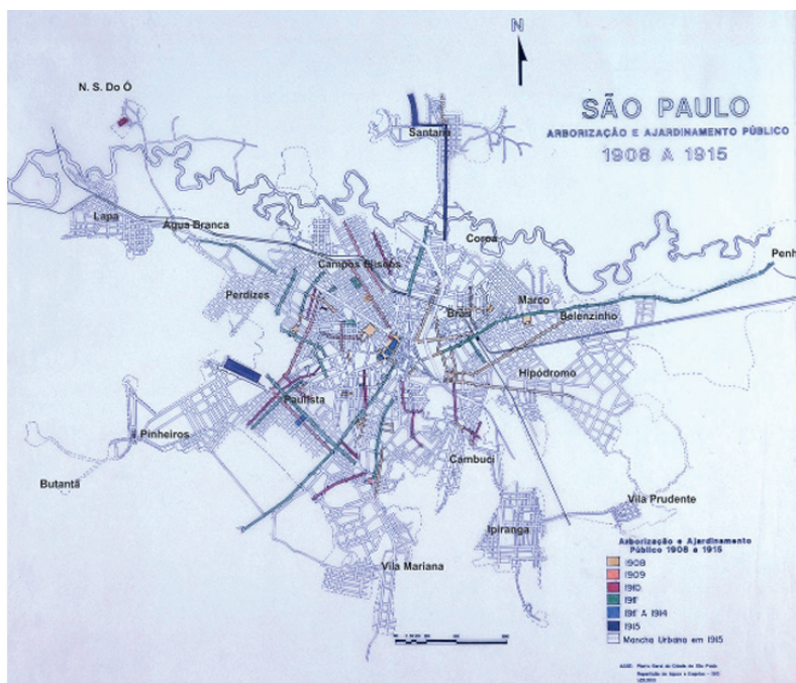


Fig.5. Crescimento da cidade e evolução da arborização e ajardinamento entre 1908 e 1915, mostrando os bairros e vias atendidos. (fonte: GUARALDO, 1995)

A cidade cresce

Os reflexos da I Guerra Mundial se fizeram sentir na cidade. O conflito provocou uma desaceleração no ritmo de construções, praticamente paralisando as importações. De igual forma, houve interrupção nas obras públicas, prosseguindo apenas as dos Melhoramentos, com as quais já havia comprometimento anterior.

Esse foi também o período de crescimento da indústria e dos bairros fabris, de ocupação mista industrial e residencial, como a Vila Economizadora, no Bom Retiro, a Vila Maria Zélia, no Pari, e outras iniciativas. Por outro lado, uma outra companhia privada investia no ramo imobiliário voltado para as classes média e alta, a Companhia City.

Os temas do crescimento e da riqueza agrícola e industrial de São Paulo foram culturalmente enriquecedores, pois começaram a reunir motivações e estímulos convergindo em direção ao nativismo, que passa pelo interesse de Washington Luís pela história paulista e paulistana, encomendando em 1914 a refotografia da cidade nos mesmos ângulos das imagens de 1862 e 1887 feitas por Militão; promovendo excursões a sítios bandeiristas, como a de 1915 que levou o arquiteto Dubugras ao Sítio do Padre Inácio; contratando em 1918 a reforma do Largo do Piques, numa homenagem aos tropeiros, tradicionais pas-santes rumo a Pinheiros e Sorocaba. Ou mais tarde, já como governador, encomendando ao mesmo Dubugras os projetos para os pousos na Serra do Mar, na estrada de Santos, entre 1920 e 1926: Rancho da Maioridade, Pouso Paranapiacaba, Padrão do Lorena e Cruzeiro Quinhentista. Por fim, voltando à cidade, é de sua iniciativa a publicação do “Guia Botânico da praça da República e do jardim da Luz”, prefaciado por Monteiro Lobato.

O tamanho da cidade aparecia estampado nas fotografias panorâmicas e nas estatísticas do número de veículos em circulação. O Livro de

Ouro do Estado de São Paulo⁶⁹ mostrava como símbolo de crescimento a capital dividida nas zonas central, urbana, suburbana e rural⁷⁰. Enquanto isso, eram também preocupações da Diretoria de Obras Públicas os estudos sobre salubridade urbana e os engenheiros municipais se debruçavam sobre questões de insolação e arejamento e as relações entre as escalas da casa e da rua.

A City foi constituída em 1911 por Edouard Fontaine Lavaleye, associado a investidores europeus e paulistanos; compuseram a diretoria da companhia Victor da Silva Freire, o diretor de obras municipais, o arquiteto francês Bouvard, Horácio Belfort Sabino (como procurador da companhia) e Cincinato Braga, que já vinham loteando terrenos da Vila América e Vila Tupy, próximas à avenida Paulista, Lord Balfour (diretor da S. Paulo Railway), entre outros, representantes da elite local e das concessionárias de serviços públicos como a Light.

Numa conjunção de interesses e articulação entre as esferas de poder público e privado, a City impôs estratégias de valorização de seus terrenos, induzindo o crescimento da cidade até a região sudoeste (onde tinha a maioria de suas terras), e dotando-a de infra-estrutura urbana – água, luz, bondes, telefone, simultaneamente à abertura de seus loteamentos.

Assim foram criados os bairros-jardins de São Paulo, a partir de 1913, (data dos primeiros serviços de drenagem da área que viria a se denominar Jardim América⁷¹), trazendo um modo de morar novo, baseado

⁶⁹ BONNAURE, 1914.

⁷⁰ Lei 1874 de 12-05-1915; os perímetros central e urbano correspondiam à área central e arrabaldes na área do antigo rossio de meia légua; o suburbano abrangia Vila Clementino, Ipiranga, V. Prudente, V. Bertioga, Alto da Móoca, Água Rasa, Tatuapé, V. Gomes Cardim, parte da Penha, V. Maria, Carandiru, Santana, Chora Menino, V. Tito, V. Anastácio, Alto da Lapa, V. Romana, Pinheiros, J. Europa, J. Paulista. O rural o restante do município. Foi alterada em 1920 pela lei 2332 do novo Padrão Municipal, que incluiu o centro novo no perímetro central e ampliou o perímetro suburbano

⁷¹ WOLFF, 2001, p. 77-79

na residência de subúrbio, isolada no terreno e cercada de jardins. Novas tipologias de espaços abertos públicos também surgiram com os bairros-jardim da City. Espaços ajardinados contornando a residência já existiam na avenida Paulista ou nas ruas de Higienópolis; a novidade eram os espaços públicos que surgiam, generosos e com múltiplas conformações, resultantes dos traçados em curva das ruas. Criavam visuais e paisagens de inúmeras variações. Esses espaços eram resolvidos por meio de ajardinamento e arborização, já sendo previstos em projeto. Outra tipologia de espaço livre criada foram os espaços semi-públicos no interior dos quarteirões, esses não concretizados, pois na prática prevaleceu a forma tradicional do espaço privado comunicando os fundos de lotes.

Mesmo que a efetiva ocupação desse primeiro bairro e também dos que se seguiram, (Alto da Lapa, 1921, Alto de Pinheiros e Pacaembu, 1925, Butantã, 1935, e outros comercializados pela empresa), só tenha se completado na década de 40, foi no momento de sua implantação que a municipalidade participou, aprovando normas de ocupação específicas para lotes dos bairros City, e depois incorporando-as na legislação municipal.

Nos moldes da City surgiram também outros loteamentos, em bairros menos aristocráticos, repetindo total ou parcialmente as características introduzidas no primeiro empreendimento da companhia.

Os “pulmões” da cidade

O relatório do prefeito Washington Luís para o ano de 1918 assim se expressava:

Foram construídos muitos parques e jardins na cidade, assegurando a conservação dos espaços livres, aumentando a capacidade de seus pulmões, na frase já consagrada, para melhor oxigenação da vida e garantia da saúde pública (...) Exceto o da várzea do Carmo, todos foram executados pela administração

municipal. (...) Muito pouco se gastou nessas construções, porque o maior delles, o do Carmo, foi pago com terrenos do próprio parque, para esse fim reservados.

Não obstante não querer descer a detalhes, nesta succinta exposição, julgo interessante mencionar aqui os jardins e parques existentes até 1914, e os feitos posteriormente, com as respectivas áreas:

Até janeiro de 1914:

Pyramide do Piques	1170 m ²
Largo do Brigadeiro Galvão.....	1710
Gazometro.....	2705
Largo do Cambucy.....	3030
Largo da Liberdade.....	3870
Largo do Coração de Jesus.....	4125
Largo João Mendes.....	4900
Largo da Concordia.....	6554
Largo José Roberto.....	6844
Esplanada do Municipal.....	9210
Largo do Arouche.....	10196
Largo dos Guayanases.....	10350
Praça Buenos Ayres.....	21000
Praça da República.....	26000
Jardim da Luz.....	88000

200460 m²

Depois de 1914:

Praça Verdi.....	1008 m ²
Taludes da rua Sergipe.....	2000
Taludes da avenida Tiradentes.....	2000
Largo Paysandu.....	4500
Belvedere.....	3100
Largo do Paraizo.....	3250
Largo fronteiro ao Instituto d. Anna Rosa.....	6170
Largo S. José do Belém.....	6600
Ponte Grande.....	8320
Parque da Avenida Paulista.....	38150

Parque Anhangabahu.....	36000
Parque da Várzea do Carmo, inclusive as ruas carroçáveis (96943 m ²)	548887 m ²
	659.985 m ²

Relatório de 1918 Prefeito Washington Luís⁷²

Esse cálculo evidentemente não reflete a situação real das obras naquele momento, pois inclui logradouros ainda não concluídos, como é o caso do Parque da Avenida Paulista outros apenas começados, como o parque da várzea do Carmo ou o jardim do largo em frente ao Instituto d. Anna Rosa, divergências observadas na comparação entre o texto de introdução redigido pelo prefeito e o relatório de Antonio Etzel, num mesmo relatório).

De qualquer forma expressa a contribuição, em termos de área tratada, de três novos logradouros cuja origem está em 1911, no programa de Melhoramentos da Capital: o parque Anhangabaú, o do Carmo e o da Paulista agora público (adquirido em 1911 pela prefeitura como recomendação do relatório de Bouvard)

Os dois últimos, ao terem seu tratamento com vegetação adiado, receberão novas contribuições de repertório introduzidas em 1919 na cidade e anunciadoras de um começo de mudança de atitudes em relação ao desenho dos espaços livres.

O quadro inclui uma nova tipologia de espaço inaugurada com os Melhoramentos: o “talude gramado”. Ela é decorrente de uma lei municipal⁷³ que introduziu o tratamento dos passeios em desnível com grama

⁷² SÃO PAULO (cidade), 1919, p. XVIII

⁷³ Lei nº 496 de 16-11-1906, que orça e fixa a despesa do ano de 1907. Nos seus artigos 25 e 28 encontra-se: “O prefeito estabelecerá para cada rua, praça, avenida, etc , um typo uniforme de passeio, a que os proprietários obedecerão nas construcções. No caso dos terrenos fóra do nivelamento das ruas poderá o prefeito exigir que as rampas sejam devidamente grammadas ou aproveitadas com plantações ornamentais”.

ou “plantações ornamentais”, criada em 1906 após a canalização do rio Anhangabaú para permitir o tratamento posterior do vale de forma a convertê-lo em parque; esta solução permitiu a adoção de um modelo de expansão característico da urbanização paulistana: o das avenidas de fundo de vale. Foram assim resolvidas as avenidas Pacaembu, a avenida Nove de Julho – muito embora sua concepção original de “avenida parque” tenha sido adulterada, e ainda a avenida Itororó, depois 23 de Maio, que começou a ser estudada em 1926.

O talude gramado, garantindo o solo permeável ao longo da via de circulação, criaria a oportunidade de implantação de “parkways”, como os sugeridos por Prestes Maia no Plano de Avenidas.

Outra novidade, embora não inclusa no cálculo mostrado acima, foi a inclusão dos cemitérios entre as atribuições da Administração dos Jardins. O movimento dos cemitérios nesse ano de 1918, como nos dá a entender o relatório, foi especialmente expressivo; a epidemia de gripe que se alastrou pela cidade – a chamada gripe espanhola – provocou a morte de centenas de cidadãos. Recebendo por isso novas obras de ampliação e melhoramentos, esses logradouros se insinuam espaços de convívio potenciais.

Washington Luís os qualifica como “parte dos reservatórios de ar da cidade”. Em suas próprias palavras, os cemitérios foram transformados em “parques de utilidade”. Sua preocupação era a conservação dos espaços livres, aumentando, com os parques e jardins criados na cidade “a capacidade de seus pulmões, na phrase já consagrada, para melhor oxigenação da vida e garantia da saúde pública, procurando-se, com a realização dessas obras úteis, que fossem ellas formosas”⁷⁴.

Esse novo estímulo ao embelezamento dos cemitérios é o que explica a frase “aumentando consideravelmente o número de árvores

⁷⁴ SÃO PAULO (cidade), 1919, p. XVII

nelles plantadas”. E talvez seja por isso que a árvore que simboliza as necrópoles, o cipreste⁷⁵, desta vez não tenha mais comparecido sozinha: nesse ano de 1918 ele foi plantado nos cemitérios junto com espécies de rua e de jardim: fícus-benjamin, alfenheiro (*Ligustrum japonicum*) e cedro do Japão (*Cryptomeria japonica*). Constatação que reforça a afirmação do prefeito, mas não pode ser comprovada, porque não encontramos referências sobre a utilização desses logradouros como locais de passeio.

Destaca-se ainda uma atenção significativa à doação e prestação de serviços a particulares. A partir de 1915 encontramos extensas listas de beneficiados pela doação de mudas, reformas e consertos, plantação de árvores, manutenção de locais de recreação como clubes. Com respeito a mudas doadas, constata-se que em 1915 o volume é de quase 2/3 do total de mudas produzidas; em 1918 já é 13 vezes maior do que o volume de mudas usadas nos espaços públicos!

As espécies das plantas doadas, tanto quanto as utilizadas em logradouros públicos, são comuns. Participam no período: o alfenheiro (*Ligustrum japonicum*), falsa seringueira (*Ficus elastica*), cipreste (*Cupressus pyramidalis*), Cedro-do-Japão (*Cryptomeria japonica*), *Ficus benjamina*.⁷⁶ . Espécies que já estavam presentes no período anterior.

A novidade do período foi a chegada do Jacarandá-mimoso (*Jacaranda mimosifolia*) e da tipuana⁷⁷ (*Tipuana sp.*, *T. tipu*), de forma muito expressiva, prevalecendo sobre as demais espécies da mesma forma que, a seu tempo, o plátano e o alfenheiro foram a marca do período 1900 - 1910.

⁷⁵ O cipreste da espécie *pyramidalis* foi utilizado em 1905 no Cemitério do Araçá, 1906 no da Consolação, junto com thuias – *Thuya occidentalis aurea*, original do Canadá; em 1915 no cemitério do Araçá, com 1520 mudas, no ano seguinte, no cemitério de Vila Mariana, com 220 exemplares. Entretanto ele também esteve presente em outras tipologias de espaços livres: entre 1900 e 1910 em todas [sic] as praças e largos ajardinados; foi usado nos jardins do Museu Ipiranga, e ainda hoje o vemos ali, a reforçar os eixos de simetria e o diálogo do jardim com o edifício.

⁷⁶ Número de anos de ocorrência, dentro do período: respectivamente, 4,2,2, 1,1,1e 1.

⁷⁷ o nome vulgar segundo Usteri, é tipú, porém e espécie também é chamada pelo seu gênero, como estamos adotando aqui.

A tipuana e o jacarandá-mimoso

A **tipuana** (*Tipuana* sp.) despontou com expressividade entre as escolhas de repertório da municipalidade. Original da América do Sul – norte da Argentina e Bolívia – essa espécie não figura nas coleções mantidas pelas instituições de pesquisa ligadas à Secretaria da Agricultura (Instituto Agrônomo de Campinas, Escola Agrícola Luís de Queiroz, Horto Botânico e Florestal e estações florestais), às quais cabia o papel da distribuição das árvores ensaiadas; de fato ela não parece ter origem em pesquisas no âmbito do estado.

Está, porém muito presente na arborização urbana em Buenos Aires, introduzida por Carlos Thays (Paris, 20-08-1849; 01-02-1934, Buenos Aires), profissional francês que foi entre 1891 e 1913 o Diretor Geral de Parques e Passeios Públicos de Buenos Aires.

Discípulo de Edouard André, Thays foi um grande paisagista que trabalhou com Adolphe Alphand em Paris. Introduziu-se na América aceitando um convite para projetar e construir o parque Crisol (nome mudado em 1911 para Parque Domingo Faustino Sarmiento). Assinou o contrato para esse trabalho ainda em Paris, aconselhado em 1889 pelo próprio Alphand; dois anos depois inscreveu-se e foi ganhador do concurso público para o provimento do cargo de diretor de passeios de Buenos Aires. Sua atividade não se restringiu à capital argentina, mas estendeu-se a outras províncias e países sul americanos, entre eles o Brasil – onde projetou em 1900, em São Luís do Maranhão a Praça do Palácio do Governador, cercada pela Secretaria do Governo, o Tesouro, a Câmara Municipal e o Palácio Episcopal. O projeto incluía além da praça, a avenida-bulevar e a avenida costeira⁷⁸.

Foram cerca de oitenta projetos executados dentro e fora da Argentina, tendo como modelo os jardins franceses pitorescos sintetizados

⁷⁸ BERJMAN, 1998, p. 170-171. Não temos informações sobre se foi executado.

pelos sucessores de Alphand, e baseados nas “linhas curvas, terrenos em ondulações, uso da água sob diferentes formas, maciços de vegetação diversificada e disposição prevista para realçar visuais e balizar arquitetura e elementos construídos incorporados – quiosques, pontes, grutas, mirantes”(definições de Thays).

Thays foi em Buenos Aires algo muito próximo do que Glaziou representou para o Rio de Janeiro: discípulo dos mestres franceses da Segunda metade do século XIX, exerceu a arte de criação de jardins sem se desviar dos modelos calcados na noção do embelezamento (o *embé-lissement* da tradição francesa, que vem desde o Plano dos Artistas sob Rambuteau no século XVIII, quando se planejam as primeiras obras de transformação urbana) mas cuidando da adequação do projeto às particularidades climáticas e botânicas do lugar.

Preocupado com a formação de um repertório com o qual pudesse criar os parques e praças para os quais foi designado, o primeiro trabalho de Thays foi a criação de um Jardim Botânico, no qual trabalhou entre 1892 e 1898. Nesse jardim estavam representadas as diferentes floras do mundo, mas a ênfase era a seção das nativas.:

El Argentina, como puede pensarse, tiene la parte más bella [entre os setores do Jardim Botânico] : allí, se exponen las principales muestras de la flora, desde las regiones heladas de la Tiera del Fuego, hasta el ecuador(...)

(...)

El Jardin Botanico de Buenos Aires, situado en las proximidades de Palermo, es sin duda el más precioso y el más completo de los jardines botánicos del mundo. Si no tiene la belleza suntuosa del de Rio de Janeiro, encerrra, desde el punto de vista científico, una colección sin igual de árboles de América del Sur.⁷⁹

⁷⁹ CLÉMENCEAU; HURET, 1911.

Para organizar o Jardim Botânico, Thays, que era estudioso da vegetação sul-americana, realizou várias excursões de reconhecimento da flora autóctone argentina, que logo aclimatou para uso urbano. Essas experiências foram mais tarde relatadas na obra “Les Forêts naturelles de la République Argentine, apresentada em certo Congrès Forestier International de Paris e publicadas pelo Touring Club de France, 1913.

Foram várias as regiões visitadas. En Salta, Tucuman e Jujuy, Carlos Thays encontrou a tipa, que descreveu como “magnífica e útil”, e ainda, muito adequada para utilizar em cidades não muito frias. Foi então que a aclimatou e com ela formou várias das alamedas portenhas, convertendo-se essa espécie em uma das que mais caracterizam a imagem urbana de Buenos Aires.

Já adaptada para uso urbano, essa espécie começou a estar presente em São Paulo em 1910, quando foram arborizadas as ruas da Graça, com 53 exemplares, e Pedro Taques, com 15.

Depois disso ela reaparece em 1911, 1915, 1917, 1918 e 1919, cessando de ocorrer em 1920 até o final do período relatado. Apesar dessa interrupção, a espécie tem exemplares na cidade com plantio posterior, provavelmente pelas suas qualidades: crescimento rápido, (desenvolvimento máximo alcançado entre 5 e 15 anos), copa ampla (12 a 18 m de diâmetro ⁸⁰) sombra, adaptação fácil, resistência, sociabilidade.

Sua introdução, constata-se, ocorreu diretamente de Buenos Aires, quando Bouvard e sua equipe – de 4 a 6 profissionais⁸¹, - foram chamados por Carlos T. Alvear para apresentar propostas de melhoramentos. Seus projetos são de 1906 e 1909, e sua passagem pelo Brasil aconteceu durante uma das últimas viagens à capital argentina.

⁸⁰ CHANES, 1979.

⁸¹ BERJMAN, 1998.

Como a equipe de Bouvard continha profissionais paisagistas, como Vacherot, responsáveis pelo desenvolvimento arquitetônico das suas propostas de parques e espaços livres, podemos crer que elementos de repertório já comuns em Buenos Aires possam ter sido trazidos por profissionais como esse.

Podemos ainda lembrar que o intercâmbio entre viveiros públicos era expressivo e extensivo a todo o período; nesse sentido, considerados os interesses pelo enriquecimento dos jardins públicos urbanos com novas espécies e variedades, o intercâmbio de material vegetal passa a não ser exclusividade dos jardins botânicos, mas também prática comum entre poderes públicos, dentro do interesse de manter e ampliar coleções.

Nesse sentido, encontramos nos relatórios da Prefeitura, indicações claras de envolvimento da municipalidade de São Paulo com a prefeitura de Montevideu, cidade que também recebeu os influxos da obra de Thays. No ano de 1916, a Administração dos Jardins teria doado à capital uruguaia 150 mudas de “plantas diversas”. O fato sugere um possível intercâmbio entre as duas prefeituras, alimentando-se reciprocamente.

O **jacarandá-mimoso** (*Jacaranda mimosifolia*) entrou na cena pública⁸² em 1915, na rua Bresser e avenida Celso Garcia (antiga avenida da Intendência), ambas no bairro do Brás, e na rua Domingos de Moraes, bairro de Vila Mariana, substituindo a arborização anterior (respectivamente plátano, plátano e eucalipto e alfeneiro do Japão).

A avenida S. Luiz arborizada com jacarandás mimosos compõe a imagem do centro da cidade para algumas gerações de paulistanos. Esse logradouro é remanescente do caminho de São Luiz, na chácara do barão de Souza Queiroz. A chácara foi dividida em lotes e ocupada pelos casarões de opção estilística neoclássica, projetados por Julius

⁸² Por aparição pública referimo-nos ao que está nos registros oficiais dos relatórios municipais.

Ploy⁸³ para o barão e cada um de seus filhos. Alguns desses casarões e também os jacarandás ainda existiam na década de 40, como mostram duas fotografias do local estampadas no livro *Os Melhoramentos de São Paulo*, de Prestes Maia. Nestas fotografias a rua, alargada de 20 metros, já é avenida e integra o chamado perímetro de irradiação, o anel circular de trânsito rápido em torno da área central da cidade⁸⁴.

No entanto, o único registro de arborização dessa rua nos repositórios de prefeitura é o de 1906, mas os jacarandás que ali aparecem não são os mesmos, e sim uma espécie exótica de origem na Índia (76 mudas plantadas).

O jacarandá mimoso pertence à família das bignoniáceas (CHANES), a mesma de alguns ipês. É original do Brasil e norte da Argentina (uma de suas duas variedades); sua trajetória até estreitar nas ruas de São Paulo não foi identificada. A Secretaria da Agricultura a registra entre suas coleções somente dois anos mais tarde após sua primeira ocorrência na cidade, o que de início descarta a hipótese de ter vindo dos viveiros do estado. No entanto, quando ela aparece registrada, em 1917, o faz com uma grande quantidade de mudas já distribuídas. Isto sugere que a sua introdução possa ter ocorrido antes.

No período 1915 a 1918 foi a espécie que predominou no repertório utilizado pela Administração dos Jardins nas ruas de São Paulo. Apareceu em todos os anos do período e sempre com grande quantidade de indivíduos plantados.

Em 1915 foram 401 mudas plantadas na estrada nova da Cantareira. No ano seguinte, 1 na rua Canuto do Val, 2 na rua das Palmeiras, 2

⁸³ Segundo Lemos (1985, p. 119), exemplos raros de neoclássico residencial em São Paulo, os casarões dos Souza Queiroz foram construídos no final do século XIX nos terrenos da rua S. Luiz e adjacências.

⁸⁴ As informações e imagens sobre a rua S. Luís foram levantadas para o trabalho GUA-RALDO, 1987.

na rua Jabaquara, 6 na avenida Celso Garcia, 18 na estrada da Freguesia do Ó⁸⁵ e ainda 450 na arborização do “*trecho do Barro Branco até a estrada particular que vae a Tremembé, da Estada da Cantareira*”. Em 1917, 32 delas estavam na rua General Jardim e mais 295 em ruas onde houve replantio de arborização. O relatório do próximo período, 1918, contabiliza 94 na rua Conselheiro Brotero mais 104 em replantios. Em 1919, 73 foram plantadas no aterrado do Gasômetro, 431 replantadas em logradouros diversos e mais 161 no parque Trianon.

O plantio do jacarandá mimoso não foi feito somente na arborização de ruas, mas também em jardins de praças e ainda muito intensamente nas estradas, portas da cidade, o que é uma novidade do período. Remete à alcunha de Washington Luís como o “prefeito estradeiro”.

Entre as doações realizadas, estão aquelas feitas ao Poder Público, em órgãos do estado ou às Prefeituras e Câmaras Municipais. O quadro abaixo é uma lista de destinos para os quais foram enviadas mudas de jacarandá mimoso pela Prefeitura de São Paulo. Optou-se por incluir todas as ocorrências, mesmo além do período de que trata este capítulo.

ANO	<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Destinatários no âmbito público	Nº de mudas
1915	Câmara Municipal de Caçapava		100
	Prefeitura de S. Amaro		10
	Câmara Municipal de Piracaia		50
	Repartição de Água e Esgotos		38
1917	Prefeitura de Ponta Grossa (RS)		300
	Câmara Municipal de Faxina		150
	Câmara Municipal de Bebedouro		50
1919	Prefeitura de Ribeirão Preto		160
	Câmara Municipal de Botucatu		300
	Prefeitura de Monte Alto		200
	Hospital Militar (Cambucy)		450
	Quartel da Cavalaria da Força Pública		15
1920	Prefeitura de Poços de Caldas (MG)		20
	Superintendência de Canoinhas (SC)		100
	Força Pública		200
	Quartel Hosp. Militar 2ª região		30
1921	Prefeitura Municipal de Jacarehy		100
	Horto Florestal do Rio de Janeiro		600

⁸⁵ Dados referentes a replantios no ano de 1916.

A doação de plantas a particulares também foi muito expressiva no período e é interessante e oportuno acompanhá-la e compará-la à anterior:

ANO	<i>Jacaranda mimosifolia</i>	Destinatários âmbito privado	Nº de mudas
1915	A ⁸⁶		12
1916	B		48
	C		150
1917	Cia City of Improvements		110
	D		%
1918	&		%
	Charvolin & Cia		550
	Villa Maria (d. Veridiana Prado)		600
	Cia City of Improvements		900
1919	0		94
	1		22
	Francisco Marengo		130
	4		100
	Cia City of Improvements		!
1920	Cia de Tecidos de Juta		92
	Cia City of Improvements		1722
	\$		6
	R. Coit Comp.		500
	6		200
	Francisco Marengo		120
	Instituto D. Anália Franco		200
1921	Cia Industrial Itaquera		150
	Cia City of Improvements		500
	9		200
	Soc. Club Germania (Pinheiros)		100
	Cia Nacional de Tecidos de Juta		48
	:		8
	+		%
	Cia Brasileira Im. E Const.		100
	N		250**
	O		457

(*) Chácara Marengo, cultivo e comércio de plantas

(**) engloba outras espécies

Observamos que a Companhia City foi uma grande beneficiada. E pelo fato de o jacarandá mimoso participar vivamente no desenho urbano dos seus bairros-jardins, geralmente se credita, equivocadamente à companhia urbanizadora a introdução da espécie na cidade.

O traçado urbano característico do bairro-jardim, bem como outros atributos espaciais, que eram inéditos na cidade, está associado à arborização. Em São Paulo o jacarandá mimoso é parte da imagem bairro-jardim. A identidade entre o jacarandá, sul-americano, e o nome do primeiro

⁸⁶ Estão designados por letras os numerosos particulares beneficiados pelas doações.

bairro aberto pela City, Jardim Europa, com os nomes de ruas aludindo aos países do Novo Continente – não deve ter sido uma coincidência.

Igualmente, não deve ter sido coincidência que esse bairro-jardim tenha sido um grande “laboratório” para a disseminação da linguagem arquitetônica do neocolonial, mesmo que num primeiro momento, não haja correspondência direta entre a paisagem do bairro (qualificada pela presença de uma árvore nacional) e as opções estilísticas adotadas nas residências.

Como oferece a análise de Wolff, no início da ocupação do Jardim América, o neo-colonial não se manifesta de forma intensa. O que predominava era a chamada “arquitetura City”, de bangalôs lembrando as residências dos subúrbios norte-americanos. Numa segunda fase de ocupação do bairro, entre 1924 e 1930, é que diminui a participação da “arquitetura City” e cresce em importância o neo-colonial luso-brasileiro⁸⁷. Com isso, o desenho do espaço livre privado também se modifica, incorporando um novo repertório de espécies de alusão nacionalista.

Um modo novo de morar associou-se a um modo também novo de desenho e trato da paisagem, com o concurso de um elemento que alude a uma escolha inédita: o nativo sobrepondo-se ao exótico.

A chegada, aqui constatada, de elementos novos a comporem o repertório dos espaços livres urbanos sugere uma contribuição decisiva vinda por parte do poder público municipal, que ganha corpo e participa da busca por uma identidade nacional. Essa busca já estava iniciada por Ricardo Severo em 1914, com a residência Numa de Oliveira e com o manifesto “A Arte Tradicional do Brasil”, proferido em 20-07-1916 na Sociedade de Cultura Artística, em defesa de uma arquitetura e uma arte que fossem expressões de nossas raízes.

⁸⁷ Valemo-nos das classificações Wolff, (2001, p. 147) e igualmente das análises quanto à predominância das opções estilísticas, feitas por amostragem.

Mesmo que ainda pontualmente, com uma única aparição, foram detectadas a quaresmeira (*Tibouchina* sp.) e a canelinha (*Ocotea* sp.)⁸⁸.

A canelinha foi experimentada na praça Elíptica da avenida Paulista, com 9 mudas. Mas foi identificada antes entre as espécies distribuídas pela Secretaria da Agricultura. Isso sugere que a introdução da espécie no meio urbano, ao que parece de maneira ainda experimental, tenha sido feita via Estado. Ela aparece na lista de plantas distribuídas pela Secretaria da Agricultura para as câmaras municipais nos anos de 1913, 1917 e 1918 e a seu favor há nos documentos estaduais uma menção de que teria sido a primeira espécie nacional a gozar de ampla aceitação junto aos solicitantes de mudas. Aqui em São Paulo, sua chegada se deu em 1917, ano em que o estado distribuiu a maior quantidade de mudas dessa essência.

A quaresmeira (*Tibouchina* sp), aparece com expressividade no período 1919-1923. Razão pela qual ela estará sendo citada no próximo item.

Jacarandá-mimoso, tipú, quaresmeira e canelinha. As quatro espécies, três brasileiras, uma sul-americana estão registradas no Guia Botânico do Jardim da Luz e da Praça da República, organizado pelo botânico Alfred Usteri e publicado em 1919. Isso significa que entraram para a coleção municipal, representada pelos dois logradouros. Sobre tudo o da Luz, que historicamente sempre teve essa missão. Prefaciado pelo jornalista, artista, literato, crítico e entusiasta do “nacional” Monteiro Lobato, o guia, apresentado como um catálogo de exposição, enumera as obras de um jardim que orgulhosamente já apresenta mais de 60% de espécies de sua coleção, de origem brasileira.

⁸⁸ Quanto ao nome botânico da espécie lançada como canelinha, há duas espécies que tem esse nome popular, segundo LORENZI: *Nectandra megapotamica* (Spreng.) Mez e *Ocotea pulchella* Mart., ambas originais do Brasil; ver anexo “ESPÉCIES VEGETAIS OCORRENTES NO PERÍODO 1912-1918”

IV. 1919 A 1927

Um parque paulista

A entrada de duas espécies de forma expressiva na arborização e de outras duas, brasileiras, ainda que timidamente, sinaliza uma mudança que começa a acontecer e que teve maior expressão a partir de 1919.

O caso do Parque Trianon revelou-se um momento de adoção de posturas diferentes quanto ao tratamento dos espaços públicos na cidade. Sobretudo ligadas à mudança do repertório paisagístico que envolveu sua reformulação e que marca a entrada de novos parâmetros de tratamento.

A integração do Parque Villon fazia parte das recomendações de Bouvard para o sistema de passeios interiores. No mesmo ano em que foi entregue seu relatório, encontra-se a lei que determina a aquisição pelo Município do antigo parque Villon, então pertencente a F. Matarazzo & C., como se lê em planta datada de 4-3-1911, (assinada por Faria e Maia, do setor de cadastro da prefeitura). Junto com o parque a prefeitura também adquiriu os terrenos do outro lado da avenida onde faria construir um *belvedere*.

O terreno para o Parque Villon foi reservado desde a abertura do loteamento do sítio do Caaguassu, que criou a avenida Paulista, inaugurada em 1891. Com um pavilhão restaurante construído provisoriamente e a residência de Villon, o parque foi inaugurado em 3 de abril de 1892.

Paul Villon foi discípulo de Antoine Marie François Glazieu, o botânico e paisagista do Império que atuou no Rio de Janeiro com a remodelação do Passeio Público em 1862 e o ajardinamento do Campo de Santana em 1880⁸⁹. Das inúmeras expedições de coleta realizadas no

⁸⁹ SEGAWA, 1996.

Brasil, Glaziou trouxe espécies que ensaiou e introduziu nos jardins cariocas, entre as quais o andassu *Joannesia princeps* Vell. natural das matas do Rio e São Paulo, o oiti (*Licania tomentosa*), e a monguba (*Pachira aquatica*), de origem no norte do Brasil. Três essências utilizadas em arborização urbana que ainda se encontram na cidade do Rio de Janeiro, sendo também que as duas primeiras compareceram na arborização urbana em S. Paulo, embora sem muita expressividade. Seu intercâmbio com os jardins botânicos de Kew era regular, expedindo plantas nacionais e recebendo exóticas, que ele colecionava em área reservada na Quinta da Boa Vista, onde também estava situada a sede da Sociedade Brasileira de Acclimação, fundada por Barbosa Rodrigues e Frederico Albuquerque.

Villon foi sucessor de Glaziou, atuando na reformulação urbanística do Rio de Janeiro sob o prefeito Pereira Passos. Porém antes disso ele esteve em São Paulo, elaborando projeto para transformar em Parque o que havia restado das matas do Caaguassu.

No fundo do amphitheatro formado pella matta acha-se um pavilhão que recosta sobre a verdura o seu perfil. É o Parque do Coronel Figueiredo (ocupado actualmente por M. Villon). Sob a espessa folhagem dessas árvores seculares, sobre cujo tronco o cipó se enrosca, em uma temperatura perfeitamente igual, as crianças podem brincar á vontade, e este canto feerico tornou-se há muito o passeio predilecto da elegante população paulista.

A criação de jardins sob a sábia direcção do sr. Villon, cuja celebridade justamente adquirida no Rio de Janeiro e jamais contestada, nos permittirá admirar o especimen que se nos apresenta. As florestas de fetos em miniatura, estendem suas largas folhas como finas rendas; aléas de palmeiras variadas dão ao visitante uma idéia exacta do que são os grandes oasis da Algeria; e as rosas multicores desabrochando nos tableiros, proporcionar-lhe-ão suaves e delicados

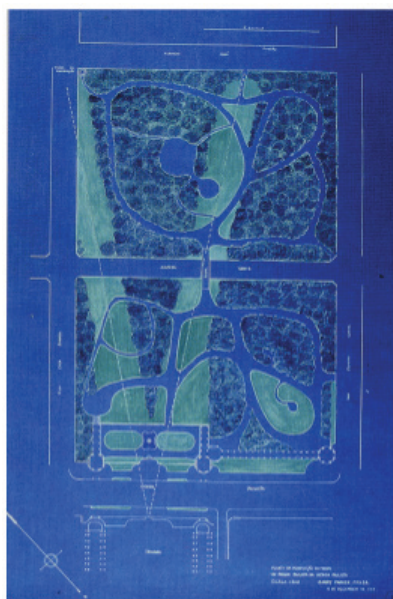
perfumes. O número de pessoas que invejam bellas paysagens, espaços imensos, é certamente consideravel. Entre ellas, a maior parte, pelo menos, é privada de ar e luz. (...) Sendo assim, é natural que procurem aos domingos o repouso, afastando-se da cidade para gozar num recanto agradável as doçuras da vida. A situação excepcionalmente favorável do logar “Parque Villon” as bellezas ahi introduzidas, a excellente orchestra que se faz ouvir aos domingos, a esplendida cosinha, seusinhos escolhidos, os preços razoaveis, a affabilidade da gerente Mme. Evrard, são outro tantos attractivos para as pessoas inimigas do “spleen”.

O pavilhão que vimos de descrever nada é ao lado da soberba construcção, estylo árabe, que se avista mais longe, e que o substituirá vantajosamente. No primeiro andar nota-se: uma grande sala de banquete, podendo conter cem pessoas, quatro gabinetes reservados, seis aposentos, commodo para a administração, sala de bvanhos, duchas, ...

No pavimento terreo: um grande salão, um outro para recepções, gabinete de leitura, bilhar, cinco gabinetes reservados, salas de banhos, etc., etc., etc. emfim tudo que é necessário para atrahir os habituées, os mais exigentes. É neste novo estabelecimento que as grandes reuniões e festas poderão realizar-se.

Estabelecer-se-há um magnifico parque, no qual figurarão ribeiros, kiosques, conchas, rochedos, e cascatas, pavilhão de música, ponte rústica, em uma palavra, todos os recursos da arte moderna, grupos espalhados em profusão dar-lhe-ão um aspecto, o mais seductor e alegre. Serão cultivadas cammelias multicores, que imitarão os jardins da Italia. Em estufas, desabrocharão as orchideas e plantas de alegres cores que lembrarão os tropicos (...)⁹⁰:

⁹⁰ KLIASS, 1989, p. 204-5.



REPERTÓRIO VEGETAL

Acácia comum
 Magnolia fusca
 Salix babingtonia (Usteri) Chorão
 Grevillea robusta A. Cunn. (Ust.)
 Melaleuca Leucadendron L. (Ust.)
Acácia
 Schinus Terebinthifolius - **Aroeira**
 Myrciaria ciliolata - **cambuy**
 Enterolobium timbouva **Orelha de Negro**
 Eugenia spranghellii? **murtá**
 Eugenia
Inga do Pará
Ipês
 Jacaranda mimosaeifolia
 Cesalpinia ferrea - **Pau ferro**
 Tibouchina - **Quaresmeira**
 Tibouchina diversas
 Ocotilla pretiosa - **Canella-sassafrás**
 Cassia levigata - **Canudo de Pito**
 Moquilea tomentosa - **Ayti (oit)**
 Chorisia speciosa - **Palmeira**
 Ocotilla pulchella - **Canelinha**
 Holocalyx Glasiovi - **Alecrim de Campinas**
 Ficus benjamina - **Ficus benjamin**
 Ficus elastica - **Ficus elastica**
 Taxus divers - **Pinheiro-europeu**
 Dypsis lutescens - **Areca bambu**
 Phoenix canariensis
 Caryota urens L. - **palmeira rabo-de-peixe**
 Euterpe edulis - **açaetê, palmito-jupia**
 Cocos nucifera L. - **Coccos comum**
 Latania borbonica Lam. - **palmeira latânia**
 Kentia forsteriana
 Raphis flabelliformis
 Agave americana
 Ilex
 Philodendron
 Plumbago capensis - **bela-emília**
 Abutilon
 Tetraena papyrum - **Aralia papífera**
 Azalea indica - **Azaleas**
 Ligustrum sinensis - **Lig. Cerca viva**
 Maranta zebrina
 Aspidistra elatior - **Alpendista**
 Nephrolepis - **sambambas**
 Amarantha
 Espirea umbellata - **Espirea**
 Plantas diversas

Fonte: Relatório 1919 apresentado à Câmara
 Municipal de S. Paulo; USTER; LORENZI

Fig.6. Parque Paulista (Triannon). Planta com a versão definitiva por Barry Parker, dezembro de 1918. As intervenções propostas se restringiram à abertura de duas clareiras para permitir visibilidade em direção ao interior do parque. Ao lado, o repertório vegetal implantado em 1919. (fonte da imagem: WOLF,2001; fonte da lista: a autora)

O traçado do parque é atribuído a Villon, pois foi esse o encontrado quando o logradouro passou para o domínio da municipalidade. Estava baseado em uma rede de caminhos sinuosos cruzando-se em alguns momentos e em outros terminando em recantos. No local, constam ainda terem existido caramanchões rústicos.

A planta da Chácara da Bella Cintra e terrenos da avenida Paulista, de 1890, assinada pelos proprietários João Augusto Garcia, Joaquim Eugenio de Lima e José Borges de Figueiredo, mostra o local do futuro Parque marcado com as inscrições: *Matta virgem*.

A mata era na verdade “apenas uma miniatura do que anteriormente alli existiu. Resultou das árvores que brotaram dos tócos, aquelas que formavam a primitiva floresta, derrubadas pelo machado dos lenhadores e madeireiros que a arremataram”⁹¹.

Não se tem notícia de que tenham sido feitos cortes de vegetação drásticos nessa mata, já não tão exuberante, para implantar o parque de Villon. No entanto, a descrição acima oferece momentos em que se visualiza com clareza um arranjo, um agrupamento intencional de elementos como em: “...aléias de palmeiras variadas...” ou “...rosas multicores...”.

Ao ser adquirido pela Prefeitura, em 1911, o local possivelmente já não contava com tais adornos. Já sem Villon, que depois dessa presença em São Paulo voltara para o Rio, atuando na reformulação da cidade sob o prefeito Pereira Passos, possivelmente o local teria perdido suas “aléias de palmeiras e rosas multicores”, e a mata se recomposto.

Para se converter no parque que integraria o sistema de áreas verdes proposto por Bouvard, a prefeitura encomendou uma reforma do lugar ao urbanista Barry Parker, recém-chegado ao Brasil. Arquiteto da Companhia City, já havia trabalhado na Inglaterra na realização da primeira cidade jardim, Letchworth. Parker, em São Paulo, projetou o Jardim América, Pacaembu e ainda foi autor de várias das residências no primeiro.

A primeira proposta é de abril de 1918. Voltou para a Inglaterra em janeiro de 1919 e não chegou a ver implantado seu projeto para o Trianon, a despeito do pedido insistente do prefeito para que se dedicasse a ele logo em sua chegada⁹².

Houve, antes de sua proposta, um projeto pelo escritório de Ramos de Azevedo, com duas versões. A primeira, sem data, se assemelha à descrição feita na Revue de S. Paulo: apresenta proposta somente para

⁹¹ VIEIRA, 1952, p. 118.

⁹² Parker *apud* WOLFF, 2001, p. 89.

a quadra frontal, sem considerar a área do futuro belvedere, e por isso pensamos tratar-se daquele antigo projeto. Ele modifica toda a superfície e o traçado do parque, colocando no lugar da floresta um jardim inglês simétrico, ao gosto de outros projetos atribuídos a Ramos. Num dos cantos ao fundo da quadra um arranjo com rochas cercando um pequeno lago. Implantado no centro da quadra uma casa de espetáculo e à sua volta edificações menores, independentes e em circus voltadas para o teatro e abrigando bares nas laterais.

Outra proposta do escritório Ramos igualmente não apresenta data, mas ali já se encontra o volume do belvedere do outro lado da avenida. Além disso, uma das construções previstas, um abrigo octogonal, desenvolvido em desenho separado tem a data de 7-8-1918 e a assinatura de um engenheiro municipal, Manuel Sabater. A proposta foi feita, portanto, entre o primeiro e o segundo relatório de Parker, este entregue em dezembro do mesmo ano.

Essa proposta de Ramos de Azevedo insistia na implantação de uma casa de espetáculos quase no meio da quadra, reorganizando toda a circulação à sua volta, como no projeto anterior. Transformaria a mata em jardim. Nas laterais do edifício, estavam previstas alas ao ar livre para bares, com mesas dispostas em meio ao jardim. Uma descrição que lembra, em outro momento, o programa de atividades materializado na reforma do Jardim da Luz entre 1899 e 1901.

Ao fundo da quadra, já próximo aos limites com a alameda Santos, o parque se organizaria em anfiteatro, com maciços vegetais ao fundo; um abrigo de cobertura octogonal estruturado num único pilar central e telhado lambrequinado. A um canto, o córrego Saracura afloraria num lago ornamentado por uma ponte rústica e cisnes, para a quadra posterior, que se mantinha sem alterações de traçado. À frente, pois, um salão de festas ao ar livre; ao fundo, o rústico e o pitoresco da floresta, ou talvez lembrando, pela presença de um estábulo e uma leiteria, uma “*ferme or-*

*née*⁹³, alegoria à cena campestre encontrada no Petit Trianon, o original, de Maria Antonieta, talvez um modelo remoto deste.

É uma proposta de concepção radicalmente diferente daquela do parque de Villon. Ela está baseada numa composição e transmite uma noção de arranjo formal e de artifício, voltada à ilusão, à festa e ao espetáculo. Atributos supostamente ausentes no parque naturalista do discípulo de Glaziou.

A proposta de Barry Parker, como se sabe, não intervém drasticamente no espaço; tanto a primeira como a última prevêem apenas a limpeza de uma faixa da mata em duas linhas retas e convergentes à entrada do parque, para que se pudesse visualizá-lo. Fazendo a ligação com o belvedere, uma colunata à entrada do parque formando uma unidade com o belvedere à sua frente.

Não se tratava de uma postura pouco ousada, mas de uma opção consciente pela “floresta primitiva em sua glória natural”⁹⁴, nas palavras do próprio Parker.

O inusitado desse conjunto de informações, e principalmente de ter havido uma proposta quase simultânea por Ramos de Azevedo, foi constatar que a municipalidade, representada pelo prefeito, também preferiu o jardim e a casa de espetáculos grandiosos de Ramos, de escala e investimento plenamente justificáveis considerando seu contexto urbano, em favor do traçado primitivo, do “bosque paulista”, aliás a sua alcunha, antes de ser conhecido como Trianon.

⁹³ O conceito de “ferme ornée”, granja de arquitetura simples, popular, mas elegante, geralmente em estilo suíço ou normando, rodeada de uma paisagem cultivada e de animais domésticos, deriva da pintura e da poesia pastoral, em paralelo a avanços na agricultura na segunda metade do século XVIII, foi concretizada no Petit Trianon. SOTO CABA, 1983 e ainda Petit Trianon. In: CAISSE NATIONALE DES MONUMENTS HISTORIQUES ET DES SITES, 1978, p. 88-91.

⁹⁴ PARKER *apud*. WOLFF, 2001, p. 89.

Diante de um projeto da chancela de Ramos de Azevedo, já autor do belvedere (inaugurado em 1916) e que marcaria definitivamente a paisagem da Paulista e a administração de Washington Luís, optou-se pela mínima intervenção, pelo traçado original, pela imagem da mata natural e rústica, da flora tipicamente paulista.

Ainda assim, essa mínima intervenção causou indignação, fazendo do “cronista P.” citado por Sevcenko um crítico mordaz da obra. Dizia ele que a mata exuberante havia sido arrasada para a construção de um comportado jardim inglês⁹⁵. O exagero do cidadão reflete também uma mudança de comportamento, uma negação de modelos que antes não teriam sido rechaçados; pelo contrário, seriam exaltados como provas de civilização e refinamento.

O conjunto “Bosques da Paulista” e Trianon foram concluídos no ano de 1919, com os serviços da turma da Administração dos Jardins. O Livro de Ouro do Estado de São Paulo cita o lugar como “um dos passeios favoritos dos paulistas”, com um confortável restaurant (...) cujos terraços e espaço amplo constituirão um bello local para ‘*garden parties*’ e em geral para todas as festas ao ar livre”⁹⁶.

Merece destaque o emprego de 44 espécies diferentes de plantas, metade das quais de origem brasileira. Essa participação é bastante significativa em comparação com os períodos anteriores.

Um trecho das memórias de Etzel será útil para entender onde teriam sido colocadas essas plantas, já que o abate de árvores foi pequeno:

(...) lembro-me de um incidente durante a formação do Parque Paulista (depois Parque Siqueira Campos),

⁹⁵ SEVCENCKO, 1998, p. 114-115. As matérias com as críticas de P. encontram-se nas edições do jornal OESP, entre 22-02-1919 e 23-05-1919, de fato após a partida de Parker deixando sua 2ª versão do projeto. Provavelmente P. referia-se à abertura de clareiras no domínio das linhas visuais da proposta do arquiteto inglês

⁹⁶ BONNAURE, 1914.

quando se desbastou a área da mata virgem dos dois quarteirões da Avenida Paulista. O prefeito Washington Luíz, interessado no andamento rápido da obra, insistiu na urgência, e por isso meu pai teve que custear os carros necessários ao transporte, além de sofrer críticas porque, sendo inverno, no transporte os arbustos que viriam disfarçar as áreas secas pela abertura de ruas na mata perdiam as folhas, não dando o aspecto do verde que se desejava imediato.⁹⁷

Das 21 espécies brasileiras utilizadas, 20 são de porte arbóreo. (teriam sido plantadas no parque ou no belvedere?) Ao observar, ainda, as espécies empregadas, chegamos a identificar, entre as plantas brasileiras, pelo menos 50 % vindas do Estado.

Houve, portanto, um aumento de participação dos elementos nativos no repertório de espécies utilizado e mais ainda, essa participação esteve relacionada a uma contribuição efetiva do estado, enquanto recolhia, ensaiava e enfim distribuía plantas para uso urbano.

A escolha – e a presença – dessas plantas também representam um esforço pelo aumento da participação da flora sobretudo paulista nos nossos espaços urbanos. O Bosque Paulista representou um marco inicial de uma mudança de atitude no desenho dos espaços livres, que se iniciou com a alteração do repertório vegetal. É importante o fato de que nesse mesmo ano de 1919, a própria avenida Paulista também recebeu um repertório novo, com a arborização de ipês-amarelos (*Tabebuia chrysotricha*) intercaladas à existente, de alfeneiros. Um parque paulista numa avenida paulista.

Essa postura se manterá para os próximos logradouros tratados na cidade, enquanto se promovia a valorização do “nacional” e também do “paulista” em todos os setores da vida e da cultura urbana.

⁹⁷ ETZEL, 1987, p. 65

Em torno do centenário

São Paulo toda se agita com a aproximação do Centenário. Germinam monumentos numa floração de gestos heróicos; as alamedas riscam o solo em largas toalhas verdes e os jardins se congregam em formosos jogos florais de poesias e perfume. São Paulo se arreia de graças. São Paulo quer tornar-se bela e apreciada. Finalmente, a cidade despertou num desejo de agradar. E era preciso que assim fosse...⁹⁸

O período 1919-1923 concentrou as atenções da municipalidade e da sociedade em torno da comemoração do centenário da Independência, festejado com pompa na capital Federal e na capital paulista.

O sítio histórico da proclamação da Independência, no Ipiranga, já homenageado com a presença do edifício do Museu e dos seus jardins, foi um tema sobejamente explorado, recebendo atenção, foco e investimento: o museu foi reformado material e institucionalmente, mudando seu perfil para museu histórico (sob a direção de Taunay, 1919).

A avenida Independência, projetada para fazer a ligação entre o Monumento à Independência recém-inaugurado e a várzea do Carmo (que curiosamente são citados nos relatórios de prefeitura como idéia de Cochet) reorientava a inserção do edifício na cidade num conjunto em escala monumental. Além disso, a sua conclusão à frente do monumento deveria ser resolvida através de ambientação paisagística, numa ampla área também destinada a um parque que nunca seria efetivamente implantado⁹⁹. Com o rebaixamento do terreno à frente do edifício, rendendo-lhe maior visibilidade, seus jardins frontais, projetados pelo paisagista Arsène Puttemans, (1907-1909) foram reformulados radical-

⁹⁸ ANDRADE, 1920 *apud* AMARAL, 1979, p. 65.

⁹⁹ Pedimos licença para citar nosso próprio trabalho como fonte para uma reunião de informações sobre esse parque. GUARALDO, 1995.

mente pelo arquiteto paisagista Reynaldo Dierberger de acordo com a vertente francesa do Paisagismo então vigente na Europa, de releitura do jardim lenotriano¹⁰⁰.

O repertório paisagístico da cidade foi ampliado à mesma proporção das obras que nela se projetavam ou da euforia que cercava esse momento.

Entre 1919 e 1926 foram realizadas pela prefeitura, com o concurso da Administração dos Jardins, as seguintes obras:

1919. **conclusão do ajardinamento do Parque Paulista**
(trecho entre as pérgolas) e Belvedere
nova arborização da avenida Paulista (ipês 373 árvores)
nova arborização do aterrado do Gasômetro (jacarandás mimosos, 73 árvores)
arborização da rua S. Vicente de Paulo
contratação da execução do parque da varzea do Carmo
serviços a particulares
1920. **conclusão do jardim do largo da memória**
conclusão do ajardinamento dos bosques da avenida Paulista
continuação do ajardinamento do parque da Várzea do Carmo
conclusão de reformas na praça Buenos Aires (avindas de supressão do gradil)
ajardinamento do Palácio das Indústrias (serviço prestado ao governo do estado)
(reformas na chácara do Carvalho para a visita dos reis belgas¹⁰¹)

¹⁰⁰ O momento que Dierberger viveu quando realizou seus estudos em Gardenarkitektur, em Dresden, coincide com o início de uma linha de projeto que se traduziu nos jardins de tendências geometrizes e nas releituras de Achille Duchene dos jardins lenotrianos do século XVIII por ele restaurados. .

¹⁰¹ Projeto de reformas da residência a cargo do escritório técnico Samuel das Neves e Christiano das Neves, 1920

largo Guanabara
roseirais no Jardim da Luz e praça Buenos Aires
corte intercalado de arborização urbana
plantios no vale do Anhangabaú
replantios no cemitério da Consolação

1921. **construção do jardim da praça Verdi (vale do Anhangabaú)**

arborização do Hyppodromo Paulistano (Moóca)
ajardinamentos no parque da várzea do Carmo
ajardinamento da nova Penitenciária
obras da avenida Independência (fornecimento de plantas ao governo do Estado)
serviços a particulares

1922. **entrega do parque D. Pedro II** pela Companhia Construtora Parque da Várzea do Carmo (CPVC)
(contratação de 26 funcionários municipais para manutenção do parque)

ajardinamento à volta do monumento a Carlos Gomes, Teatro Municipal
“Aretusa”, nos pavilhões do Parque Paulista
serviços a particulares

1923. ajardinamento da praça Marechal Deodoro
largo da Água Branca
refúgio da rua Guaycurus
serviços a particulares

1924. conservação de cemitérios
ajardinamento e conservação de clubes
reforma dos gramados do jardim da Luz (“estragados com a revolução”)
serviços a particulares

1925. ajardinamento do largo S. Paulo
gramados na parte não concluída do parque D. Pedro II (a terminar em 1926)
serviços a particulares

1926. reformas em jardins públicos, cemitérios e clubes
serviços a particulares

Numa observação superficial desta lista, ressalta a concentração de obras até 1922, data dos festejos do centenário, e um arrefecimento crescente até o último exercício relatado¹⁰².

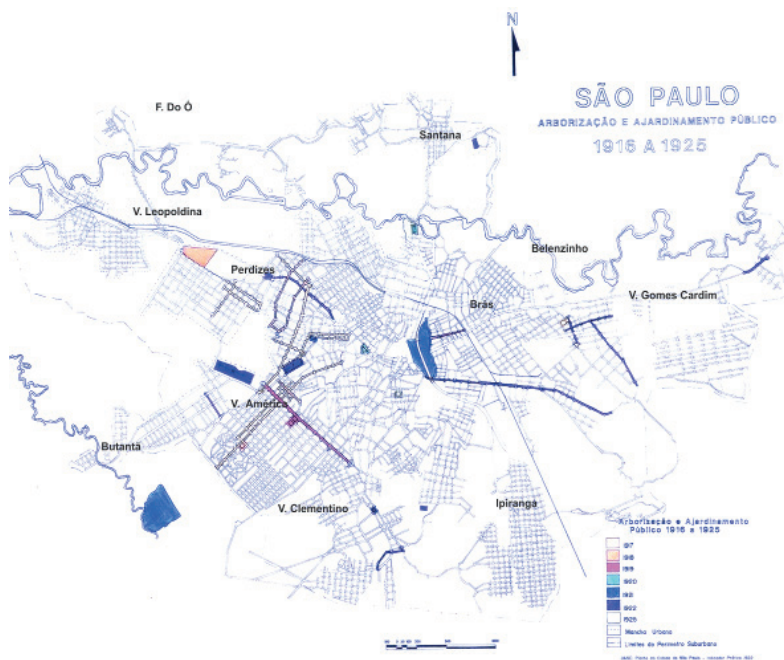


Fig.7. Crescimento da cidade e evolução da arborização e ajardinamento urbano entre 1916 e 1925, mostrando as áreas atendidas (fonte: GUARALDO, 1995)

¹⁰² Não apresentamos os anos seguintes porque os relatórios não mais fornecem tais informações. E as espécies cessam de aparecer ainda mais cedo: em 1924 já não são mais registradas. Esse fato pode ser uma decorrência imediata de mudanças de enfoque do Urbanismo, que nesse momento começa a se voltar à questão da circulação. Em 1927 estão em atividade a Comissão de Melhoramentos do Tietê, com Ulhoa Cintra, a Comissão da avenida Anhangabaú (av. 9 de Julho), os estudos para a abertura da avenida Itororó (av. 23 de Maio), a Comissão de Saneamento do Tietê. Os jardins passam à Diretoria de Jardins, Mercados e Cemitérios, perdendo a conexão direta que antes tinham com o Urbanismo; coincide o fim da atuação de Victor da Silva Freire à frente da Diretoria de Obras.

Na mesma proporção em que as obras públicas decrescem, aumenta o serviço a particulares. Esse limite tênue entre público e particular não é uma característica exclusiva da fase: a prefeitura doava plantas a particulares, “pois não faziam falta aos serviços desta Administração”. A doação assumiu contornos diferentes desde a administração Washington Luís, quando surgiram os clubes como beneficiários de doações e de serviços, e proporções inéditas daí em diante¹⁰³. Esse fato sugere uma disseminação de repertório em direção a outros âmbitos que não o público e municipal.

A primeira constatação sobre o repertório de espécies municipal entre 1919 e 1923 é que, do surpreendente volume de 99 tipos de plantas utilizadas, somente 15 já estavam presentes antes de 1919. As demais são contribuições específicas deste período, o que denota uma imensa variedade. Um sinal de ampliação de repertório.

Porém a mudança maior está relacionada à origem das espécies: se no início do século apenas 11% das espécies eram de origem nacional, agora a sua participação cresceu para 45 %.

¹⁰³ Ao mesmo tempo que a prefeitura cuidava dos cemitérios municipais, ajardinava e conservava clubes. Washington Luís era simpatizante da causa do “sport”, talvez pelas concessões que fazia a proprietários de clubes, era frequentemente reverenciado como “o prefeito, sportista que é...” (SEVCENKO, 1992); a força política dos clubes pode ser demonstrada pelo fracasso do governo do Estado em obter por troca, no final da década de 20, o terreno do antigo parque Antarctica para ali sediar o Parque de Exposições da Indústria Animal; teve que se contentar com os terrenos contíguos do antigo viveiro municipal, ganhos à prefeitura em troca de outros, que por sua vez viriam a compor o futuro parque Ibirapuera; os temas da eugenia e do “aprimoramento físico da raça” encontram-se na raiz dessa valorização do esporte que domina desde a metade da década de 10. O futebol, “esporte nacional”, foi inventado pelos ingleses e trazido para cá desde a década de 10; os clubs, sportclubs e agremiações esportivas estão em ascendência. O estádio municipal do Pacaembú nasceu de uma doação pela Companhia City de terreno especialmente localizado em “tal whég” naquele bairro- jardim, com a condição expressa de nele ser construído um estádio esportivo; o próprio parque D. Pedro em uma de suas versões, receberia equipamentos de clube, como quadras de tênis e pavilhões de jogos.

Das 44 essências brasileiras que compuseram os logradouros públicos entre 1919 e 1923, apenas quatro delas – as já mencionadas jacarandá mimoso, quaresmeira, canelinha (com pouca expressão) e jacarandá (?) – já vinham de outros anos; o restante foi contribuição específica deste período.

Ainda a proveniência desse repertório surpreende: ao observarmos com mais detalhe esse conjunto novo de elementos a povoarem a cidade de novas imagens e suscitarem novas espacialidades, encontramos a significativa predominância de espécies de porte arbóreo (30, de 40 essências nativas) e destas a grande maioria pertencente à flora das matas e campos paulistas.

Alecrim-de-campinas e quaresmeira

Entre as espécies brasileiras de presença absoluta, ou seja, ocorreram em todos os anos, destacam-se o **alecrim-de-campinas** (*Holocalyx glaziovii* Tamberl), a **quaresmeira** (*Tibouchina* sp.) e o já popular **jacarandá-mimoso** (*Jacaranda mimosifolia* D. Don).

O **alecrim-de-campinas** (*Holocalyx glaziovii* Taub.) chegou a São Paulo através de Antônio Etzel, que viera dessa cidade em 1889¹⁰⁴ onde havia trabalhado na propriedade de certo João Bierenbach, dono de oficinas e fundições que localizamos no Almanach Literário de 1876.

Nos anos 20 meu pai promoveu a plantação do alecrim, já adotado em Campinas, cuja beleza e resistência defrontavam-se com o crescimento muito lento.

¹⁰⁴ Em Campinas trabalhou no estabelecimento de um certo João Bierenbach, dono da Bierrembach & Irmão, Officina a vapor que fundia em ferro e bronze por encomenda, fabricava e importava máquinas de beneficiar café, algodão, etc. Também era proprietário de fábrica de chapéus, com filial em São Paulo, na rua S. Bento e Direita (Anúncio no **Almanach Literário** de São Paulo para o anno de 1876, publicado por J. Maria Lisboa. S. Paulo, IOE, 1982. Reedição, p. 102-103)

Foi assim utilizado em praças e muitas ruas, com a trabalhosa mudança de árvores crescidas, conservando-se um grande torrão. Mesmo assim muitas delas não resistiram ao transplante.¹⁰⁵

O alecrim foi utilizado desde a primeira remessa de mudas para a formação do parque da várzea do Carmo: 19 mudas em 1919, seguidas de outras, sempre destinadas a esse logradouro.

No Jardim da Luz, em 1920, a espécie substituiu os alfeneiros que povoavam a alameda reta ligando a entrada junto à estação da Luz e a rua Ribeiro de Lima. Era ali que estavam concentrados os equipamentos e os pontos de encontro principais do jardim: os quiosques da companhia Bavária, o coreto onde tocava a Banda da Força Pública duas vezes por semana, o coretinho, os sanitários. As árvores lá estão ainda hoje após 80 anos, fazendo parte da coleção do jardim.

O alecrim-de-campinas contém em seu nome uma homenagem ao paisagista Glaziou, o que sugere sua autoria na descoberta ou catalogação, já que suas viagens pelo Brasil em busca de conhecimento da flora nacional foram numerosas. No entanto, essa planta não se encontra entre as que compõem o repertório variadíssimo do Campo de Santana¹⁰⁶.

A **quaresmeira** (*Tibouchina* sp.) foi usada na arborização da rua Augusta, com 110 mudas¹⁰⁷ e na Villa Maria (residência de d. Veridiana Prado, em Higienópolis), feita pela própria prefeitura¹⁰⁸. Depois aparece de forma significativa durante todos os anos de 1920 a 1923, sendo usada no Parque Paulista, no parque D. Pedro e em outros logradouros na cidade.

¹⁰⁵ ETZEL, 1987, p. 62.

¹⁰⁶ RIO DE JANEIRO (Estado), 1885 apud. TERRA, 2000. Anexo 4 e anexo 6.

¹⁰⁷ A mesma rua havia sido arborizada antes de 1906 com 99 exemplares de plátano (*platanus orientalis*).

¹⁰⁸ A quantidade de mudas aí plantadas surpreende: 600

Seu trajeto até a primeira introdução não pôde ser detectado, porém a espécie foi extremamente valorizada na década de 20¹⁰⁹, chegando a ser defendida em artigos do botânico Frederico C. Hoehne, para aplicação na cidade. A espécie, nativa da Serra do Mar, foi valorizada e inclusa de forma definitiva nos logradouros públicos da cidade, sendo até hoje uma imagem incorporada à cidade.

Foram identificadas ainda 18 espécies comuns entre as distribuições feitas pelo estado e o repertório municipal a partir das reformas do Parque Paulista. Essas plantas faziam parte das coleções estaduais nos hortos e institutos agrícolas mantidos pela secretaria da Agricultura e eram, após aclimação, adaptação e ensaios, reproduzidas e disponibilizadas para distribuição a prefeituras, Câmaras Municipais, instituições públicas e particulares. A intenção era expressamente de fomentar prefeituras de municípios paulistas, com mudas de espécies que tivessem qualidades ornamentais para uso urbano.

Serão estas que qualificarão os espaços urbanos, traduzindo outras espacialidades e anseios. A procura da valorização da flora nacional e sobretudo paulista imprimirá nele uma outra ênfase.

A presença sempre significativa da vegetação de porte arbóreo na cidade explicou-se no período 1904-1911 pelo maciço investimento da prefeitura na arborização urbana, atendendo a necessidades de racionalizar e ordenar o espaço urbano. À árvore era dado o papel do alinhamento e definição do desenho da rua e da praça. Mas também era a portadora de um simbolismo e uma imagem: Paris ou Buenos Aires. Uma busca de identificação com modelos de civilização, buscada na aplicação de linguagens e repertórios conhecidos.

¹⁰⁹ No próximo capítulo será abordada a contribuição da pesquisa em Ciências Naturais, incluindo a atividade de Hoehne e outros.

A árvore paulista no meio urbano convoca à busca de expressões e identidade, seja de forma explícita como no parque Paulista, seja de forma menos evidente, como no conjunto do Museu Paulista ou no Largo da Memória.

Parque D. Pedro II

Outro marco do período ganhou implantação num generoso parque e ambientação celebrativa através desse repertório renovado: o Palácio das Indústrias, no Parque D. Pedro II.

O Parque da Várzea do Carmo era uma aspiração antiga que tomara impulso com os melhoramentos e a inclusão do logradouro entre as propostas urbanísticas de Bouvard.

A viabilização financeira só foi possível pela alienação de parte da várzea, alterando a área original esperada para o grande parque. Mesmo após terminado, ainda restavam terrenos desocupados, que só foram vendidos após a construção do Mercado Municipal¹¹⁰.

O parque teve quase tantas alterações programáticas quanto foram as propostas. De início um parque de amenização e de contemplação (proposta Bouvard, proposta Puttemans); depois um parque de exposições¹¹¹ (parcialmente, a primeira proposta Cochet, pavilhões de Christiano das Neves, c.1917) e finalmente parque de recreação (2ª e 3ª proposta Cochet, esta, definitiva¹¹²).

¹¹⁰ Projeto do escritório Ramos de Azevedo, de solução construtiva inédita, que teria vindo da Alemanha.

¹¹¹ Essa era uma ideia antiga: Ramos de Azevedo projetara na várzea do Carmo uma grande Exposição Continental, em 1892, que incluiria a completa remodelação em parque da várzea do Carmo.

¹¹² Diga-se que o que foi implantado da proposta foi o traçado, pois nada do que continha o projeto a respeito dos equipamentos de recreação foi considerado. Uma análise detalhada pode ser encontrada em KLIASS, 1989, p. 155 a 193

Os projetos que o converteriam num parque de exposições estão ligadas à presença do Palácio das Indústrias, construído entre 1911 e 1924 em área cedida ao governo do Estado. O edifício, destinado a exposições que promoveriam a agricultura e a indústria do Estado de São Paulo, (e era essa a condição da cessão ao Estado) teria no parque uma própria extensão de seu programa de pavilhão de exposições. Esses fatores, e mais a proximidade dos festejos do Centenário justificam alterações de contexto político e cultural que acabaram por alterar a destinação do logradouro. E assim, ele recebeu contribuições inesperadas.

A construção do parque foi feita por contrato celebrado em 9-9-1918, ainda na administração Washington Luís, e iniciada no ano seguinte para entrega em 20 meses. Pelo que se pode notar nos relatórios, não só o prazo deixou de ser cumprido, como o próprio objeto do contrato:

Muito tem preocupado esta Administração a conservação deste Parque, entregue pela Comp. Constructora sem estar completamente terminado, e que apresentava muitas falhas na área ajardinada, conforme comuniquei por escripto e verbalmente, falhas que podiam ter sido reparadas pela referida Comp., si a Directoria de Obras, na ocasião da entrega, houvesse consultado esta administração sobre ajardinamento – parte que lhe diz respeito – conforme fora reccomendado por despacho do então Prefeito Dr. Washington Luis.¹¹³

Sendo assim, parte da execução coube mesmo ao município: “Os reparos indispensáveis feitos neste Parque, constaram dos seguintes serviços: plantação de árvores e arbustos para formação de grupos nos gramados, replantação de árvores que constituem a arborização da parte externa do Parque, formação de canteiros com flores anuais e vivazes (...), reforma de diversos gramados, limpeza das ruas e passeios na parte in-

¹¹³ SÃO PAULO (Cidade), 1923, p. 174-175.

terna, construção de um barracão para depósito de ferramentas (...) que preencheu uma das maiores lacunas deixadas pela Comp. Constructora...”

Da descrição de Etzel podemos pinçar os elementos de uma linguagem influenciada por um modelo de desenho que vinha sendo aceito até pelo menos 1915, com a adoção de um repertório coerente com ele. Contudo, é o repertório vegetal inusitado o que se impõe.

Ao lado de algumas espécies exóticas, aparece um leque de novas essências: entre latânias e palmeiras rabo-de-peixe, de origem asiática, aparecem palmeirinhas-de-petrópolis e jerivás paulistas; entre grevêneas e alfeneiros, araribás, paus-ferro e timboúvas. Das espécies arbustivas, primaveras e dracenas paulistas acompanham os sagus-de-jardim exóticos aclimatados por Frederico de Albuquerque. E biris e cristas-de-galo (tão divulgados mais tarde por Burle Marx), sálvias e samambaias¹¹⁴, ao lado de refinados buxos e roseiras. Uma enorme variedade de plantas somou-se àquelas que já eram antes produzidas e aplicadas, rendendo resenhas elogiosas de entusiastas da flora nacional como Frederico C. Hoehne¹¹⁵.

Outra obra de grande impacto na cidade, relacionada com o patrocínio do governo estadual, obteve impulso e novas orientações de desenho: a reforma do conjunto monumental do Ipiranga, formando-se para isso a Comissão de Obras do Ipiranga, da qual faziam parte Mário Whately, Antonio Bayma, Guilherme Winter e Francisco Prestes Maia.

A avenida Independência, junto à implantação do monumento, recebeu a contribuição desse repertório novo de essências nativas. Consta do

¹¹⁴ Nomes botânicos, na ordem em que foram citados: *Latania borbonica*, *Caryota urens*, *Cocos wedeliana*, *Syagrus romanzoffiana*, *Grevillea robusta*, *Ligustrum japonicum*, *Centrolebium tomentosum*, *Libidibia ferrea* (*Caesalpinia leiostachya*), *Enterolobium contortisiliquum*, *Bougainvillea* sp., *Dracaena* sp., *Cycas* sp., *Canna indica*, *Celosia cristata*, *Salvia splendens*, *Nepphrolepis* sp.

¹¹⁵ HOEHNE, 1922. O assunto é ainda retomado no capítulo 2, sobre a contribuição das ciências naturais.

relatório de 1921 o fornecimento de mudas de canudos de pito, pau-brasil, monjoleiro e maçaranduba ¹¹⁶, ao lado de algumas espécies exóticas.

Incorporado, esse mesmo repertório foi finalmente utilizado no Parque Ibirapuera, cuja implantação se deu entre 1927 e 1928, após as primeiras ações de ocupação da área recém-empossada pela Prefeitura.

O tratamento paisagístico dessa primeira fase de implantação do parque, relacionado com a transferência dos viveiros da Luz e da Água Branca, baseou-se nesse mesmo conjunto de novas espécies introduzidas no período. Após a drenagem por eucaliptos, foi plantada uma grande quantidade de espécies nativas: pau-ferro, sibipiruna, ipês, pau-brasil, jacaré e canela, que existem ainda hoje¹¹⁷ e orientaram as demais fases de implantação do parque.

Apesar de receber projetos desde o final da década de 20, como o de Reynaldo Dierberger, que foi incluído no Plano de Avenidas de Prestes Maia, o Ibirapuera só seria implantado às vésperas de outro evento comemorativo, o do Quarto Centenário da Fundação da Cidade.

O parque recebeu, então, novas propostas, como a de Cristiano das Neves, membro da Comissão do IV Centenário, a de Burle Marx e finalmente o projeto da equipe de Teixeira Mendes, este finalmente implantado.

No momento de transição, conflitam modelos de desenho e materiais inusitados, locais. O conflito testemunha esse momento da traje-

¹¹⁶ Nomes botânicos, respectivamente: *Senna septentrionalis* (*Cassia laevigata*) ou *Senna bicapsularis* (*Cassia bicapsularis*, *PAubrasilia echinata* (*Caesalpinia echinata*), *Acacia polyphylla*. E *Persea pyrifolia*. Esta última não consta nos serviços públicos da prefeitura e nem pudemos identificar nas coleções do Estado, porém, segundo Lorenzi, 1992, é árvore que ocorre em Minas, Rio e São Paulo, em formações de altitude.

¹¹⁷ SÃO PAULO (Estado), 1988..

[illegible][illegible]

Parte II

MUSEUS, JARDINS BOTÂNICOS E INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS O RECORTE DAS CIÊNCIAS NATURAIS

Capítulo 3. O jardim como museu

Pitoresco e estética naturalista

A formulação da estética iluminista do pitoresco atribuiu ao jardim significações precisas à medida que deu novo sentido à noção de “natureza”, relacionando-a com a natureza humana. A herança dessa mudança de visão é comentada por Sérgio Buarque de Holanda, quando observa que “ao ouvir a palavra “natureza”, o homem dos séculos XVII e XVIII pensa imediatamente no firmamento; o do século XIX pensa em uma paisagem.”¹¹⁸

Sabemos que o pitoresco é uma noção formulada no século XVIII por Cozens, derivado de uma nova concepção da natureza como “não mais a ordem revelada e única da criação, mas o ambiente da existência humana; não mais o modelo universal, mas um estímulo a que cada um reage de modo diferente; não mais a fonte do saber, mas objeto da pesquisa cognitiva”.¹¹⁹

O pitoresco se expressa imediatamente na jardinagem, uma arte que opera diretamente sobre a natureza enquanto a vê numa relação de simpatia, como ambiente propício para o desenvolvimento do sentido

¹¹⁸ HOLANDA, 1996, p. 137.

¹¹⁹ ARGAN, 1992.

social do homem - em oposição ao conceito do sublime, formulado por Burke, que inspira o sentimento de solidão, de pequenez do indivíduo diante das forças da natureza.

Como seu nascimento está associado ao gosto dos pintores, o jardim é pitoresco (e mais tarde, jardim paisagista) aquele que atende, ou se pode comparar, aos padrões de paisagem dos quadros de Salvator Rosa, Poussin e Lorrain, com seus motivos arcádicos e sua referência à arquitetura greco-romana. (pitoresco vem de “pinturesco”, ou seja, que se baseia numa pintura) A “art of landscape”, como ficou conhecida pela tradição inglesa do gosto pela terra inculta e pela ideologia do “improvement”¹²⁰, operava diretamente no sentido de reproduzir cenas da pintura de paisagem e portanto pressupunha não só um artista que conhecesse tais padrões como usuários treinados para reconhecê-la como paisagem.

Esses modelos estavam presentes na mente dos viajantes artistas e cientistas que realizavam o “grand tour” pela Itália, Alpes e Pireneus, em busca de “pleasing prospects” (vistas agradáveis); daqueles que realizaram os primeiros mapeamentos e levantamentos geológicos e agrônômicos no século XVIII, atendendo aos propósitos de unificação dos territórios nacionais europeus¹²¹; como também os que empreenderam longas jornadas pelas terras desconhecidas da América, da África e do Oriente, no desvendamento de um mundo novo e exótico aos olhos dos europeus.

O jardim anglo-chinês deve-se às viagens dos jesuítas e missionários pela China, que observaram as características de composição dos jardins imperiais e de volta à Europa disseminaram o conhecimento adquirido associando-o ao jardim inglês, com sua informalidade e liberdade na disposição das plantas. “La nature ne trace rien au cordeau”, diziam os tratados de jardinagem que se multiplicavam a partir de então.

¹²⁰ WILLIAMS, 1989.

¹²¹ BRIFFAUD, 1986.

Identificada com uma cosmogonia e com uma ordem superior, a paisagem do jardim oriental é uma paisagem visionária, enquanto a do jardim inglês é livre e espontânea, contendo uma certa nostalgia do campo. As cenas de que é composto aludem ao funcionamento e às nuances da natureza; definem-se ora pelas estações do ano - o Jardim do Verão, o Jardim do Inverno, o Jardim da Primavera, o Jardim do Outono - ora pelas horas do dia - o Jardim do Meio Dia, o Jardim da Meia Noite, o Jardim da Tarde, o da Manhã - cada uma destas cenas preparadas pela variação no arranjo da vegetação - suas cores, incidência de luz - e pelos objetos - ou "*fabriques*"¹²² - escolhidos.

Há ainda a distinção de outros tipos de cenas programadas em sequência: as cenas encantadas, relacionadas com sucessões rápidas de sensações violentas e contrastantes; as cenas de horror, com rochas imensas, cataratas, cavernas, árvores secas, edifícios em ruínas; e por fim as cenas alegres, de efeitos amenos e sutis, de formas simples, vistas amplas e grupos de vegetação coloridos, abrandando as cenas anteriores. "É um verdadeiro paraíso terrestre e também um universo em miniatura", diria o missionário Attiret, quando em visita pelos jardins do imperador da China¹²³.

O jardim anglo-chinês é a versão do pitoresco que se dissemina na França e no resto da Europa. Uma descrição do parque Monceau (1773), nos limites da cidade de Paris, um dos primeiros jardins pitorescos da França, nos faz perceber uma outra interpretação do pitoresco: o de festa, de jogo, de fantasia e ilusão. "não é um jardim inglês o que quisemos fazer em Monceau, mas precisamente, reunir num único Jardim *todos os tempos e todos os lugares*. É uma simples fantasia, um desejo de ter um jar-

¹²² Uma explicação desse termo é dada por Morel em sua *Théorie des Jardins* (1776): "essas construções são o que em Pintura chamamos *fabrique* (...) para designar todas as construções de efeito e todas as construções que a indústria humana associa à Natureza para o embelezamento dos Jardins"

¹²³ BALTRUSAITIS, 1978.

dim extraordinário, puro entretenimento. (...) ao invés de nos isolar para sonhar, nós nos juntamos para conversar, pois estamos muito longe de querer alimentar nossa melancolia; ocupamo-nos em agradar às mulheres, ao contrário dos ingleses (...) a verdadeira arte é aquela de saber reter o público pela variedade de objetos, sem o que eles irão buscar no campo o que lhes falta no jardim, a imagem da Liberdade”. O ideal de jardim evocado é pois de refinamento, divertimento, necessidade constante da surpresa e da novidade. “Se podemos fazer de um jardim pitoresco um país de ilusão, por que recusá-lo? Não nos divertimos senão por ilusões; se a liberdade as guia, que a arte as dirija, e assim jamais nos afastaremos da natureza”¹²⁴.

Se o jardim paisagista assume nuances diferentes de uso de país para país, por outro lado é evidente sua intenção de ser “de todos os tempos e todos os lugares”, “microcosmo” “universo em miniatura” (termos tomados dos tratados e descrições dos jardins franceses e ingleses). Coloca-se como um imenso registro, um verdadeiro inventário da cultura e do conhecimento humano.

Sua alusão às culturas do passado clássico da Arcádia, às culturas estranhas e exóticas, à cultura oriental, à mitologia pagã e à arquitetura cristã são feitas pelos templos, ‘tempietos’, peristilos, choupanas, obeliscos, pirâmides, tendas moinhos, pagodes, pontes, construções neogóticas¹²⁵. As ruínas, as colunas semi-destruídas, mausoléus, como os troncos caídos e árvores secas, evocam a morte, a finitude do homem, a invasão impiedosa da natureza, a ação do tempo sobre a obra humana Elementos como rochedos e grutas, com suas estalactites e estalagmites, são também objetos construídos, tomados a partir de modelos reais através de pesquisa das ocorrências comuns na natureza. Tais artifícios inspiram

¹²⁴ CNMHS, 1978.

¹²⁵ O neogótico faz sua primeira experimentação, de fato, nos jardins.

uma infinidade de desenhos sucessivos e modelos necessários à execução, como também o aparecimento de inúmeros tratados e manuais de jardins disseminando modelos de “fabriques”. Para o Jardim de Méreville, Laborde fez duas séries de modelos: um para execução e outro para expor em seu salão particular. Esse gosto pela coleção é o mesmo que se manifesta para os minerais raros, animais exóticos, curiosidades de todas as ordens. O jardim em si é uma grande coleção ao ar livre, um verdadeiro gabinete de curiosidades. E o proprietário, um colecionador.

Neste gabinete de curiosidades, organizado em torno de cenas, o elemento construído acentua o arranjo paisagístico e lhe confere um caráter, porquanto deve haver um acordo entre o elemento arquitetônico e a paisagem. “É particularmente esta relação com o caráter do sítio¹²⁶ o que eu chamo de conveniência na arte dos jardins(...) a situação paisagística que convém a cada espécie de construção, seu caráter, sua forma, sua massa, bem como seu estilo, da tinta que os coloca de acordo com a paisagem na qual figuram; cabe então ao arquiteto preocupar-se com a execução, a solidez, o interior, para agradar e dar comodidade, e dar-lhe a expressão que o jardineiro pretende para produzir o charme e a verdade de suas cenas, objetivo importante que o forçará sobretudo a sacrificar os detalhes pela unidade do conjunto”.

A vegetação é empregada de acordo com os padrões da pintura, por massas criando manchas mais claras ou mais escuras, pelas nuances entre a luz e a sombra, pela variação cromática, em oposição ao rigorismo geométrico, à perspectiva clássica.

Para a pintura ou para a jardinagem - ambas já se alimentam mutuamente - o caráter investigativo da natureza é o verdadeiro sentido; o objetivo é descobrir a essência sob a aparência. A vegetação é selecionada

¹²⁶ Não confundir com o conceito de *genius loci*, usado pelos paisagistas ingleses, que se refere aos atributos naturais do lugar, aos quais o paisagismo deve atender; aqui a noção se refere ao lugar já tratado, à paisagem talhada nos moldes do pitoresco

pela forma, pela volumetria, pela cor, pela sua possibilidade de compor uma amostragem dos tipos encontráveis na natureza. A observação conduz à descoberta do tipo. “Evidentemente, na natureza jamais encontraremos uma árvore que seja idêntica ao seu tipo, mas isso depende das circunstâncias ocasionais que lhe impediram ser o que deveria ter sido. O verdadeiro tipo da faia ou do choupo não se encontra na natureza livre, mas no jardim. A jardinagem, enfim, nada mais é do que a arte de colocar cada planta em condições de realizar seu próprio tipo ou arquétipo”¹²⁷

Assim como os *Kunst und Wunderkammer* - ou gabinetes de curiosidades, evoluem para os gabinetes e museus de História natural, os jardins experimentam um enriquecimento fantástico com a evolução das Ciências Naturais, e paralelamente da Horticultura. Difunde-se o gosto pelas essências não locais e exóticas, encarregam-se os missionários, os exploradores e os cientistas de enviar novas espécies das paisagens não européias.

As estufas se multiplicam nos jardins onde passou a ser habitual a presença de vegetação exótica, tão exótica quanto seus elementos construídos. A coleção se amplia e se diversifica. “Uma surpreendente quantidade de plantas de todos os gêneros, herbáceas, lenhosas, aquáticas, todas caracterizadas pela variedade em seu volume, pela diversidade de sua forma, pelas folhas, pela elegância de suas flores e variedade de cores, compõem a coleção magnífica de produções que decoram o interessante e soberbo espetáculo da natureza”, escrevia Morel.

¹²⁷ ARGAN, 1992.

Do jardim botânico ao jardim público

O Jardim Botânico, tipo de coleção em que os objetos são espécimes vivos, foi o principal beneficiário desse enriquecimento da flora à disposição do europeu. Criado no século XVI ligado às escolas de Medicina, por sua preocupação com a utilidade medicinal das plantas, se transforma em um estabelecimento de pesquisa ligada à Botânica e à Horticultura.

Um dos primeiros jardins botânicos foi o Jardin Royal des Plantes Medicinales, ou Jardin du Roi, em 1593, que em 1640 já se abria ao público e dava cursos e demonstrações. Desligando-se de seu viés medicinal, transformou-se em Cabinet d histoire naturelle (1729), função nova reforçada por uma ordem de 1726 que determinava a obrigação dos capitães de navios que trouxessem em seu retorno, para cada viagem realizada, sementes e mudas de plantas dos locais abordados, para envio ao Jardin des Plantes¹²⁸.

Sob Buffon (o naturalista da Enciclopédia), entre 1731 e 1787, o jardim foi ampliado e reformulado, incrementou sua escola de Botânica e passou a patrocinar viagens científicas às Antilhas, Ásia e América do Sul. André Thouin, nomeado primeiro jardineiro em 1764, recolheu sementes e mudas de plantas tropicais, aclimatou-as e as distribuiu. Dessa sua experiência sintetizou uma aplicação aos jardins, escrevendo “Plans Raisonnées de toutes les espèces de jardins”, que foi publicado entre 1819 e 1820.

Thouin tornou-se orientador dos viajantes oficiais e formou discípulos que passariam a dirigir os jardins botânicos abertos nas colônias francesas, filiais do Jardin des Plantes. E ainda seguidores e entre profissionais do paisagismo urbano, atividade que se tornou importante agora

¹²⁸ Medida que era a única forma de alimentar a instituição com material de estudo, já que nesse período poucos dos instrutores do Jardin des Plantes se propunham a viajar. Informações de LAISSUS, 1995, p..37..

que os grandes jardins privados se transformavam em parques e passeios voltados ao uso público. Entre os profissionais filiados à escola de Thouin estavam aqueles que viriam a atuar nos “grands travaux” de Paris: Barrillet-Deschamps, Édouard Andrè, Nicolas Forestier, Jules Vacherot, colaboradores de Alphand e Bouvard. Os três primeiros responsáveis pelos projetos das áreas verdes da cidade e subúrbios de Paris, o último colaborador de Bouvard na Exposição de 1900 e depois jardineiro chefe da capital francesa, também acompanhando-o em suas viagens para a América do Sul e participando de intervenções urbanísticas como em Buenos Aires e São Paulo.

As plantas consideradas úteis, decorativas ou raras que eram o objeto de estudo para tantos pesquisadores naturalistas (botânicos, horticultores, taxonomistas, farmacêuticos, químicos), passaram a viajar entre o jardim e suas filiais. Sua trajetória: de sua origem eram transportadas ao Jardim Botânico da Ilha de França (hoje Ilha Maurício) e de lá ao Museum, para em seguida serem reexpedidas às Antilhas e Guianas. Foi desse mesmo Jardim Botânico da Ilha de França que chegaram ao Brasil, em 1809, vinte caixas Ward de plantas aclimatadas, o primeiro lote de mudas que comporia o nosso Jardim Botânico do Rio de Janeiro, recém-criado (1808).

Após a Revolução Francesa e iniciado o período romântico, as viagens se intensificam e o Museum abre uma escola de viajantes. Auguste de Saint Hilaire, um dos alunos, fez uma “viagem pitoresca” pelo Brasil, percorrendo-o entre 1816 e 1822.

O descortinar-se das novas paisagens se fez sob um recorte pitoresco, alimentando coleções e museus europeus e dando a conhecer nossa própria paisagem através do olhar dos viajantes. Olhar que nos legou uma visão de nós mesmos.

Foi esse mesmo recorte pitoresco que inspirou a remodelação dos jardins botânicos sob o arquétipo do jardim paisagista e os transformou em jardins públicos, sobrepondo usos. E os jardins botânicos somaram-se, então, aos demais espaços livres abertos para uso público no século XIX (parques, praças, boulevards, corsos, squares, jardins), dentro de uma idéia de que “a natureza educa”.

Foi o que aconteceu com o Jardim Botânico de S. Paulo, criado entre os primeiros jardins botânicos brasileiros, nos últimos anos do século XVIII e enquadrados numa política de “integrar no fomento do comércio ultramarino a idéia de permuta de plantas dos diversos territórios e em especial e projeto de aclimação das especiarias orientais”¹²⁹.

Se no início o interesse era puramente comercial, os jardins botânicos brasileiros, desde cedo, tornaram-se públicos, e com eles o de São Paulo, que em 1825 já tinha esse atributo, dividindo-se entre o passeio e a exposição de plantas, ou o próprio Passeio de Mestre Valentim, no Rio de Janeiro, que ao contrário do paulistano, nasceu como passeio público, mas se tornou também um espaço de demonstração de plantas com as duas funções ainda mais reforçadas após a sua reforma por Glaziou.

A função de entretenimento e passeio e a de observar e conhecer se fundem num mesmo lugar. O gabinete, a coleção particular, torna-se museu, porquanto se abre para uso público.

Mas se os jardins botânicos, ao lado do viés científico voltaram-se à instrução pública, tornando-se passeios públicos, eles também influenciaram o desenho dos demais espaços urbanos ajardinados¹³⁰. Por seu

¹²⁹ ALMEIDA, 1975 apud SEGAWA, 1996. O primeiro estabelecimento criado foi o de Belém, organizado por Grenouillier e se formou com o aporte de mudas do Jardim Botânico de Gabrielle, em Caiena, que passa a ser possessão de Portugal. Seguiram-se o de Salvador, Olinda, Ouro Preto e São Paulo.

¹³⁰ A primeira referência a essa orientação veio de Loudon. PONTE In MOSSER; TEYSSOT, 199.

tipo de organização espacial, em que importa a demonstração da natureza e o conhecimento que emana de sua observação direta, comparativa e seriada, os parques e jardins públicos também converteram-se em verdadeiros espaços de exposição de plantas, tratadas como coleções.

Isso explica o interesse estético e científico crescente na idéia da disposição de exemplares raros em situação de destaque, contra o antigo plantio em maciços, sublinhando individualmente cada espécie de forma tal que pudesse ser examinada e apreciada pelas suas características particulares¹³¹.

As características particulares da vegetação dos países tropicais, era a própria razão do interesse que o paisagista Édouard André via nos nossos jardins: “Se cruzarmos o Atlântico, sem nos atermos aos jardins dos países de clima quente, mais notáveis pela beleza de sua vegetação do que pela arte de seu desenho...” Em sua obra “*Traité général de l’art des jardins*”, publicada em 1879, entre os jardins públicos que ele recomendava para visitas estavam o de Buenos Aires, o Passeio Público do Rio de Janeiro e o Jardim Botânico de Botafogo; e entre os particulares, os jardins do Palácio Imperial de Petrópolis¹³².

Dessa forma, assim como o jardim exótico ou botânico foi adaptado onde possível para responder às demandas específicas de um espaço público, os jardins públicos, por seu turno, teriam uma orientação de desenho que os aproximava muito da organização espacial de intenção ao mesmo tempo celebrativa e instrutiva encontrada no jardim botânico.

¹³¹ PONTE In MOSSER; TEYSSOT, 1991, p. 373.

¹³² “Si nous franchissons l’Atlantique, sans nous attarder aux jardins des pays chauds, plus remarquables par la beauté des végétaux que par l’art de leurs dessins, nous trouverons aux États-Unis, après avoir cité feu Downing [Andrew Jackson Downing, paisagista atuante e precedido de grande fama entre os círculos profissionais norte-americanos] le véritable créateur de l’art des jardins paysagers en Amérique; un nom populaire souvent cité dans cet ouvrage, Mr Law Olmsted, avec ses créations des parcs publics, seul on en collaboration avec M C Vaux...” ANDRÉ, 187, p. 870- 873.

Sem esquecer as evidentes dificuldades de manutenção de espaços públicos organizados dessa forma, requerendo cuidados e pessoal especializado, esta orientação se configurou como “oportunidade fascinante em termos de educação e desenvolvimento, não se considerando haver método mais adequado para melhorar a saúde tanto física quanto moral das classes trabalhadoras”¹³³.

A experiência de Thouin recolhendo, aclimatando e distribuindo plantas tropicais, no Museu de História Natural de Paris, foi sintetizada para aplicação aos jardins, na obra “Plans Raisonnées de toutes les espèces de jardins”, que foi publicado entre 1819 e 1820 e obteve grande repercussão.

“Plans raisonnées...” foi uma primeira tentativa real de classificação dos jardins de acordo com suas funções; de outra forma não se explicaria o sucesso que a obra alcançou. Nessa ênfase funcional, sobrepujando as anteriores classificações puramente estéticas, sobretudo por cenas, propunha a remoção das barreiras entre “a prática e a beleza” e entre a “arte e a tecnologia”.

Os termos “prática e beleza” eram utilizados aludindo diretamente à oposição entre o ordenado, o regular - e o irregular, o assimétrico, remetendo à distinção entre o jardim geométrico e o jardim paisagista. Acreditamos que essa distinção, superada, o tenha sido na medida em que sua qualidade como obra de arte, medida pela maior ou menor “fidelidade à natureza”, não mais haveria de decorrer da opção pelo “regular” ou “irregular” do traçado, mas da capacidade de representação do mundo natural no espaço do jardim – capacidade tanto maior quanto mais variada a amostragem exposta¹³⁴. O valor, portanto, passa a ser proveniente sobretudo da riqueza do repertório.

¹³³ PONTE In: MOSSER, TEYSSOT, 1991.

¹³⁴ Essa referência abrange a representação dos três reinos da natureza – o vegetal, o animal e o mineral, de participação proporcionalmente contemplada, porém não interpretados aqui, mesmo conscientes de sua importância, por uma questão de recorte.

A supressão dos limites entre geométrico e orgânico inaugurou o chamado “estilo misto” de jardinagem, que verdadeiramente dominou tudo o que de então em diante se publicou sobre jardins. Lembramos, somente entre as obras que tiveram repercussão aqui no Brasil dentro do nosso recorte temporal, a de Alphand, *Les Promenades de Paris*, a de dois de seus colaboradores ou contemporâneos, Édouard André e Jules Vacherot, e ainda os álbuns de César Daly, arquiteto oficial de Napoleão III, que inspirou a arquitetura de Ramos de Azevedo em São Paulo.

As recomendações entre a opção pelo “estilo francês ou “estilo paisagista”, ou mesmo de ambos num mesmo espaço, se baseavam em considerações sobre o tamanho do terreno, o programa de atividades a atender, a maior ou menor relação de autonomia com a edificação e ainda o tema principal do jardim. Assim, por exemplo, o jardim paisagista era considerado propício, entre outros, a praças e parques públicos, parques rurais, hospitais de isolamento, “kindergartens”, grandes propriedades residenciais suburbanas. Já praças em bairros proletários, [sic]¹³⁵, residências em terrenos pouco extensos, jardins de aclimação de animais, de institutos disciplinares e de nosocômios seriam mais adequadamente tratados com traçados regulares. Aos parques urbanos de grandes extensões era ainda facultada a adoção de ambos os traçados simultaneamente, com o traçado regular associado às edificações¹³⁶.

“Arte e tecnologia”, por sua vez, eram termos alusivos às relações entre pintura da paisagem e a construção do jardim. A discussão sobre a influência de uma sobre a outra e sobre quanto o jardim deveria refletir a pintura de paisagem mobilizou profissionais ingleses e norte-america-

¹³⁵ A Square des Arts et Métiers, por exemplo, foi resolvida dentro do traçado “geométrico”, com plantações de árvores em aléias retilíneas e o mínimo de áreas gramadas. A justificativa da opção foram o perfil de seus usuários, trabalhadores e ainda suas dimensões, menores que as demais squares. VERNES, 1986.

¹³⁶ VACHEROT, 1908.

nos notáveis em ambas as artes, como Humphry Repton, Richard Payne Knight e Uvedale Price.

Os termos da polêmica baseavam-se na crítica aos trabalhos de Capability Brown- expoente do paisagismo inglês no século XVIII e seu seguidor, Repton, - acusados por Price e Knight de monótonos por não terem seguido as lições dos grandes mestres da pintura da paisagem. A resposta de Repton era que seus agenciamentos paisagísticos não eram feitos para usuários fictícios e eventuais, como os camponeses e ciganos que povoavam os quadros de Salvator Rosa, mas para pessoas reais. E que por isso deveriam transmitir o espírito de civilização necessário aos espaços públicos¹³⁷.

É a serviço desse “espírito de civilização”, que se coloca a arte dos jardins, distanciando-se de suas origens “pinturescas” para encontrar conteúdos próprios em sua aplicação no urbano. No seu limite, a questão das diferenças entre pintura de paisagem e jardim, levaria à emancipação da atividade em disciplina autônoma. Acrescida de conteúdo e novas abordagens, pela influência decisiva de Frederik Law Olmsted, nos Estados Unidos, o termo “arquiteto paisagista”, como profissão, seria pela primeira vez utilizado em 1900, nesse país¹³⁸, abrangendo uma área de atuação que englobava as várias escalas da ocupação humana, da local e urbana à regional, e introduzindo pela primeira vez a noção da paisagem como herança.¹³⁹

¹³⁷ PONTE In: MOSSER; TEYSSOT, 1991.

¹³⁸ MAGNOLI, 1987.

¹³⁹ CIUCCI, G et al., 1975.

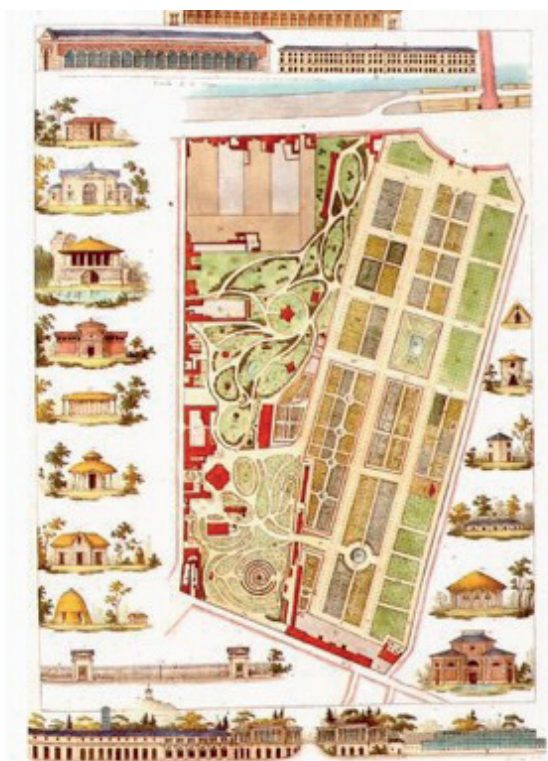


Fig9. Muséum d'Histoire Naturelle, em Paris, após a reforma no final do século XVIII, que inauguraria uma era de grande desenvolvimento. Na planta estão representadas as modificações segundo o plano de Thouin, de 1823, quando o museu passa a abrigar o gabinete de pesquisas, as estufas e galerias de demonstração dos três reinos da natureza – animal, vegetal e mineral. Nesta fase, o museu abriu uma escola de naturalistas-viajantes e patrocinou inúmeras expedições. (fonte: SCHAEER,1993)

Museus de história natural

O museu nacional e os espaços cariocas

Os museus foram os espaços institucionais especialmente concebidos para a tarefa de mobilizar o mundo, classificá-lo e ordená-lo. Diante da ampliação de seus limites com a inclusão das colônias, os museus

atuaram como formadores de referências culturais, participando da própria formação da identidade européia¹⁴⁰.

A expansão sem precedentes dos museus de todos os tipos por todos os continentes, nas últimas décadas do século XIX, foi considerada um verdadeiro movimento social, marcado pelo estabelecimento de uma ampla rede de intercâmbios, que pôs em contato, de diferentes modos e em diferentes circunstâncias, os museus que foram se criando em todos os continentes¹⁴¹. Adquiriram importância a ponto de se creditar ao caráter de seus museus públicos o grau de civilização atingido por cada nação, cidade ou província (Jorge Brown Gode, 1895¹⁴²).

Uma particularidade do caso brasileiro, foi o fato de que foram os museus de história natural do século XIX que deram origem aos que seriam os encarregados de musealizar e institucionalizar a História oficial do país nas primeiras décadas do século XX, como o foram o Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, ou o Museu Paulista em São Paulo.

Reunir coleções foi a razão de ser dos museus, uma vez que eles materializavam tais objetivos, centrais, na História Natural. No caso do primeiro museu brasileiro, o Museu Nacional, de nascimento coincidente com a presença da família real, essas coleções não refletiram a concepção de museu de novo mundo que os naturalistas estrangeiros cultuavam e alimentavam. Para estes, em seu “modo de ver sabido de cor”¹⁴³, os museus brasileiros deveriam ser completos em sua reunião fundamentalmente de produtos locais e que em, certa medida, lhes facilitasse o trabalho, como fizera Debret, por exemplo, que pôde recompor em sua

¹⁴⁰ BELLUZZO, 1994.

¹⁴¹ COLEMAN apud LOPES, 1997, p. 223 (capítulo O movimento dos museus no contexto internacional)

¹⁴² LOPES, 1997, p. 223.

¹⁴³ Expressão utilizada por SUSSEKIND, 1991, p. 21.

pintura cenas da vida indígena brasileira com o apoio dos utensílios das coleções do Museu da Córte.

Diferentemente do que esperavam, o que se intencionou criar na capital do Império foi sempre um museu nos moldes europeus, completo sim, mas de amostras que representassem o mundo todo, um símbolo do urbano, da civilização. Os naturalistas brasileiros conheciam a paisagem e as espécies do Rio de Janeiro, meta principal das expedições científicas de franceses, ingleses, alemães, russos, americanos; viajavam em seus arredores e buscavam espécimes novas no mercado, mas seus interesses científicos, tanto quanto os dos estrangeiros, estavam voltados para a busca de exemplares originais, para a descoberta de novas espécies, de novos lugares. Assim, cisnes e pintarroxos apareciam como as curiosidades do Museu Nacional, ao invés dos pássaros vulgares das campinas que os estrangeiros esperavam encontrar aqui, e cuja observação recomendavam e procuravam conservar em seus museus.¹⁴⁴

Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional durante a “idade de ouro” da instituição, de 1866 a 1893, era doutor em Ciências Naturais formado pelo Jardin des Plantes e pela Sorbonne. Em sua “Breve Notícia” sobre as coleções do Museu em 1870, destacou a coleção de madeiras brasileiras e de produtos úteis à indústria, artes, medicina, economia – as resinas, gomas, óleos, tintas, frutas e sementes, fibras, etc. Em 1874, quando recebeu da Amazônia coleções enviadas pelo botânico João Barbosa Rodrigues, futuro diretor do Museu Botânico do Amazonas e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, calculava que o herbário do Museu somava 20.000 espécies de plantas vindas de quase todo o globo e a coleção de madeiras atingia oitocentas espécies.¹⁴⁵

¹⁴⁴ É uma observação de Ferdinand Denis, que esteve no Brasil nas primeiras décadas do século passado. LOPES, 1997, p. 333

¹⁴⁵ NETO apud LOPES, 1997, p. 111.

No final do século XIX e anos iniciais do XX, o Museu receberia volumosas coleções nacionais, advindas da contribuição de naturalistas viajantes estrangeiros, funcionários ou não da instituição: do herbário Glaziou, obtido por oferta da Inspetoria de Matas da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, e ainda as suas maiores contribuições no período: a dos botânicos da Comissão Rondon: Frederico Carlos Hoehne e João Geraldo Kuhlmann, que além de coletarem material no Mato Grosso e Amazonas colaboraram com Alberto José Sampaio na coordenação do herbário de consulta do museu, que de oitenta caixas passou a trezentas, nesse período. Outras contribuições vieram de Minas Gerais por Damazio, da Escola de Minas de Ouro Preto, o material florestal coligido por Edmundo Navarro de Andrade, da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e Octavio Vecchi; e ainda todo o herbário cearense da Comissão contra as Secas do Ceará coligido e em parte estudado por Alberto Löfgren (entre 1911 e 1915).

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro também espelhou esse mesmo perfil, e são identificadas somente a partir de 1890, com a direção do jardim confiada a Barbosa Rodrigues, as grandes contribuições da flora nativa do Brasil:

Afim de facilitar a aquisição das plantas nacionaes não representadas no parque, têm sido nomeados, na forma do art.24 do regimento approved decreto [nº518 de 23-6-1890] diversos correspondentes nos estados a saber: Amazonas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Bahia, Sergipe, S. Paulo, R. G. do Sul. Todos estes cidadãos havendo aceitado a gratuita incumbencia ,têm assegurado o augmento da riqueza botânica do vasto parque, no qual é necessário fazer representar, do modo mais completo e possivel, a flora nacional Ministério da Agricultura. Relatório de 1891.¹⁴⁶

¹⁴⁶ BRASIL, 1891, p. 26. O correspondente em São Paulo era o dr. Luiz Pereira Barreto, que em 1900 seria diretor da Escola Agrícola Luiz de Queiroz.

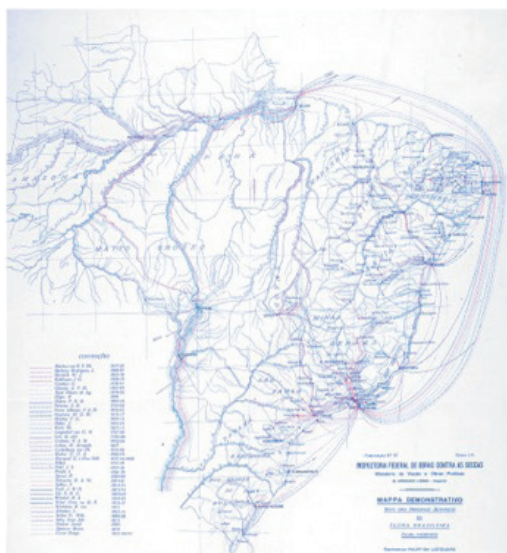


Fig.10. "Mappa demonstrativo - Rota dos Principaes Botanicos da Flora Brasileira Escala 1: 1000000" Mostra as rotas do século XVI ao XX, identificando, reconhecendo e catalogando a flora brasileira, que então seguiria para os herbários e coleções dos museus e hortos botânicos do mundo e do Brasil, a partir do século XIX. O mapa foi organizado pela Inspetoria Federal de Obras contra as Secas do Nordeste e publicado em 1922. Além de naturalistas viajantes a serviço das instituições européias, aparecem profissionais que tiveram papel fundamental na divulgação da função da flora nativa brasileira como elemento do repertório dos espaços públicos urbanos, como Glaziou no Rio de Janeiro e Kuhlmann e Hoehne em São Paulo. Alberto Löfgren fazia parte da equipe coordenada por Lutzelburg, organizador da publicação e da parte botânica dos trabalhos realizados pela Inspetoria. O mapeamento da região de domínio das várias espécies de cactos e os estudos que se sucederam sobre a família das cactáceas alimentaram as coleções do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e do Horto do Museu Paulista. (fonte: LUTZELBURG, sd.)

Mas é necessário falar em aumento de participação, pois ao mesmo tempo em que plantas nacionais eram adquiridas por Barbosa Rodrigues, cogitava-se a transferência para o Jardim Botânico de um viveiro inteiro de plantas exóticas vindas do Jardim Botânico de Kew, por permuta, sediado antes na Quinta da Boa Vista e sob os cuidados de Glaziou:

Na Quinta da Boa Vista foi fundado um viveiro de plantas exóticas que do jardim de Kew e de congêneres estabelecimentos europeus obteve o botânico

F. Glaziou. Constituem as mesmas plantas vasta e preciosa collecção, que tem sido conservada e zelada com todos os cuidados que exige a acclimação (...) A importante collecção contém plantas que convirá propagar no Brazil desde que, acclimadas, puderem pela reproducção offerecer exemplares sufficientes á distribuição. Oportunamente poderá a collecção ser transplantada para o Jardim Botânico, extinguindo-se o referido viveiro.¹⁴⁷

Tecendo relações entre o museu e os espaços públicos cariocas, pensando nas referências culturais que trabalharam em direção à formação de uma identidade, é obrigatória a menção à atuação de Glaziou, cuja pesquisa e investigação da flora do Brasil alimentou diretamente tanto os espaços públicos do Rio Imperial quanto o seu Museu, espalhando-se depois para o Brasil seja através dos herbários, seja pelas próprias plantas vivas adaptadas para uso urbano e depois distribuídas. Muitas espécies exemplificam essa disseminação. Para citar apenas uma delas, o oiti (*Licania tomentosa*) é árvore do norte do Brasil que ainda hoje povoa as ruas cariocas e que veio a ter alguma participação em São Paulo, mesmo que tardia.

É importante, todavia, lembrar que seu trabalho, além de promover a flora nacional aqui e no exterior mandando exemplares do repertório brasileiro, também foi o de receber e aclimatar o material exótico, igualmente empregado em seus trabalhos.

A escolha das espécies estrangeiras muitas vezes foi feita com o fim de conferir originalidade aos seus projetos. O prof. Luiz Emygdio de Mello Filho relatou o caso da introdução da figueira *Ficus microcarpa*, utilizada nos jardins do Campo de Santana. A árvore, trazida da Índia, só podia ser reproduzida por uma única espécie de vespa polinizadora, tão exótica quanto a figueira, e que obviamente não foi importada junto com

¹⁴⁷ BRASIL, 1891, p. 25.

a planta. Sem ser polinizável a espécie não poderia se espalhar e assim configuraria uma exclusividade do Campo de Santana. A tal vespa veio a ocorrer no Brasil 100 anos mais tarde¹⁴⁸.

Nos relatórios do Ministério da Agricultura encontramos a documentação de um intenso relacionamento de Glaziou, ainda, com os jardins botânicos europeus, sobretudo o já citado de Kew e alguns outros em colônias francesas em latitudes tropicais. Na Quinta da Boa Vista funcionava a sede da Sociedade Brasileira de Aclimação, espécie de filial da homônima francesa sediada em Paris, cuja fundação foi encabeçada por Frederico Albuquerque e que tinha Glaziou como membro. Foi Glaziou ainda quem representou o Brasil na Exposição Universal de 1889, como Delegado do Rio de Janeiro. No Pavilhão do Brasil foram exibidas plantas nativas, em estufa montada à entrada, onde as espécies amazônicas despertavam grande curiosidade entre os visitantes. Era o que queriam ver. Vale lembrar que os exemplares expostos não saíram daqui, mas do Museu de História Natural de Paris, emprestadas pelo professor e administrador, M. Cornu¹⁴⁹.

Portanto, se seu grande mérito foi a valorização da flora nacional colhida em suas viagens por todo o país, a intenção era a de torná-la representada dentro de um universo de referências. Tanto é assim que suas obras não negam a linguagem universal do jardim pitoresco, mas a enriquecem, dando-lhe novas tintas.¹⁵⁰ O papel de encontrar uma nova linguagem de expressão da flora tropical estaria reservado a Roberto Burle Marx, décadas mais tarde, com o apoio dessa intensa atividade de formação de coleções mais nossas.

¹⁴⁸ SCHOLL, 1991 apud TERRA, 2000, p. 80.

¹⁴⁹ Catálogo do Museu Nacional, apud TERRA, 2000, p. 66 e 103.

¹⁵⁰ A reforma do Passeio Público (1860), Quinta da Boa Vista (1874-1889) e o Campo de Santana (Praça da República, 1873-1880) foram as referências para essa leitura, que merece aprofundamento.

Ao Museu Nacional, desde a sua criação, em 1828, como um museu metropolitano de caráter enciclopédico e universal (moldado segundo o Museu de História Natural de Paris) se contrapôs o Museu local, do Estado, criado em São Paulo.

Quando no percurso dos museus brasileiros, se iniciou em 1890, com a República, uma nova fase, de desenvolvimento desses museus locais, regidos pelos estados - quando então se criaram o Museu do Pará e o de São Paulo - o modelo do Museu Nacional não se reproduziu. Já nesse momento se delineavam os inícios da especialização das Ciências Naturais, que transfeririam para os institutos e laboratórios especializados as tarefas que antes eram prerrogativas dos museus de história natural.

Um museu paulista e seu horto botânico

O Museu Paulista está situado neste contexto em que se manifestam os inícios da especialização, e se isso não é identificado em seus primórdios, quer pela herança de origem num “gabinete de curiosidades” particular, quer pela orientação enciclopédica de seu primeiro diretor, vindo do Museu Nacional, ele rumou para a ruptura em direção a uma organização investigativa em Ciências Naturais moldada no “estudo da história natural de cada um, de modo que o desenvolvimento delles dependesse dos recursos da unidade da federação a que pertencem”. E ainda “colligiriam e estudariam tudo o que se relacionasse com as nossas especialidades, já organizando colleções-typo de tudo(...) reunindo a bibliografia competente sobre o mesmo das Sciencias Naturaes e forneceriam aos centraes duplicatas de todas as especies de sua flora e fauna”¹⁵¹.

¹⁵¹ idem

A ênfase sobretudo paulista do museu culminaria com a mudança de perfil da instituição sob a direção de Affonso d'E. Taunay. Esse momento, considerado como de “reinvenção do museu”, foi aquele em que a casa se voltou à busca de identidade cultural do estado, dedicando-se a contar a história oficial paulista.

Sua origem foi o “gabinete de curiosidades” aberto à visitação pública (Museu Sertório, funcionando num prédio no Largo Municipal -largo e depois praça João Mendes, que posteriormente abrigou a Biblioteca Pública do Estado), era uma rica coleção que possuía uma bem organizada seção geológica, mineralógica e botânica, e ainda a antropológica, etnográfica e numismática. Essa descrição pertence às impressões de Karl von Koseritz em 9-11-1883, que o visitou na companhia de seu organizador, o naturalista Alberto Löfgren e Carl Rath; para o visitante era sem dúvida um trabalho de primeira ordem para um particular e ainda visita obrigatória para quem quisesse conhecer S. Paulo.

A coleção foi comprada pelo cons. Francisco de Paula Mayrink em fins de 1890 e oferecida ao Governo do Estado, acrescido de acervo de outro colecionador conhecido como Pessanha (que parece ter sido depositada na Escola Normal).

Löfgren, que desde a visita de Koseritz já aparecia como organizador da coleção, foi designado em 1891 seu primeiro diretor. No ano seguinte a coleção foi transferida para uma casa do largo do Palácio e em 1893 para a sede da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, incorporando-se a ela, que funcionava na antiga chácara de d. Veridiana Prado, na rua Consolação.

O Museu Paulista se tornou uma instituição autônoma em 1894 e voltada até 1915 para as Ciências Naturais, com ênfase na Entomologia e a Malacologia, áreas de pesquisa de seu diretor. Em seu regulamento se expressa a ambição do diretor, Hermann von Ihering (Kiehl, Alema-

nha, 09-10-1850- 25-02-1930, Büdingen, Alemanha¹⁵²), de um museu sul-americano de dimensões continentais, em virtude de suas próprias pesquisas em moluscos, desenvolvidas enquanto naturalista-viajante do Museu Nacional desde sua chegada ao Brasil em 1880: “O caráter do Museu, em geral, será o de um Museu Sul-Americano, destinado ao estudo do reino animal, de sua história zoológica e da História Natural e cultural do homem. Serve o Museu de meio de instrução pública e também de instrumento científico para o estudo da natureza do Brasil e do Estado de São Paulo, em particular.”¹⁵³

Por ocasião da fundação do Museu Paulista, como visto, desde o início voltado à entomologia, não se previu uma seção botânica¹⁵⁴, que só viria a ter execução prática dez anos mais tarde, com a criação de herbário e jardim botânico.

Entre os fins do horto estavam: “1º expor *typos seleccionados* da flora de S. Paulo; 2º formar um ponto para pesquisas científicas; 3º cultivar as plantas indígenas uteis e decorativas; 4º criar um meio esthetico

¹⁵² Hermann von Ihering era filho de um renomado jurista, Rudolph von Ihering. Graduiu-se em Medicina e Ciências Naturais em Leipzig em 1870, e doutorou-se em Filosofia em 1876. Excursionou pelo Mediterrâneo, Messina e Nápoles, e foi professor da cátedra de Zoologia na Universidade de Erlangen. Em 1880 veio para o Brasil fixando-se em S. Catarina. Foi naturalista-viajante do Museu Nacional, dispensado em 1890 e vindo em seguida por intermédio de O Derby, da Comissão Geográfica e Geológica, chefiar o recém-fundado Museu Paulista. Ficou até 1916, quando a guerra e os desentendimentos causaram sua demissão do Museu. Voltou então para S. Catarina para organizar em 1918 um museu que nunca iria se concretizar; depois de visitar o Chile, o Uruguai e a Argentina, em 1919, voltou à Europa, na estação zoológica de Nápoles e depois se radicando em Budingem, Alemanha. Faleceu em 1930 deixando 310 publicações de pesquisas em zoologia e malacologia.

¹⁵³ Regulamento do Museu Paulista, Decreto 249 de 26 de julho de 1894.

¹⁵⁴ Fato justificado por Luderwaldt pela existência da seção botânica que já existia dentro da Comissão Geográfica e Geológica, junto com seu horto na Cantareira, em LUDEWALDT, 1918.

e alegre, em que o estudo se tornasse attrahente e agradável e não insipido e enfadonho”¹⁵⁵.

O horto botânico, portanto, formou-se a partir de 1905, simultaneamente à criação do jardim frontal do museu, como se detecta no relatório de Ihering:

Cuidado especial têm merecido os terrenos annexos ao Monumento. Enquanto que a grande área da frente, hoje uma praça deserta e desolada, espera ainda o seu ajardinamento emprescindível (acabam de ser entregues pela Secretaria da Agricultura ao sr. Arsène Puttemans, de comprovada competência), tem-se cuidado com os próprios recursos do Museu, de preparar os terrenos do fundo do Monumento para um futuro Horto Botanico, onde se achem representados, e exclusivamente, os principaes typos da nossa flora. Para isto foi iniciado o trabalho do preparo do terreno e fez-se já o plantio de numerosas mudas de arvores e arbustos. Ao Sr. H. Luderwaldt devemos agradecer em especial e dedicação com que tem cuidado deste serviço.¹⁵⁶

O cultivo de plantas úteis estava representado pelas plantas alimentares, texteis e uteis a outras indústrias. O local mantinha alguns exemplares da flora silvestre de S. Paulo, como as embaúbas, as primeiras árvores ali plantadas (em 1898, especialmente para o estudo das formigas que normalmente aí se hospedam). Esta contribuição só foi possível porque simultaneamente criou-se a Estação Biológica do Alto da Serra, em Cubatão, num terreno de 200 alqueires parcialmente coberto de matas virgens e campos, junto à ferrovia S. Paulo-Santos. Originalmente conhecida por “Parque Cajurú”, foi formada por Ihering e mantida durante alguns anos pessoalmente por ele, até que o Estado o indenizou

¹⁵⁵ IHERING, apud HOEHNE, 1925, p. 128.

¹⁵⁶ IHERING, 1907.

das despesas feitas e a entregou à Secretaria da Agricultura Indústria e Comércio. Constituiu-se na 1ª reserva ou “parque de proteção natural” no seu gênero fundado na América Latina.¹⁵⁷

Apesar do destaque dado ao estudo da natureza no estado, proposta que se depreende tanto do regulamento de 1894, como dos objetivos da criação do horto, a intenção real de Ihering parece ter sido sim que o horto fosse uma coleção viva de exemplares da flora brasileira, representada não só pelo seu repertório de espécies mas também no próprio agrupamento das plantas: *“Não há regras geraes para os traçados dos jardins botânicos, mas há dous pontos de vista principaes para a sua organização: a disposição systematica, isto é, a reunião das plantas segundo suas affinidades naturaes e a distribuição geographica dos vegetaes. Em grandes jardins estes dous pontos de vista são ambos decisivos para a confecção da planta do jardim, mas o systema moderno antes de tudo quer apresentar ao visitante as diferentes fórmãs de vegetação, no seu conjunto natural. Isto com relação ao Brazil significaria a representação de campos e cerrados, de capoeiras, caatinga, pinhaes, hervaes, etc. e das diversas formas das mattas(...) É segundo esses principios que organizei o pequeno parque botânico do Museu Paulista e já consegui ter boa representação de muitas famílias”*.¹⁵⁸

Nos anos entre 1910 e 1912, já não fica tão clara essa disposição, pois o diretor se refere à organização do horto, ainda em curso, como “...pequeno parque botânico, ao mesmo tempo mostruário e jardim de estudo da flora do Brazil Meridional”¹⁵⁹

Mas a concepção de um horto dedicado à demonstração da flora paulista, entretanto não se concretizou antes do aporte representado pela

¹⁵⁷ LÜDERWALDT, 1929, p. .3-11

¹⁵⁸ IHERING, 1911.

¹⁵⁹ IHERING, 1914.

pesquisa sistemática da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, da Escola Politécnica, e pelo Horto Florestal da Cantareira. Esse aporte foi feito por meio do conhecimento gerado por tais pesquisas, materializado em suas coleções herborizadas e coleções vivas, transferidas para o Ipiranga em 1917. A elas viria a somar-se uma outra, voltada também à flora nativa do Estado, em formação nesse mesmo ano: o Horto do Butantã.

Outras coleções paulistas

A descrição do que eram o horto e o herbário do Museu em 1917 patenteia a importância dessas contribuições. Sua seção botânica contava agora com Frederico C. Hoehne (Juiz de Fora, MG- 1-3-1882 / 16-3-1959, S. Paulo SP)¹⁶⁰, botânico brasileiro que fez a montagem dos novos herbários, orientou Luderwaldt no enriquecimento do Horto Botânico e atuou na formação de um novo, junto ao Instituto Soroterápico do Butantã¹⁶¹, o Horto Oswaldo Cruz (homenagem ao médico sanitарista que falecera nesse mesmo ano de 1917), destinado ao estudo das plantas tóxicas e medicinais.

¹⁶⁰ Frederico Carlos Hoehne era de origem humilde e sua formação foi auto-didata, pois não ultrapassou o segundo grau. Em 1907, como jardineiro-chefe do Museu Nacional, acompanhou Rondon a Mato Grosso como ajudante de botânico (embora não houvesse botânico a quem ele servisse de ajudante). Retornou para lá em 1910 com Hermano e Geraldo Kuhlmann e ainda outra vez em 1913, como botânico da expedição científica Roosevelt-Rondon. Viajou também por Minas, São Paulo Paraná, S. Catarina e pelo litoral Brasileiro. Sua primeira obra publicada foi sobre orquídeas nos arredores da cidade de S. Paulo. Veio para cá em 1915 para compor os quadros da seção de botânica do Museu Paulista e formar o Horto do Butantã. FERRI; MOTOYAMA, 1980.

¹⁶¹ O Instituto Serunterápico do Butantã foi criado em 1899 como órgão anexo ao Instituto Bacteriológico de São Paulo e em 1901 já era uma instituição autônoma, tendo como diretor o médico Vital Brasil entre 1901 e 1919 e de 1924 a 1927; a produção de soros, vacinas e anti-peçonhentos cobria as necessidades de S. Paulo e ainda servia a outros estados do país. A pesquisa e os cursos de higiene pública para escolas do estado foram de grande expressão; a partir de 1931 o Butantã voltou-se à Medicina experimental e desvinculou-se do Serviço Sanitário para subordinar-se à Secretaria da Educação e Saúde; em 1934 vinculou-se à recém-fundada Universidade de São Paulo. DANTES In: FERRI, 1980, p. 341.

Agora a orientação era diferente: os herbários botânicos se reuniram e afluíram todos para o Museu Paulista. Com isso, as coleções herborizadas cresceram e puderam ser organizadas segundo um novo perfil. A representatividade agora muito maior do material paulista transformou o herbário nacional num quase herbário paulista.

Assim, às coleções existentes no Museu - a do antigo Sertório com os de Ihering e Luderwaldt, coligidos em pesquisas pelas paisagens brasileiras - somaram-se também o herbário da Cantareira, por Lofgren e o da Escola Politécnica, montado por Usteri, transferido com o fim do curso de agronomia da Poli.

É sintomático o fato de que essa mudança tenha ocorrido justamente num momento em que o Museu passava a ser dirigido por Afonso d'Escragnoille Taunay, que reorientou o perfil da instituição nos moldes de um "lugar de memória" para a nação e para o estado de São Paulo, voltando-se à História Nacional e especialmente à história de São Paulo, à Etnografia brasileira e à Numismática nacional.

Quanto ao horto, a descrição em 1917, pelo seu próprio responsável, G. Lüderwaldt (Gollnov, Pomerânia- 23-1-1865 / 06-08-1934, S. Paulo SP¹⁶²), mesmo naturalista entomologista que trabalhara com Ihering, pode contar no que se transformou.

É tão extensa e rica de detalhes que não pudemos deixar de transcrever alguns de seus trechos. Por eles se identificam não somente certo

¹⁶² Hermann August Lüderwaldt frequentou a Escola Pública Superior de Gollnoe e o Ginásio de Stettin, chegou ao Brasil em 1897 estabelecendo-se em Blumenau, perto de uma irmã já residente aqui. Em 1903 foi contratado por Ihering como jardineiro-chefe no horto do Museu Paulista, chegando em 1906 a preparador-auxiliar e em 1921 a assistente de zoologia. Estudou a avifauna dos campos de Itatiaia em 1909, dos manguesais de Santos em 1919; em 1921 esteve na Ilha dos Alcatrazes e em 1925 na de S. Sebastião, realizando estudos sobre zoologia. Publicou 72 artigos em entomologia e seu nome foi homenageado em alguns gêneros e diversas espécies de vespas e borboletas. Pasta Lüderwaldt e Biblioteca, no Instituto Martius Staden, São Paulo.

destaque para a exposição de uma coleção paulista, mas também a preocupação acerca da distribuição desta coleção no horto, remetendo à sua própria solução espacial, portanto. No modelo que segundo Hoehne já era corrente em alguns museus europeus, como o de Dahlem¹⁶³, a disposição das plantas não é mais a da classificação sistemática, lineana, por famílias, mas reproduzindo os ambientes encontrados nas diferentes paisagens geográficas de onde as plantas provêm, com a sua disposição conforme ocorreriam na natureza.¹⁶⁴

O que o horto do Museu Paulista nunca chegou a ser foi um logradouro de uso público, mas apenas de cientistas visitantes. Talvez por isso não seja sequer conhecida essa sua função no passado.

Outro ponto levantado decorria da opção pela coleção nativa, com as dificuldades demandadas pela adaptação e pelo cultivo em área estrita, o que não ocorreria caso o repertório fosse o exótico, já adaptado e melhorado pelas pesquisas hortícolas.

Mas outras questões também emergem: a consciência da devastação da cobertura vegetal original na região do Ipiranga e suas influências sobre a qualidade do solo e da mudança do clima, (promovida como veremos por estudos já realizados desde os primeiros anos do século por Alberto Löfgren na Comissão Geográfica e Geológica).

O texto ainda oferece uma bela imagem da paisagem do entorno, num flagrante contraste entre o horto e o jardim frontal do Museu: aquele informal e de inspiração “indígena”, continuado pela visão dos campos do Ipiranga, ao sul; este, ordenado, monumental e

¹⁶³ O de Dahlem foi justamente o que Burle Marx viu, décadas mais tarde. Repleto de plantas brasileiras que ele flagrou pela primeira vez ali, despertou-lhe a importância da valorização dos elementos da rica flora tropical, numa linguagem original.

¹⁶⁴ Por opção evitamos utilizar termos como fitofisionomia, fitogeografia), exceto quando citados literalmente no texto original.

olhando para a cidade Reforçado pelas linhas sóbrias do edificio do museu, e mais tarde também pelo eixo formado com o monumento de Ximenes e a avenida da Independência.

O fim da exposição botânica, bem como do jardim, é de se completarem mutuamente: naquella predomina a systematica, ao passo que o horto deve mostrar ao visitante a belleza do reino vegetal em plena liberdade da natureza. Como succede nos jardins zoológicos, toda a systematização deve tambem em hortos botanicos ser supprimida, a favor da demonstração das relações naturaes. (...)

Está o horto directamente atraz do Museu medindo cerca de 4 hectares de superficie, e fechado por arame farpado. Por motivo de sua situação alta, descoberta, quasi plana e por falta completa de aguas naturaes, bem como de logares humidos, o terreno não está bem appropriado a um horto botanico, que exige campo, matta, prados, lagôas, valles e collinas pedregosas (...)

Na torre média do Museu, que está situado na collina mais alta da sua visinhança, póde-se bem abranger com a vista o horto botanico e ao mesmo tempo abre-se uma perspectiva magnifica sobre a cidade de S. Paulo, bem como sobre os campos accidentados que se perdem no horizonte afastado enquanto em frente ao edificio se estende o jardim de aspecto monumental e harmonioso com o do bello edificio. (...)

Paulatinamente foram plantadas diferentes plantas indigenas, ao longo dos caminhos num pequeno mattto, situado a este do horto botânico. As especies de maior interesse para nós foram asgnaladas por etiquetas de madeira, substituidas em parte, masi tarde, por eguaes de porcelana, muito

mais bonitas e duradouras, fabricadas na firma Nic Kissling, de Vegensack, perto de Bremen. [mas] Pódem agora talvez ser fabricadas em usinas nacionais, por exemplo na fabrica "Silex" do Ypiranga. (...)

Neste lugar convem lembrar que, facilmente, se pode organizar um parque moderno, ao passo que um horto botânico limitado á flora indígena, tem de vencer muitas dificuldades. Na primeira hypothese póde adquirir pela horticultura todas as plantas aclimadas e afeitas ás composições do solo. No ultimo caso é necessario, antes de tudo, colher experiencias sobre as condições vegetativas das plantas indígenas, porque nem sempre depende a sua existencia das condições naturaes em que ellas se encontram no estado selvagem(...) Lembro isto pelo motivo de corrigir a ignorancia de muita gente, accreditando, que plantas selvagens não exigem tratamento algum, crescendo por si mesmas. Teriam razão caso se pudesse cultivar todas as plantas sob as suas condições naturaes. Assim, porem, no terreno limitado d'um jardim botânico, já não é isto possível (...)

O local do Ypiranga demonstra claramente, a influencia perniciosa da devastação dos mattos, em rellação ás chuvas annuaes em consequencia á lavoura e vegetação campestres. É verdade que, tambem regiões sylvestres soffrem de seccas, o que, porem acontece apenas excepcionalmente ao passo que semelhante flagello se torna geral em regiões desarborizadas. Protejam-se as mattas! Esta advertencia nunca é demais repetir Proteção tambem á capoeira(...) que fatalmente desaparecerá. Além disso, culturas puras de Eucalypto, em grande escala plantadas hoje, em diversos logares, nunca substituirão a matta virgem, quanto á sua influencia no clima (...).Apenas a matta virgem indígena, com

as suas umbrosas copas de arvores, pode conservar a humidade sufficiente para formar as chuvas. (...)

A planta deste horto botânico é como segue: Tres arterias principaes, ligadas entre si por caminhos transversaes, atravessam o terreno longitudinalmente. As partes á esquerda, direita e no fundo foram traçadas como bosques, o meio como região do campo. No lado septentrional (...) está projectada uma pequena lagôa(...)bordada com plantas adequadas e grammas. Entre a lagôa e o campo estende-se uma pequena varzea artificial com plantas pantanosas e aquaticas. (...)

No mattinho, occupando um terço, mais ou menos, da area do horto e a saber ao lado esquerdo, em contravam-se antes arvores baixas e geralmente pouco duradouras(...) misturadas com diversos arbustos, o que por falta completa de todas as plantas ornamentaes, como as Palmeiras, Samambaia-assús, Marantaceas e outras, não lhe dá uma aparência tropical. Além disso existe um pinhal de cr.

2.500 m.q. e uma plantação nova de madeiras legitimas da matta virgem, sendo a proporção entre o campo e o matto aproximadamente de um para tres. (...)

Entrando-se no jardim, do lado esquerdo do Museu, observa-se uma collecção de plantas uteis, mais cultivadas no sul do Brazil, aliás ainda incompleta. Confina com um grupo de bambús altos estrangeiros

Passando a esquerda, atravez de um pequeno prado com grammas indigenas, chegamos ao matto ralo e baixo, composto principalmente de leguminosas (...)

Passeiando sob a folhagem de aroeira vermelha, baixa, callosa, e sombrosa e outras arvores(...) chegamos

logo a uma poça cimentada¹⁶⁵. Immediatamente apos, descemos uma escada de pedra, achando-nos aqui num dos mais bonitos logares do horto. Marantaceas grandifloras e Heliconias, bem como os fêtos finalmente fendidos, Philodendrons e Begonias trepadeiras e Rhipsalidaceas suspensas dos ramos junto com Bromeliaceas e Orchidaceas epiphyticas, causam de facto a impressão de um trecho de matta virgem.

Pouco depois, entramos no próprio terreno das Bromeliaceas e Araceas, cultivadas por causa da secca no sólo, na ultima parte do caminho, até lá sombroso e dahi em diante mais ralo, chamam a atenção do visitante na epoca da florescência, diversas Ammaryllidaceas e Iridaceas, bem como costus protuberante... (...)

Voltando ao caminho central, e tramos na região das gramíneas. (...)

Na região de campo (...) estão representadas as plantas mais decorativas da nossa região. Serviu-nos demodelo o mapa 4 de “Vegetationsbilder aus Suedbresilien” do Dr. R.R.von Wettstein. [com] vários arbustos de campo em grupo, como se encontra, não raras vezes na natureza, onde se abordam o campo e a matta. (...)

Atraz da região das gramíneas, começamos a plantar Palmeiras; até agora já o fizemos para 17 especies.

(...) No pequeno prado confinante á lagoa, acima referida, encontra-se actualmente, meia centena, mais ou menos, de plantas aquaticas e pantanosas, achando-se entre ellas as mais bonitas plantas do nosso jardim. (...)

Na vizinhança do prado estão plantadas, em vasos,

¹⁶⁵ Essa “poça cimentada” parece ser o antigo terreiro de secagem de café que existiu no local e foi identificado por HOEHNE, 1925.

varias outras plantas aquaticas(...) correspondendo a seu desenvolvimento natural.

Sobre a região de campo, não vale a pena nos perdersmos em detalhes [onde] o aperfeiçoamento do jardim botânico progride muito devagar. É lastimável, porque o campo contém um grande numero de plantas de bellas flores, que reunidas em logares limpos, impressionariam muito agradavelmente. (...)

Até agora encontram-se no horto cerca de 50 diferentes espécies de plantas, que se cultivam aqui no Brazil. (...)

..resta-nos acrescentar varias observações isoladas. Encontram-se aqui, alem de muitas outras plantas, 100 espécies de fétos, entre elles, 17 Cyathaceas, vinte cactaceas, provenientes da Bahia, S. Catarina, S. Paulo e Rio Grande do Sul; 16 Maranthaceas, 15 Araceas, 7 Bambusaceas, cr. 70 árvores, etc., etc.

As plantas da costa do mar estão representadas pelos *Cereus pitahaya*, commum á beira mar no Guarujá e vivendo facilmente também em nosso clima seco; dá anualmente prazer pela roupagem das suas flores grandes e brancas.

Cultivamos as plantas de mangue seguintes(...) também estas plantas crescem bem aqui, apesar da falta do sol.

Ao passo que a principio não existiam Bambusaceas indigenas no horto, hoje ahi se encontram já 9 especies.

(...) Até agora nunca estive o horto botânico no Ypiranga franqueado, como acima dissemos, ao público. Para o fazer devíamos concluir a sua organização definitiva. Este fim conseguir-se-há augmentando o pessoal em um segundo jardineiro e assim mesmo decorrido um anno. (...) A entrada devia ser permitida apenas a crianças e rapazes, que estejam em

companhia dos paes ou tutores. Um horto botanico não é um lugar de divertimento, e sim, um campo de instrução e de estudo.¹⁶⁶

Junto com a “reinvenção” do Museu Paulista também ocorreu o fim de seu papel como abrigo das pesquisas em Ciências Naturais. O Museu seria desdobrado e na década de 30, as coleções zoológicas, que eram talvez as maiores da América do Sul quanto à fauna neotropical, passaram a constituir, senão o museu que queria Ihering, pelo menos um especializado: o Museu de Zoologia, hoje incorporado à Universidade de São Paulo.

Esse museu, com edifício próprio projetado em 1940 pelo arquiteto Christiano das Neves foi feito nos terrenos do horto do Museu Paulista. Para lá se transferiu todo o material zoológico do Museu. Sua reformulação centrou-se na redução do material taxidermizado exposto e na elaboração de seis grandes dioramas representativos de ambientes brasileiros que incluíam representantes de sua fauna associada, sistema que, com poucas modificações, permanece até hoje¹⁶⁷.

O antigo horto hoje é parque público. No documento *Vegetação Significativa do Município de São Paulo*, patrocinado pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e publicado em 1988, o horto é descrito juntamente com o jardim do Museu, sem referências ao seu papel no passado. A origem brasileira das espécies predominantes, é o único testemunho da sua função como lugar que já foi dedicado à demonstração da flora nativa dentro de uma concepção de coleção e de estudo: “O museu é cercado, nos fundos, por denso bosque heterogêneo, com numerosos exemplares adultos de paineiras, guapuruvus, araucárias, quaresmeiras, entre outros.”¹⁶⁸

¹⁶⁶ LÜDERWALDT, 1918, p.. 285-311.

¹⁶⁷ ABREU, 2000.

¹⁶⁸ SÃO PAULO (Estado), 1988, p. 103.

A Seção de Botânica foi removida do Ipiranga e seu horto desativado em 1928, com a criação do Instituto Biológico em 1927 e dois anos mais tarde era formado o Novo Jardim Botânico de São Paulo. O lugar escolhido, a “Matta do Governo” era a área de proteção às nascentes do córrego Ipiranga, que viria a ser chamada de Parque do Estado em 1929. Foi tornado autônomo com a criação em 1938 do Departamento de Botânica diretamente vinculado à Secretaria da Agricultura do Estado. Uma vitória de Hoehne, que assim pôde organizar seu Jardim Botânico “indígena”.

Da mesma forma, a Estação Biológica do Alto da Serra, que havia sido transferida em 1918 do Museu Paulista para a Secretaria do Interior, agora ficou subordinada a esse Departamento. Continuou em sua função de local de estudo e pesquisa de intensa visitação sobretudo por profissionais estrangeiros, como nos oferece o Relatório da Instituição durante toda a década de 40.

O Jardim Botânico começou a ser implantado por um núcleo inicial constituído por duas estufas (das oito inicialmente previstas) para acomodar orquidários e do “Jardim de Lineu”, idealizado por Mário Whately, o mesmo que havia participado da comissão que reformulou os jardins do Ipiranga. Servido por alguns caminhos pavimentados, esse núcleo inicial seria articulado ao restante do jardim, incorporando-os às picadas já existentes. Em suma, um passeio pela mata, em que as coleções de demonstração, com pequenas exceções, eram a própria flora nativa do lugar.

No desenho do conjunto se revela a postura do jardim botânico de caráter exclusivamente regional, onde a linguagem é aquela do “jardim indígena” tão preconizado por Hoehne:

Como Jardim Botânico regional que deve mostrar o que a flora de São Paulo possui e oferece, nada nos parece mais acertado para ele do que exibir as espécies mais ornamentais e mais interessantes da flora indígena.

(...)

Tudo no Jardim Botânico de São Paulo obedecerá a um estilo que melhor se adapte ao nosso meio ambiente, tanto quanto possível procuraremos fugir da rotina que se limita a copiar o que em outras partes do mundo se faz. Já na organização interna das estufas realizámos isto, procurando reproduzir um ambiente que nos evoca paisagens familiares das nossas serras altaneiras de Minas e de localidades em que as Orchidáceas proliferam. E o quanto esta tentativa de realizar alguma coisa original em matéria de jardim-cultura nacional, tem agradado, testemunham-nos os elogios do público que ali vai e do qual se destaca especialmente o estrangeiro. A parte das estufas onde os constructores tentaram apresentar um estilo francês, precisará, portanto, ser modificada oportunamente, para que tudo no nosso Jardim Botânico nos fale de coisas nossas, bem brasílicas, para que não se nos diga que não temos idéias originais.¹⁶⁹

¹⁶⁹ SÃO PAULO (Estado), 1940, p. 35-40.

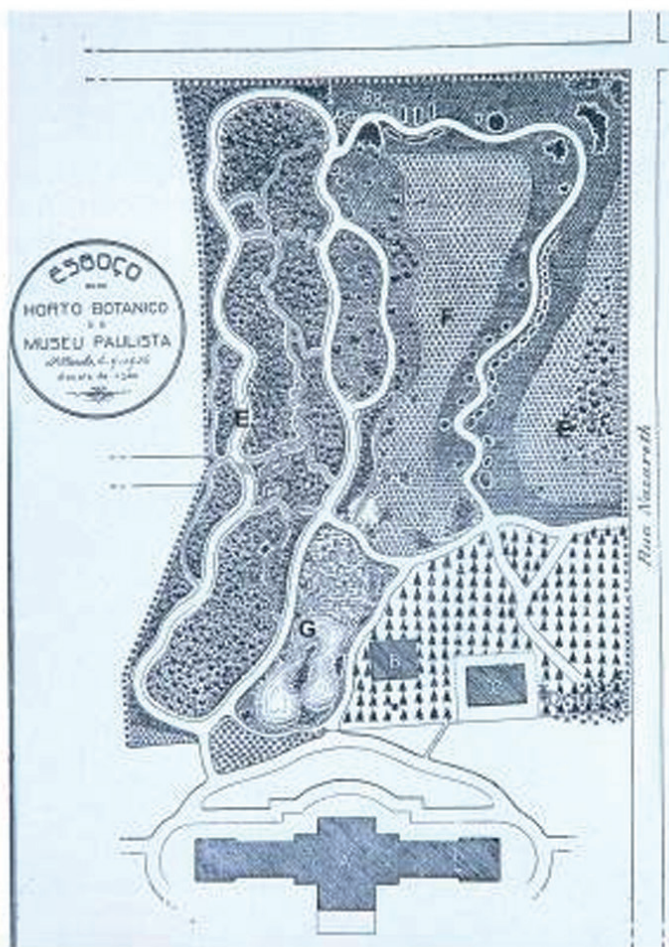


Fig.11. “Esboço do Horto Botânico do Museu Paulista, S. Paulo, 1924, escala 1: 5000”. Na legenda original a letra A corresponde ao Museu; B à casa do jardineiro, depósito e oficina de taxidermia; C ao alpendre de um antigo engenho de café; D a um bambuzal. Segundo a descrição do horto em 1917, E corresponde à flora das matas paulistas, F à flora dos campos paulistas; G à lagoa e vegetação de pântano. Além destas, o horto também possuía expressões pontuais da flora litorânea, do mangue e das regiões secas do Nordeste e da flora Meridional do Brasil. (fonte: HOEHNE, 1925)

Capítulo 4. Inventariar a flora Paulista

I. A COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA

Löfgren: entre o museu e o jardim de instrução

Entre os naturalistas que atuaram em São Paulo no final do século XIX e início do XX, Löfgren foi o único que não veio do Museu Nacional. Sua trajetória aliás foi inversa à da grande maioria dos profissionais, pois iniciou sua carreira pública no estado de S. Paulo e depois de atuar na Inspetoria Federal de Obras contra as Secas no Nordeste (1910, chamado pelo eng. Arrojado Lisboa) é que rumou para a Capital Federal, ali tornando-se diretor do Jardim Botânico em 1916.

Sua chegada está ligada a outro sueco, André Regnell, (1807, Suécia- Caldas-MG, 1884) que veio para cá por motivos de saúde. Aportando no Rio de Janeiro, ali continuou seus estudos em Medicina. Defendeu tese em 1841 e não se dando bem com o clima da capital, deslocou-se para Caldas, MG, onde começaria sua grande contribuição botânica. Ali, acumulando pequena fortuna, viveu até 1884. Explorou botanicamente os estados de Minas e São Paulo e para isso também organizou a expedição promovida pela Academia de Ciências de Estocolmo para o Brasil, em 1874. Nela vieram Löfgren e Mosén, Lindman e Malme. Excursionando pelo Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, deram grande contribuição ao conhecimento da nossa flora.

Enquanto seu companheiro Mosén logo retornou à Suécia, Johan Albert Konstantin Löfgren (11-09-1854, Estocolmo - Rio de Janeiro, 30-10-1918), naturalista formado pela Universidade de Upsala, permaneceu no Brasil até sua morte, em 1918. Naturalizou-se brasileiro, casou-se em Campinas com Emma Bremer e teve 8 filhos. Adotou o Brasil como sua pátria, como contou Frederico Hoehne, que encontrando-o no Rio de

Janeiro de volta do Nordeste em 1915, ouviu-o dizer e repetir que o país de Hoehne era também o seu, e que para ele vivia e trabalhava.

Terminada sua atuação junto a Regnell na herborização de plantas das regiões visitadas, empregou-se como engenheiro-arquiteto [sic] na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Morando em Pirassununga e depois Campinas também deu aulas particulares e lecionou no colégio Morton, o mesmo frequentado por Manequinho Lopes. Na Companhia Paulista, Löfgren atuou junto a Rebouças e Francisco Lobo Leite Pereira, e foi nesse período que estudou a flora de São Paulo. O horto criado em Jundiá teve sua criação deliberada em assembléia da Companhia Paulista com o cons. Antônio Prado e Adolpho Augusto Pinto, após a publicação do artigo “A devastação das Mattas” no jornal O Estado de S. Paulo por Löfgren, em 1903.

Sendo chamado por Antônio Prado, quando ministro da Agricultura do Império, integrou a recém-fundada Comissão Geográfica e Geológica do Estado, em 1886, como chefe da seção botânica e meteorológica. As primeiras excursões científicas de pesquisa e coleta de material foram feitas já em 1887 e resultaram na publicação do boletim nº 5 da comissão, em 1890: “Contribuições para a Botânica Paulista. Região campestre”.¹⁷⁰

Como já foi mencionado, Löfgren participou na formação do Museu Paulista, uma vez que foi o organizador da coleção do coronel Sertório, com sua seção botânica, geológica e mineralógica, e ainda a antropológica, etnográfica e numismática. Tanto o prédio onde estava sediada, a residência do coronel, como as coleções foram adquiridas pelo cons. Mayrink e oferecidas ao governo do Estado. Löfgren foi então designado seu primeiro diretor.

¹⁷⁰ LÖFGREN, 1890.

Após a transferência para uma casa do largo do Palácio e, em 1893, para a sede da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, que funcionava na antiga chácara de d. Veridiana Prado, na rua Consolação, a coleção desligou-se da Comissão em 1894 e passou à direção de Ihering, já também em nova casa: o Monumento do Ipiranga.

Foi a presença de Löfgren a responsável pelo nascimento - ou ressurgimento - da idéia dum Jardim Botânico em São Paulo, dando aplicação aos trabalhos de identificação da vegetação paulista que já estava sendo estudada pela Comissão Geográfica e Geológica. À Assembléia Provincial foi apresentado um projeto de autoria do próprio Löfgren, em que mostrou a vantagem de converter-se o Jardim da Luz em Jardim Botânico e Zoológico, indicando os meios práticos para a concretização dessa idéia¹⁷¹. O texto do projeto lembrava que a idéia já havia presidido a criação do logradouro em 1797, como “Horto Botânico”, e portanto sua transformação apenas resgataria tal função. E o público não seria privado do logradouro de recreio, pois a idéia do projeto era a de que o Jardim Botânico e Zoológico fosse também “um lugar de instrução onde se tornará conhecida sua exuberante riqueza natural”.

Estava dessa forma (re)colocada uma nova maneira de ver o principal passeio público da cidade: meio de estudo e conhecimento e lugar de lazer, em que o objeto seriam a flora e a fauna paulistas.

Projeto nº 226

A Assembléia Provincial de S. Paulo decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o govêrno a converter o Jar-

¹⁷¹ Já funcionava no Jardim da Luz, no chamado “Canudo do dr. João Theodoro, um posto de observações metereológicas da Comissão. Havia antes dele um ponto de observações situado na av. Tiradentes, conforme a planta de S. Paulo de 1877, levantada por Frederico de Albuquerque e Jules Martin. Do “canudo”, o posto foi transferido para a Escola Normal, recém construída, em 1895. Tem-se notícia também de uma instalação com as msas funções, no ponto mais alto da praça Buenos Aires, em Higienópolis, criada entre 1911 e 1913 [sic]

dim Público sito no bairro da Luz, desta Capital, em Jardim Botânico e Zoológico, onde serão cultivados e criados os produtos da flora e fauna da província.

Art. 2º. No mesmo jardim será instalado o serviço metereológico atualmente a cargo da comissão geográfica e geológica da província, sendo o encarregado desse serviço o diretor do jardim, que residirá no prédio provincial a ele anexo.

Art. 3º O pessoal encarregado do jardim e do serviço metereológico contará, além dos operários necessários ao trabalho manual, de um diretor do jardim e chefe do serviço metereológico, com vencimento anual de 3:000\$; um ajudante encarretado das observações diárias, 2:400\$; um jardineiro-mestre com 1:800\$; um guarda com 1:080\$

Art.4º O presidente da província expedirá o necessário regulamento para a organização do serviço de acôrdo com essa lei.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário¹⁷²

A respeito do objeto específico do jardim almejado, “os produtos” locais, é interessante observar a mudança de mentalidade gerada no âmbito do cidadão comum sobre o que deveria ser um jardim público. Entre os moradores e edis dois discursos inteiramente diversos atestam isso. Referindo-se ao Jardim da Luz, em dois momentos separados por dezenove anos apenas, estes relatos denunciam:

Único Jardim Público da cidade, arborizado com plantas corriqueiras de nossas matas (...)Deixemos esse recanto, que não inspira prazer, nem melancolia, saudade nem esperança; deixemos esse lago lodoso e pútrido, essa mísera aléia de oliveiras que não dão flor nem frutos, essas palmeiras raquíticas...”
apud TORRES, c. 1870

¹⁷² ATAS da Assembléia Provincial *apud* TORRES, 1968, p. 73-120.

“O atual Jardim necessita de sérios reparos, de sérias reformas(...). Assim é que o terreno se acha completamente estéril, devido (...) á imprevidência e ao pouco cuidado com que foram acumuladas as plantas; (...) há mesmo falta de cautela na escolha Raras são as espécies indígenas. Quase todas plantas exóticas...”¹⁷³

O primeiro relato refere-se pejorativamente às plantas nativas. Alguns anos mais tarde, receberia grandes reformas promovidas na administração de João Theodoro, que como se sabe, introduziram elementos como a gruta, estátuas e plantas exóticas vindas do Rio de Janeiro; já o segundo refere-se ao logradouro já remodelado, após essas mesmas intervenções. E, se é certo que as críticas eram dirigidas à falta de manutenção, a presença quase absoluta de vegetais exóticos era também reputada como um aspecto negativo do lugar. A “vegetação corriqueira de nossas matas” no primeiro é citada como um defeito; no segundo, como algo que se almeja para um jardim público na cidade, que anseia por destinar-se à pesquisa e ao lazer.

Sendo proposto às vésperas da proclamação da República, o projeto não se realizou. O Jardim Botânico projetado por Löfgren seria implantado somente dez anos mais tarde, na Cantareira, já mantida pelo governo do Estado.

O Jardim Público, por seu turno, foi transferido para o município em 1893. Ao ser, mais uma vez radicalmente remodelado (1899 a 1901), não ganhou um jardim botânico mas um bem cuidado jardim aristocrático vestido à francesa, com arborização nova, extensos gramados e “corbeilles”. Bichos também compunham os seus cenários, mas numa concepção bem diferente daquela de jardim zoológico que estava nos planos de Alberto Löfgren. Em suas memórias de infância, Eduardo Etzel nos

¹⁷³ As citações referem-se, respectivamente a MARTINS, Antônio Egydio. e à emenda do deputado Cândido Rodrigues que aprovou o Jardim Botânico e Zoológico na Luz. *Apud* TORRES, 1968, p. 92 e 114

fala de dois grandes cercados para veados de duas raças distintas, do viveiro dos macacos, do cercado de patos e aves exóticas, com capivaras, pacas e cotias e algumas jaulas com o lobo guará; o urubu-rei, a águia e ainda um viveiro de passarinhos¹⁷⁴, que permaneceram até a administração do prefeito Firmiano Pinto. Era um jardim para “ver e ser visto”, um “salon de verdure”.

Löfgren foi ainda inspetor do Jardim da Luz designado pela província. Não se sabe com exatidão se foi nomeado em 1888 como relata uma das fontes consultadas, pois é certo que no ano seguinte houve a nomeação do horticultor Frederico de Albuquerque pela Intendência, reempossado por novo decreto após a mudança de regime. Porém se sabe que permaneceu nesta função até 1893 e foi o último administrador do logradouro antes da sua transferência para o município.

Da comissão geográfica ao horto da cantareira

A Comissão Geográfica e Geológica foi fundada no âmbito do governo provincial, em 1886, com o intuito de realizar pesquisas que servissem de base à ocupação planejada do território paulista. Seu primeiro chefe, o norte-americano Orville Derby, geólogo, então a cargo da Seção de Geologia e Mineralogia do Museu Nacional, nomeou Alberto Löfgren para ser auxiliar das seções de história natural.

Após a proclamação da República, a Comissão ficou subordinada à Superintendência de Obras Públicas, passando em 1892 à alçada da recém-criada Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Nova orientação reorganizou a Comissão em 1897. Na composição anterior, parecia haver uma ênfase nas seções topográficas e meteorológicas, além da inclusão do cargo de zoólogo criado por Derby es-

¹⁷⁴ ETZEL, 1987, p. 59- 60.

pecialmente para trazer o amigo Ihering do Rio. Após a reorganização, ficaram bem definidas três seções: a geográfica, a geológica e a botânica e meteorológica, as duas últimas reunidas sob a direção de Löfgren.

A composição profissional da instituição, era de naturalistas sobretudo estrangeiros, vindos de cargos públicos na capital federal (sobretudo do Museu Nacional, como já citado). Refletia o número ainda reduzido de cursos no país e um campo de trabalho ainda incipiente em São Paulo, apenas se iniciando. Lembremos que a Escola Politécnica iniciou seus cursos em 1893.

Como chefe da comissão, o norte-americano Orville Derby, um dos pioneiros da geologia no Brasil, iniciou os estudos de geologia também no estado. Eugênio Hussak, Alberto Löfgren e Horace Williams como chefes das sessões geológica, botânica /meteorológica e geográfica, respectivamente. Os ajudantes de 1ª e 2ª classe eram Arthur d'Horta O'Leary, Alexandre M. Coccoci, Ricardo Grünwald e Gustav Edwald; auxiliares de 1ª e 2ª classe Arsène Puttemans, Giles W. Lane, F.J.C. Schneider, Eliezer R.S. Saraiva, Antonio D. Mesquita e Heitor Machado; finalmente, como desenhista, Antônio Avvé Lallemand¹⁷⁵.

A primeira ação decorrente dessa mudança de estrutura foi a mudança da sede da comissão, antes situada precariamente no largo do Palácio. Arrendada por 5 anos a chácara de d. Veridiana Prado, que acabava de ser ocupada pelos viveiros do horticultor João Dierberger¹⁷⁶, a comissão se transferiu para lá, acomodando as coleções do antigo museu Sertório e ainda dotando a seção botânica de um campo de cultivo e experiência. Os herbários puderam ser ampliados pelo material colhido nas excursões.

¹⁷⁵ Decreto Nº 513 de 31-12-1897, autorizado pelo art. II da Lei 523 de 30-8-1897. Reorganiza a Comissão Geográfica e Geológica do Estado. IN: SÃO PAULO (Estado), 1898, p. 19-20.

¹⁷⁶ Johannes Dierberger, pasta pessoal. Arquivos e Biblioteca do Instituto Martius Staden – S. Paulo. D. Veridiana Prado mudara-se desde 1884 para a Villa Maria, o primeiro palacete burguês construído em S. Paulo, no bairro de Higienópolis. Passou a arrendar a antiga chácara a sucessivos ocupantes: Dierberger, 1891, Comissão Geográfica e Geológica, 1893 e Seminário das Educandas, até ser demolida em 1938.

Tais excursões em 1894 já abrangiam: S. Luiz de Parahitinga, Peruibe, Conceição de Itanhaém, Ubatuba, S. Sebastião, para coleta de espécies novas e aumento do herbário. Os campos de Franca, Serra da Mantiqueira, Serra do Mar e da Bocaina, Serra do Caracol, campos de Caldas foram inventariados. E ainda excursões a Jundiá, Santo Amaro, Pinheiros e arredores permitiram a formação de coleções herborizadas.

A atividade da Comissão na questão do inventário da flora e seus desdobramentos foi intensa, ocupando partes expressivas das publicações, quando não constituíam seu conteúdo exclusivo. De sua criação até 1905, 16 boletins foram publicados, e deles uma parte expressiva foi dedicada à seção botânica. Ensaio e relatórios técnicos inéditos, de alta qualidade e geralmente muito bem escritos.

Uma das primeiras publicações foi “Ensaio para uma Synonymia dos nomes das plantas indígenas do Estado de São Paulo”, publicada em 1895, no Boletim nº 10 da Comissão ¹⁷⁷, em que a proposta era estabelecer uma ordem na grande confusão a respeito dos nomes populares das plantas.

Enumerando as primeiras 2000 espécies da coleção herborizada da Comissão Geográfica e Geológica, submeteu-as a uma espécie de índice, correlacionando seus nomes populares e botânicos com suas classificações científicas e sugerindo uma padronização. Arriscava algumas explicações sobre as razões que teriam levado às denominações “pouco artísticas” dos exemplares da nossa “magestosa natureza” pelos portugueses, e ainda relacionava aportuguesamentos como o da árvore paulista que do tupi “cabureíba” tinha virado “cabreúva”.

Colocado como instrumento para “o estudo das raças que outr’ora habitavam S. Paulo”, lembrando que tais nomes “estão destinados a desaparecer”, Löfgren dedicou a pesquisa, por fim, “aos que no Estado de São Paulo se interessam pelos estudos tanto da história obscura das eras

¹⁷⁷ SÃO PAULO (Estado), 1894, p.. 75 a 77

passadas como das esplendidas riquezas naturaes descobertas e ainda por descobrir (...) para o acabamento do edificio da sciencia paulista”¹⁷⁸

A riqueza do ensaio está na pesquisa da nomenclatura, atenta para um verdadeiro conhecimento daquilo que era colecionado para fins científicos e suas relações com as aplicações populares. E nesse sentido a presença de nomes vulgares podia medir a popularidade das plantas.

O Boletim de nº 11, publicado em 1898 esgotou-se no mesmo ano e ganhou uma 2ª edição. Tratando da descrição da flora do Estado, o “Ensaio para uma Distribuição dos Vegetaes nos diversos grupos florísticos no Estado de São Paulo” é uma claríssima exposição sobre a geografia botânica de São Paulo.

Após tecer as peculiaridades das formações geográficas paulistas, que produziram uma imensa variedade de espécies comparada á relativamente pequena área do estado, Löfgren declarava que essa diversidade do material não podia ser descrita e classificada pelas divisões já estabelecidas por Griesebach, Drude e Engler (do Museu Botânico de Berlim, então a autoridade em sistemática vegetal), que ocupando-se com a vegetação do globo não haviam descido às particularidades regionaes.

Fundamentando-se na classificação de Martius da “Flora Brasiliensis”, cuja publicação não havia ainda sido concluída (e o seria somente em 1906), o ensaio utilizou as províncias botânicas segundo as estabeleceu o botânico bávaro, selecionando aquelas nas quais se encaixavam as formações florísticas paulistas ¹⁷⁹. Das sete províncias de

¹⁷⁸ LÖFGREN, 1895. Em 1906 o ensaio foi continuado por Gustav Edwall, no Boletim Nº 16, acrescentando 237 espécies à lista anterior, com uma ampla pesquisa de nomes populares, descrição taxonômica, distribuição geográfica e ocorrência, usos medicinais, (com dosagens e referência de quem as testou), industriais, outras espécies com o mesmo nome, discussão sobre a denominação mais apropriada a adotar.

¹⁷⁹ “De todos os que occuparam-se com a geographia botanica do Brazil sómente von Martius classificou as grandes feições, coordenando-as num systema delle (...) motivo porque os deixamos para seguir nas pegadas de von Martius que “*de visu* por entre perigos e fadigas, colheu no terreno as impressões que lhe produziram estas maravilhas terrestres cujo esplendor não se póde adivinhar pelas mumias mutiladas dos herbários nos muséos europeus”. LÖFGREN, 1898, p. 9

Martius, estavam inclusas, nas paisagens paulistas, apenas as “*Dryades*” - que compreendiam as regiões das serras e montanhas cobertas de florestas virgens, da faixa litorânea; e as “*Oreades*” - das regiões montano-campestres, intertropicais.

Não julgando esta classificação suficientemente abrangente, Löfgren abordou-a em composição com as divisões popularmente conhecidas e nomeadas. Assim, às dryades correspondiam mata virgem, capoeirão, roçada, capoeira, cultivado, carrascal e campo sujo. Às oreades, a catanduva, cerradão ou caapão, o cerrado nhundu, a caatinga ou campo cerrado e o campo limpo. Dois grupos considerados extremos naturais na vegetação: “N’um lado, na vegetação alta, os gigantes; noutro, na vegetação baixa, os pygméos; num lado a vida secular, uniforme e constante; noutro a vida ephemera, sempre variada e periodica.”

A partir daí é que são percorridos um a um os tipos de vegetação, os significados dos nomes populares – muitos de origem indígena- e as espécies que pertencem a cada um, conforme colhidas e identificadas *in loco* durante as excursões às quais já nos referimos. Em certos momentos, o texto nos coloca como observadores diante da própria paisagem, dando uma impressão que se assemelha à transmitida pelas telas ou descrições de viajantes. É quase o ver o “sentimento da natureza” (*Naturghefühl*) do romantismo alemão expresso na descrição de Martius.

Este passeio, por exemplo, descreve as matas virgens das montanhas das “*Dryades*”, sendo abordadas pela primeira vez por um olho “ainda não acostumado a ver”:

Quando o viajante europeu pela primeira vez penetrar numa matta virgem brasileira, a principal sensação que d'elle se apodera é a de uma grande decepção. É mister que elle se habitue a ver, pois, torna-se aqui uma verdade de que *não se encherá a matta por causa das arvores*. Tal é effectivamente a enormidade de

formas e de côres que se lhe antolham, formando um immenso cháos do qual sómente pouco a pouco lhe é possível de destacar e coordenar cada objecto por si. Não é ahi como nas mattas seculares de carvalhos e de pinheiros, onde aquelles gigantes das florestas boreaes vivem num atroz exclusivismo e onde parece que a terra não é capaz de alimentar sinão a especie predominante e onde cada tronco é uma copia do outro e cada copa parece estereotypada no molde geral.

Nas mattas virgens tropicaes, ao contrário, não se sabe no primeiro momento para onde dirigir a vista, pois, nada se divisa por completo, nada se apresenta na sua totalidade.

Os gigantescos troncos elevam as suas copas numa tal altura que se confundem e o olho já perde os detalhes. Enquanto entre elles as esbeltas palmeiras sustentam as graciosas folhas claro-vidres os immensos cipós cruzam o espaço em todos os sentidos, formando um trama de tal modo emmaranhado que impossivel é determinar onde começam ou onde acabam. Para maior confusão ainda são elles cobertos por innumeras epiphytas o que dá-lhes o aspecto de grinaldas phantasticas enfeitando um templo de fadas.

Pouco a pouco, porem, o olho se acostuma e a cada passo cresce a admiração do maravilhado viajante e insensivelmente é elle preso pela sensação da própria pequenez, attenuada por um certo sentimento de orgulho. E como não sentir-se-á o homem pequeno diante desta gigantesca magestade esmagadora e como furtar-se-á elle de ser orgulhoso quando se lembrar que basta um aceno de sua mão para destruir toda esta obra de quase uma eternidade.¹⁸⁰

Belas imagens que exaltam a flora nativa paulista aparecem em alusões superlativas aos “gigantes das matas”: “É ainda aqui que se filia

¹⁸⁰ LÖFGREN, 1898, p. 20-21.

o ornamento gigantesco das florestas do interior, o orgulhoso Jequitibá, *Couratari legalis*". Ou "as Ingás immensas e a bellissima Guapuruvú, *Schizolobium excelsum*, a qual fornece canôas que, as veses, depassam 100 palmos de comprimento, são tantos outros ornatos utilissimos, para não esquecer o celeberrimo M'birapiranga, o páo Brazil, *Caesalpinia echinata*."

Mas o texto não toca somente pelas suas belas descrições de paisagens, mas também por uma posição de verdadeira defesa da superioridade da riqueza florística do estado. Contestou algumas das análises de St. Hilaire que negavam essa superioridade, como por exemplo a que exaltava a paisagem mineira, alegando observações equivocadas sobre a sua diversidade florística que teriam omitido, entre outras coisas, o extenso litoral do estado paulista, com sua flora toda especial, pouco representada no estado de Minas. Afirmações a todo momento documentadas pelo material colhido *in loco* e mantido nas coleções.

Em outros trechos do ensaio o botânico alerta para os males da cultura da queimada, da devastação florestal e do uso irracional do solo. Sobre esta questão, conclui que o estado, como está constituído de vegetação *oreadica* na proporção de 3 para 4 partes, possui três vezes mais tereno campestre que silvestre, indicando qual deve ser a ocupação principal do Estado e para onde devem ser dirigidos os estudos para o mais eficaz aproveitamento das suas riquezas naturais: "Parece-nos, pois, fora de dúvida estar ahi designada a industria pastoril combinada á lavoura intensiva"¹⁸¹.

A paisagem dos campos, que ocupa a segunda metade do ensaio, Löfgren conclui com a indagação: serão os campos efetivamente estéreis e haverá neles tanta falta de água? Ao que ele mesmo responde: "A esterilidade dos campos é, portanto apenas um phantasma nascido da falta de necessidade e de iniciativa. É um espectro que não supportará a luz sublime que irradia do ferro polido do arado e que fatalmente afogar-se-á nos jorros crystallinos dos poços artesianos"¹⁸².

¹⁸¹ LÖFGREN, 1898, p. 17

¹⁸² LÖFGREN, 1898, p. 50

Além dos destacados, outros numerosos trabalhos foram publicados sobre o conhecimento das espécies nativas de S. Paulo por famílias e por distribuição nas paisagens geográficas do Estado, lastreados numa coleção sempre aumentada, e que agora já possuía “46 sementeiras de plantas paulistas, das quaes algumas já se acham em pleno vigor”. Iniciada também foi a de epífitas, com as bromeliáceas, orquidáceas, “várias Piperáceas do gênero *Peperomia* e bonita quantidade de *Rhipsalis* da família cactaceae”¹⁸³. A intenção era ampliá-las, concretizando uma aspiração antiga que era a criação do horto, claramente voltado à introdução da vegetação paulista:

Desde o começo dos nossos estudos botânicos nesta Comissão, o nosso desejo tem sido obter um pedaço de terreno onde pudéssemos começar não só algumas experiências, puramente científicas sobre a physiologia vegetal, como mais talvez para tentar algumas transplantações de vegetaes frutiferos selvagens, afim de melhorar pela cultura e augmentar a escolha, alias, já bastante rica, neste gênero. Desejávamos também provar que as mattas e campos paulistas abrigam plantas ornamentaes tão ricas e tão bellas que grande parte das introduzidas ficcarão por ellas destronadas...¹⁸⁴

A idéia do Horto foi retomada em 1898, parece que com o fim do período de arrendamento do prédio na rua da Consolação que servia de sede para a Comissão. Pelos relatórios estaduais ficamos sabendo que, na verdade, foi uma retomada de trabalhos, que haviam sido suspensos e que o governo do Estado resolveu recomençar. Em 1897 deu-se essa retomada e no ano seguinte o Horto Botânico da Cantareira era inaugurado.

A instituição manteria, a exemplo da estrutura idealizada por Löfgren, uma linha de pesquisa centrada em duas áreas: a de cultivo e adap-

¹⁸³ SÃO PAULO (Estado), 1894, p. 75 a 77

¹⁸⁴ SÃO PAULO (Estado), 1894, p. 75 a 77.

tação de vegetação ornamental e a da introdução de espécies florestais. Estas seriam destinadas à formação de coleções para exposição e pesquisa e ao cultivo para distribuição. Esta última finalidade introduziu a função de fomento a ser exercida pelo Horto, aspecto que terá grande influência na formação dos repertórios paisagísticos, sobretudo o das cidades.

As finalidades botânicas conviveram com as florestais no Horto até 1917, quando este centrou-se no serviço florestal.



Os grupos florísticos do estado de S. Paulo segundo Albert Löfgren, adaptando a classificação botânica de Martius às formações locais, com suas denominações populares. As Dryades correspondem às matas de serras e as Oreades à vegetação de campo. Silvæ Primævæ corresponde à flora das florestas virgens, que sofrendo transformações decorrentes da ocupação humana vão adquirindo novas configurações.

Fonte: Boletim da Comissão Geográfica e Geológica, Nº 11. Ensayo para uma distribuição... . 1898)

II. A ESCOLA POLITÉCNICA

Coleção e arboretum

A ideia de um curso para a formação de engenheiros agrícolas era mais antiga do que a criação da Escola Politécnica. O ensino sistemático superior de Agricultura em São Paulo foi previsto originalmente pelo anteprojeto de lei nº 13 de 10-10-1891, que se transformou na lei nº 26 de 11-05-1892, autorizando o governo a fundar uma escola superior de Agricultura com dez estações experimentais, e outra de Engenharia. Não posta em execução, a lei foi fundida com a de nº 64 de 16-08-1892, que criava o Instituto Polytechnico. Em decorrência desses dispositivos legais, desde a sua fundação, a Politécnica ministrou o curso de Engenharia Agrícola, só extinguindo-o em 1915.

O curso foi regido pela lei estadual de nº191 de 24-08-1893. Compreendia cinco anos de duração e visava introduzir princípios técnicos e teóricos nas práticas agrícolas e, além disso, uma eminente orientação prática. Apesar disso, o curso teve baixa procura formando em sua primeira turma apenas um agrônomo. Nos vários volumes do Anuário da Escola Polytechnica, a seção destinada aos relatórios do ensino agrícola sempre insistia no caráter prático do curso.

A primeira leva de professores foi contratada em 1900. O corpo docente do curso, formado entre profissionais, em sua maioria estrangeiros contratados especialmente para lecionar na Politécnica, incluía Alfred Usteri, para a cadeira de Botânica geral e descritiva, (1905) Roberto Hottinger (1900), Otto Pitsch (1905), Arsène Puttemans (1905) e Hubert Puttemans (1900). Nesse momento a Escola já funcionava em sede definitiva, projetada e construída por um de seus organizadores, Ramos de Azevedo, junto ao Largo Visconde de Congonhas do Campo.

Para a parte prática do curso, que compreendia a demonstração dos instrumentos agrícolas e o manejo das culturas, estava reservada toda a área frontal a esses prédios, e que hoje corresponde à praça coronel Fernando Prestes, numa extensão de cerca de 30 mil m². Conforme já foi dito no capítulo 1, esse amplo espaço faceava com o reservado aos viveiros municipais anexos ao Jardim da Luz, criados simultaneamente e destinados à intensa arborização urbana que caracterizaria todo o período em que Antônio Prado esteve na prefeitura.

Encontramos também no âmbito da Politécnica, devido à atuação de Usteri e Puttemans, a preocupação de formação de coleções de vegetais, porém não com objetivos de demonstração pública, mas para pesquisa.

Os jardins de ensaios e de demonstração já em 1908 se revelavam bastante desenvolvidos. Na Exposição Comemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, sediada no Rio de Janeiro, evento em que a Escola Politécnica teve grande participação representando São Paulo, uma publicação da Escola¹⁸⁵ especialmente preparada para exibição assim descrevia a composição das coleções:

Collecções de plantas vivas em cultivo ou tendo sido cultivadas durante o anno lectivo 1907-1908, nos campos de ensaio e demonstração:

- 1- Plantas forrageiras: ...
- 2- Plantas de cereaes: ...
- 3- Plantas industriaes: ...
- 4- Plantas cultivadas pelas suas raizes, tuberculos ou bulbos: ...
- 5- Plantas servindo de adubo verde: ...
- 6- Plantas arbustivas: ...
- 7- Plantas medicinaes nacionaes ou estrangeiras: ...
- 8- Plantas diversas: ...
- 9- 'Arboretum' de plantas florestaes.

¹⁸⁵ PUTTEMANS, In: ANNUARIO DA ESCOLA POLYTECHNICA de São Paulo para o Anno de 1908, 1908. Pag. 139-143.

A variedade desse conjunto, compondo-se como visto de plantas de interesse não só agrícola, demonstra uma tal abrangência de aplicações que, quando o curso, e com ele o jardim, foi extinto, as coleções de Puttemans e os herbários montados por Usteri se converteram em material de pesquisa aproveitado tanto pelo Museu Paulista quanto pelo Horto de Plantas Tóxicas e Medicinais montado no Butantã, ambos em 1917.

O “arboretum”, composto de 70 espécies de árvores florestais de procedência nacional, alimentou por sua vez, a formação da futura ESALQ, além do Horto da Cantareira, quando este passou a desenvolver atividades ligadas aos serviços de interesse florestal. Este fato é de certa forma comprovado ao tomarmos conhecimento das espécies que compunham esta coleção: das 46 especificadas no relatório, entre madeiras de lei e as demais, a grande maioria compunha o quadro de essências distribuídas pelo Estado a câmaras municipais, repartições públicas e a particulares, sobretudo dentro do território paulista. Dessa grande variedade é também oportuno constatar a predominância de espécies nativas do estado de São Paulo.

Usteri e a flora dos arredores de São Paulo

Uma contribuição específica ampliou o conhecimento da flora do estado: o trabalho de identificação da vegetação nos arredores da cidade, feito pelo Professor de Botânica da Escola Politécnica Alfred Usteri.

Usteri era um profissional relacionado com especialistas brasileiros e com profissionais e instituições estrangeiras, num intenso intercâmbio que pode ser atestado pelo número de colaboradores: H. Christ, de Basel; E. Hackel, de Graz; C. B. Clarke, de Kew; L. Wittmack; C. De Candolle, de Genebra; W. O. Focke, de Bremen; Radelkofer, de Munique; R. Keller, de Winterthur; E. Köhne, de Berlim; RR. Rechinger, de Viena; J. Wittasek, também de Viena; e I. A. Kneuker, de Karlsruhe.

Não rastreamos suficientemente suas origens, porém acreditamos que ele tenha vindo da Universidade de Basel, onde também trabalhava um de seus maiores parceiros profissionais, o botânico H. Christ, que foi citado enfaticamente em sua importante obra sobre a flora paulistana:¹⁸⁶.

Suas relações profissionais com Albert Löfgren devem ter sido intensas, a julgar pela menção mútua em relatórios, ensaios e trabalhos científicos, o que não acontecia, por exemplo, com Hermann Ihering¹⁸⁷. Os resultados das pesquisas de ambos eram intercambiados e se alimentavam reciprocamente. Para a pesquisa sobre a flora paulistana, foram utilizados trabalhos anteriores do botânico sueco, como o “Ensaio para uma Distribuição dos Vegetaes...”, já citado, além do herbário da Comissão Geográfica:

É um dever de lembrar aqui este herbário da comissão geographica, fundado pelo director do horto botanico, sr. Alberto Löffgren. E’ um trabalho enorme que não é conhecido como devia ser por todos, porém que tem um valor muito mais levado do que uma grande quantidade de livros volumosos, publicados, não para adiantar a sciencia, porém para dar nomeada aos seus autores.¹⁸⁸

Excursionando pelos arredores da cidade, entre 1905 e 1908, para fins didáticos e para investigações científicas, Usteri colheu informações

¹⁸⁶ “Herrn Dr. H. Christ in Basel In Lieb Gewidmet vom Verfasser”, na contracapa do livro “Flora der Umgebung...”. Numa página da rede mundial de computadores foi encontrada uma considerável lista de artigos de Usteri, publicados em Basel, a partir de 1911, data da publicação da obra citada acima, aliás inclusa. Agradecemos a Walter Pires, do Departamento do Patrimônio Histórico, que quando colega da pós graduação empreendeu a pesquisa para um trabalho conjunto sobre o Jardim da Luz.

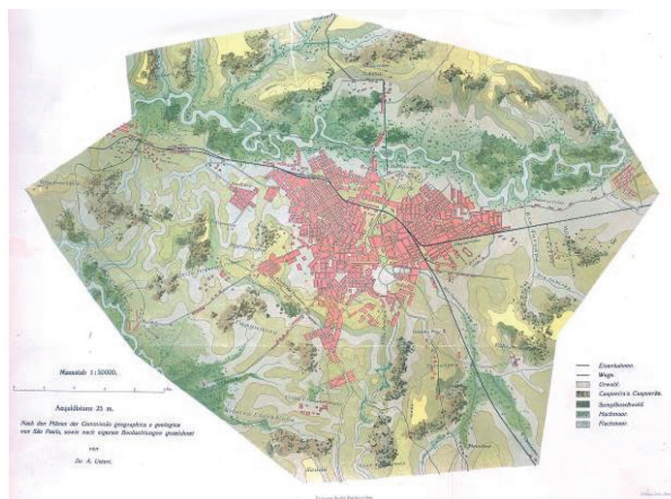
¹⁸⁷ Percebemos algumas vezes nos relatórios do diretor do Museu Paulista menções a idéias veiculadas pelos trabalhos de Löfgren, como o mencionado “Synonimia....”, sem sequer citar créditos.

¹⁸⁸ USTERI, 1906, p. 85-102.

sobre a vegetação paulistana que reuniu num extenso trabalho publicado em 1911. Seu estudo se dividiu em várias partes. Em primeiro lugar uma monográfica, onde constava a catalogação sistemática de tudo o que ele observou e recolheu. Listas extensas de plantas aparecem registradas em chaves de classificação por famílias, gêneros e espécies, organizadas a partir de identificação pelos profissionais que o auxiliaram.

Em segundo lugar, a investigação da distribuição dessa vegetação. Um brejo perto de Santana, um campo em Chora-Menino, um brejo entre a avenida Paulista e Pinheiros, um gramado no mesmo lugar, e um campo no Isolamento, foram os lugares escolhidos como formações fito-geográficas-tipo para as observações de ocorrência predominante de cada espécie.

Fig.12. “Flora der Umgebung der Stadt São Paulo in Bresilien von Dr. A. Usteri Ehemals Professor am Polytechnikum in São Paulo”. (Flora dos Arredores da Cidade de São Paulo), Escala 1:50.000, em levantamento feito por A Usteri entre 1905 e 1908 para a Comissão Geográfica e Geológica do Estado. A legenda de cores classifica as formações vegetais em bosques, sub-bosques e áreas brejosas. O estudo de Usteri dedicou especial atenção, ainda, à flora do morro do Jaraguá. (fonte: USTERI,1911)



Essas observações foram resumidas em formações de solos secos e solos brejosos, com as coberturas vegetais que ali ocorriam: campos, capoeiras, capoeirões e matas virgens e a vegetação baixa e as matas arbustivas dos pântanos.

Relacionando-as também à natureza arenosa ou argilosa dos solos, detectou ocorrências típicas de São Paulo, muitas delas ainda desconhecidas e cuja classificação com o apoio dos botânicos citados acima, faria homenagem a Usteri, como o *Cyperus usterii* Palla ou o *Paspalum usterii* Hackel, uma gramínea. Pelas suas aplicações na agronomia, essa família recebeu atenção especial do botânico. Em “Estudos sobre as gramíneas” ele ressalta o seu papel como alimento animal e a função do agrônomo na condução de sua reprodução. “Naturalmente colleccionei em primeiro lugar os capims dos arredores da cidade e depois também os de certas outras localidades. Ao mesmo tempo fiz estudos a respeito da oecologia das plantas colleccionadas”. Revelam-se preocupações de ordem ecológica, uma ciência que aqui apenas estava principiando.

O estudo, extensíssimo, ainda fez observações sobre a fenologia dos vegetais paulistanos (estudos relacionados à floração) e sobre a influência das plantas na qualidade das águas do Tietê, com interpretações das matizes cromáticas do rio de acordo com a época do ano. Preocupação em revelar aplicações práticas imediatas que também podem ser demonstradas aqui: “Este estudo mostrará as plantas características dos brejos e dos campos, dos terrenos humidos e argilosos e ao mesmo tempo permitirá ao agrônomo até um certo ponto reconhecer a qualidade de um terreno sem emprego de instrumentos. Também servirá para reconhecer as plantas de valor economico”.

Acompanhado da planta da cidade com a cobertura vegetal dos seus arredores, deixa ver que o sentido do crescimento por tentáculos característico de São Paulo, avançava sobre a paisagem e testemunhava a transformação das últimas ocorrências vegetais originais. Fotografias dos locais analisados, inclusive com algumas curiosidades de espécies remanescentes, como um pequeno grupo de araucárias, nas proximidades da avenida Paulista, completavam as imagens apresentadas.

Por fim, o levantamento também identificou a “Flora culta” na cidade, ou seja os vegetais introduzidos, atendendo à classificação de Mar-

Mas uma grande contribuição das pesquisas de Usteri foi o estudo da flora do Jaraguá, um forte símbolo paulistano que começou a ter expressão na década de 20. E que acreditamos começou a ser despertado como tal nesse momento, com o aporte de pesquisas como esta.

Além de analisar as formações vegetais do lugar e tentar explicar sua ocorrência, sua relação com o terreno e com o solo, Usteri também vê o Jaraguá como paisagem. A exemplo da bela descrição de Löfgren das serras de São Paulo, também aqui temos, associados, dois olhares: o do cientista, devotado à tarefa de identificar, reconhecer e classificar o mundo natural - e o do artista, que percorre extasiado os cenários de uma natureza que lhe inspira profundos sentimentos¹⁹²:

O panorama que conduz ao alto da montanha é pouco penoso de vencer e riquíssimo de panoramas esplendidos. Em baixo todas partes são cobertos com matos, que contêm uma multidão de fêtos e Orchídeas. Mais acima desaparece o matto e em lugar delle apparecem grammados com muitas flores. Especialmente característico é um capim com inflorescencias brancas, *Paspalum blepharophorum*, que esconde por vezes as flores brilhantes de *Dipladenia polymorpha* e de *Manetttia lutea* rubra. Só as flores magníficas de *Escobedia scabrigolia* vencem com o seu esplendor todas as outras plantas.

Interessante contraste o formado entre dois temas de pesquisa em Ciências Naturais, que são também símbolos paisagísticos: o pico do Itatiaia e o pico do Jaraguá. Aquele foi explorado como tema de levantamento botânico em 1896 por Ernest Ule (1854-1915), naturalista viajante do Museu Nacional, e estava demonstrado na coleção do Museu Paulista (herbários e jardim botânico, onde inclusive estava representado em miniatura). Este, tema de estudo por botânico da Escola Politécnica, seria uma das mais expressivas imagens de São Paulo. Apropriada como símbolo, seria uma forte marca de identidade.

¹⁹² USTERI, 1911, p. 271.

Estudo sistemático da flora nativa dos arredores de São Paulo e sua distribuição geográfica, identificação das plantas cultivadas e estudo da flora do Jaraguá foram publicados em alemão sob o título “Flora der Umgebung der Stadt São Paulo” in Brezilien, publicada em Jena, em 1911.¹⁹³

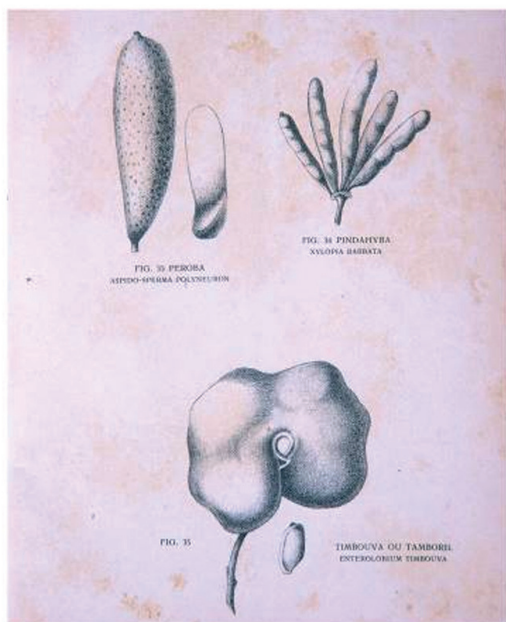


Fig.13. Ilustração botânica de Albert Löfgren publicada em 1903 na obra “Serviço Florestal de Particulares”. Ensina a reconhecer as várias espécies de plantas nativas adequadas ao reflorestamento. Esta lâmina mostra os frutos da peroba (*Aspidosperma polyneuron*), pindaíba (*Xylopia barbata*) e timboúva (*Enterolobium timbouva*). A peroba é procedente da floresta latifoliada semidecídua e pluvial atlântica, nos estados do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rondônia; e da Bahia ao Paraná. Começou a ser distribuída para fins urbanos em 1917, data em que várias outras espécies paulistas também foram disponibilizadas e fornecidas. A pindaíba ou pindaúvuna é original da floresta pluvial atlântica e comparece entre as espécies distribuídas pelo Estado no ano de 1930. Por fim, a timboúva ou tamboril, aparece nas coleções estaduais voltadas à distribuição a partir de 1913. É uma árvore brasileira que ocorre nas matas de terra firme da região amazônica e ainda na mata atlântica, da Bahia ao Rio de Janeiro. A “orelha de negro”, outro nome popular da mesma espécie, aparece nas listas da Administração dos Jardins na cidade de São Paulo. Começou a participar dos espaços públicos paulistanos a partir de 1919, no parque Trianon. (fonte: Löfgren 1903)

¹⁹³ USTERI, 1911, p. 271.

Puttemans, arquiteto paisagista

O espaço aberto para o desenvolvimento das Ciências Naturais de maneira tão peculiar em São Paulo, porque associada ao seu próprio crescimento e modernização, possibilitou a formação dos seus quadros técnicos diretamente. Assim, se os primeiros naturalistas em São Paulo vieram sobretudo do Museu Nacional, como já referido, após a República, São Paulo recrutaria diretamente da Europa e Estados Unidos a grande maioria de profissionais que atuariam no ensino e na pesquisa científica do estado. Assim, de universidades e instituições conceituadas em suas áreas de atuação, foram trazidos profissionais especializados nas funções que viriam a ocupar aqui.

O secretário da Agricultura, Jorge Tibiriçá de Piratininga, desejando formar uma escola agrícola em São Paulo, teria trazido diretamente os primeiros profissionais estrangeiros na área, integrando o curso de engenheiros agrônomos na Escola Politécnica quando esta foi fundada. Tendo, ele próprio, realizado sua formação em Agronomia na Bélgica, buscou nesse país alguns dos profissionais que viriam a compor o quadro profissional da futura escola. Esse parece ter sido o caso de Arsène Puttemans, cuja presença documentada remete a data anterior ao início dos cursos da Politécnica. Podemos supor que adiada a criação da escola, o profissional tenha sido provisoriamente aproveitado em outra instituição.

O nome de Arsène Puttemans apareceu no ano de 1897, entre os funcionários da Comissão Geográfica e Geológica, e foi contratado pela Politécnica em 1905, após uma reformulação do curso de engenheiros agrícolas no governo de Arruda Botelho e permaneceu até 1913, sendo que aparece como professor interino, responsável pelo horto de culturas da Escola Politécnica em São Paulo (1908) e ainda como professor de Botânica a partir dessa data, quando substituiu Germano Vert, falecido. Já lecionando na ESALQ, há indicações de que além de chefe do conjunto

“Parque e Horticultura”, tenha ensinado Arquitetura Paisagística, matéria inserida no primeiro ano do curso.

Na escola de Piracicaba existe um registro de que Arsène teria sido diplomado pela Faculté des Sciences Agronomiques de l'État, Gembloux¹⁹⁴. A instituição é constantemente citada como referência nos relatórios dos professores de agronomia para o Anuário da Escola Politécnica, sugerindo que houve intercâmbio científico intenso.¹⁹⁵

No Anuário da Escola Politécnica encontramos várias de suas contribuições em forma de artigos, enquanto era o responsável pelo horto de culturas, sempre relacionados a problemas da prática das culturas agrícolas e do arboretum¹⁹⁶. A interrupção dos seus artigos nesse periódico a partir de 1909 talvez se deva ao envolvimento com a escola de Piracicaba.

Entretanto, há um outro lado de sua atuação em São Paulo, a de arquiteto paisagista, e que ainda foi pouco avaliada. Arsène Puttemans é conhecido como autor do parque que compõe o núcleo inicial do

¹⁹⁴ A escola, foi criada em 1860 e foi a primeira naquele país dedicada exclusivamente à agronomia e à engenharia biológica. Entrando em contato com essa Universidade não conseguimos, todavia, localizar Arsène Puttemans entre os antigos alunos. Outro Puttemans, de nome Hubert, contratado em 1900 como professor de Agricultura Geral e especial, Silvicultura e Patologia Vegetal, foi diplomado em 1898 naquela instituição, por informação de M. Georges, do Service des Études da Universidade de Gembloux. www.fsagx.ac.be/. No Brasil Hubert Puttemans tem artigos dedicados à agricultura e a solos, publicados no Anuário da Escola, além de um livro denominado “Agricultura Geral, especialmente dedicada ao Brasil”, publicado por editora de Bruxelas.

¹⁹⁵ Com colaboração de H. Raquet, de Gembloux, foi criado entre 1904 e 1908, quando secretário de Agricultura Carlos Botelho, o posto zootécnico, que chegou a ser considerado entre os melhores da América do Sul. (*Anuário da Escola Polytechnica*, 1907. S. Paulo, Typ. do Diário Oficial, 1907); havia também um intercâmbio estabelecido com a estação meteorológica daquela instituição belga e ainda o recebimento regular dos “Anales de Gembloux”. (*Anuário...*, 1909.)

¹⁹⁶ “Relação dos fungos parasitários observados nos hortos de ensaio da Escola Polytechnica de S. Paulo”; “A ferrugem nos Cereae em São Paulo”; “Resumo dos trabalhos efetuados nos jardins de ensaio e demonstração da Escola Polytechnica durante o ano lectivo de 1907-1908” *Anuário da Escola Polytechnica para os anos de 1905 a 1909*.

campus da Esalq, em Piracicaba e também como autor dos primeiros jardins do Museu Paulista, que foram substituídos em 1922, para a comemoração do Centenário da Independência, por uma nova concepção (idealizada por comissão composta por T. Bayma, Mário Wately e Prestes Maia e por Reynaldo Dierberger). Porém sua participação não se resumiu nessas duas obras.

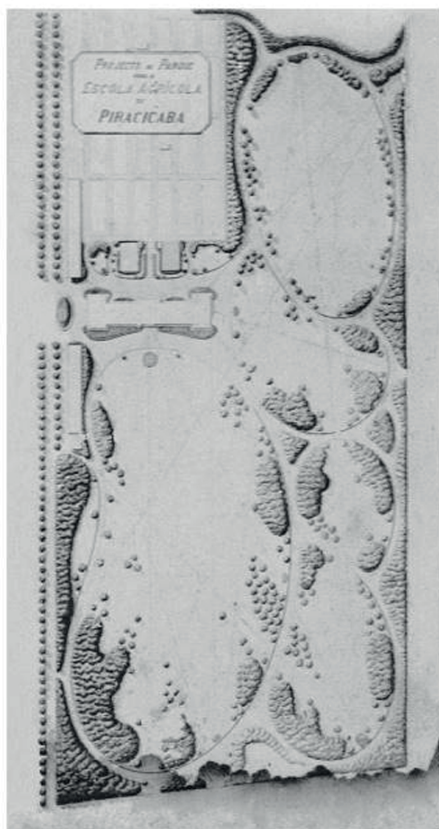


Fig.14. Projeto do Parque executado para a Escola Agrícola de Piracicaba, por Arsène Puttemans, apresentado na Exposição Commemorativa do Centenário da Abertura dos Portos, no Rio de Janeiro, em 1908. A organização espacial por maciços foi definida pela eleição de eixos visuais em vários pontos do parque, numa concepção destinada ao lazer e à instrução pública e ao mesmo tempo de experimentação e ensaio de novas espécies. (fonte: PICAROLLO & FINOCCHI, 1918)

Além de professor e coordenador dos trabalhos de campo na Poli e da ESALQ, Puttemans participou de alguns outros importantes momentos de São Paulo no início do século, contribuindo para a modernização da cidade. Estão entre eles o projeto para a Praça da República em 1903, em duas versões, para o Parque da Várzea do Carmo bem antes de se iniciarem os Melhoramentos da Capital (1911-1914), e ainda a solução paisagística da implantação do Pavilhão da Bahia na Exposição de 1908 no Rio de Janeiro. Em Niterói, que reassumira a condição de capital do estado do Rio de Janeiro em 1903, o Campo de São Bento recebeu um projeto de remodelação de sua autoria, executado em 1909, em faixa de restinga, que com 50 mil m², é hoje a maior área verde do bairro e uma das mais expressivas na cidade ¹⁹⁷.

Esses seis projetos foram apresentados na Exposição de 1908, no 10º grupo, cujo tema era “Architectura dos jardins” juntamente com um texto sobre parques e jardins de sua autoria, que não foi possível localizar ¹⁹⁸.

A Escola Politécnica extinguiu seu curso de agronomia, formando em 1915 a última turma de engenheiros agrícolas ¹⁹⁹. Assim o curso ficou sediado exclusivamente na ESALQ. A orientação do ensino baseou-se na evolução da Agronomia e do ensino na linha norte-americana, influenciada por uma presença expressiva de profissionais vindos de lá para compor os quadros docentes da escola ²⁰⁰. Acreditamos que esse seja um caminho para explicar a inclusão de uma área de recente formação, a “Arquitetura Paisagista”, como disciplina da ESALQ ²⁰¹, e talvez também a longa atuação de Arsène Puttemans como professor da Escola, como

¹⁹⁷ LEME, 1999, p. 277.

¹⁹⁸ Participante também foi João Dierberger, no grupo 8 e 9, arte floral e floricultura. PICAROLLO, 1918.

¹⁹⁹ SANTOS, 1985.

²⁰⁰ KIEHL, 1951. Pag. 13 – 18.

²⁰¹ FERRAZ, 1911, p. 118-119.

também Phillipe Westin Cabral de Vasconcellos e Teixeira Mendes, de grande atuação em São Paulo. Tal como Puttemans, os dois professores lecionaram na escola até 1913, sendo sucedidos pelo prof. Henrique Vaz²⁰²

Sabemos que um forte componente do projeto de Puttemans é ainda hoje usado e transmitido na Esalq. Herdado do paisagismo inglês, de Capability Brown, transmite a idéia de continuidade visual do espaço. Essa noção, expressa em todas as propostas de Puttemans, por meio das chamadas “linhas de visada”, está associada à disposição dos maciços de árvores, garantindo o enquadramento de cenas e dirigindo o olho sempre para frente, para pontos de interesse previamente selecionados. O trajeto do olho entre o observador e a cena enquadrada é a própria “linha de visada”.

Interessante observar que esse conceito, e até mesmo o termo, são comumente utilizados e transmitidos na Esalq ainda hoje²⁰³. O parque, que hoje representa uma importante opção de lazer para a comunidade universitária e para os piracicabanos, de certa forma possibilita vivenciar esse conceito no próprio espaço, pois o projeto de Puttemans embora com alterações, ainda é o mesmo que lá está²⁰⁴.

Não identificamos dados que informem sobre o repertório de espécies original utilizado por Puttemans em seus projetos. Estudos feitos sobre o parque do campus da Esalq, não indicam que o paisagista tenha orientado pessoalmente tal escolha, tendo ela ficado a cargo dos responsáveis pela implantação do parque, entre eles Luiz Teixeira

²⁰² VASCONCELLOS, 1976..

²⁰³ Prof. Salim Simão, Prof. Edmar Furquim Cabral de Vasconcellos (filho de Phillipe Westin, um dos profissionais que atuou na implantação do parque de Puttemans) e prof. Ana Maria Liner Lima, todos do antigo Departamento de Horticultura da Escola, são alguns dos docentes com quem conversamos e que nos transmitiram essa impressão

²⁰⁴ BARBIN, 1999. O parque contribui para a amenização do microclima regional e é parcela representativa no total de áreas de recreação da cidade de Piracicaba.

Mendes e Phillippe Westin Cabral de Vasconcellos ²⁰⁵. Imaginamos que em se tratando de um parque antes de tudo com fins didáticos, onde se previa a experimentação de novas espécies para estudo e futura propagação – assunto do próximo capítulo - essa especificação não tenha sido feita em caráter definitivo. A natureza do terreno local dificultou a implantação do projeto, necessitando trabalhos de reposição de solo para permitir o plantio. Mesmo assim, a implantação dos maciços foi lenta e feita em estágios, para criar o suporte necessário a espécies arbóreas mais exigentes.

Um estudo recente das transformações ocorridas no projeto original indicou que desde a sua implantação, entre 1907 e 1909, houve uma descaracterização geral do lugar, tanto pela interrupção das linhas visuais previstas como por alterações do repertório de espécies vegetais. Somaram-se, às intervenções artificiais não previstas originalmente, acréscimos espontâneos decorrentes de “processos de auto-renovação e sucessão vegetal”, cuja tendência tem sido aumentar a participação da flora nativa característica da região ²⁰⁶.

Assim não é possível tomar como base o levantamento florístico mais antigo do local, datado de 1965, pois não estaria informando sobre as opções no momento da implantação do projeto original. Como informação genérica, ele indica uma participação tanto de espécies nativas como de exóticas, não nos autorizando a interpretações conclusivas. Porém uma vez que apurou-se tendência à diminuição da biodiversidade vegetal desde esse levantamento para outros mais recentes, podemos entender que o projeto original tenha sido baseado em um repertório de grande variedade. Uma verdadeira “coleção”, como de fato atestam os relatórios da escola em anos sucessivos.

²⁰⁵ A implantação dos maciços foi precedida de um trabalho de reposição de solo por meio de pissarras, pois o terreno original tinha solo muito raso. Mesmo assim o desenvolvimento dos maciços levou vários anos.

²⁰⁶ Análises feitas por BARBIN, 1999.

Capítulo 5. A “Florestação” do Estado

A cantareira, de horto botânico a florestal

O Horto se instalou na já existente reserva da Cantareira, formada de várias áreas de matas nativas adquiridas pela Repartição de Águas e Esgotos do Estado assim que encampou os serviços de água. Esses serviços até 1893 eram feitos por uma companhia inglesa, a Cantareira. O principal objetivo da reserva era mesmo garantir a captação de água para abastecer o município.

Resultou da apreciação de um relatório apresentado em junho de 1896 ao secretário da Agricultura dr. Theodoro de Carvalho, por uma comissão formada por Orville Derby, Alberto Löfgren e Francisco de Paula Ramos de Azevedo, pelo qual defendiam a utilidade de sua criação. A partir desse relatório foi aprovada a lei 355 de 10-02-1896, que desapropriava o antigo engenho da “Pedra Branca”, de propriedade do comerciante Pedro Borges ²⁰⁷ e criava o Horto Botânico.

O novo órgão era uma dependência da Comissão Geográfica e Geológica. Nos objetivos de sua criação já se revela a abordagem aos recursos naturais do estado com um sentido de proteção e aproveitamento econômico racional: “O Horto Botânico é pois destinado a contribuir poderosamente para a conservação, estudo e aumento das riquezas naturais existentes e em certos casos para crear novas, por meio de adaptação e aclimação”²⁰⁸

Contando com esse espaço físico, a Seção Botânica da Comissão Geográfica e Geológica pôde ampliar suas experiências já iniciadas de arboricultura, aperfeiçoamento de frutas silvestres, cultura de plantas

²⁰⁷ SÃO PAULO (ESTADO), 1973.

²⁰⁸ SÃO PAULO (ESTADO), 1898, p. 129.

industriais e medicinais e aclimação de plantas ornamentais. Além disso, voltando-se a um assunto já despertado por Löfgren, e que se manifestava por sua intensa produção escrita no meio científico e nos periódicos de divulgação²⁰⁹, iniciou estudos de “replantação das áreas devastadas do estado, ensaiando essências de reflorestamento, para aplicação como “abrigo de lavouras, modificação de climas alterados ou substituição de antigas mattas já destruídas”.

Em torno desses dois objetivos – o estudo botânico e a recomposição florestal – se desenvolveram equilibradamente as atividades do Horto até cerca de 1908: o estabelecimento iniciou desde 1897, antes mesmo de sua abertura, a formação das primeiras sementeiras com 696 essências trazidas dos Jardins botânicos de Calcutá, Singapura, Sidney, Middelburg, Filipinas e Cuba. Enviou cartas aos agricultores solicitando sementes e mudas, e ainda patrocinou a ida de funcionários ao interior do Estado para colher frutos e sementes das espécies florestais a serem multiplicadas. No ano seguinte já se registravam as primeiras distribuições.

Ao mesmo tempo, incrementado por uma lei 678 de 13-9-1898, a mesma que reorganizou o Instituto Agrônomo de Campinas, o estabelecimento desligou-se da Comissão Geográfica. E ficou subordinado diretamente à recém-criada Diretoria de Agricultura. Com mais recursos, intensificou os estudos sobre conservação e melhor aproveitamento das florestas; em especial, o reflorestamento na vertente norte da Serra

²⁰⁹ A biobibliografia de Löfgren é extensa e praticamente coincide com sua chegada em São Paulo; além dos ensaios publicados nos boletins da Comissão Geográfica e Geológica, ele publicava nos jornais da província e estado, em média 3 matérias anuais, sobre assuntos ligados a jardins botânicos, climatologia, ciências, propriedades das plantas, flora das matas do estado, plantação sanitária em áreas brejosas, arborização e ajardinamento público nas cidades. Transferido para o Rio, na Inspetoria de Obras contra as secas, publicou também sobre as cactáceas, as secas, a flora do Ceará. Consideramos muito oportuno observar essa divulgação em jornais, à medida que saía dos limites circunscritos dos institutos e do meio científico para se disseminar junto à sociedade.

da Cantareira, onde as derrubadas eram imensas em virtude da ação dos carvoeiros e do consumo de lenha pelas estradas de ferro ²¹⁰.

Surgiram as primeiras plantações permanentes e coleções vivas de espécies nacionais e exóticas. Entre as primeiras, os bosques de pinheiros-brasileiros, as castanheiras-do-norte, a paineira, o cedro-brasileiro, o guapuruvu, a “árvore-de-sabão”; entre as exóticas, magnólias amarelas e norte-americanas, acácias, plátanos, alfeneiros, bambus, e ainda, de Potugal, sobreiro, alfarrobeira, pinheiro-marítimo, ciprestes. Também o eucalipto²¹¹.

Desligado da Comissão Geográfica e Geológica, o Horto teve como 1º diretor o próprio Löfgren, até 1909. Esse foi o período em que também a abordagem botânica esteve muito presente nas atividades de pesquisa. O destaque dos trabalhos era o estudo botânico e sistemático das essências florestais como também as observações fenológicas (ligadas à floração e frutificação) nos vegetais, tanto os cultivados como os espontâneos.

Porém, ao mesmo tempo em que se desenvolvia essa intensa atividade no campo da botânica, sendo feitos “revisões no herbário, estudos da família das aráceas, e outras, restauração da antiga collecção de madeiras, ensaios de germinação, determinação ou identificação das diversas plantas recebidas, organização de duplicatas de orquídeas e catalogação do ‘herbário argentino’ ”²¹², a orientação da Secretaria da Agricultura era destinar o Horto aos estudos de silvicultura, atenta à “reconstituição tão necessária das mattas que vão desaparecendo” .²¹³

²¹⁰ SÃO PAULO (ESTADO), 1973.

²¹¹ Os nomes científicos dessas espécies, o número de mudas como suas ocorrências desde a introdução, podem ser consultados pela leitura do quadro “Espécies Vegetais Colectadas e Distribuídas no âmbito do Estado entre 1898 e 1930”, que optamos por apresentar como anexo devido à sua extensão

²¹² SÃO PAULO (ESTADO), 1909, p. 7

²¹³ “Este estabelecimento vae agora entrar em fase de definitiva organização, devendo ser posto em execução dentro em breve um programma de trabalhos que lhe permita preencher melhor os seus fins”. SÃO PAULO (ESTADO), 1909, p. 7

A mensagem do secretário da Agricultura, no relatório de 1908, fazia menção à necessidade de intensificar a formação de mudas florestais para distribuição e formação de bosques nos terrenos de propriedade particular e nos pertencentes ao Governo do Estado na serra da Cantareira. Estudos de pomicultura por seu turno deveriam ser função dos institutos agronômicos. Os estudos exclusivamente botânicos, passando nesse ano à chefia de Gustav Edwall e já funcionando separadamente devido à transferência da seção de botânica para um edifício no largo S. Francisco, seriam colocados em segundo plano. Referindo-se ao assunto no livro *O Jardim Botânico de São Paulo*²¹⁴, Frederico C. Hoehne denunciava que os fins verdadeiros do Horto da Cantareira, do modo como haviam sido idealizados pelo seu criador, Alberto Löfgren, foram desvirtuados por puro imediatismo e incompreensão sobre o papel dos estudos botânicos.

Sob a direção de Gustav Edwall (1909 a 1911), antigo colaborador de Löfgren na Comissão Geográfica e Geológica, o Horto começou a assumir o perfil de instituição de pesquisa florestal. Dedicando-se à “seleção das melhores espécies florestais indígenas e exóticas, voltou-se à promoção do “florestamento e reflorestamento” do estado. Com esse intuito Edwall visitava pessoalmente os proprietários de quem recebera mudas para melhor estudar o comportamento das espécies, e ainda estudava a distribuição da flora lenhosa no estado.

Agora integralmente voltado à silvicultura, com Edmundo Navarro de Andrade na direção (1911 a 1915), a criação de um serviço florestal veio substituir a denominação de “Horto Botânico e Florestal”, extinto em 1911 (decreto 2034 de 18-4-1911) pela de “Horto Florestal” simplesmente. A seção botânica, a cargo de Edwall e mais um único funcionário, ficou isolada no “Serviço Botânico”, desvinculado do Horto e funcionando nas dependências da Secretaria da Agricultura, à rua José

²¹⁴ SÃO PAULO (ESTADO), 1941.

Bonifácio, nº 41. E como fosse considerado “(...) *de utilidade discutível, habilitada* [a secretaria] *como está com os serviços da Escola Agrícola Luiz de Queiroz e do Instituto Agrônômico...*”²¹⁵, foi em 1914 extinto, com seus herbários sendo entregues para o Museu Paulista.²¹⁶

Com base na experiência anterior nos hortos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, Navarro de Andrade incrementou o cultivo do eucalipto, introduzido desde 1904 em Jundiá, e cuja cultura era vista como vantajosa pelas características excepcionais da planta – seu rápido desenvolvimento e sua rusticidade. O Estado passou a ser o grande divulgador do gênero.

Com esse mesmo objetivo foi que se criou o Horto Tropical de Ubatuba e se transferiu para a direção do Horto Florestal a antiga Estação Biológica do Alto da Serra, depois novamente desvinculadas e subordinadas respectivamente ao Instituto Agrônômico de Campinas e ao Instituto de Botânica (1938).

A conservação das florestas e o reflorestamento, preocupações crescentes à medida que se constatava um consumo intenso de lenha principalmente pelas estradas de ferro, motivou ainda a criação dos distritos florestais e dos hortos em diferentes zonas do Estado. É desse momento a publicação do trabalho “*Les Bois Indigènes de São Paulo*”²¹⁷, por Edmundo Navarro de Andrade e Octavio Vecchi, respectivamente chefe e assistente do Serviço Florestal da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, com ilustrações botânicas feitas pelo último.

Esse trabalho reuniu das 223 espécies estudadas, 207 que puderam ser identificadas com seus nomes científicos corretos. Para a identificação, foi organizado um herbário enviado à seção de botânica do Museu

²¹⁵ SÃO PAULO (ESTADO), 1914.

²¹⁶ Com a extinção, o diretor Gustav Edwall foi para a Diretoria de Terras e o sr Carlos Duarte dispensado. SÃO PAULO (ESTADO), 1916.

²¹⁷ ANDRADE, 1917.

Nacional e ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, já sob a direção de Alberto Löfgren. Em seguida, foi feita a determinação de densidade e resistência, com cálculos feitos na Escola Politécnica, pelo professor Hipólito Pujol auxiliado por seus alunos²¹⁸.

Como o nome sugere, é uma coletânea de espécies nativas do estado de São Paulo. Os autores comentavam estar “há muitos anos iniciada a tarefa de coletar dados e elementos necessários ao estudo da flora florestal – aliás muito rica – do Estado de São Paulo”. Fartamente ilustrado, o livro testemunha uma atitude concreta de reconhecimento dos elementos da flora paulista agora vista como recurso: também é desse ano em diante que ocorreu a mais expressiva participação das espécies florestais nativas do estado entre os cultivos e distribuições feitos pela secretaria da Agricultura.

Quando o Serviço Florestal foi oficializado por força de lei (lei 2223 de 14-12-1927, regulamentada no ano seguinte), anexou sua nova diretoria diretamente à Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, dando-lhe atribuições que evidenciam conceitos já presentes (como o fomento do reflorestamento e o estudo da flora) e recolocam outros, como o da proteção e conservação de florestas, o das unidades florestais e a idéia dos “parques florestais naturais”²¹⁹. Revelam-se indicativos da noção da floresta (e por extensão, da paisagem) como herança e como patrimônio: “Essas reservas florestais (que o Governo monte como exemplo aos particulares, em Hortos Florestais em diversos pontos do Estado) oferecerão aos vindouros o modelo vivo da nossa flora actual. É do in-

²¹⁸ Tal como as ilustrações coloridas, que faziam parte dos originais e não puderam ser impressas, a guerra impediu a chegada de aparelhos de medição encomendados do exterior, e assim todas as determinações foram feitas de maneira experimental pela Escola Politécnica.

²¹⁹ “Ao Serviço Florestal do Estado incumbe a defesa e proteção das florestas, regulamentando as queimadas, as derrubadas, o combate à formiga, o reflorestamento e além disso, a aquisição de reservas florestais e botânicas; a formação de parques, o estudo da nossa flora e desenvolvimento das árvores” SÃO PAULO (ESTADO), 1929

teresse intellectual do por vir apreciar o que foi o passado, isto é, o que nelle fizeram e usufruíram os nossos contemporâneos”²²⁰

É ainda, de 1929, referindo-se a um programa do Serviço Florestal, a idéia da “...formação de Parques Florestais demonstrativos da phytophisionomia da zona em que venham a ser estabelecidos”²²¹

A “floretação” dos espaços urbanos

A aplicação nos espaços urbanos foi desde o início um dos objetivos do trabalho de inventariar a flora do estado e isso é identificado na produção escrita de Löfgren, de quem encontramos dezenas de artigos em jornais como “Hygiene e embellezamento das Cidades”²²² (Diário Popular, 1895). Note-se que não apenas o tema, mas o veículo de divulgação atesta essa preocupação em mobilizar a sociedade, fazendo chegar ao cidadão e ao edil questões que, se de certa forma já eram consenso (ou pelo menos já circulavam amplamente), adquiriam uma nova dimensão pela boca - e pela pena - de um cientista.

Talvez a mesma intenção de instrução que mobilizara o botânico quando propôs que um horto fosse instalado no Jardim da Luz, fez pensar o Horto da Cantareira, como um lugar não mais de demonstração, mas de divulgação de conhecimento através da distribuição de plantas para uso em logradouros públicos:

A instalação (...) não somente, dará novo impulso a estes estudos como em pouco tempo facultará á Comissão empregar experiências de(...) aper-

²²⁰ SÃO PAULO (ESTADO), 1919.

²²¹ SÃO PAULO (ESTADO), p., 1930.

²²² Esse é apenas um dos exemplos de artigos em jornais e periódicos de circulação na imprensa não especializada. A bibliografia de Löfgren escrita por Júlio Conceição é neste sentido a mais completa. CONCEIÇÃO, 1919.

feiçãoamento (...), cultura (...) e aclimação de plantas ornamentaes. Poderá assim, em breve, estar aparelhada para fornecer às Camaras Municipais mudas para arborização das cidades e ajardinamento dos largos com plantas indígenas, podendo até incumbir-se de esboçar os respectivos planos.²²³

O governo do Estado assumiu o papel de distribuidor de sementes e mudas de plantas além de fazendas e propriedades particulares, para Câmaras Municipais na capital e no interior do estado. Essa função se colocou claramente desde os últimos anos do século XIX, na organização simultânea do Instituto Agrônomo de Campinas e no horto da Cantareira. O fato está documentado em “Notas sobre as plantas exóticas introduzidas no estado de São Paulo”²²⁴, quando esclarecia que o governo do Estado, independentemente de um serviço especializado de aclimação, autorizou ao Instituto Agrônomo de Campinas e ao Horto Botânico da Capital a distribuir ao público árvores e outras plantas de utilidade e de ornamentação no intuito de serem experimentadas nas diversas zonas, em arborizações ou outros fins e para reprodução das espécies melhores.

Introduziram e ensaiaram o que julgaram de maior utilidade e com maior probabilidade de corresponder aos fins que o Governo tinha em vista, mandando vir sementes e mudas que depois dos ensaios deviam ser recomendadas ou não, distribuídas ou conservadas nas coleções, conforme os resultados obtidos. A obra “Notas sobre as plantas exóticas...”, excluindo aquelas de interesse puramente botânico, enumerou cerca de 600 espécies que estavam sendo ensaiadas e distribuídas, com seus nomes botânicos e vulgares, valor utilitário, exigências de clima e solo e finalmente indicações sobre cultivo e reprodução.

A finalidade era orientar os solicitantes de mudas, que pouco ou nenhum conhecimento tinham sobre o material que recebiam:

²²³ SÃO PAULO (ESTADO), 1898, p. 129.

²²⁴ LÖFGREN, 1906.

Nesta grande variedade de espécies introduzidas, de procedencias muito diversas, de clima e de terrenos muito diferentes, acontece naturalmente que nem todas ellas podem acclimatar-se igualmente bem (...) D'ahi tem resultado, não somente algumas decepções a pessoas(...) como felizmente tambem muitos sucessos nas zonas de condições appropriadas. (...) E' isso uma espécie de indicação a seguir na distribuição e, ao mesmo tempo, um aviso para a necessidade de um guia para os requisitantes, visto a falta na nossa literatura de um livro que lhes auxilie na escolha, porque para muitos esta falta pode facilmente tornar a distribuição contra-producente e em vez de animar para novos pedidos e experimentações , é possível desgostar pelo insucesso e assim diminuir o interesse pela experimentação. Nos pedidos feitos ao Horto tivemos a prova do que acabamos de dizer, porque muitos dos requerentes evidentemente não conheciam as plantas que pediam e guiavam-se somente pelos nomes latinos; outras vezes a escolha parecia feita como por um bilhete de loteria”²²⁵.

O número de espécies exóticas surpreende, mas é necessário entender que “exótico” para Lofgren não era apenas o que vinha de fora do Brasil, mas de tudo o que não correspondesse ao clima e ao solo de São Paulo. Quando Löfgren mencionou “procedencias, climas e terrenos muito diferentes”, referia-se à origem de uma grande variedade de plantas cuja experimentação fora há pouco iniciada no Instituto Agronômico de Campinas. Em um de seus campos de ensaios, o “Jardim do Guanabara”, foi instalada em 1903 uma “Seção de Acclimação de plantas exóticas e brasileiras do Norte”. Observamos pelos relatórios, só com fins ornamentais, 25 espécies com essa origem²²⁶.

²²⁵ LÖFGREN, 1906..

²²⁶ SÃO PAULO (ESTADO), 1904.

Se exótico era tudo o que não viesse de São Paulo ou do Brasil meridional, então, por oposição, ao fazer alusão às “espécies indígenas introduzidas no cultivo”, Löfgren possivelmente estava se referindo à flora paulista.

As instituições públicas devotadas ao estudo e pesquisa de plantas, fossem elas agrônômicas, agrícolas ou florestais, converteram-se todas em produtoras de mudas para arborização em amplo espectro de aplicações, da região à cidade e da fazenda ao jardim público. O estado tornou-se um meio de fomento da arborização e da “florestação” em São Paulo. Seu meio de distribuição e propagação era o correio e a estrada de ferro.

O traçado do “trainway” da Cantareira cortava o Horto em seu percurso à cidade, com ponto final no parque D. Pedro. Comunicação sugestiva de intercâmbios diretos com o urbano. E havia ainda também um desvio ferroviário, com terminal nos viveiros da sede, para facilitar o embarque e o escoamento de mudas para o interior de S. Paulo.

Se a silvicultura concentrou as atenções do governo, o serviço de distribuição foi voltado às espécies florestais nossas - senão com exclusividade, ao menos com uma grande ênfase, sobretudo com a interrupção de comunicações por efeito da I Guerra. Passada a conflagração mundial, os intercâmbios estavam enfraquecidos e a imensa pesquisa estadual pode se expressar plenamente, já por força de necessidade de substituição de produtos estrangeiros, já pela valorização dos recursos nossos. Necessidade ou escolha, a divulgação de um repertório nativo (exceção feita ao eucalipto) colocou-se em pauta de prioridade.

Percorrendo os relatórios estaduais na parte em que descrevem o fornecimento de mudas, encontramos desde 1899 até 1930 distribuições com destinos urbanos - hospitais, escolas oficiais, repartições públicas e, com primazia, as Câmaras Municipais. Infelizmente as descrições são genéricas e não informam quais foram as Câmaras atendi-

das. Uma particularidade é o fato de que até 1911 as distribuições são apenas divididas entre plantas frutíferas, plantas ornamentais e árvores “próprias para arborização”.

A partir de 1911, com a organização do serviço florestal, os viveiros foram divididos em duas partes: uma destinada a “essências florestais, para o reflorestamento do Estado pelo governo e particulares”, outra a “essências arbóreas para a arborização de praças, ruas e jardins pelas câmaras municipais”²²⁷. É importante notar que a despeito dessa divisão, não havia distinção aparente entre as espécies para um e outro destino, e os quadros estatísticos de distribuição anual pelo Serviço Florestal computavam conjuntamente as saídas de ambos os viveiros.

Entre os registros de distribuição e coleções reunidos para o período estudado, os saltos se dão em dois momentos: 1911 e, com grande expressão, 1917. Ao primeiro momento associa-se a reforma dos quadros institucionais do estado que isolam os objetivos botânicos e reúnem em torno do novo Horto Florestal o “serviço florestal” recém-inaugurado. A intenção era concentrar as pesquisas e ensaios na flora silvícola, elegendo dois pólos de atuação: a introdução das diversas espécies de eucalipto para fins econômicos e industriais e a abordagem, ainda em estado de pesquisa, da flora nativa. Para esse fim se dedicaram as novas coleções, abarcando mais ou menos indistintamente repertórios exóticos - provenientes dos anos anteriores - e nativos, nos quais a flora brasileira participava.

Já o ano de 1917 se associa ao final da guerra e à publicação de “Les Bois Indigènes...”, obra que vinha sendo há anos preparada, e à qual também pode ser atribuído um papel de catalizador. É desse ano em diante que com força significativa a flora paulista se impõe entre as distribuições.

Nos cinco distritos florestais em que se dividiu o estado, seus respectivos hortos tinham a função de distribuidores de mudas – S. Paulo,

²²⁷ SÃO PAULO (ESTADO), 1912.

Mairinque, Bauru, Bebedouro, Ubatuba. A Cantareira começou a ser re-florestada com pinheiros brasileiros (*Araucaria brasiliana*). A construção do Museu Florestal foi começada em 1929 e concluída no ano seguinte, dedicando-se à exposição da flora lenhosa paulista. As coleções do Horto da capital já somavam dezenove espécies “indígenas”, além daquelas em experiência, como a bracaatinga, descoberta por Hoehne e ensaiada para aplicação na arborização urbana.

A “reforma e aumento de uma estufa para o cultivo de uma coleção regional de orquídeas”, (relatório de 1928), daria origem ao Jardim Botânico no parque do Estado, retomando a antiga idéia do jardim botânico de Löfgren.

Referindo-se ao desenvolvimento das novas espécies paulistas que estavam em experimentação, o relatório estadual de 1930 colocava: “Dada a disposição da maioria das espécies em linhas, o exame de tais linhas permitirá uma segunda escolha de plantas para alamedas, praças ou outros fins ornamentais, sem recorrer a espécies exóticas”²²⁸

O instituto agrônomo de campinas

O Instituto Agrônomo de Campinas teve desde seu início um papel importante na cidade de São Paulo como divulgadora de repertórios vegetais, alimentando diretamente seus espaços públicos, já por sua localização em Campinas, mantendo comunicação intensa com a capital, já pelo precoce início de suas atividades em 1887, como Imperial Estação Agrônoma, por iniciativa do Ministro da Agricultura do Império, o conselheiro Antônio Prado.

Para fundá-la e dirigí-la contratou o governo imperial, por meio de sua embaixada em Berlim, o químico austríaco Franz Wilhem Da-

²²⁸ SÃO PAULO (ESTADO), 1931.

fert, assistente de um renomado professor da Academia de Agricultura Bonn-Popelsdorf, e para vice-diretor E. Lehmann, mestre da Academia Weihstephan da Bavária. E ainda mais seis estrangeiros para a fazenda S. João da Montanha, em Piracicaba, recém-doadada por Luiz de Queiroz para a construção de uma escola agrícola.

São de 1888 os grandes trabalhos de implantação, entre eles o término do edifício principal, laboratórios, atelier fotográfico, depósito de sementes, adega para experiências com fermentos, instalação completa de estufas com vagonetes, cilindros para experimentos de adubação de cafeeiros, os campos de experiência de S. Elisa e do Taquaral e ainda o “O Jardim do Guanabara”, que era o local da coleção viva e do arboreto, de demonstração e visitação para fins de pesquisa. Com a República a Estação passou para o governo estadual e ganhou novo nome: Instituto Agrônômico do Estado

Dafert foi afastado com a mudança do regime de governo e em seguida readmitido em 1891, a pedido de Orville Derby, da Comissão Geográfica e Geológica, mantendo-se até quase fins de 1897 quando, na Áustria, em licença, foi chamado pelo Imperador Francisco José para ocupar a diretoria da Imperial Estação Agrônômica de Viena, o maior centro agrônômico da Europa, naquela ocasião ²²⁹.

Dessa data até a direção de Theodureto de Camargo, em 1924, o Instituto passou por várias administrações.²³⁰ As reformas de 1897 e de 1907, deram-lhe dimensão mais prática, no intuito de torná-lo fonte de renda para o Estado. Foi nesse período que se somou ao Horto da Can-

²²⁹ CAMARGO, 1954, p. 143-152.

²³⁰ Dando espaço a uma corrente que desde o início era contrária à orientação científica impingida por Dafert, por achá-la excessivamente teórica. Parece ser consenso entre as análises de especialistas sobre a história da instituição, que ela perdeu muito com essa abordagem, desligando dois aspectos complementares – o fomento e a pesquisa, só retomados em 1924, com a ampliação de laboratórios e a criação de áreas de pesquisa.

tareira, no fomento da arborização e do serviço florestal pelo governo paulista, quando este ainda não estava oficialmente organizado.

No acompanhamento de suas atividades se encontram indicações das funções assumidas pelo governo paulista como condutor da florestação e reflorestação, chamando para si a tarefa e os custos da experimentação e do ensaio que precedem a distribuição:

O intuito é propagar por todo o Estado as variedades de plantas (...) e distribuir sinão sementes de plantas cujo cultivo já tenha sido objeto de experimentação, visto que essas em regra não devem ser confiadas aos particulares (...) não só porque nem sempre possuem os conhecimentos indispensáveis para isso (...) como também porque o insucesso sempre possível da experiência determina despesas que de preferência devem ser feitas pelo Estado. (...) Além disso é certo que evitando-se distribuir sementes impropias, evita-se também o risco de importar com as sementes moléstias e pragas que possam vir a propagar-se entre nós com grande prejuízo da lavoura.²³¹

A participação do Instituto Agrônomo foi bastante expressiva, superando até 1911, em volume de distribuição, o próprio Horto da Cantareira. Há um destaque no ano de 1903, já citado acima, em que a distribuição parece ter sido expressiva: “Foram remetidas às Câmaras Municipais e fazendas do Estado as seguintes quantidades de mudas: eucalyptos 6.257 mudas, ornamentais diversas 16.722...”. Esse também foi o exercício em que houve uma introdução maciça de essências exóticas e brasileiras do Norte, mantidas em estufa, para aclimação.²³²

²³¹ SÃO PAULO (ESTADO) 1904.

²³² Somando às de cultura (café, videira, canas, mandioca), foram 125.843 mudas, contra um total de 16.157 distribuído pelo Horto da Cantareira, para os mesmos destinatários.

A escola agrícola de Piracicaba

A Escola Agrícola de Piracicaba, de origem na antiga idéia de Luiz de Queiroz de fundar uma escola agrícola prática inspirada nas estações e cursos europeus, foi reorganizada em 1905 num perfil de instituição de ensino e pesquisa científica nos moldes norte-americanos. A contratação, dois anos mais tarde, de Clinton de Witt Smith, agrônomo formado pela Universidade de Cornell em 1873 e com sólida carreira acadêmica e profissional (foi professor e diretor de estações experimentais em Purdue, Minesotta, Illinois, e Michigan²³³), parece ter sido a responsável por esse período que foi considerado uma das melhores fases da escola.

Foram melhoradas e incrementadas as instalações de ensino através de laboratórios e a criação da Fazenda Modelo (1909). Vieram profissionais de gabarito para os seus quadros técnicos e docentes, que atuaram na formação de gerações de agrônomos de participação fundamental em São Paulo, compondo os futuros quadros profissionais dos institutos de pesquisa e conferindo à ESALQ uma posição de destaque nacional.

Além dessa atualização científica deve ser lembrado o fato de que a escola enviava turmas diplomadas para estudos de especialização (o grau de “engenheiro agrônomo” só viria em 1925) em institutos e academias estrangeiras. Para os alunos era uma forma de complementar a formação. Para a escola, de atualizar conteúdos e projetar a instituição brasileira no exterior.

Em 1913 seguiu para a Europa a primeira turma diplomada pela Escola, de seis alunos, para especializarem seus conhecimentos agrônômicos. Foram enviados à Alemanha (Halle), Grignon (França), Portici (Itália) e Gembloux (Bélgica), com desempenho acompanhado pela es-

²³³FERRAZ, 1911, p. 76.

cola e avaliado pessoalmente por um inspetor. As instruções eram para o enriquecimento do aprendizado pessoal e também para conhecimento dos métodos pedagógicos, como foi aconselhado a J. Sampaio, que foi o enviado a Gembloux. A instituição gozava de renome mundial no ensino agrícola de nível superior ²³⁴.

Aqui o ensino teórico, com ênfase nos estudos químicos, se completava com a fazenda-modelo e o parque: “... maxime na parte prática, que carece ser alargada muito mais do que se há feito até agora, reconhecendo o próprio director em seu relatório, ‘que a base de todo o curso são e devem ser os trabalhos práticos na fazenda e no parque’ ” ²³⁵.

O conjunto “Parque e Horticultura” da escola, chefiado por Arsène Puttemans auxiliado por Luiz Teixeira Mendes, foi organizado com a função de manter uma grande coleção de plantas com fins didáticos, permitindo observações sobre comportamento das mesmas e fornecimento de sementes para propagação ²³⁶. Os relatos das atividades da escola descreviam ano a ano o crescimento e a conservação dos maciços, seu estágio de desenvolvimento e as plantações experimentais feitas, como as de guarantans em 1926, as de araraúvas em 1926 e o pequiá-marfim em 1930 ²³⁷.

Mas o parque também aparece descrito como um jardim botânico:

O grande parque traçado por Arsênio Puttemans está completo, com 22 hectares de extensão, sulcado de ruas e povoado de plantas que trazem etiquetas com os nomes específicos. Organizou-se um jardim botânico em que as plantas estão grupadas por famílias e

²³⁴ “Alunos diplomados especializando seus conhecimentos na Europa” In: SÃO PAULO (ESTADO), 1914, p. 26-30.

²³⁵ SÃO PAULO (ESTADO), 1910, p. 16.

²³⁶ VASCONCELLOS, 1976. A partir de depoimento de Phillipe Westin Cabral de Vasconcellos.

²³⁷ SÃO PAULO (ESTADO), 1929.

seção de aclimação por cultura, independentes das seções de viveiros, pomar e horta.²³⁸

Esse jardim botânico²³⁹ era completado pelas instalações do próprio prédio da Horticultura, numa construção curiosa: sua sala prestava-se às aulas práticas, era toda rodeada de mostruários, com uma grande porta ao fundo que saía para um ladrilhado e defrontava-se com o antigo ripado e depósito de mudas, ao sul. O alpendre do lado oeste abrigava uma coleção de plantas em vasos, tendo adiante o caramanchão, os estufins e os canteiros da Floricultura. O alpendre Leste foi fechado para ser o serviço de emplantamento.

A escola ainda tinha em 1909 um Museu Escolar com coleções de 35 mamíferos, 110 aves, 33 répteis, e insetos, todas enviadas pelo Museu do Ipiranga por Ihering, e ainda 43 amostras de madeiras, 240 espécies mineralógicas e 79 cartões com “amostras diversas”. A visita de Vital Brasil no mesmo ano para uma conferência sobre cobras brasileiras rendeu à escola uma coleção completa desses animais por doação. As aulas teóricas, enquanto isso, eram dadas em prédios alternados, por falta de salas²⁴⁰.

A escola assumiu um papel de centro de pesquisa e formação de conhecimento especializado, chamada a integrar o projeto de introdução da flora nativa e de sua aplicação dentro do perfil de fomento assumido pelo governo do Estado. Seu movimento de produção e distribuição era feito à semelhança do Horto e do Instituto Agrônômico, com a particularidade de ter também fins didáticos:

²³⁸ SÃO PAULO (ESTADO), 1910.

²³⁹ O conjunto parque-fazenda modelo tinha no total 319 hectares, onde cerca de 13 estavam ocupados com as culturas e o restante com pastos (30,5 ha), matas (173 ha) e o parque citado (22,4 ha)

²⁴⁰ VASCONCELLOS, 1976.

Merece ser posto em relevo o movimento que se verificou na Seção Parque, Horta e Pomar, concernente a mudas e sementes(...) Nos viveiros destinados á prática de multiplicação de plantas fructíferas, florestaes e ornamentaes, tem-se mantido a collecção mais variada possível(...) para que não falte material didático. As plantas ahi multiplicadas são vendidas a baixo preço, em collecções afim de se propagarem por todo Estado as melhores variedades.²⁴¹

Além de jardim botânico, um parque público. Além de parque, também um horto, requisitado a participar como local de ensaio e propagação. Por ação da ESALQ foram introduzidas algumas espécies novas como o ipê branco, o carvalho nacional, a suinã e a acacia longifolia, segundo o relatório da secretaria da agricultura para o ano de 1928.

Nesse sentido pode ser considerada, junto ao Instituto Agrônômico e ao Horto Florestal, parte importante de uma estrutura que estendeu seu alcance para além das fronteiras do serviço e do atendimento de interesse florestal. Alimentando os espaços urbanos com um repertório renovado e inusitado, comunicou ao ambiente urbano e ao jardim civilizado o repertório da floresta e do campo paulista.

²⁴¹ SÃO PAULO (ESTADO), 1929. O relatório cita um total de 22.900 mudas e os seguintes números: espécies ornamentais e fructíferas vendidas: 7031. Essências nacionaes e eucalyptos - fructíferas, arbustivas e arvores ornamentais distribuídas: 8.506. Notar a não distinção entre espécies florestais - designadas por "essências nacionaes" e eucalyptos - das espécies de frutas e ornamentais. A inclusão das frutíferas, mesmo nos plantios dentro do campus, tinha por objetivo não expulsar a fauna local.



Fig.15. “Jequetibá (Arvore gigante.)” Cartão postal circulado na década de 20, pertencente à coleção Pirajá da Silva, doada à Biblioteca Municipal Mário de Andrade, hoje na seção de Raridades. Outros como este circularam, tendo como motivo central a vegetação nativa paulista: “Figueira brava”, “Matto virgem”, “Palmeira no Instituto Agrônômico de Campinas” e outros. (fonte: Biblioteca Municipal Mário de Andrade)

Parte III

MUDANÇAS NO REPERTÓRIO PAISAGÍSTICO: A BUSCA DE UMA IDENTIDADE PAULISTA PARA A PAISAGEM

Capítulo 6. Visões do repertório e paisagem

A floresta e o campo civilizam-se; a cidade ganha novo repertório

Debruçando-se sobre o estudo científico da flora do Estado em suas formações e distribuição, e avaliando suas múltiplas aplicações e propriedades, os cientistas naturais disponibilizaram um conhecimento fundamental sobre a geografia de São Paulo e seus recursos que seriam utilizados pelas ações condutoras da ocupação e do aproveitamento do solo paulista.

Entre elas, com caráter inovador, a criação do Serviço Florestal, conduzindo e incentivando o florestamento e o reflorestamento através dos hortos espalhados pelo estado, e localizados em situações geográficas diversas, estratégicas para a experimentação.

Contudo, enquanto identificava, recolhia, catalogava e sistematizava o mundo vegetal, um olhar de artista também descortinava paisagens, descobrindo nos encantos das matas e campos paulistas valores novos, que seriam apropriados e aplicados em outros contextos.

A necessidade de estimular a diversificação do aproveitamento agrícola do solo e ao mesmo tempo alimentar a expansão da ferrovia no estado, converteu o poder público estadual num agente patrocinador/

promotor da disseminação de material vegetal visando seu aproveitamento industrial, alimentício, medicinal e com primazia, silvícola. Las-treado pelas pesquisas iniciadas pela Comissão Geográfica e Geológica, todo o material coligido por Löfgren, Usteri, Hoehne, (citando apenas aqueles que se detiveram em São Paulo) em suas expedições de coleta foi sendo introduzido em experimentos e adaptado para ser reproduzido. Nesse circuito todas as instituições estaduais ligadas ao estudo das Ciências Naturais foram incorporadas como partes essenciais de uma função de fomento assumida pelo Estado.

Depois de “civilizados” por institutos de pesquisa botânica, florestal e agrônômica, as plantas nativas, como as exóticas, seguiam para as fazendas mas alcançavam também as cidades, povoando seus espaços públicos, que assim passavam a poder exibir esse novo repertório.

Se reconhecer, identificar, classificar a natureza eram objetivos que permeavam a atividade dos profissionais das ciências naturais, podemos entender que essa mobilização e ordenação do mundo transcendeu os limites da pesquisa e o interesse dos cientistas no momento em que, dos espaços dos hortos e herbários ela se transferiu para a rua. Eleita a cidade como laboratório, praças, vias e jardins públicos tornavam-se também campos de ensaio.

Em São Paulo, no Jardim da Luz, Etzel testou o alecrim (*Holocalyx glaziovii*) já estreado em Campinas, mas que aqui tinha um crescimento muito lento e por isso teve pouca repercussão. Mas além desse logradouro, já conhecido por sua função de “laboratório” de introdução de novas espécies no meio urbano, outros também desempenharam esse papel. Foi assim que no vale do Anhangabaú apareceu o *Ficus benjamina* (1916), no Hospital do Isolamento, em Pinheiros, o incenso (*Pit-tosporum undulatum*), citando exemplos relatados por Hoehne como ensaios. Entre as plantas nacionais, seriam a avenida Paulista, com os ipês, o parque Trianon e sobretudo o parque d. Pedro os lugares onde se

ensaíariam e estrearíam as novidades que antes só povoavam as matas, os campos e os cerrados paulistas.

Dentre as espécies indígenas dignas de nota pelas suas flores merecem ainda atenção as diversas Tecomas, os vários Ipês(...) algumas destas estão actualmente sendo ensaiadas na avenida Paulista, onde com certeza, mais tarde, hão de chamar a atenção dos estrangeiros que percorrerem aquella linda via pública...²⁴²

Há nexos entre as distribuições pelo estado e o repertório dos espaços paulistanos tratados pelo poder público municipal. Entre as distribuições feitas pela secretaria da Agricultura desde 1898 para as cidades, encontramos 77 em São Paulo, utilizadas em logradouros públicos pela Administração dos Jardins. Número que revela uma participação de pouco mais de 60 % do repertório estadual na cidade. Dessa participação podemos atribuir 34 espécies (ou 44%) a origens exóticas, e o restante, 38 (48%) à América Latina. Só ao Brasil 29 (38%) e especificamente ao estado de São Paulo, 18 (pouco mais de 23,5%).

Se essa informação se refere ao conjunto das distribuições refletindo-se no repertório dos espaços públicos entre 1900 e 1923, é na leitura mais atenta das fases dessa distribuição que se revela uma surpreendente descoberta: enquanto as árvores brasileiras aparecem com expressão a partir de 1911 no estado, elas chegam à cidade praticamente só oito anos mais tarde²⁴³. É em 1919 que se dá portanto uma verdadeira guinada: plantas brasileiras chegam profusamente aos nossos novos parques e avenidas. Alguns, como o do vale do Anhangabaú, já concluído anteriormente, recebem algumas dessas novidades de maneira pontual e experimental,

²⁴² HOEHNE, 1922.

²⁴³ Este intervalo, 1911 a 1918 foi para o âmbito municipal, como vimos na parte I deste trabalho, o mais pobremente documentado, sendo que só há dados concretos de repertório a partir de 1915; é neles que podemos verificar a presença de 3 espécies brasileiras apenas, já citadas: o jacaranda-mimoso, a canelinha (*Ocotea* sp) e a quaresmeira (*Tibouchina* sp.)

como as aleluias (*Senna multijuga*). Outros, no entanto, incorporam integralmente em seu desenho a opção pelo repertório nativo, como no caso do Trianon, no mesmo ano de 1919. A partir desse parque, o repertório de espécies se ampliou consideravelmente, com a participação de mais de 50% de espécies brasileiras. Do estado, as dezoito espécies paulistas documentadas entre as distribuições pela Secretaria da Agricultura, e que aqui compareceram, o fizeram nesse intervalo de 1919 a 1923.

O parque D. Pedro foi em si um grande receptador dessas contribuições. Coincidindo sua implantação com as vésperas de um evento que acirraría nacionalismos e ufanismos já deflagrados, pôde conjugar uma realização de vulto, já há anos programada, com a celebração do centenário da Independência, que consumiu vultosos investimentos por parte do estado.

O parque da várzea do Carmo entrou no rol dessas grandes obras. Era um logradouro municipal e sua execução estava a cargo de uma companhia particular contratada especialmente, - a Companhia Parque da Várzea do Carmo - e em pagamento da qual, como já observamos, foi alienada para comercialização uma parte do próprio terreno. Porém, o estado tinha especial interesse pela sua conclusão, uma vez que lá estava construído, por cessão datada de 1911, o Palácio das Indústrias, em terreno de 52 mil m². A construção do edifício trazia novamente à tona uma antiga idéia de converter a várzea em local de exposições. Em 1892 já era idéia do governo do Estado uma Exposição Continental, a ser realizada com projeto grandioso por Ramos de Azevedo, que teria como objetivo a demonstração das riquezas naturais do solo americano. O Palácio das Indústrias, como o nome diz, foi uma vitrine da agricultura e sobretudo da próspera indústria paulista.

Com respeito ao repertório vegetal utilizado na “parquização” da várzea, é curioso e inédito o fato de que foi objeto de lei. O mesmo dispositivo que autorizou a abertura de concorrência pública para a construção, a alienação para o custeio dos serviços e a reafirmação da

propriedade estadual da área onde estava o Palácio das Indústrias, determinou diretrizes de repertório a serem observadas no plantio: “No parque da várzea do Carmo deverão ser plantados exemplares das diferentes árvores consideradas madeiras de lei”.²⁴⁴

Se observarmos que a cessão de terreno para o Palácio das Indústrias previa o tratamento com jardins da área restante dos terrenos, podemos perguntar se o tratamento com madeiras de lei do artigo acima não teria sido já uma opção anterior, só estendida ao restante do parque. Porém, visto que a construção do próprio Palácio foi lenta, concluindo-se praticamente junto com o logradouro, essa dúvida se dissipa. A escolha de repertório resultou mesmo dos impulsos do centenário, bem como dos esforços estaduais pela promoção das espécies paulistas, já disponibilizadas. A esse respeito, até o ano de aprovação da lei, 1917, é sugestivo.

Com pujança a vegetação paulista aparece no estado e na cidade, praticamente em simultâneo. Contribuição que representa para a nossa paisagem urbana uma verdadeira mudança de atitude. Reformulando o nosso repertório de espécies vegetais, convocou a uma mudança de rumos no desenho dos espaços públicos. Novos repertórios evocam novas informações, novas dimensões simbólicas para os parques, jardins e espaços paulistanos.

Repertório e patrimônio

A abordagem da natureza como patrimônio foi um tema identificado desde o final do século XIX no pensamento de Albert Löfgren, Ihering, Luderwaldt, Usteri e posteriormente também de Hoehne.

²⁴⁴ SÃO PAULO (MUNICÍPIO), 1936. Os artigos 1º, 2º e 4º também são de interesse para a questão. A cessão do terreno para o Palácio das Indústrias está na resolução 11 de 7-4-1911; a ocupação futura de partes do parque não prevista originalmente está nas leis 2199 d 14-6-1919, para a construção da escola estadual de S. Paulo na quadra 24, 2285 de 17-6-1920 para nova cessão ao estado da quadra 22 e a de nº 2346 de 4-12-1920 que autoriza a construção do Mercado Municipal.

A Reserva Biológica do Alto da Serra, depois nomeada Reserva Florestal, destacou-se sobretudo pelo pioneirismo com que introduz essa noção: adquirida pelo governo do estado como um “parque de proteção natural”, o primeiro do gênero na América do Sul, contribuiu para a formação do horto do Museu Paulista e de todas as pesquisas posteriores feitas sobre a flora da mata Atlântica. Precedeu também outras reservas criadas no mesmo período, como a Washington Luís, em Itú e que em 1925 já estava consolidada²⁴⁵.

A noção de proteção que sugere é abrangente, de paisagem como herança e como recurso, derivada do pensamento norte-americano desencadeado pelo movimento de parques, em que Frederick Law Olmsted desempenhou um papel fundamental. Herman Luderwaldt, entomologista assistente do Museu Paulista, em “Algumas Considerações sobre a proteção á Natureza do Brasil e a fauna da reserva florestal do Alto da Serra de Paranapiacaba”²⁴⁶ referiu-se a ela em sua função biológica, de proteção e renovação da vida vegetal e animal, mesmo que a considerasse ainda embrionária se comparada aos parques de proteção norte-americanos e à reserva do Itatiaia, no Rio de Janeiro. Mas também aborda sua função cultural, quando avalia-a como patrimônio tanto quanto os monumentos históricos, dando como exemplo “as ruínas dos tempos coloniais na ilha de S. Amaro no canal de Bertioga”, que por sinal – ele alertava – estavam por merecer maior atenção.

Com a criação do Serviço Florestal, a reserva perdeu suas atribuições originais, situação que Hoehne, em 1922 já criticava, ao defender que estação biológica e reserva florestal não se deviam confundir com hortos²⁴⁷. Como funções específicas da Estação do Alto da Serra, Hoehne definia: “assegurar o que ainda existe; favorecer as Ciências Naturais;

²⁴⁵HOEHNE, 1925.

²⁴⁶LUDEWALDT, 1919, p. 3-4

²⁴⁷HOEHNE, 1922

contemplar a natureza da nossa terra na sua virgindade; [favorecer as funções estéticas e históricas]. Estas foram resgatadas quando se criou o Departamento de Botânica, em 1938. Passou então do Instituto Biológico para esse Departamento.

Sob a direção de Hoehne, recebia investimento e visitas constantes de botânicos e naturalistas do mundo todo. Sobre a visita de uma missão biológica belga feita em 1922 à estação, Hoehne comentou que os cientistas estrangeiros teriam ficado perplexos diante da riqueza da mata, que em uma hora apenas de trajeto, apresentara-lhes uma variedade de espécies maior do que possuía seu país inteiro²⁴⁸.

A Reserva do Alto da Serra era constantemente citada e utilizada como fonte de pesquisa. Era dali que as espécies eram coletadas para pesquisa como também observadas em suas associações com outras plantas, dando insumos à construção de uma idéia que Hoehne passou a defender – e que chamou de “jardim indígena”.

A consciência da riqueza florística e de seu papel cultural colocou-se a serviço do nativismo e do nacionalismo que moviam o meio artístico nesse momento. Aliou-se às idéias de defesa das nossas raízes culturais, emergentes nesse mesmo período, alimentando o pensamento que desembocou no conceito de proteção do patrimônio artístico e cultural, por Mário de Andrade. Essa visão conservacionista nos legou a valorização de nossa própria paisagem e deu dimensão à sua representação no espaço urbano.

A flora paulista vai para o museu

Enquanto se experimentava e ensaiava, melhorando as plantas para disponibilizá-las, se herborizava e se reunia o material em coleções. Co-

²⁴⁸ HOEHNE, 1922.

leções secas, em vitrines nos museus, coleções vivas, nos hortos e jardins botânicos. A natureza flagrada e identificada, rotulada dentro de classificações e de sistemáticas, é uma busca de conhecimento acerca de nós mesmos. Remete a uma identidade e a uma expressão cultural. Por essa razão, uma mudança de atitude como a que se verificou na valorização da nossa flora - brasileira e como vimos, com ênfase, a paulista - ficou patenteada quando essa flora se tornou objeto de demonstração, passando a figurar, oficializada, num museu.

Entretanto, a reunião de objetos e seres vivos para apreciação num espaço circunscrito, como o foram em São Paulo o Museu Paulista e seu Horto Botânico, não caracterizou ao nosso ver o único modo de expressão musealizada desse repertório. Convém a essa consideração a defesa feita por Hoehne, em 1921, de que, ao contrário dos primitivos museus, arcaicos e cheios de monstruosidades, os “... os museus de hoje procuram *surprender a natureza em flagrante e mostrá-la à humanidade, tal qual o permitem os mais apropriados meios ao alcance do homem*”²⁴⁹. Partindo dela podemos afirmar que compreendemos nas coleções de plantas vivas, organizadas segundo essa lógica que é a sua própria disposição natural, os mesmos propósitos de celebração e valorização dos museus.

O pedaço de mata da Serra de Paranapiacaba, resguardado da exploração predatória, que vinha sendo feita, para se converter em reserva biológica, foi um manancial de pesquisas e de elementos novos para figurarem no museu e no horto. Em seu conjunto, ele guarda nesse momento o mesmo significado do museu. Não deve ter sido coincidência, que seu nome mais conhecido popularmente, fosse justamente esse. “Museu”, e não “Estação Biológica do Alto da Serra”²⁵⁰.

²⁴⁹ RIBEIRO, 1921.

²⁵⁰ A alcunha foi comentada em LUDERWALDT, Herman. Algumas considerações sobre a protecção a natureza do Brasil e a fauna da reserva florestal do Alto da Serra de Paranapiacaba. Separata da Revista do Museu Paulista. Tomo XVI. S. Paulo, “Diário Oficial”, 1919, p. 3-4.

Com a mesma aceção, e com mais propriedade ainda por estar próximo à cidade, a conservação da “Matta do Governo”, junto às nascentes do córrego Ipiranga, deu lugar a uma nova reserva, o Parque do Estado. Originalmente desapropriado a partir de 1893 pelo estado e pela municipalidade para captação de água potável, o que de fato ocorreu até 1928, ele seria convertido em logradouro público. Já então estava parcialmente desprovido de sua cobertura vegetal original, e na opinião de Luderwaldt não servia mais para parque de proteção à natureza. Porém, foi nessa reserva que se instalou o novo Jardim Botânico de São Paulo²⁵¹.

Com o propósito de “cultura e exposição das plantas ornamentais mais interessantes da flora indígena”, o Jardim Botânico se constrói sobre seu próprio objeto de proteção – a cobertura vegetal remanescente das nascentes do córrego Ipiranga. Sua concepção de jardim botânico não se baseia na reunião de elementos naturais trazidos e organizados segundo um propósito de demonstração, mas usando o conceito de museu citado por Hoehne, n’ “a própria natureza surpreendida em flagrante”. Era um passeio pela mata; as circulações eram as picadas na mata, com seus nomes dedicados a botânicos: picada Barbosa Rodrigues, picada prof. Schlechter...

O mesmo impulso que fez da nossa flora um objeto a ser celebrado no jardim botânico e nos mostruários dos museus introduziu-a nos espaços públicos e no meio urbano em geral. É sintomático, a esse respeito, que essa preocupação tenha acontecido com a “reinvenção” do nosso Museu Paulista, dando-lhe a atribuição de museu histórico, destinado à história do Brasil e em especial de São Paulo.

Esse fato leva a olhar para os logradouros públicos como, eles próprios, coleções vivas, exibições a céu aberto, museus do cotidiano. É onde passam a se exhibir, voltadas ao transeunte, as plantas nacionais e em par-

²⁵¹ O plano original foi elaborado pelo escritório Mário Wately no ano de 1928. SÃO PAULO (ESTADO), 1940.

ricular as paulistas. Nesse sentido os próprios espaços passam a acumular novos significados, expressos sobretudo pelo seu repertório. Encontramos cartões postais de São Paulo que circularam a partir da década de 20 em que, tanto quanto edifícios públicos e monumentos, as árvores paulistas são as retratadas.

Capítulo 7. Imagens da cidade

O efeito tóxico do plátano; a função estética da quaresmeira

Se a defesa da salubridade trouxe a cultura e a prática da arborização urbana em São Paulo, introduzindo com primazia o plátano europeu, ironicamente, foram esses mesmos motivos que embasaram a crítica ao seu uso e ajudaram a banir a espécie da cena urbana na capital paulista.

Chamado por Vital Brasil a São Paulo para organizar no Butantã um horto dedicado ao estudo das plantas tóxicas e medicinais, o brasileiro Frederico Carlos Hoehne lançou-se aos estudos e planos para a formação desse horto que se abriu em 1917 como Horto Oswaldo Cruz. Através dele pode realizar estudos sobre as espécies popularmente utilizadas por suas aplicações medicinais e também das que se acreditava serem venenosas. Entrando no campo das plantas ornamentais, que lhe orientaria a atividade primordial como defensor da flora autóctone para arborização urbana, Hoehne analisou as propriedades das espécies mais comumente encontradas nas ruas de São Paulo. Entre os resultados estava o publicado no artigo “O plátano e os seus efeitos sobre a saúde pública”²⁵².

O plátano parece ter sido o primeiro testado, o que se justifica pela sua presença marcante na cidade: era a espécie por excelência da arborização urbana paulistana, arborização essa moldada nas imagens dos boulevares arborizados de Paris. Embora sua escolha para arborizações novas não viesse mais ocorrendo desde 1912 (ano em que pela primeira vez desde 1892 deixa de comparecer nos relatórios de arborização municipais), a cidade ainda estava repleta deles. Essa espécie cobria perto de 70% das nossas ruas.

²⁵²HOEHNE, 1924.

Nesse artigo, como nos numerosos que se sucederam sobre o tema, relatou os resultados de uma pesquisa que denunciava a nocividade do plátano à saúde pública²⁵³. O artigo foi republicado e depois incluído no livro “Plantas e Substâncias Vegetais Tóxicas e Medicinais”, editado pela Secretaria da Agricultura em 1939.

A descoberta veio de encontro ao processo já iniciado, de desaparecimento dessa espécie das nossas ruas. A questão não esteve restrita somente ao meio científico, mas ganhou espaço entre a edilidade paulistana e foi tema de muita discussão na Câmara Municipal. A crítica ao plátano pelos perigos que representava à saúde pública e a defesa das nossas plantas “indígenas” eram dois lados de uma mesma questão. Convergiam para um mesmo propósito.

“A arborização das ruas e praças públicas”, artigo veiculado em 1922, defendendo a utilização da flora nativa como repertório para nossos espaços, enumerava uma série de plantas nossas que poderiam substituir com vantagem as exóticas que até então eram quase exclusivas de nossas ruas:

... resta porém sabermos se estas plantas não apresentam como algumas affins da família das Tiliáceas, os perigos para a saúde pública que se tem constatado no “Platano” (...) Verificada a innocuidade poderíamos recommendar as diversas Theobromas, Guazumas, Sterculias (...) que são bastante elegantes e tem folhas bonitas, mais bellas que o citado “Plátano” exótico.²⁵⁴

²⁵³ Uma das referências à avaliação sobre a espécie é: “um inconveniente das folhas de pelos é que fixam mais facilmente o pó que se levanta da rua, tornando-se assim sujas e próprias para reterem bactérias, fungos e líquens que poderão ter inconvenientes para a saúde pública. Maior dano nos advém ainda das plantas que possuem folhas revestidas de pêlos estrelados, conforme as encontramos nas espécies de *Platanus occidentalis* e *Platanus orientalis* – de cujos efeitos sobre a mucosa nasal, ocular e gutural já nos ocupamos detidamente em vários trabalhos...” HOEHNE, 1944..

²⁵⁴ HOEHNE, 1922.

Também o alfeneiro (*Ligustrum japonicum*), outra árvore de intensa presença na cidade, que era chamado de “...monopolizador das nossas ruas”²⁵⁵, fosse utilizado apenas para ruas retas e muito largas. Dois meses mais tarde recomendava em seu lugar o “coração de negro” (*Prunus sphaerocarpus*), ensaiado no Horto do Butantã: “... pella beleza das suas folhas verde escuras e semelhantes ás do *Ligustrum japonicum* (...) hoje podemos dizer convictamente que elle nada fica a dever a esta ultima planta em resistencia e desenvolvimento”²⁵⁶. A espécie esteve representada mais tarde no Jardim Botânico de São Paulo, em posição de destaque, como demonstram fotografias publicadas nos relatórios do Departamento de Botânica. Radicalizando suas posições a respeito da espécie exótica tão comum nas ruas da cidade, Hoehne por fim comenta que entre as nossas plantas,

temos algumas bonitas que poderiam perfeitamente desbancar o nosso ‘alfeneiro’ e outras invasoras da nossa grande ‘urbs’. Material não falta, sejamos mais patriotas, deitemos mãos à obra e procuremos fazer propaganda das nossas plantas decorativas indígenas e em pouco tempo verificaremos que o nosso quintal é tão ou mais bonito que o do visinho. A maior dificuldade está em começar.²⁵⁷

No sentido oposto se molda a campanha pela quaresmeira (*Tibouchina* sp.). Árvore notável da nossa Mata Atlantica, pela sua frequência, pelo porte e pela cor das flores, tão expressivas que seu nome popular homenageia a época da sua florescência no calendário cristão. A quaresmeira apareceu em São Paulo em 1919 e de daí em diante incorporou-se em nosso repertório sob uma verdadeira campanha em prol de sua valorização.

Em 1922 quando já havia sido empregada no parque Trianon e no parque D. Pedro recém-implantado, apareceu defendida no artigo já cita-

²⁵⁵ HOEHNE, 1922.

²⁵⁶ HOEHNE, 1922.

²⁵⁷ HOEHNE, 1922.

do “ A arborização das ruas e praças públicas” e outros, como “As quaresmeiras” e “Em prol das quaresmeiras”²⁵⁸, de 1926 e 1929 repectivamente, um sinal de que ainda não estavam disseminadas, o que reforça a idéia de impacto dos dois parques. São do artigo de 1922 os seguintes comentários:

Mas (....) as que mais deveriam merecer a nossa atenção, seriam as “Quaresmeiras” (*Tibouchina*), affins da *T. granulosa* e *T. stenocarpa*, que surgem na Serra dos Orgãos e em Minas, e são árvores altas e esparso-ramosas, [e] justamente affins da *T. mutabilis*, *T. sellowiana* e *T. Raddiana* que encontramos aqui em torno da cidade e que em porte e aspecto muito se assemelham com as *Miconas* mencionadas..²⁵⁹



Fig.16. Estilização da quaresmeira (*Tibouchina* sp.), gênero que tem várias espécies nativas da Serra do Mar e da Mantiqueira, cuja inclusão no repertório dos espaços públicos urbanos aconteceu na década de 20. O desenho faz parte de uma série de seis modelos propostos para ornamentar o edifício projetado para sede da Seção de Botânica do Museu Paulista, não executado. Projeto de Hoehne, desenho de G.Müinch. Seriam confeccionados em barro, em quadros medindo 100 x 60 centímetros e mostrariam espécies como *Bauhinia*, *Catleia* e *Heliconia*. Segundo Hoehne, “*melhor do que qualquer outro ornato, se prestariam para adornar as paredes internas ou externas de qualquer estabelecimento phytologico*”. A idéia parece ter sido aproveitada pelo Museu de Madeiras Octavio Vecchi, do Horto Florestal da Cantareira, no mostruário de madeiras nacionais, em que cada amostra de madeira foi entalhada com desenhos de folhas e frutos da espécie. (fonte: HOEHNE, 1925)

²⁵⁸ HOEHNE, 1926.

HOEHNE, 1929.

²⁵⁹ HOEHNE, 1922.

A espécie participou da divulgação da idéia de que a flora nativa tinha uma contribuição a dar nas artes e na arquitetura, nesse momento em que os “motivos brasileiros” são uma busca premente no campo das artes, sendo inspiração para ornamentistas, artistas plásticos, escultores e arquitetos.

“As plantas ornamentais da flora brasileira e seu papel como factores da salubridade pública, da esthetica urbana e das artes decorativas nacionaes”²⁶⁰, começando a sair em julho de 1929 no Boletim de Agricultura, estava, em 1937 no 29º capítulo e com mais de 400 páginas já publicadas. Parece ter tido ampla repercussão, pois foi reunida num único volume e republicada mais tarde.

A matéria propôs-se a analisar um amplo espectro de aplicações em que a flora nativa do Brasil devesse servir de motivo central. Destacou a arborização das ruas e praças com “árvores das nossas selvas e campos” pela sua função higiênica e inspiradora de arquiteturas nacionais. Nas artes plásticas e decorativas, a sua representação e estilização para aplicação em ornatos teria também um papel instrutivo que faria despertar o nosso patriotismo.

Apesar de declarar que não era seu intuito entrar na “seára dos engeneheiros-arquitetos”, arriscando incursões na arquitetura, arte e estética, era entretanto a visão do assunto pela lente do botânico; guardadas as devidas proporções, contribuiu para despertar e reforçar um discurso segundo o qual as nossas plantas tinham um papel a desempenhar na valorização das nossas raízes culturais.

O juízo negativo a respeito do plátano e a apologia à quaresmeira são aspectos que se somam e reforçam comprovando a inclusão do repertório paisagístico no discurso em favor de nossa identidade cultural.

²⁶⁰ HOEHNE, 1929.

O parque trianon, a floresta paulista civilizada

O poeta suíço Blaise Cendrars esteve no Brasil entre 1924 e 1927. Enquanto atravessava, de trem, a serra do Mar, de Santos a São Paulo, a passagem pela Mata Atlântica, em sua pujança e exuberância, converteu-se para ele numa verdadeira experiência estética. Sem dar atenção ao que lhe contavam os amigos brasileiros, observava extasiado o vigor e a sedução da floresta. Não conhecia – e não queria saber – que plantas eram aquelas, mas apenas fruí-las num contato direto e indiscriminado – aberto aos sentidos, fechado às palavras.

O tema da floresta é recorrente e perpassa, neste estudo, desde as motivações das viagens dos naturalistas como Martius, movidos pela descoberta da natureza tropical sob um recorte pitoresco, ao trabalho dos profissionais das Ciências Naturais em sua tarefa de ordenar e classificar o mundo, disponibilizando um verdadeiro manancial de informações a serem incorporadas pelos discursos e políticas oficiais. Chega, enfim, à escala da cidade, em que esse aporte se materializa fisicamente, na concretude de seus parques e praças, no significado urbanístico que passam a guardar.

O Trianon respondeu desde a sua criação a esses estímulos e visões distintos em torno do tema. Passeios a locais de “florestas” os havia na Cantareira, no Bosque da Saúde, no clube Floresta, locais que supriam uma demanda por espaços de recreio. No entanto, era a força da imagem da floresta civilizada, no meio da cidade, o que o Trianon representava. Essa força parece ter sustentado a própria conservação do logradouro, com maiores ou menores intervenções, mas sempre com essa imagem. Imagem que se reforçou ainda mais quando diante da oportunidade de remodelação de seu desenho, optou-se por manter a estrutura anterior e os remanescentes da mata que originalmente existiu ali.

Em se tratando de um parque situado em um setor da cidade valorizado, lugar de moradia da elite agrária e industrial paulista, seria natural e justificada a opção da intervenção radical proposta por Ramos de Azevedo, tanto pelo resultado espacial que propunha, integralmente de acordo com um entorno de palacetes e jardins elaborados, como pela estatura de seu autor, também o responsável pelo projeto e construção do Trianon. Porém tal não se deu, prevalecendo a imagem da mata, com seu forte potencial simbólico e gerador de valores.

Lembramos, a esse respeito, da visita de Monteiro Lobato ao parque, na companhia de Manequinho Lopes²⁶¹, que viria a substituir Etzel na Divisão de Matas, Parques e Jardins. Lá ele teria visto, decorando os jardins, estátuas de anõezinhos trajados à moda alemã, tremendo de frio sob roupas grossas e pesadas, a despeito do calor tropical. Inconformado, propôs a criação de um “duende nacional”, - fosse ele curupira, macaco, bicho-preguiça, tico-tico ou ... o saci.

A ideia tomou corpo em “A criação do Estilo”, artigo publicado no Estado de São Paulo. Nesse artigo, Lobato conclamava os artistas a incorporarem os elementos de nosso folclore nos cursos de arte do Liceu de Artes e Ofícios, a instituição modeladora do gosto em São Paulo, e realizar o que ele chamou de “o nosso Sete de Setembro estético”, emblematizado na efígie do saci. A matéria ganhou uma ilustração de Voltolino, “Monteiro Lobato e os anõezinhos germânicos do Trianon

²⁶¹ Manuel Lopes de Oliveira Filho (Sorocaba, SP 1872-1938, S. Paulo, SP) era entomologista; estudou na Europa desde os 14 anos, cursou o Politechnicum de Zurich e também em Heidelberg, Alemanha. Em S. Paulo, iniciou cultivo de espécies novas de capim e defendeu a cultura do eucalipto trazida por Navarro de Andrade. Em 1930 tornou-se o 1º assistente de Entomologia do Instituto Biológico de S. Paulo, de onde seguiu para chefiar a Divisão de Parques, Matas e Jardins da Prefeitura de S. Paulo, na gestão do prefeito Fábio Prado. Lá ele deu andamento ao aproveitamento do parque Ibirapuera e à organização dos viveiros municipais. Instituto Martius Staden - Arquivo e Biblioteca.

e do Jardim da Luz²⁶² e um inquérito sobre qual seria a figura do saci. Contagiado pela veemência de Lobato, Manequinho Lopes estampou no mesmo jornal foto de uma escultura do saci modelada por ele em barro, e que mais tarde Brecheret fundiu em bronze²⁶³. Ficou assim criada a figura do duende nacional, que não sabemos se algum dia morou no Trianon, mas este sem dúvida lhe serviu de inspiração.

Queremos destacar, como uma verdadeira mudança de rumo no desenho dos espaços livres, o momento fundamental em que, já municipalizado, recebeu uma reforma em 1919 para ser entregue para o uso público. Essa reforma não alterou substancialmente mas reforçou a imagem do lugar. O desenho se renovou pelo seu repertório. O aporte de espécies inéditas e até então inusual para um logradouro municipal paulistano, veio de encontro a uma busca de afirmação. Era a floresta e paisagem paulista, com seu repertório vegetal característico, o que estava sendo ali representado.

O guia do Jardim da Luz e da Praça da República



Fig.17. Frontispício do Guia Botânico da praça da República e do jardim da Luz, por Alfred Usteri, e prefaciado por Monteiro Lobato. Publicado em 1919. Abaixo, uma das vinhetas do botânico, no miolo do livro, representando o pinheiro-do-paraná.

Fig. 33. Frontispício do guia botânico da praça da República e do jardim da Luz, publicado em 1919. Abaixo, uma das vinhetas do autor, representando a *araucária angustifolia*, pinheiro-do-paraná



²⁶² LOBATO, J. B. Monteiro. A criação do estilo. Jornal O Estado de S. Paulo, 06-01-1917. As informações sobre a visita ao Trianon são do Museu Monteiro Lobato e foram reunidas em AZEVEDO, 1997.

²⁶³ Instituto Martius Staden. São Paulo. Arquivo e Biblioteca. Pasta Manuel Lopes de Oliveira Filho.

Os jardins da Luz e da praça da República não ficaram excluídos do ímpeto em trazer para a cidade o “moderno”, com todas as múltiplas conotações que trazia essa palavra, então de recente fluência na linguagem cotidiana. Moderno não comportava apenas um registro temporal, mas evocava o futuro, o revolucionário, o tecnológico, o mágico, a eficiência, a energia, a história. O passado é revisitado e revisto para autorizar a originalidade absoluta do futuro²⁶⁴.

Os dois logradouros, referenciais de grande potencial simbólico na cidade, foram recolocados em pauta, sob o mesmo ímpeto que lançara o governo municipal na busca de raízes tradicionais, restabelecendo uma memória paulista e suscitando nacionalismos. Da mesma forma como fez refotografar a cidade nos ângulos das antigas fotos de Militão, e da mesma forma como homenageou os tropeiros paulistas no largo da Memória com elegância e sensibilidade, e de lá cunhou o escudo da cidade, voltou-se aos dois jardins públicos mais carismáticos de S. Paulo, “recontando-os” sob um prisma específico: o do seu repertório.

O Guia Botânico da praça da República e do jardim da Luz foi uma iniciativa de Alfred Usteri acolhida e patrocinada pelo prefeito Washington Luís e pela Revista do Brasil, obtendo grande repercussão. No claro e sucinto prefácio – escrito por Monteiro Lobato – os dois logradouros são definidos como “formosos trechos da natureza ajeitados pela mão do homem”, que agora se tornavam suscetíveis de serem *lidos e entendidos*²⁶⁵.

A publicação é de 1919. O Guia Botânico apresentava o extenso repertório dos dois jardins em vários níveis de informação: um “índice analítico”, uma lista enumerando as plantas pela sua proveniência, com sinônimos e peculiaridades, um índice alfabético por nomes comuns e

²⁶⁴ SEVCENKO, 1998.

²⁶⁵ USTERI, 1919. O exemplar que consultamos, no Instituto de Estudos Brasileiros, pertenceu a Mário de Andrade.

científicos e finalmente os desenhos dos jardins, com todas as espécies localizadas em planta. Ao longo do volume aparecem estilizações de algumas das plantas, em vinhetas desenhadas por Usteri e dispersas pelas páginas da publicação.

O que o estudo tinha a contar sobre os dois jardins era a riqueza de seu repertório. A presença de um conjunto variadíssimo de espécies revelava, numa leitura atenta permitida agora pelo Guia, a presença da flora nativa. O Brasil comparecia com a maior participação entre as outras origens: mais de 33% do repertório era constituído de plantas brasileiras. E deste conjunto, 65 % das espécies ocorria em São Paulo. Nada mais oportuno e digno de divulgação nesse momento.

A grande representatividade da flora nacional se deve sobretudo ao jardim da Luz, onde encontramos várias das espécies ensaiadas e introduzidas pelo Estado. Já o repertório da praça da República, se considerado em separado, revela uma participação brasileira bem menor (não chega a 14%) aproximando-se do período em que a praça foi ajardinada. Essa participação concorre com outras origens, como África e América Latina /Índia ocidental e perde para as provenientes da China e Japão (20%).

O balanço entre os portes das espécies evidencia também outras linguagens de desenho: palmeiras e coníferas em grande profusão são a sua marca principal, como pudemos demonstrar no capítulo 2²⁶⁶.

Contudo, o que parece ter sido uma alteração do projeto original se denota na observação da planta da praça: jerivás (*Syagrus romanzoffiana*), que são palmeiras comuns no Brasil meridional, aparecem contornando todo o seu perímetro interno, frente a frente com os plátanos que antes eram exclusividade ali. Anunciam a chegada à praça, junto com as espécies importadas. Quando teriam sido plantadas, por iniciativa de quem, não há referências. Mas a intervenção está documentada neste

²⁶⁶ Tratamos especialmente do assunto no capítulo 2, período 1899-1911, sob os itens “jardins: o pitoresco salutar” e “influência dos modelos”

guia. Revela dois momentos diferentes na trajetória do nosso repertório; duas posturas, duas imagens diferentes de cidade.

Essa palmeira, que também comparece no jardim da Luz, está registrada sugestivamente pelo seu nome popular - “coqueiro paulista” – e parece ser a que ilustra a capa do livro.

Parque D. Pedro

A imagem do parque d. Pedro se associou ao Palácio das Indústrias e ao conjunto monumental do Ipiranga, aos quais estava ligado tanto pela simultaneidade da implantação quanto pela sua própria articulação espacial. Mas a maior evidência dessa unicidade está no caráter celebrativo e na motivação nacionalista presente em todos eles: de um lado um museu agora histórico, o sítio do grito com o monumento à Independência e o horto botânico representando as paisagens nativas brasileiras e do Estado. Do outro, o Palácio das Indústrias e o parque d. Pedro, com seu traçado monumental e um repertório... paulista.

Foi esse repertório que, por seu ineditismo num parque com tal escala e inserção urbana, causou forte impacto na cidade. Afonso Taunay, o “reinventor” do Museu Paulista, expôs com clareza as intenções da criação de um conjunto, num desenvolvimento total de cinco quilômetros sobre a cidade, que numa ponta oferece a visão glorificadora da Independência do Brasil e na outra o progresso industrial e agrícola de São Paulo²⁶⁷, numa apologia de forte efeito simbólico. Tendo já abordado, em vários momentos neste estudo aspectos de projeto, formação e implantação do parque, cabe expor uma visão particularizada, um olhar sobre o seu repertório, que convém ao nosso propósito de caracterizar esse lado inédito do logradouro. Ele vem de um cientista e não de um cidadão comum, mas traduz um impacto.

²⁶⁷ A CAPITAL PAULISTA COMEMORANDO O CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA. S. Paulo, Edição da Sociedade - Editora Industrial, S. Paulo, 1922.

Por mais optimistas que fôssemos (...), não poderíamos imaginar que o effeito destas [espécies nativas] assumisse as proporções que vimos no citado jardim. Lá encontramos a nossa vulgaríssima *Cássia bicapsularis* (...), mais adiante vimos também a “*Cassia multijuga*, a magestosa “*Alleluia*” ... A seus pés se estendiam lesgas de “orelha de gato” ou *Pracajánamby* (*Tibouchina holosericea*) e de “*Quaresmeira meuda*” (*T. grandiflora*). Três Marias (*Bouganvillea spectabilis*) formava outros grupos além (...); aqui e alli exemplares de *Tecoma*, *Jacarandá*, *Entrerolobium*, mais para os lados do bello pavilhão ou palácio das Indústrias, grupos de *Tibouchina Sellowiana*, e num canto próximo ao largo central exemplares de *Genipa americana*, tudo espalhado entre as poucas espécies exóticas que vimos, nos denunciaram que o construtor deste bello parque tem um coração que pulsa pelas cousas nacionaes, é um admirador da grandeza incomparável da nossa abençoada flora. Tão satisfeitos ficamos em ver naquelle nascedouro da grande avenida – que vae Ter ao logar em que D. Pedro I deu o brado da Independência – as plantas de nossa terra sabiamente aproveitadas na ornamentação, que não podemos deixar de nos congratularmos com o autor e executor de tão patriótico plano, apresentando-lhe aqui, sem o conhecermos, os nossos leaes e sinceros applausos.²⁶⁸

A experiência vivenciada por Hoehne na visita ao parque d. Pedro não é propriamente sensorial ou estética, mas antecipada pela leitura e juízo do botânico, que enxerga a paisagem pela curiosidade botânica que lhe desperta esse critério novo de escolha e disposição do repertório. Ao mesmo tempo, está moldada no sentimento nacionalista que movia a todos naquele momento. E se sobre o impacto do novo repertório não temos outras impressões que permitam avaliar sua importância como imagem, o faremos por confronto com outra leitura.

²⁶⁸ HOEHNE, 1922.

No mesmo ano de 1922 Mário de Andrade, na sua “Paulicéia desvairada”, falava do Anhangabaú como uma “crônica em mau latim”, onde o “carvalho votivo se escondia nos orgulhos do bicho de mármore parido no *Salon*”. Drummond também, no mesmo ano, porém não aqui - e sim em Belo Horizonte, falando da “praça da Liberdade” recém-remodelada - também lamentaria: “rosas geométricas”; “paisagem sem fundo”; “flores sem ressonância”; “Versailles entre bondes”, “a terra que não sofreu para dar essas flores”, “jardim tão bonito, mas tão pouco brasileiro” e outras (belas) figuras de linguagem que revelam juízo negativo, indiferença, ausência de estímulo visual, falta de identificação.

A vida curta do parque d. Pedro não permitiu que sua imagem se firmasse entre nós com os atributos que assumiu, e assim, foi perdida uma oportunidade de importância fundamental para absorver essa contribuição real, e através dela discutir os rumos que o desenho dos nossos espaços haveriam de tomar. O parque materializava um conflito entre linguagens e repertório no desenho dos espaços públicos, cuja discussão seria do maior interesse para conduzir à revisão do desenho, identificado com o repertório paulista já presente e disponibilizado.

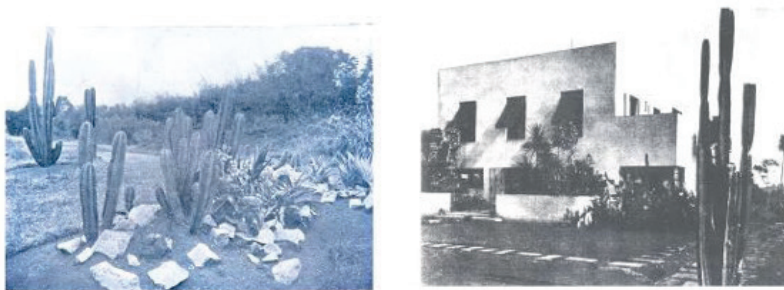


Fig.18. Das paisagens do nordeste brasileiro, o mandacaru (*Cereus jamacaru*), mapeado pelas pesquisas da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas na primeira metade da década de 1910, em que Löfgren esteve envolvido, passou a figurar no horto do Museu Paulista – aqui em fotografia de 1925 -, e foi apropriado como ícone brasileiro. (HOEHNE, 1925) Abaixo, a Casa Modernista de Warchavchik, projetada e construída entre 1927 e 1928, ostentando os mesmos mandacarus em sua tentativa de jardim tropical, por Mina Klabin. (fonte: FERRAZ, 1965)

Capítulo 8. As linguagens do repertório

Conclusões

Uma contribuição original ao desenho paisagístico foi produzida e transmitida no decorrer de quatro décadas da história urbana em São Paulo. Nasceu do esforço de conhecimento sistematizado da natureza e tirou sua força do próprio impulso de expansão que norteou a ocupação do território paulista.

Identificar e catalogar já são em si formas de inclusão, entretanto domesticar e civilizar a natureza com a finalidade de reprodução foram produtos da apropriação desse conhecimento a serviço de um projeto amplo de desenvolver a silvicultura e o reflorestamento no estado, para dar suporte à expansão do café e da ferrovia. As questões de recomposição florestal com fins de proteção e conservação, só ganharam corpo com o aporte conceitual trazido pelos agrônomos da ESALQ, apesar de já terem sido identificadas com clareza desde Löfgren e com concretude na Estação Biológica do Alto da Serra.

A imagem da “araucária ancestral” e do “eucalipto cosmopolita” definida por Paulo Prado em 1925, em seu “Paulística”, foi transmitida em termos de antagonismo e exclusão entre “nativo e exótico” e “ancestral e cosmopolita”, numa lúcida visão sobre a transformação repentina das nossas paisagens, cujos últimos vestígios originais – ele alerta – quem quisesse conhecer deveria se apressar para ver.

Vale dizer que em São Paulo, a vegetação cosmopolita, “a planta de importação”, substituiu a “ancestral”. Por outro lado, observamos agora, com esta pesquisa, que não só o eucalipto (e outras espécies exóticas) veio substituir, no campo e na cidade, a araucária (e as matas vir-

gens), mas também as plantas nativas do estado, devidamente testadas, adaptadas e disponibilizadas – em outras palavras, civilizadas – foram, a seu tempo, convocadas a fazer o mesmo.

Os repertórios do paisagismo urbano, nativos ou não, foram alimentados desde o princípio da República pelas instituições ligadas ao estudo da flora em vários fins: primeiro o botânico, o agrônômico, depois o agrícola e o florestal e por fim o medicinal. Essa é uma particularidade paulista que decorre do contexto dentro do qual São Paulo se inicia na pesquisa em Ciências Naturais. É um momento em que as abordagens investigativas, no mundo em geral e no Brasil em particular, saem dos museus e vão para as instituições especializadas e laboratórios. Por essa razão não vieram do Museu Paulista as principais contribuições de pesquisa sobre o nosso patrimônio florístico, embora ele tenha possuído o seu horto botânico. Situação que difere do Rio de Janeiro, onde o Museu Nacional foi um aglutinador de cientistas e pesquisas em todos os campos das Ciências Naturais, exportando inclusive alguns de seus profissionais, como Ihering, para São Paulo.

O Museu Paulista, em sua seção botânica, foi um beneficiário das pesquisas da Comissão Geográfica e Geológica (através de Löfgren) e da Escola Politécnica (por meio de Usteri), além de contribuições vindas de outros estados e mormente do Rio. Suas coleções representavam a paisagem botânica brasileira e paulista. Quando incluiu o botânico Hoehne em seus quadros profissionais, o Museu estava sob a direção de Afonso Taunay e já tinha outra meta: contar a história do Brasil e de São Paulo. Esse impacto mostra como o parque pôde se incorporar ao projeto político e cultural de valorização do nacional, da forma como se apresentou – isto é, protagonizado por São Paulo.

Houve, contudo, uma relação estreita entre esse novo perfil do museu e o início da campanha em prol da flora nativa na cidade. Ela

pode ser atribuída em geral ao projeto de resgate das raízes e tradições paulistas, e em particular ao papel centralizador do próprio Museu Paulista na divulgação desse pensamento. É um projeto político e cultural de valorização do nacional, protagonizado por São Paulo.

Quanto aos repertórios municipais, após o intervalo pouco documentado de 1912 a 1914, o fomento municipal parece se equipar com um aporte que revela mudanças radicais de opção. As plantas exóticas perdem seu prestígio como portadoras da tão almejada “salubridade urbana”. Perdem força diante das nativas. O plátano e o alfeneiro não têm mais a predileção das ruas (e dos cidadãos, quem sabe?), pois as “espécies indígenas” ganharam espaço. É tempo de jacarandás e quaresmeiras.

Na remodelação do Trianon, conservado em sua imagem de bosque, o repertório de 50% de espécies brasileiras se compõe de quase 80% provenientes da paisagem de São Paulo, a grande maioria de porte arbóreo. O Parque, e a avenida com seus ipês, fizeram jus ao nome: de fato, eram em tudo paulistas.

A predominância de plantas de origem no estado de São Paulo remete à relação estreita que se verificou entre as distribuições feitas pela Secretaria da Agricultura e as mudanças dos repertórios de logradouros municipais. A representatividade da floresta e do campo paulista entre as mudas fornecidas às cidades paulistas é expressiva a partir de 1917; a reforma do Trianon acontece dois anos mais tarde. No parque d. Pedro, o último caso de logradouro público documentado do período, ela está maciçamente presente, embora num traçado e linguagem que remetem a outros modelos.

Depois de uma curta vida -50 anos apenas -, o parque foi destruído no final da década de 60. não permitiu sequer que ele se fixasse na memória dos paulistanos, e nem mesmo pudesse ter sido objeto de

estudos mais fundamentados sobre o seu repertório. Dele, ficaram apenas as fotografias e um ou outro testemunho local, como o traçado de um dos canteiros onde se instalou uma escola estadual.

Essa valorização do que é paulista parece se exprimir na criação do Jardim Botânico sobre uma reserva de mata. Nele estão representados, flagrados em seu próprio contexto, os exemplares de uma coleção viva. A alusão ali através de alguns elementos construídos, ao “estilo nacional”, é muito clara e nos leva a especular sobre as linguagens de desenho buscadas para exprimir o novo repertório.

Nesse sentido, lembramos do “jardim indígena” de Hoehne, do “jardim brasileiro” que acompanhou a opção estilística do neocolonial, e até mesmo, do “jardim tropical” ensaiado por Mina Klabin na Casa Modernista de Warchavchik, antes de findar a década de 20. Os mandacarus (*Cereus jamacaru*) que aparecem destacados junto a exemplares de plantas nativas de São Paulo, tornaram-se um dos mais emblemáticos símbolos do moderno.

Os mandacarus de Mina Klabin e de Tarsila do Amaral foram mapeados e trazidos por Löfgren. O botânico sueco estava em cerca de 1915, a serviço da Inspetoria Federal de Obras contra as Secas, e organizou com Lutzburg o Mapa Botânico do Nordeste do Brasil²⁶⁹. A partir daí, os cactos começaram a ocorrer em coleções como a do Museu Paulista, conforme fotografia de 1925, e mais tarde no Jardim Botânico do Parque do Estado, segundo uma fotografia de 1938.

A flora paulista entrou como contribuição fundamental para a formação do Parque Ibirapuera, inaugurado por ocasião da comemoração do IV Centenário da Fundação de São Paulo, 1954. Sua implantação contou com esse imenso material coligido e disponibilizado para

²⁶⁹ LUTZBURG, [c.1922].

uso urbano. Outro forte referencial paisagístico da cidade foi assunto nesse momento: o pico do Jaraguá. Depois de desmatado (em 1940 Hohne denunciou e documentou fotograficamente sua transformação em lenha), virou alvo de atenção e ganhou um projeto para transformar-se em parque. Lançou mão da linguagem do neocolonial e alusões à arquitetura paulista vernácula, com um desenho paisagístico orgânico que homenageava a paisagem natural que em outros tempos fôra melhor expressa pela sua cobertura vegetal original.

Tratamos do desenho dos espaços públicos municipais sob a ótica de seu repertório. Por este viés, foi possível identificar que uma contribuição inteiramente inédita se materializou na cidade com o aporte de um conjunto de elementos da paisagem nativa paulista que se “civilizaram” para participar no meio urbano. Seu reconhecimento, sua legitimação foram atestados pela sua presença em coleções, museus e hortos. Sua valorização no jardim, no parque e na rua, converteram esses espaços em portadores de significados para além dos sanitaristas. Passavam a representar também a própria paisagem natural local, numa busca consciente pela identidade paulista.

Entre os múltiplos desdobramentos dessa contribuição, na arte, nas ciências e na cultura, destacamos, e esse é o nosso foco desde o início, a definição de um novo recorte ou olhar, singularmente paulista, para o projeto dos espaços públicos. No contexto das transformações inegáveis que estão ocorrendo no desenho, - que são também mudanças de enfoque sobre o papel do Paisagismo no contexto urbano - o repertório teve um papel fundamental, pioneiro e fundador. Conduziu-o a uma procura de expressão através de uma nova linguagem, que ainda será buscada durante as décadas de 30 e 40.



Fig.19. Projeto para o parque Jaraguá, década de 50, pela Comissão Pró-Monumento a São Paulo e Urbanização do Jaraguá, datado de junho de 1951. Abaixo, “Projeto no 6 Arco do Triunfo”, aquarela de Washt Rodrigues para um dos portões de entrada do parque, datada de julho de 1950. (fonte: DPH- Arquivo Histórico Washington Luis)



Bibliografia

Documentos oficiais

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório apresentado ao presidente da república dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro d'estado dos negócios da agricultura, commercio e obras públicas Barão de Lucena em junho de 1891.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas. **Relatório apresentado ao chef do governo provincial por Francisco Glicério.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

SÃO PAULO (Cidade) **Código de Posturas do Município de São Paulo.** São Paulo, 6 de outubro de 1886. Art. 75

SÃO PAULO (Cidade). **Melhoramentos da Capital, 1911 - 1913.** São Paulo: s.n., [1913].

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório annual da Seção de Obras da Intendência Municipal de São Paulo, 1894, apresentado ao cidadão Cesário Ramalho da Silva M.D. Intendente Municipal, por J. Fl. Ortiz, Eng. chefe interino.** São Paulo: Typographia a Vapor de Espíndola, Siqueira & Comp., 1895.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente Municipal Cesário Ramalho da Silva -1893.** São Paulo: Typographia a Vapor de Espíndola & Comp., 1894.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Dr. Firmiano de Moraes Pinto, Intendente de Obras, ao deixar o exercício do cargo, 1896.** São Paulo: Typ. a Vapor Pauperio & Comp., 1897.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Polícia e Hygiene Dr. José Roberto Leite Penteado, 1896.** São Paulo: Typ. a Vapor Pauperio & Comp., 1897.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Intendente de Polícia e Hygiene Dr. João Alvares de Siqueira Bueno, 1898.** São Paulo: Imprensa da Casa Eclética, 1899.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório do anno de 1899 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado em 31 de maio de 1900.** São Paulo: Typ. a Vapor Espindola, Siqueira & Comp, 1900.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1900 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1901.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1901 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1902.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1902 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1903.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1903 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1904.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1904 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1905.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1905 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1906.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1906 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Vanorden, 1907.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1907 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia de Vanorden & Co., 1908.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1908 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Typographia da Casa Vanorden, 1909.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1909 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Dr. Antonio da Silva Prado.** São Paulo: Casa Vanorden, 1910.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1910 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Raymundo Duprat.** São Paulo: Casa Vanorden, 1911.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1911 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Raymundo Duprat.** São Paulo: Casa Vanorden, 1912.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1912-1913 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Raymundo Duprat.** São Paulo: Casa Vanorden, 1914.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1914 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa.** São Paulo: Casa Vanorden, 1915.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1915 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa.** São Paulo: Casa Vanorden, 1916.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1916 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa.** São Paulo: Casa Vanorden, 1918. 2 v.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1917 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa.** São Paulo: Casa Vanorden, 1918. 2 v.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1918 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Washington Luís Pereira de Sousa.** São Paulo: Casa Vanorden, 1919. 2 v.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1919 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Alvaro G. da Rocha Azevedo.** São Paulo: Casa Vanorden, 1920. 2 v.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1920 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo:

Casa Vanorden, 1921.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1921 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo: Casa Vanorden, 1922. ANNEXOS.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1922 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo: Casa Vanorden, 1923. ANNEXOS.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1923 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo: Casa Vanorden, 1924. ANNEXOS.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1924 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo: Casa Vanorden, 1925. ANNEXOS.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1925 apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo prefeito Firmiano de Moraes Pinto.** São Paulo: Casa Vanorden, 1926. ANNEXOS.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1926 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, prefeito do Município de São Paulo.** São Paulo: Seção de Obras d'O "Estado de São Paulo", 1927.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, prefeito do Município de São Paulo.** São Paulo: Empresa Graphica limitada, 1928. 2 v.

SÃO PAULO (Cidade). **Relatório do Intendente de Polícia e Hygiene José Urbano Leite Penteadado. 1896.** São Paulo, 1897.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório anual apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriça, Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Sobre os Serviços a Cargo do respectivo secretário no Anno de 1893.** São Paulo: Typ: A Vapor de Vanorden & Comp., 1894.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província Laurindo Abelardo de Brito no dia 13 de janeiro de 1881.** Santos: Typographia a Vapor do Diario de Santos, 1881.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório da comissão geographica e geologica apresentado ao cidadão Dr. Secretário dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas em 26 de Janeiro de 1894.** Anexos ao relatório anual apresentado ao cidadão Dr. Presidente do Estado de São Paulo pelo Dr. Jorge Tibiriça Secretario dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Sobre os Serviços a Cargo do respectivo secretário no Anno de 1893. São Paulo: Typ. A Vapor de Vanorden & Comp., 1894

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Relatório de 1903 pelo Dr. Luiz de T. Piza e Almeida Secretário da Agricultura.** São Paulo: Typ. Do “Diário Official”, 1904

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. **Relatório Anual do Departamento de Botânica do Estado. Referente ao exercício de 1939.** ...por F. C. Hoehne, Diretor Superintendente. São Paulo: Typ. Do “Diário Official”, 1940.

SÃO PAULO (ESTADO) Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo. Departamento de Botânica do Estado. **O Jardim Botânico de São Paulo.** por F. C. Hoehne, (...)em colaboração com Moisés Kuhlmann e Oswaldo Handro. São Paulo, 1941.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo. **Relatório apresentado ao dr. Altino Arantes Presidente do Estado pelo Dr. Candido Nazianzeno Nogueira da Motta Secretário da Agricultura, Indústria, Commercio e Obras Públicas.** Anno de 1918. São Paulo, 1919.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de S. Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Pádua Salles Secretario da Agricultura Annos de 1910-1911.** São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild, 1912.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de S. Paulo. **Relatório de 1897 apresentado ao Dr. Francisco de Assis Peixoto Gomide, Vice-Presidente do Estado pelo Dr. Firmiano M. Pinto, Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.** São Paulo: Typ. A vapor de Espíndola, Siqueira & Comp., 1898.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Secretaria Municipal do Planejamento. **Vegetação significativa do município de São Paulo.** São Paulo, 1988.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo dr. Antonio Candido Rodrigues Secretário da Agricultura.** Anno de 1908. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Cia, 1909.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. M. J. de Albuquerque Lins Presidente do Estado pelo Dr. Antonio de Pádua Salles Secretário da Agricultura.** Anno de 1909. S. Paulo: Typ. Casa Garraux, 1910.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães Vice-Presidente do Estado, em exercício, pelo Dr. Paulo de Moraes Barros Secretário de Estado.** Annos de 1912-1913. São Paulo: Typ. Brasil de Rothschild, & Cia, 1914.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Presidente do Estado pelo Dr. Paulo de Moraes Barros Secretário da Agricultura.** Anno de 1914. S. Paulo: Typ. Brasil de Rothschild, & Cia, 1916.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Negocios da Agricultura, Industria e Commercio do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. Julio Prestes de Albuquerque presidente do Estado pelo Dr. Fernando Costa Secretário da Agricultura, Indústria e Commercio.** Anno de 1928. São Paulo, 1929.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Agricultura Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Dr. Julio Prestes de Albuquerque Presidente do Estado pelo Dr. Fernando Costa Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio.** Anno de 1929. São Paulo, 1930.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Agricultura Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. **Relatório apresentado ao Interventor Federal pelo Sr. Eugênio Lefèvre Director Geral.** Anno de 1930. São Paulo, 1931.

Livros

ABREU, Adilson Avansi de e outros. **Quantos anos faz o Brasil?** São Paulo: EDUSP, 2000. (Coleção Uspiana Brasil 500 anos).

AMARAL, Aracy A. **Artes plásticas na Semana de 22.** Contribuição ao estudo da renovação das artes no Brasil. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Discurso de Primavera e algumas sombras, 1977. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. **Poesia e Prosa.** Biblioteca Luso-Brasileira. Série Brasileira. Rio, Nova Aguilar, 1979. Ed. Nova Aguilar, completar...)

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **Barry Parker.** Um arquiteto Inglês em São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 1998.

ANDRADE, Edmundo Navarro de. **Manual do plantador de eucalyptus.** S. Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Comp., 1911

ANDRADE, Edmundo Navarro de; VECCHI, Octavio. **Les bois indigènes de São Paulo.** Contribution à l'Étude de la Flore Forêstièrre de l'État de São Paulo. (Brésil). Sécrtarie de l'Agriculture Commerce et Travaux de l'État de S. Paulo. São Paulo: Typ. Alongi & Miglino, 1917. (Publiée pendant le période presidencial de M. dr. Altino Arantes, étant secrétaire de l'Agriculture M. le Dr. Cândido Motta).

ANDRÈ, Édouard. **Traité general de la composition des parcs et jardins.** Paris: Masson, 1879.

ARGAN, Giulio Carlo. Arquitetura e Enciclopédia. In: ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARGAN, Giulio Carlo. Clássico e Romântico e Pitoresco e Sublime. In: ARGAN, Giulio Carlo. **Arte Moderna**. Do Iluminismo aos movimentos contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

AZEVEDO, Carmem L.; CAMARGO, Marcia; SACHETTA, Vladimir. **Mon-teiro Lobato, Furacão na Botocúndia**. S. Paulo, Odebrecht/ Fundação BB, 1997. Pag. 64-65

BALTRUSAITIS, Jurgis. Jardins, pays d'illusion. In: CNMHS. Jardins en France, 1760-1820. Paris: CNMHS, 1978.

BARBIN, Henrique Sundfeld. **Estudo das transformações na conformação dos maciços arbóreo-arbustivos do parque da escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, através de fotografias aéreas verticais e Levantamentos florísticos de Épocas distintas**. 1999. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1999.

BARTALINI, Vladimir. **Parques Públicos Municipais de São Paulo**. A ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. 1999. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)- FAUUSP, 1999.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes**. São Paulo, Odebrecht, 1994.

BERJMAN, Sonia. **Plazas y Parques de Buenos Aires**. La obra de los paisajistas franceses. 1860-1930. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 1998.

BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/ SMC, 1984.

Bruno, Ernani da Silva. **Melhoramentos da capital 1911-1913**. São Paulo: [s.n.], 19--.

BONNAURE, Albert. **Livro de Ouro do Estado de São Paulo**. Relatório Industrial Commercial e Agrícola. 1889-1914. São Paulo: Tipo-Lito Duprat & Cia, 1914.

CAISSE NATIONALE DES MONUMENTS HISTORIQUES ET DES SITES. **Jardins em France: 1760- 1820.** Paris: Caisse nationale des monuments historiques et des sites, 1978.

CAMARGO, Theodoreto de. O Instituto Agrônômico. In: Comissão do IV centenário. **São Paulo em quatro séculos.** São Paulo: Instituto Histórico Geográfico, 1954. p. 143-152.

CHADWICH, George. **The Park and the Town. Public Landscape architecture in the 19 th and 20 th centuries.** Londres: Architectural Press, 1966.

CHANES, Raphel. Deodendron. **Arboles y arbustos de jardin en clima templado.** 2.ed. Barcelona: Editorial Blume, 1979.

CIUCCI, G et al. **La ciudad americana. De la guerra civil al New Deal.** Barcelona: G. Gili, 1975.

CLÉMENTEAU, Georges. **Notes de voyages dans l'Amérique du Sud, Argentina, Uruguay, Brésil.** Paris: Hachette, 1911

CNMHS. **Jardins en France - 1760-1820.** Paris: CNMHS, 1978.

ETZEL, Eduardo. **Um médico do século XX vivendo transformações.** São Paulo: EDUSP, 1987.

FABRIS, Annateresa. **O ecletismo no Brasil.** São Paulo: Nobel/EDUSP, 1987.

FERRAZ, Geraldo. **Warchavchik e a introdução da nova Arquitetura no Brasil:1925 a 1940.** São Paulo: MASP, 1965.

FERRAZ, Mário de Sampaio. **Piracicaba e sua Escola Agrícola.** Bruxelas: Imprimerie V. Verteneuil & L. Desmet, 1911.

FERRI, Mário G.; MOTOYAMA, Shozo. **História das ciências no Brasil.** São Paulo: EPU/ EDUSP/ CNPq, 1980.

FERRI, Mario Guimarães. **Vegetação brasileira.** São Paulo: EDUSP, 1980.

GRAF, Alfred Bird. **Exotica international pictorial cyclopedia of exotic plants.** 12. ed. Easter Rutherford: Roehrs Company, 1985.

GRAF, Alfred Bird. **Tropica**. Color cyclopedia of exotic plants and trees. 3. ed. East Rutherford: Roehrs Company, 1986.

GRESSENT. Parcs et jardins. **Traité comlet de la création et de l'entretien des arbres d'agrément, de la culture de fleurs et de toutes les plantes ornementales**. Paris, Gressent, / Auguste Goin, 1880.

GUARALDO, Eliane. **São Paulo, Paisagem e Paisagismo na Primeira República**. 1995. Dissertação(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -FAUUS, São Paulo, 1995.

GUARALDO, Eliane. Praça da República. **Desenho e redesenho de paisagem para uma Praça Paulistana**. 1987. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) -FAUUS, São Paulo, 1987.

HAY, Roy; SYNGE, Patrick M. **Diccionario ilustrado en color de plantas de jardín con plantas de interior y invernadero**. 2. ed. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

HOEHNE, Frederico C. **As plantas ornamentais da flora brasílica e seu papel como factores da salubridade pública, da esthetica urbana e das artes decorativas nacionais**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1936. 48 p. illus. (Reimpressão num único volume dos artigos publicados no Boletim de Agricultura com início em 1929)

HOEHNE, Frederico Carlos. **Álbum da seção de botânica do museu paulista**. São Paulo: o autor, 1925.

HOEHNE, Frederico Carlos. **Arborização urbana**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1944.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUNT, John Dixon. **Gardens and the picturesque**. studies in the history of landscape architecture. Cambridge: MIT, 1992.

HURET, Jules. **En Argentina**. De Buenos Aires au Gran Chaco. Paris: Bibliothèque Charpentier, 1911.

KIEHL, Edmar José. **Cinquentenário da Fundação da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. 1901-1951.** Contribuição para o estudo biográfico de Luiz Vicente de Souza Queiroz e o Histórico do Renomado Estabelecimento de Ensino. Piracicaba: Tip. do Jornal de Piracicaba, 1951.

KLIASS, Rosa. **A evolução dos parques urbanos da cidade de São Paulo.** 1989. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 1989.

LAISSUS, Yves. **Le Museum national d'histoire naturelle.** Paris: Découvertes Gallimard, Memoire des lieux. Paris, Gallimard, 1995.

LANCASTER, Roy. **Arboles de ornamento.** Valencia: Floraprint, 1976.

LAURIE, Michael. **An introduction to landscape architecture.** New York: Elsevier, 1975.

LEFEBVRE, Georges. **Plantations, parcs et jardins publics.** Paris: Dunod, 1928.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org). **Urbanismo no Brasil. 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel, 1999.

LEMOS, Carlos A. C. **Alvenaria burguesa.** São Paulo: Nobel, 1985.

LEMOS, Carlos A. C. **Ramos de Azevedo e seu escritório.** São Paulo: PINI/Lix da Cunha, 1993.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius.** Natureza e Civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 1997.

LÖFGREN, Alberto. **Ensaio para uma distribuição dos vegetaes nos diversos grupos florísticos no Estado de São Paulo.** Boletim da Comissão Geographica e Geologica. 2. ed., n. 11. São Paulo: Typ. A vapor de Vanorden & Cia, 1898.

LÖFGREN, Alberto. **Notas sobre as plantas exóticas introduzidas no Estado de São Paulo.** Por Alberto Löfgren. Director do Horto Botânico... São Paulo: Ed. Da Revista Agrícola, 1906.

LÖFGREN, Alberto. **Servico Florestal de Particulares.** /por Alberto Lofgren; F.L.S., F.S.A. Chefe das Seccoes de Botânica e Metereologia da Comissão Geográfica e Geológica. Director do Horto Botânico, etc. São Paulo: Typ. do 'Diário Official', 1903.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica:** os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997.

LORENZI, Harry. **Árvores brasileiras.** Nova Odessa: Plantarum, 1998.

LORENZI, Harry. **Palmeiras no Brasil.** Nova Odessa: Plantarum, 1996.

LORENZI, Harry; SOUZA, Hermes Moreira de. **Plantas ornamentais no Brasil.** 2. ed. Nova Odessa: Plantarum, 1999.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro.** 4 ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1991.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **A Universidade, a pesquisa em paisagem e ambiente e o ensino nas escolas de Arquitetura.** São Paulo: FAUUSP, 1987

MAGNOLI, Miranda M. E. M. O parque e o desenho urbano. In: SEMINÁRIO SOBRE DESENHO URBANO NO BRASIL (SEDUR), 2., 1985, São Paulo. **Anais [...].** São Paulo, UnB/PINI, 1985.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira.** São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1980.

MELLO FILHO, Luiz Emygdio de. **Prefácio à obra Albuquerque, Francisco Tomasco de.** Frederico Guilherme de Albuquerque. Um escorço biográfico. Niterói: Instituto Cultural Frederico Guilherme de Albuquerque, 1997.

MOREIRA PINTO, Alfredo. **A cidade de São Paulo em 1900.** São Paulo: Governo do Estado, 1979.

MOSSER, Monique, org. **Le jardin, art et lieu de mémoire.** Besançon: Editions de l'Imprimeur, 1995.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república.** São Paulo: EPU/EDUSP, 1874.

PALAZZO Jr. José Truda; BOTH, Maria do Carmo. **Flora ornamental brasileira**. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1993.

PATETTA, Luciano. Los revivals in arquitectura. In: ARGAN, Giulio Carlo. **El pasado en el presente**. Los revivals en las artes plasticas, la arquitectura, el cine y el teatro. Barcelona: G. Gili, 1977.

PATETTA, Luciano. **História de la arquitectura antologia critica**. Madrid: Hermann Blume, 1984.

PICAROLLO, Antônio; FINOCCHI, Lino. **O desenvolvimento industrial de São Paulo através da primeira exposição municipal**. São Paulo: Pocai & Cia, 1918.

PESTANA, Paulo Rangel. **A Metrópole Paulista, em A Capital Paulista comemorando o Centenário da Independência**. São Paulo: Ed. Soc. Editôra Independência, 1922.

PICON, Antoine. Le naturel et l'efficace. In: MOSSER, Monique; NISS, Phillipe. **Le jardin, art et lieu de mémoire**. Bèsançon: Éditions de l'Imprimeur, 1995.

PINON, Pierre. Le système végétal. In: DES CARS, Jean; PINON, Pierre. **Paris. Haussmann**. Paris: Picard, 1991

PIO CORREA, Manuel. **Diccionario das plantas uteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio, Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1984

PONTE, Alessandra. Public parks in Great Britain and the United States: from a "spirit of place" to a "Spirit of Civilization". In: MOSSER, Monique; TEYS-SOT, Georges. **The history of garden design**. The western tradition from the renaissance to the present day. 7. ed. Londres: Thames and Hudson/ MIT, 1991. p. 373-382.

PRADO, Paulo. Paisagens. In: Paulística. **História de São Paulo**. 2 ed. São Paulo: Ariel, 1934.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo: Duprat-Mayença, 1928.

PUTTEMANS, Arsenio. Resumo dos trabalhos effectuados nos jardins de ensaios e de demonstração da Escola Polytechnica durante o ano lectivo de 1907-1908. In: **Anuario da escola polytechnica de São Paulo para o Anno de 1908**. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild. & Co. ,1908. p. 139-143.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

RIBEIRO, José Jacintho. **Chronologia Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1899-1901. v.1.

SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. **Arquitetura italiana em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1981.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Escola Politécnica da Universidade de São Paulo**: 1894-1984. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP/FDTE, 1985

SEGAWA, Hugo M. **Ao amor do público**. Jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

SEGAWA, Hugo M. Cidades: do semeador ao jardineiro (passando pelo médico) In: **Construção de Ordens**. Um aspecto da Arquitetura no Brasil 1808-1930. S. Paulo, FAUUSP, 1988. Diss. De Mestrado.

SEGAWA, Hugo M. **Prelúdio da Metrópole**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHAER, Roland. **L'Invention des Musées**. Paris: Gallimard, 1993.

SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. O narrador, a viagem. S. Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 21

TERRA, Carlos Gonçalves. **O jardim no Brasil no século XIX**. 2 ed. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2000.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

USTERI, Alfred. *Flora der Umgebung der Stadt São Paulo in Brezilien*. São Paulo: Jena, Verlag von Gustav Fischer, 1911.

USTERI, Alfred. **Guia botânico da praça da República e do jardim da luz**. São Paulo: Melhoramentos, 1919.

VACHEROT, Jules. **Les parcs et jardins au commencement du XX ème siècle**. Paris: Octave Doin Librairie Agricole, 1908 e 1925. a

VACHEROT, Jules. **Les parcs et jardins au commencement du XX ème siècle**. Paris: Octave Doin Librairie Agricole, 1925.

VASCONCELLOS, Edmar Furquim Cabral de. Horticultura. In: **ESALQ 75. Livro comemorativo do 75.o aniversário da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo**. Piracicaba: [s.n], 1976.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. Na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOLFF, Silvia Ferreira Santos. **Jardim América**. São Paulo: EDUSP, 2001.

WRIGHT, Marie Robinson. **The new Brazil**. Its resources and attractions- historical, descriptive and industrial. Filadelfia: George Baruel & Sons, 1907.

Periódicos

FREIRE, Victor da Silva. Os melhoramentos de São Paulo. **Revista Politécnica**, São Paulo, v. 33, n. 91, 1911.

FREIRE, Victor da Silva. A cidade salubre. **Revista Politécnica**, São Paulo, v. 8, n. 48, p. 319-354, 1915..

AMAR, Laure. Des espaces vertes plus vraies que la nature. **Monuments Historiques**, Paris, v. 142, p. 49-54, 1986.

BRESLER, Henri. Il faut qu'un jardin soit ouvert ou fermé. **Monuments Historiques**, Paris, v.142, p. 17-23, 1986.

BRIFFAUD, Sege. La connaissance vagabonde. Les voyageurs et le paysage À la fin du XVIII- ème siècle. **Monuments Historiques**, Paris, v. 163, p. 19-26, 1986.

EDWAL, Gustavo ; LÖFGREN Alberto. Ensaio para uma synonymia dos nomes populares das plantas indígenas do Estado de São Paulo. **Boletim da Comissão Geographica e Geológica de São Paulo**, São Paulo, n. 10, 1895.

ETZEL, Eduardo. O verde da cidade de São Paulo. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.195, p. 51-76, 1982.

HOEHNE, Frederico C. A arborização das ruas e praças públicas. **Revista Nacional**, São Paulo, v. I, n. 5, p. 28-33, 1922.

HOEHNE, Frederico Carlos. Alguma coisa a respeito das leguminosas decorativas do Brasil. **Revista Nacional**, São Paulo, v. I, n. 8, p. 7 11, 1922.

HOEHNE, Frederico C. As plantas ornamentaes da flora brasilica e seu papel como factores da salubridade publica, da esthetica urbana e artes decorativas nacionaes. **Boletim da Agricultura**, São Paulo, v. 7-8, p. 479-511,1929.

HOEHNE, Frederico C. Dos museus de história natural no Brasil. **Revista Nacional**, São Paulo, v. I, n. 30, p. 70-77, 1922.

IHERING, Hermann von. João Barbosa Rodrigues. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8, p. 23-37, 1911.

IHERING, Rodolpho von. O Museu Paulista nos annos de 1903 a 1905. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. VII, p. 1-30, 1907.

LÖFGREN, Alberto. Contribuições para a Botânica Paulista. Região campestre. Memória das excursões botânicas de 1887,1888 e 1889. **Boletim da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 5 , 1890.

LUDEWALDT, Hermann A. Algumas considerações sobre a protecção a natureza do Brasil e a fauna da reserva florestal do Alto da Serra de Paranapiacaba. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, 1929.

LUDEWALDT, G. O herbário e o horto do Museu Paulista. **Revista do Museu Paulista**. São Paulo, v. 10, p. 285-311, 1918.

SOTO CABA, Victoria. Escenografia del jardin romantico. **Goya**, Madrid, v. 177, p. 116-126. 1983

TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. O Jardim da Luz. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, v.174, p. 73-120, 1968.

USTERI, Alfred. Contribuição para o conhecimento da flora dos arredores da cidade de São Paulo. **Anuário da Escola Polytechnica de São Paulo para o Anno de 1906**, São Paulo, 1906.

VERNES, Michel. Genèse et avatars du jardin public. **Monuments Historiques**, Paris, v. 142, p. 4-10, 1986

VIEIRA, Antônio Paim Vieira. A chácara do Capão. **Revista do Arquivo Municipal, São Paulo**, v. 148, p. 113-141, 1952.

Créditos das ilustrações

BMA. Secretaria Municipal da Cultura- Biblioteca Mário de Andrade- Seção de Livros Raros e Mapoteca
23; 1; 28; 25; 26; 30; 5;

DPH. Departamento do Patrimônio Histórico. Arquivo Municipal Washington Luís- Seção de Manuscritos
36

ESALQ. Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz- Universidade de São Paulo - Museu e “Centrinho”
29

Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria de Infra-Estrutura Urbana.
20 e capa.

IEB. Instituto de Estudos Brasileiros- Universidade de São Paulo
10 A; 24;31;33; 35 A

Apêndice 1. Quadro do repertório vegetal dos espaços públicos em S. Paulo

O quadro foi elaborado a partir dos relatórios anuais de prefeitura, que apresentam os serviços de plantio e ajardinamento em logradouros públicos – ruas, avenidas, largos, praças e parques. Para efeito deste estudo foram anotadas as ocorrências nos relatórios. Como exemplo citemos o plátano – *Platanus orientalis*. Ele aparece maciçamente em quase todos os logradouros no ano de 1900 a 1904 (como também em anos subsequentes, embora com menos frequência), com uma expressiva quantidade de indivíduos plantados. A jaca, *Artocarpus integrifolia*, por sua vez, foi plantada em apenas um caso de logradouro no intervalo 1900 - 1904.

Para a elaboração deste quadro foram transcritos os nomes das espécies da forma como aparecem nos relatórios – por vezes o nome botânico, por vezes o popular. Optou-se por preservar a escrita original, e por essa razão podem ser notados erros de grafia em várias espécies. Em alguns casos o nome da planta sofreu alterações de grafia de um ano para outro, aparecendo como em “*Sophora japoniza*” em 1922 e “*Sophora japonica*” em 1923).

Para algumas das espécies não foi encontrada uma ou mais informações sobre porte e origem. Em outros casos, que optamos por manter no quadro, a espécie aparece referida genericamente (exemplo: “coníferas diversas”, “nepfrolepis” (samambaias), “palmeiras diversas”; optamos por mantê-las.

A origem da espécie, por ser informação central neste estudo, foi pesquisada nas fontes: LORENZI, USTERI, ANDRADE & VECCHI, LÖFGREN e CHANES (consultar Bibliografia) e adicionada ao quadro.

O período da pesquisa foi dividido em intervalos pontuados por

mudanças de contexto econômico, mudanças na administração municipal, intervenções na cidade (como o programa de Melhoramentos) e até por lacunas de informação dos próprios relatórios. Esses períodos revelam mudanças no emprego de vegetação nos logradouros públicos como claramente se percebe pelas listas. Os intervalos definidos foram: 1900 –1911, 1912-1918 e 1919-1923.

O último ano do período corresponde ao último exercício municipal que possui relatório detalhado de espécies.

Na tabela, as células que representam as ocorrências anuais de espécies estão em azul e verde, correspondendo respectivamente a espécies exóticas e espécies nativas do Brasil.

ESPÉCIE*	1900 a 1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	Origem	Hábito A= arbóreo B= arbustivo P= palmácea
Agave americana																					América Latina e Índia	B
Andassu- Joannesia princeps veil.																					Brasil (RJ e SP)	A
Araucaria brasiliensis- "Pinhão"																					Brasil (sul e centro)	A
Araucaria excelsa																					Austrália e N. Zelândia	A
Carvalho- <i>Quercus pedunculata</i>																					Europa, África do norte e	A
Cedro Nacional- <i>Cedrella fissilis Vell.</i>																					Brasil (RJ e SP)	A
Cordilene terminalis																					Índia, Malásia e Polinésia	B
Cupressus sempervirens L.																					Ásia oc. e Himalaia	A
Eucalyptus (?)																					Austrália	A
Eucalyptus																					?	?
Ficus																					?	A
Ficus da Índia - <i>Ficus retusa</i> (CHANES)																					Índia	A
Hibiscus/Rosassinensis 1922: <i>Hibiscus</i>																					Ásia or. China, Japão	B
Jaca- <i>Artocarpus integrifolia L.</i>																					Ásia do Sul	A
Jacarandá da Índia																					Índia ?	A
Joannesia princeps veil. andassu																					Brasil (RJ e SP)	A
Lamprorepres excelsa																					?	?
Lila da Persia - <i>Syringa vulgaris</i>																					Europa e Ásia (Cáucaso e	B
Lyriodendron tulipifera L.																					América do Norte	A
Magnolia amarela																					América do Norte	A
Palmeira imperial- Oreodoxa Oleracea																					Ásia (Macau, via JBRJ)	P
Pandanus (P.w etici, 1922)																					Arq. Austral asiático(Java)	P
Phoenix austenifera																					?	P
Phoenix canariensis Hort. Ex Chabaud																					Ilhas Canárias	P
Rhus																					?	A
Platanus orientalis L. - <i>Platanus</i>																					Ásia oc. E Himalaia	A
Thuya (T.aurea, 1906) <i>Thuya</i>																					América do Norte (Canadá)	A
Cryptomeria japonica																					China, Japão	A
Ficus elastica																					Índia, Malásia (CHANES)	A
Grevilia robusta - <i>Grevillea robusta</i>																					Austrália e N. Zelândia	A
Jacarandá																					Brasil	A
Kentia fosteriana - Rentia palmeriana (4																					Ilhas Pacífico (Ilha Lord	P
Latania Borbonica- <i>Latania</i>																					Ilhas Mascarenas	P
Sassafrás- <i>Ocotea pretiosa</i> meisn.																					Brasil (BA a RS, floresta pl.	A
Arcontophoenix Lutescens-(22).																					Madagascar	P
Ligustrum japonicum																					China, Japão	A
Tipuana Speciosa (Dippa sp., 1922.																					Bolívia	A
Canelinha - <i>Nectandra</i>																					Brasil (SP a RS)?	A
Cupressus pyramidalis																					Ásia oc. e Himalaia	A
Ficus benjamm - <i>Ficus benjamina</i>																					Índia, Malásia	A
Jacarandá mimosaefolia D. Don																					Brasil	A
Tibouchina (Quaresmeira)																					Brasil	A
Abutilon																					Brasil (SP)	B
Amaranta																					Trópicos (HAY)	F
Aroeira- <i>Schinus terebinthifolius</i>																					Brasil	A
Ayiti(oli)- <i>Mouquilea tomentosa</i>																					Brasil (PE, PI e Norte)	A
Chorão- <i>Salix babylonica (Usteri)</i>																					Ásia Oc. E Himalaia	A
Coccoos comuns; <i>Cocos nucifera L.</i>																					Brasil (LOR); Panamá	P
<i>Euterpe edulis</i> Mart. Euterpe-Edulis;																					Brasil (Mata Atlântica e	P
Ligustrum para cerca viva: <i>Ligustrum</i>																					China, Japão	B
Magnolia fuscata																					América do Norte	A
Merantia zebrina																					Brasil	F
Tibouchina diversas																					Brasil	A
<i>Cassia ferruginea</i> (Schrad) Schrad																					Brasil (CE a MG, MS e PR)	A
Adracenas diversas																					Ilhas Pacífico, Canárias,	B
Ageratum Penlangium 23- <i>Ageratum</i>																					México	F
Ararubá- <i>Centrolobium tomentosum</i>																					Brasil (SP a MG)	A
Asparagus (Asparg. sprengeri, 22.																					África do Sul	F
<i>Brunfelsia uniflora D. Don</i>																					Brasil	B
Bucho (Buxus sempervirens 22/23																					Mediterrâneo. Oriente,	B
Calla- <i>Zantedeschia aethiopica</i>																					África	F
Cana índica L.- biri																					Brasil, América tropical	F
Canna Fistula - <i>Cassia ferruginea</i>																					Brasil (CE a MG, Mse PR)?	A
Celosia cristata Linn. -crista-de-galo																					América tropical	F

ESPÉCIE*	1900 a 1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	Origem	Hábito A= arbóreo B= arbustivo P= palmácea
Cinchella Codium Varieg-crotons																					Índia, Malásia, Ilhas do	B
Ocas Cincinella-Sagú das Molucas																					Ásia (Sul)	B
Ocas revoluta-Sagú do Japão-Sagú																					Ásia (Sul)	B
Cocus Romanzoffiana (Cham.)																					Brasil (Sul e BA, ES, MG,	P
Coníferas diversas																						A
Dianthus chinensis - Dianthus																					Ásia e Europa	F
Echeveria elegans- Echiverias																					México (desertos)	F
Enterolobium Cristata																						
Enterolobium Monjolo																						
Evonymus Fimbriatus: Eonymus																					Japão	B
Ficus pumila Hort. Ficus Trepens (F.																					China, Japão, Austrália	B
Ficus religiosa																						A
Genipa Americana-genipapo																					Brasil (PA até MG)	A
Graneos (Pelargonium zonale) Willd.																					África do Sul	B
Glicia (G. Sinensis Z2) -Wistaria																					Japão	B
Guapuruvu- Schizolobium excelsum																					Brasil (RJ e SP)	A
Hibiscus grandiflorum																					China, Japão, Indonésia	B
Inga Heterophylla																					Brasil	A
Lafoensia replicata (Ust) Lafoensia																					Brasil	A
Meleuca timifolia																					Austrália e N. Zelândia	A
Murta- Eugenia sprengheri? Aglaia																						B
Palmeiras diversas																						P
Silvestris Sw. (Ust)? Pau-de-Jacaré																					Brasil, Am. Do Sul, México	A
Pelargonium Zonale Willd. - gerânio -																					África do Sul	B
Phalangium Argenteo Lineare -																					África, sul e centro	F
Philodendron (Epilodendron persutum																					México	B
Phoenix w edelava																						P
Phlox Decussata Lyon ex Pursh.																					América do Norte	F
Poinsettia Poccherrima- Euphorbia																					México, Índia Ocidental	B
Roseiras- Roseiras enxertadas altas e																						F
Salvia Splendens Ker Gawl - as lvia																					Brasil	F
Saponaria officinalis Linn. - planta-																					Europa e Ásia	F
Sophora Japoniza (Japonica Z3) -																						
sophora microphylla (maori kow ai)?																					N. Zelândia e China	A-B
Sophora tetralptra, 'kow ai amarelo'?																						
Stochesia cyanea																						
Tecoma Crysotricha- Ipê amarelo																					Brasil	A
Thuya compacta; Thuya occidentalis																					América do Norte (or.)	A
Thuya orientalis; T. occidentalis L.																					América do Norte	A
Tibouchina mutabilis																					Brasil	A
Tilia- Tilia tomentosa? (LANC)																					Europa (Sudeste, Hungria)	A
Acacia mimosa. Accacia (19)																					Brasil	A
Accacia comum (Cultifórmis, 1922-																					Austrália e N. Zelândia	A
Alecrim (de Campinas)- Holocalyx																					Brasil (SP)	A
Alpendistra -Aspidistra elatior																					China	F
Azaleas (A. indica 1922/23)																					China, Japão	B
Bougainvillea- Bougainvillea-																					Brasil	B
Cambyu- Myrciaria ciliolata																					Brasil	A
Canudo de Pto-Cassia laevigata																					Brasil (México a FR)	A
Caryota urens L.																					Ásia do Sul	P
Chorisia speciosa- Palmeira																					Brasil (RJ, MG e SP)	A
Enterolobium timbouva (Ust.) Mart.																					Brasil	A
Espírea (Espírea umbellata 1921/22/23)																						
Eugenia s.p. Eugenia sprenghelii																					Brasil	A
Inga do Para																					Brasil	A
Ipês																					Brasil	A
Melaioica-Melaleuca Leucadendron																					Austrália e N. Zelândia	A
Neprolepis-sambaias																					Trópicos	F
Pao ferro- (Cesalpinia ferrea- 1922-																					Brasil	A
Pumbago capensis																					África do Sul	B
Taxus diversos (T. bacata. 1922-1923);																					Europa, África (norte) e	A-B
Tibouchina (Quaresmeira)																					Brasil	A

ESPÉCIE*	1904	1905	1906	1907	1908	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	Origem	Hábito A= arbóreo B= arbustivo P= palmácea
<i>Cocos Romanzoffiana</i> (Cham.)																					Brasil (Sul e BA, ES, MG,	P
Coníferas diversas																						A
<i>Dianthus chinensis</i> - Dianthus																					Ásia e Europa	F
<i>Echeveria elegans</i> - Echiverias																					México (desertos)	F
<i>Enterolobium Cristata</i>																						
<i>Enterolobium Monjolo</i>																						
<i>Evonymus Fimbriatus</i> - <i>Evonymus</i>																					Japão	B
<i>Ficus pumila</i> Hort. Ficus Trepens(F.																					China, Japão, Austrália	B
<i>Ficus religiosa</i>																						A
<i>Genipa Americana</i> -genipapo																					Brasil (PA até MG)	A
Graneos (Pelargonium zonale) <i>Willd.</i>																					África do Sul	B
Glicínia (G. Sinensis Z2) - <i>Wistaria</i>																					Japão	B
Guapuruvu- <i>Schizolobium excelsum</i>																					Brasil (RJ e SP)	A
<i>Hibiscus grandiflorum</i>																					China, Japão, Indonésia	B
<i>Inga Heterophylla</i>																					Brasil	A
<i>Lafoensia replicata</i> (Ust) <i>Lafoensia</i>																					Brasil	A
<i>Melaieuca timfolia</i>																					Austrália e N. Zelândia	A
Murta- <i>Eugenia sprengeri</i> ? <i>Aglaia</i>																						B
Palmeiras diversas																						P
<i>Silvestris Sw.</i> (Ust)? Pau-de-Jacaré																					Brasil, Am. Do Sul, México	A
Pelargonium Zonale <i>Willd.</i> - gerânio -																					África do Sul	B
Phalangium Argenteo Lineare -																					África, sul e centro	F
Philodendron(Epilodendron persutum																					México	B
<i>Phoenix w edelava</i>																						P
<i>Phlox Decussata</i> Lyon ex Pursh.																					América do Norte	F
<i>Poinsettia Poccherrima</i> - <i>Euphorbia</i>																					México, Índia Ocidental	B
Roseiras- Roseiras enxertadas altas e																						F
<i>Salvia Splendens</i> Ker Gawl - as 'Ivia,																					Brasil	F
<i>Saponaria officinalis</i> Linn. - planta-																					Europa e Ásia	F
<i>Sophora Japonica</i> (Japonica 23) -																						
<i>sophora microphylla</i> (maori kow ai)?																					N. Zelândia e China	A-B
<i>Sophora tetralopha</i> , 'kow ai amarelo'?																						
<i>Stochesia cyanea</i>																						
<i>Tecoma Orystricha</i> - bô amarelo																					Brasil	A
<i>Thuya compacta</i> , <i>Thuya occidentalis</i>																					América do Norte (or.)	A
<i>Thuya orientalis</i> ; <i>T. occidentalis</i> L.																					América do Norte	A
<i>Tibouchina mutabilis</i>																					Brasil	A
<i>Tilia- Tilia tomentosa</i> ?(LANC)																					Europa (Sudeste, Hungria)	A
<i>Acacia mimosa</i> Accacia(19)																					Brasil	A
<i>Accacia comum</i> (Cultiflormis, 1922-																					Austrália e N. Zelândia	A
Alecrim(de Campinas)- <i>Holocalyx</i>																					Brasil (SP)	A
<i>Alpendistra</i> - <i>Aspidistra elatior</i>																					China	F
<i>Azaleas</i> (A. indica 1922/23)																					China, Japão	B
Bougainvillea- Bouganvillea-																					Brasil	B
Cambyu- <i>Myrciaria ciliolata</i>																					Brasil	A
Canudo de Pto- <i>Cassia laevigata</i>																					Brasil (México a PR)	A
<i>Caryota urens</i> L.																					Ásia do Sul	P
<i>Chorisia speciosa</i> - Palmeira																					Brasil (RJ, MG e SP)	A
<i>Enterolobium timbouva</i> (Ust.) Mart.																					Brasil	A
Espírea(Espírea umbellata 1921/22/23)																						
<i>Eugenia</i> sp; <i>Eugenia sprengelii</i>																					Brasil	A
<i>Inga do Pará</i>																					Brasil	A
bês																					Brasil	A
<i>Melaleuca-Melaleuca Leuca-dendron</i>																					Austrália e N. Zelândia	A
<i>Neprolepis-sambambais</i>																					Trópicos	F
Pao ferro-(<i>Cesalpinia ferrea</i> - 1922-																					Brasil	A
<i>Plumbago capensis</i>																					África do Sul	B
<i>Taxus diversos</i> (T. bacata, 1922-1923);																					Europa, África (norte) e	A-B
<i>Tibouchina</i> (<i>Quaresmeira</i>)																					Brasil	A

Apêndice 2. Repertório vegetal colecionado e distribuído no âmbito do Estado

O quadro foi montado a partir dos relatórios anuais da Secretaria da Agricultura no período 1898, data da abertura do Horto Botânico da Cantareira, até 1930, limite do recorte de pesquisa.

As informações se referem aos estabelecimentos que tinham atribuição de cultivar, reproduzir e distribuir sementes e mudas: o Horto Botânico e depois Florestal da Cantareira, o Instituto Agrônomo de Campinas e mais tarde a Escola Luiz de Queiroz, em Piracicaba, hoje a ESALQ da Universidade de São Paulo.¹

Fazem parte do quadro todas as distribuições de plantas classificadas nos relatórios independentemente da instituição. Foi preservada a mesma sequência do lançamento nos relatórios, do mais antigo (1898) ao mais recente (1930). A primeira coluna corresponde ao nome de entrada da planta, literalmente do relatório; a segunda coluna é a nomenclatura científica da espécie, feita com apoio de bibliografia botânica, sobretudo LORENZI, USTERI, ANDRADE & VECCHI, LÖFGREN e CHANES (consultar Bibliografia).

Os mesmos autores foram os consultados para a terceira coluna, de origem da espécie, que foi preenchida com o maior detalhamento possível.

As colunas seguintes informam sobre as ocorrências ano a ano, dentro da periodização dos próprios relatórios. Foram lançadas as espécies tanto colecionadas e mantidas nos viveiros – em letra vermelha -

¹ LÖFGREN, Alberto. Notas sobre as plantas exóticas e introduzidas no Estado de São Paulo. Por Alberto Löfgren, Director do Horto Botânico. S. Paulo, Ed. Rod da "Revista Agrícola", Typ. Brazil de Rothschild, 1906. 238 p. Bibl.)

como aquelas reproduzidas com o interesse de distribuição. Alguns anos não aparecem no quadro pois não houve acesso ao relatório respectivo ou então o relatório não apresentou esse tipo de informação, como é o caso dos anos 1920 e 1921.

Distinguem-se dois aspectos bastante claros: de um lado, a formação da coleção, meio de estudo científico, demonstração e instrução pública. De outro, a atividade de adaptação e cultivo para distribuição, refletindo o papel de fomento assumido pelo estado.

Como os relatórios não fizeram distinção entre os destinatários, esse fornecimento se refere indistintamente a fazendas, propriedades rurais, câmaras municipais e instituições públicas. Se esse fato impede de compreender algumas especificidades (“o quê?”, “para quem?”), por outro é enriquecedor na medida em que esse também é uma indicação da importância dada indistintamente aos dois âmbitos do fomento.

ESPÉCIES	NOME CIENTÍFICO	1888	1899	1903	1908	1909	1910-1911	1912	1913	1914	1917	1918	1928	1929	1930	ORIGEM	HÁBITO A= Arbóreo B= Arbustivo P= Palmácea F= Forração
Cedro	Cedrus deodara Loud. (UST)															Ásia ocidental e Himalaia	A
Pinheiro	Pinheiro nacional															Brasil	A
Guapiruvu	Schizolobium excelsum Vog. (UST)															Brasil (RJ e SP)	A
Eucalyptus (e. robusta 1909)	Eucalyptus sp.															Austrália e N. Zelândia	A
Fruta de pomba; peito de pomba 1917	Maytenus salicifolia Ressen.															?	?
Castanha da Guyana	Pachira aquatica Aubl. (LOR); monguba;															Brasil (Amazônia até Maranhão, terrenos alagadiços; trazida por Glaziou para o Campo de Santana)	A
Paineira	Chorisia speciosa St. Hil. (UST)															Brasil (RJ, MG, SP)	A
Carapeta	Guarea guidonea (L.) Sleumer; marinho, cambaata, cedro verdadeiro, açafroa, bilreio, canj. Miúda, cedrão, cedro branco, cedrorana (LOR)															Brasil (Amazônia a RJ, MG, SP, MS)	A
Árvore de sabão (saboeiros 1908)	Abarema jupunba (Willd.) Britt & Klipp (LOR); ingarana, angelim falso, pau-bicho, saboeiro, contas-de-nossa-senhora, tento-azul (LOR)															Brasil (Amazônia a GO e MT, flor. pluv. e semidecídua)	A
Altarrobeira (recebido de Portugal)	Altarrobeira															EXÓTICA	A
Sobreiro ou árvore de cortiça (recebido de Portugal)	Sobreiro															EXÓTICA	A
Ciprestes	Cupressus sempervirens L. (UST)															Ásia ocidental e Himalaia	A
Palmeiras	Palmeiras															?	P
Sophora	Sophora japonica															EXÓTICA	A
Crotons	Codiaeum variegatum Blume(UST)?															Índia, Malásia e Ilhas do Pacífico* Brasil (RJ, MG, SP, PR, flor. lat. Semid.***SP, MG, MS e n. do PR, flor. lat. Semid. Bacia do rio Paraná; ****BA, RJ, MG, MS até RS, matas ciliares vár. Formas florestais	A
	Croton floribundus Spreng.(LOR)**?																
	Croton pictocalyx M. Arg. (LOR)***?																
	Croton urucurana Baill.(LOR)****?																
Dracaenas	Dracaenas sp.															?	B/P
Olmo da Europa (em Taquaral, I.A.)	Ulmus sp.															Europa	A
Magnolia	Magnolia liliflora Desr. (LOR) ? magnólia roxa, magnólia preta;															China e Japão*	B*/A**

	(LOR); jatá, jatobá (UST, LOR), árvore copal (UST)																	solso de alta e média fertilidade)	
Genipa americana	Genipa americana L. (UST)																	Brasil (PA a MG)	
Thuyas diversas	Thuya sp.																	América do Norte (UST)	A
Acacias: (acacia decurrens 1908)	Acacia decurrens (HAY)																	Europa (mediterrâneo)	A
Flamboyants (caesalpineas flamboyants) 1903	Poinciana regia Bojer (UST)																	África (Madagascar)	A
Camphorais (1910-11); cinnamomos (1912,13,17); Melia azedarach (1903,08)	Melia azedarach L. (UST); cinamomo árvore santa, jasmim do soldado																	Ásia do Sul (Índia e África)	A
Bignonia catalpa	Catalpa bignonioides (HAY)																	América do Norte (EUA- leste)	?
Catalpas sp.	Catalpa sp.																	América do Norte (EUA)	?
Spondia lutea	Spondias mombin L. (sinonímia: Spondias brasiliensis Mart.); taperobá, taperibá, cajazeiro, cajá-pequeno, cajazeiro miúdo, cajá-mirim, acaíba, acajá, acajaíba, imbuzeiro(LOR)																	Brasil (região amazônica a RJ várzeas de terra firme)	A
Spondia macrocarpa	Spondias macrocarpa Engl.; cajá redondo, cajazeiro																	Brasil (BA,sul, ES, RJ, e vale do rio Doce em MG, flor. pluv. atlânt. De tabuleiro)	A
Eugenia tomentosa	Myrcia tomentosa (Aubl) DC.; goiaba brava (LOR)																	Brasil (GO, MG, SP, MS, cerrado e mata semidecídua de altitude)	A
Páu-pereira	Aspidosperma macrocarpa Mart; gualambu, peroba-cetim, pereira, pau-pereira, muiraçuca - (LOR)? Platycium regnellii Benth; pereira, pereira, folha-de-bolo, mangalô(RJ), angelim rosa, camará de bilro, cataguá, pereira vermelha, jacatupé, pau-pente, pau-pereira-amarela - (LOR)?																	Brasil ("BA, MG, GO, MS e SP, cerr. e cradões" BA,sul, ES, MG, GO e SP (flor. semidecídua de altitude))	A
Óleo vermelho	Myroxylon peruiferum L. f.; pau-vermelho, pau-bálsamo, caboreiba, cabreúva, óleo-vermelho, óleo-cabreúva (SP)																	Brasil (flor. latif. Semidec. Da bacia do Paraná, mata pluv. atlânt. Na BA, ES, zona da mata de MG, flor. equatorial sul e sudoeste da região amazônica e até na caatinga do NE do país)	?
Abrunheiros	Abrunheiros																	?	?
Embirá de sapo	Lonchocarpus subglaucescens Mart. Ex Benth. (LOR); embira-de-sapo (SP), timbó (SC)																	Brasil (MG, RJ a SC, matas de altitude especialmente a de pinhais)	A
Aranibás	Centrolobium tomentosum (UST); Aranibá rosa, aranibá																	Brasil (SP a MG)	A

Araucárias (araucárias brasileiras 1912-13)	Araucaria brasiliana Lam.(UST); pinho-do-paraná																	Brasil (Sul e centro) (UST)	A
Casuarinas	Casuarina equisetifolia L. ; chorão (UST)																	Austrália, N. Zelândia	A
Faveiros	Pterodon emarginatus Vog. (LOR); faveiro, sucupira-branca, fava de sucupira, sucupira, sucupira lisa)2*																	Brasil* (MG, SP, GO, MS, no cerrado e transição para a flor. semidecídua da bacia do rio Paraná)	A
	Pterodon pubescens Benth. (ANDRADE e VECCHI)1**?																		
Jatobás	Hymenaea courbaril var. stilbocarpa (Hayne) Lec et Lenz (LOR);																	Brasil (PI a norte do PR, flor. semidecídua)	A
	Hymenaea stigonocarpa Mart. Ex Heyne(LOR);																		
Cedros nacionais (1904, cedro nacional)	Cedrella fissilis Vell. ? (UST)																	Brasil (RJ e SP)	A
Pinheiros americanos	Pinheiro																	América do Norte	A
Perobinhas	Aspidosperma subincanum Mart.(LOR)?																	Brasil (SP, MG, MT, GO e MS, floresta latifoliada semidecídua)	A
Robinia pseudo-acacia	Robinia pseudo-acacia L. (UST)																	América do Norte	A
Canelleiras	Ocotea sp. (UST)																	Brasil	A
Cabreúva (cabreúva branca 1930)	Myrcarpus frondosus Fr. All.; caboreiba, cabureiba (LOR)																	Brasil (BA,sul, a RS, mais freqüente na flor. pluv. da encosta atlântica, e na flor. latifoliada semidecídua da bacia do Paraná)	A
Taxodium distichum-pinheiro do brejo	Taxodium distichum Rich; cipreste calva, cipreste de Louisiana (UST); pinheiro do brejo? (Relatório secr. Agric.)																	América do Norte	A
Gleditsia (dilexias 1917?)	Gleditsia triachantos (LANC)																	América do Norte (Estados Unidos)	A
Aroeira	Schinus terebinthifolius Raddi. (UST)																	Brasil	A
Tamboril	Enterolobium schomburgkii (Benth.) Benth; tamboril (LOR)																	Brasil (região amazônica na mata de terra firme e do sul da BA até RJ na mata pluvial atlântica)	A
Citrus trifoliata	Citrus trifoliata																	Japão	A
Jacarandás mimosos	Jacaranda mimosaefolia D. Don (UST)																	Brasil	A
Tristanias	Tritonia crocata Ker Gawl. (LOR)?																	África (África do Sul)	F
	Tritonia potsii Benth.(LOR)?																		
	Tritonia aurea Pappe(LOR)?; tritônia, montbrécia, estrela de fogo																		
	Crocasmia crocosmiflora																		
Alvrites (aleurite sp?)	Aleurites spp. (Espécie de interesse ornamental e econômico,																	Ásia oriental	A

	tucano, pau-terra-do-campo, uva-puba do campo* (LOR)?																	cerrados e campos cerrados; **SP a RS, flor. Semidecídua do planalto e bacia do rio Paraná)	
	Eugenia pyramidalis Camb.; uvaia, uvalha-do-campo** (LOR)?																		
Ipê - Tecoma insignis	Tabebuia sp.																	Brasil	A
Ipê - Tecoma lapacho	Tabebuia sp.																	Brasil	A
Ipê - Tecoma impetiginosa	Tabebuia impetiginosa (ipê rosa)																	Brasil	A
Pau-ferro	Caesalpinia ferrea Mart. (UST)																	Brasil (PI a RJ e SP)	A
Maria-mole	Alchornea glandulosa Poepp. & Endl. (LOR); tapiá, tanheiro de folha redonda, araribá, boleiro, bugê, tamanqueiro, tapiá-guaçu																	Brasil (RJ, MG a RS, frequente na flor. pluvial da encosta atlântica)	A
Gumbiava	Sideroxylon gardnerianum A. DC.																	Brasil (Na Serra do Mar, onde atinge de 30 a 35 m)	A
Cambará-ussú	Gochnatia polymorpha (Lem.) Cabr. (LOR)																	Brasil (BA, MG, MS a RS (cerrado))	A
Guanandi - Calofilum brasiliense St. Hil.	Calofilum brasiliense St. Hil. C. b. Camb.																	Brasil (região amazônica até o norte de SC (princípio flor. pluvial atlântica)	A
Madrecacá; Gliricidia maculata	Gliricidia maculata; madrecacá																	EXÓTICA	?
Mata-fome ou chico-magro	Cordia sellowiana Cham. (LOR); jurutê, chá-de-bugre, louro-mole, louro, catuteiro-branco, capitão do campo																	Brasil (áreas de floresta e transição do cerrado para restinga (LOR); flora do Mato Grosso (rel. 193057))	A
Pau-rei - Baziloryum brasiliensis	Basiloryum brasiliensis (LOR); pau-rei, farinha-seca, maperaá																	Brasil (BA-sul, ES e RJ, flor. pluvial encosta atlântica)	A
Canjerana- Cabralea canjerana	Cabralea canjerana																	Brasil	A
Bracaatinga	Mimosa scabrella Benth. (sinonímia: mimosa bracaatinga Hoehne); bracaatinga, bracaatinga, paracaatinga (LOR)																	Brasil (SP a RS, altitudes, floresta de pinhais)	A
Pindaubuna	Xylopia brasiliensis Spreng.; pindaubuna, pindaíba, coriça, bindaíba (LOR)?*																		
	Xylopia emarginata Mart.; pindaíba-preta, p. d'água, p. do brejo, pindaíba, pindaubuna (MG) (LOR)?**																	Brasil (* BA-sul, a RS, flor. pluv. encosta atlânt.; ** BA, MG, GO, MS e SP, matas ciliares)	A

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Oswald.

Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>